

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNO CORRALES PEREIRA

**MASCULINIDADES EM DISPUTA: MILITARES E BACHARÉIS NO PROCESSO
ELEITORAL DE 1909-1910**

Porto Alegre

2022

BRUNO CORRALES PEREIRA

MASCULINIDADES EM DISPUTA: MILITARES E BACHARÉIS NO PROCESSO
ELEITORAL DE 1909-1910

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Weimer

Linha de Pesquisa: Cultura e Representações

Porto Alegre

2022

BRUNO CORRALES PEREIRA

MASCULINIDADES EM DISPUTA: MILITARES E BACHARÉIS NO PROCESSO
ELEITORAL DE 1909-1910

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Porto Alegre, 19 de maio de 2022

Resultado: Aprovada com recomendação para publicação.

BANCA EXAMINADORA:

Rodrigo de Azevedo Weimer (Orientador/UFRGS/APERS)

Benito Bisso Schmidt (PPGH/UFRGS)

Vanderlei Machado (CAp/UFRGS)

Vinicius Aurélio Liebel (PPGHIS/UFRJ)

CIP - Catalogação na Publicação

Corrales Pereira, Bruno
MASCULINIDADES EM DISPUTA: MILITARES E BACHARÉIS NO
PROCESSO ELEITORAL DE 1909-1910 / Bruno Corrales
Pereira. -- 2022.
322 f.
Orientador: Rodrigo de Azevedo Weimer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Gênero. 2. Masculinidades. 3. Campanha
Civilista. 4. Charges. 5. Eleições Presidenciais. I.
de Azevedo Weimer, Rodrigo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria possível sem os esforços coletivos de um punhado de pessoas. A começar por meu pai e minha mãe, Gilberto e Margarete, aos quais agradeço pelo enorme suporte em todas as áreas da vida. Sem vocês, não existiria um Mestre em História. Obrigado pelos aconselhamentos, pela companhia, por todo amor que sempre tiveram por mim. Ah, e claro, agradeço por toda a paciência que tiveram nos últimos dois anos com o ser mau humorado que escreve este texto.

Agradeço também ao meu irmão Jeferson, pela companhia, bom humor, incentivo e amizade constantes. Obrigado ao Felipe, pelo apoio com meus estudos, com meus escritos, e por toda a fraternidade até aqui. Não poderiam faltar meus agradecimentos aos meus dindos Carmen Lúcia e Pedro Sérgio, à minha prima Ana, e aos demais familiares que têm me acompanhado ao longo da jornada. O apoio de todos vocês foi fundamental para a manutenção da vontade de se criar um mundo melhor.

Obrigado também aos que me permitiram entrar em suas vidas: Misael, Lucy, Eduardo, Andrew, Carlos Eduardo, Dany, Priscila, Matteo. Ninguém trilha só os caminhos da vida, então agradeço por todos os momentos de acolhimento, pelas palavras amigas, pelos sorrisos e pelos choros compartilhados ao longo de todo esse processo.

Agradeço ao meu orientador Rodrigo por inúmeras razões. Em primeiro lugar, por aceitar me orientar. Agradeço também por suas críticas certeiras, incentivos constantes, e inúmeros envios de “Tatu do bem” via conversas de *whats*, já que sem isso provavelmente eu não teria chegado até aqui. Obrigado pelo acompanhamento, pela compreensão nos momentos delicados e por todas as necessárias cobranças mescladas de encorajamento. Aos membros da banca, Prof. Dr. Benito Schmidt, Prof. Dr. Vanderlei Machado, e Prof. Dr. Vinicius Liebel, agradeço pela aceitação do convite, pela avaliação de meu trabalho e por fazerem parte deste momento tão marcante de minha trajetória acadêmica.

Por último, mas não menos importante, agradeço a pessoas que infelizmente nunca tive a honra de conhecer: aos trabalhadores e trabalhadoras da Biblioteca Nacional e da Fundação Casa de Rui Barbosa, que a despeito de todos os ataques vivenciados nos últimos anos, permanecem mantendo os espaços de excelência para a pesquisa histórica.

RESUMO

A presente dissertação pesquisa a eleição presidencial brasileira passada entre 1909 e 1910, tomando como ponto de partida a História das Masculinidades e a História da Imprensa. Assim, o pleito que opôs os presidenciáveis Hermes da Fonseca e Rui Barbosa é analisado dentro de uma perspectiva de gênero, procurando-se compreender como as fontes de imprensa representaram os candidatos no quesito masculinidades. Para tal, foram escolhidas como fontes as revistas de humor *Careta* e *O Malho*, dentro das quais se estudaram especificamente as charges e seu humor iconográfico. Encarando as charges como representações, conceito desenvolvido por Roger Chartier, observou-se o desenvolvimento, pelas fontes, de representações de masculinidades que exaltavam os presidenciáveis defendidos por cada um dos periódicos selecionados. Pensando as masculinidades como um conceito plural, e a partir de autores como Raewyn Connell e James Messerschmidt, mais do que isso, observou-se como foram criados dois diferentes modelos de masculinidades hegemônicas, isto é, formas consideradas adequadas de se exercer a masculinidade para fim de controlar as tensões sociais de seu tempo. Os conceitos foram estabelecidos de acordo com as interpretações das revistas sobre as diferentes mudanças sociais da República, como a ascensão da população negra e das mulheres dentro do cenário político. Desta forma, ao defender Rui Barbosa, a revista *Careta* trouxe representações que defenderam uma masculinidade civil; ao contrário de *O Malho*, apoiadora de Hermes, e que elaborou representações favoráveis a um modelo de masculinidade militarista para a sociedade.

Palavras-chave: Gênero; Masculinidades; Campanha Civilista; Charges; Eleições Presidenciais.

ABSTRACT

The present study researches the Brazilian presidential election that occurred between the years of 1909 and 1910, taking as a starting point the History of Masculinities and Press History. Therefore, the election that opposed the presidential candidates Hermes da Fonseca and Rui Barbosa is analyzed from a gender perspective, seeking to understand how the press sources represented the candidates in terms of masculinity. To this end, the humor magazines *Careta* and *O Malho* were chosen as sources, within which the cartoons and their iconographic humor were specifically studied. Looking at cartoons as representations, a concept developed by Roger Chartier, it was observed the development, by the sources, of representations of masculinities that exalted the presidential candidates defended by each of the selected magazines. Thinking about masculinities as a plural concept, from authors such as Raewyn Connell and James Messerschmidt, more than that, it was observed how two different models of hegemonic masculinities were created, in ways considered adequate to exercise masculinity to control the social tensions of their time. The concepts were established according to the magazine's interpretations of different social changes of the Republic, such as the political rise of minorities. Defending Rui Barbosa, *Careta* brought representations that defended civil masculinity; unlike *O Malho*, a supporter of Hermes, which created representations favorable to a model of militaristic masculinity for society.

Keywords: Gender; Masculinities; Civilist Campaign; Charges; Presidential elections.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - <i>Policia de costumes</i> , O MALHO, 26/03/1910	39
Imagem 2 - Apanhado de charges que representam Manuel da Motta Monteiro Lopes	51
Imagem 3 - Sem título, CARETA, 16/01/1909	53
Imagem 4 - <i>Estatuto preto</i> , O MALHO, 20/03/1909.....	54
Imagem 5 - <i>Plena democracia</i> , O MALHO, 06/02/1909	56
Imagem 6 - <i>Marinheiro novo</i> , CARETA, 27/03/1909.....	58
Imagem 7 - <i>A disciplina do futuro</i> , CARETA, 10/12/1910.....	61
Imagem 8 - <i>A sancção da amnistia</i> , O MALHO, 03/12/1910	64
Imagem 9 - <i>Gesto necessario</i> , O MALHO, 17/12/1910.....	65
Imagem 10 - <i>Para grandes males, grandes remedios</i> , O MALHO, 17/12/1910.....	66
Imagem 11 - <i>Dia e noite</i> , O MALHO, 20/02/1909.....	70
Imagem 12 - <i>Excursões de um burguez</i> , CARETA, 21/08/1909.....	72
Imagem 13 - <i>Scenas do smartismo</i> , CARETA, 12/06/1909, n. 54.	73
Imagem 14 - <i>Influencia ministerial</i> , CARETA, 12/11/1910.	75
Imagem 15 - <i>Un enfant gaté</i> , CARETA, 09/04/1910.	79
Imagem 16 - <i>Arrolhado!</i> , O MALHO, 02/10/1909.	80
Imagem 17 - <i>Uma historia triste</i> , O MALHO, 22/10/1910.....	82
Imagem 18 - <i>Espiando a namorada</i> , O MALHO, 18/09/1909.....	83
Imagem 19 - <i>Reflexões de um smart</i> , O MALHO, 31/07/1909.	84
Imagem 20 - <i>A honra de um deshonorado</i> , CARETA, 02/10/1909.	88
Imagem 21 - Apanhado comparativo de charges.....	89
Imagem 22 - <i>Elegancia em excesso</i> , CARETA, 26/03/1910.....	91
Imagem 23 - <i>Cura do alcoolismo Acabou-se a embriaguez</i> , O MALHO, 26/03/1910.....	94
Imagem 24 - <i>Brederódes Sucupyra</i> , CARETA, 18/12/1909.	99

Imagem 25 - <i>Brederódes Sucupyra</i> , CARETA, 18/12/1909.	100
Imagem 26 - <i>Os primeiros!</i> , O MALHO, 23/04/1910.	104
Imagem 27 - <i>Influencia das modas</i> , O MALHO, 23/10/1909.	106
Imagem 28 - <i>Influencia do box ou o amor futuro</i> , CARETA, 16/07/1910.	107
Imagem 29 - <i>Cousas da Actualidade</i> , O MALHO, 27/03/1909.	109
Imagem 30 - <i>Em família</i> , CARETA, 15/01/1910.	111
Imagem 31 - <i>Sogrando ...</i> , O MALHO, 16/01/1909.	113
Imagem 32 - <i>Lingua de sogra</i> , O MALHO, 06/11/1909.	115
Imagem 33 - <i>Projecto Gorado</i> , CARETA, 22/01/1910.	118
Imagem 34 - <i>Política e modas</i> , O MALHO, 20/11/1909.	120
Imagem 35 - <i>Quadros da actualidade política</i> , O MALHO, 22/01/1910.	123
Imagem 36 - <i>Brio feminino</i> , O MALHO, 08/01/1910.	124
Imagem 37 - <i>A festa da bandeira</i> , CARETA, 26/11/1910.	126
Imagem 38 - <i>Ruy Barbosa, Excursão ao Estado de Minas Geraes</i> , CARETA, 26/02/1910.	128
Imagem 39 - <i>Instantaneos</i> , O MALHO, 01/05/1909.	129
Imagem 40 - <i>O General Hermes da Fonseca, commandante do 4º districto militar</i> . O MALHO, 12/05/1906.	173
Imagem 41 - <i>Quadro histórico</i> . O MALHO, 12/09/1908.	177
Imagem 42 - Sem título, O MALHO, 07/11/1908.	178
Imagem 43 - <i>O regresso do Ministro da Guerra</i> . O MALHO, 07/11/1908.	178
Imagem 44 - <i>Não tem mãos a medir</i> , O MALHO, 23/01/1909.	187
Imagem 45 - <i>Lição e aviso</i> , O MALHO, 19/01/1909.	190
Imagem 46 - <i>Destruição da espiga</i> , O MALHO, 22/05/1909.	197
Imagem 47 - <i>Consequencias</i> , CARETA, 05/06/1909.	198
Imagem 48 - <i>Saulo, Saulo, por que me persegues?</i> , O MALHO, 12/06/1909.	202

Imagem 49 - <i>O tratado de arbitragem</i> , CARETA, 30/01/1909.....	206
Imagem 50 - <i>O abutre do Cattete</i> , O MALHO, 08/05/1909	208
Imagem 51 - <i>Apotheose do 3º anno</i> , CARETA, 22/05/1909	209
Imagem 52 - <i>Abrindo o caminho</i> , O MALHO, 21/08/1909.....	215
Imagem 53 - <i>Instantaneo na Avenida</i> , O MALHO, 07/08/1909	217
Imagem 54 - <i>As espadas dos paisanos</i> , CARETA, 26/06/1909	220
Imagem 55 - <i>Convenção Nacional</i> , CARETA, 28/08/1909	222
Imagem 56 - <i>O momento</i> , O MALHO, 29/05/1909	230
Imagem 57 - <i>Quem vae a Penha, apanha...</i> , O MALHO, 09/10/1909.....	234
Imagem 58 - <i>Reacção Nacional</i> , O MALHO, 29/05/1909	237
Imagem 59 - <i>Themis temivel</i> , CARETA, 02/04/1910.....	242
Imagem 60 - <i>A cruzada</i> , CARETA, 09/05/1910.....	244
Imagem 61 - <i>Cyrano de Bergerac</i> , CARETA, 05/03/1910	249
Imagem 62 - <i>O Martyr da Convenção</i> , O MALHO, 28/08/1909	254
Imagem 63 - <i>Morte Política</i> , O MALHO, 26/02/1910.....	256
Imagem 64 - <i>Senador Ruy Barbosa</i> , CARETA, 26/02/1910.....	259
Imagem 65 - Sem título, CARETA, 29/01/1910	260
Imagem 66 - <i>O Bacharel Linguíça</i> , CARETA, 14/08/1909	263
Imagem 67 - <i>Quem tem razão e certeza d'uma cousa não precisa de barulho</i> , O MALHO, 26/02/1910	272
Imagem 68 - Sem título, CARETA, 29/01/1910	275
Imagem 69 - <i>Siga la broma...</i> , O MALHO, 12/02/1910	279
Imagem 70 - <i>Os versos de Bilac</i> , CARETA, 19/03/1910	280
Imagem 71 - <i>O governo dos “águias”</i> , O MALHO, 19/03/1910.....	282
Imagem 72 - <i>Repartindo</i> , CARETA, 26/11/1910.....	287

Imagem 73 - *Almanach das glorias Ruy Barbosa*, CARETA, 24/02/1912298

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPÍTULO UM: Gênero e Raça na Primeira República	29
2.1 Trânsitos republicanos: sociedade, “bota-abaixo” e “Regeneração”	29
2.2 Os personagens e suas relações: as charges ditando gênero	47
2.2.1 A perigosa masculinidade do homem negro	47
2.2.2 Definindo uma masculinidade <i>smart</i>	68
2.2.3 As damas, as velhas, as feministas	104
2.3 Entre o feminismo e o <i>brio feminino</i>	121
2.4 Relações de gênero em redefinição	129
3 CAPÍTULO DOIS: As trajetórias dos candidatos Hermes e Rui	134
3.1 Rui Barbosa, o Águia de Haia	134
3.2 Hermes da Fonseca, o Verdadeiro Militar	152
4 CAPÍTULO TRÊS: Em busca de masculinidade hegemônica: entre o militar e o bacharel	179
4.1 A sucessão de Afonso Pena e as Convenções (1909)	187
4.2 Civilismo <i>versus</i> Militarismo: debatendo política, República e masculinidades (1909-1910)	223
4.3 O resultado das urnas: a conquista da hegemonia? (1910)	271
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	289
FONTES	301
REFERÊNCIAS	307
APÊNDICES	320

1 INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa tem como foco o processo eleitoral de 1909-1910, marco político dentro da Primeira República (1889-1930) que pretendemos discutir a partir dos estudos de gênero e, em especial, de masculinidades. Por meio do humor das charges de duas revistas de sucesso do período recortado, analisaremos como foram representadas as masculinidades dos dois candidatos à presidência envolvidos na eleição em questão, dando, assim, uma outra visão acerca da própria corrida eleitoral. Longe de pensarmos o período a partir da ideia de uma política velha¹, observamos como as alianças políticas eram feitas de maneira pragmática, ao sabor das necessidades, o que de certa forma dava um tom dinâmico aos processos políticos (BORGES, 2011, p. 157; VISCARDI, 2019, p. 60). As disputas institucionais, portanto, não ocorriam a partir de uma lógica de “cartas marcadas”, ainda que não fosse um processo necessariamente inclusivo no que se refere à escolha dos representantes políticos. Grande parte da população era excluída dos processos decisivos da política, havendo uma série de limitações estabelecidas para se tornar eleitor, sem falar das irregularidades eleitorais, que eram frequentes e afetavam os resultados dos pleitos: o amedrontamento de eleitores, o voto aberto e o desvio de urnas eram apenas alguns dos problemas nesse sentido. Contudo, “além de indicar o desejo dos grupos partidários de controlarem as eleições, fraudando seus resultados, passam também a evidenciar a existência de real competição política intraelites” (GOMES, 2016, p. 9). Competição esta que, no caso das eleições presidenciais, costumava se dar em restritos círculos políticos, nos quais as lideranças oligárquicas estaduais debatiam nomes capazes de estabelecer certo nível de consenso. Com o nome escolhido, a tendência era sua mera formal “aceitação” pelo voto do eleitorado, dada a falta de (ou inexpressiva) concorrência (VISCARDI, 2019, p. 62-65). Quando os consensos não se faziam possíveis, observamos o surgimento de fraturas como a que resultou no processo eleitoral de 1909-1910. Nessa eleição, dois candidatos surgiram para disputar o cargo que até então era definido “a portas fechadas”, na contramão das ruas.

Discordância entre as elites e evocação dos excluídos do poder para dentro do processo decisório: uma combinação inédita mesmo para os padrões da Primeira República, o

¹ Como aponta Vera Borges, “A lógica da Primeira República era muito mais complexa e dinâmica do que parece à primeira vista e nada tem, ou muito pouco, de antiga ou deteriorada, como sugere o adjetivo velha” (BORGES, 2011, p. 157). Esse adjetivo surgiu da ideia de “República Velha”, criada a posteriori e voltada a desqualificar os processos políticos republicanos desde sua fundação até os anos 1930. No entanto, essa visão é limitante’ não só por desconsiderar as complexidades institucionais, mas também por deixar de lado as agências sociais dos grupos excluídos do poder (GOMES; ABREU, 2009, p. 4).

processo eleitoral de 1909-1910 ficou conhecido na historiografia como Campanha Civilista em decorrência do grande impacto causado pela prática política de um dos dois candidatos concorrentes ao pleito: Rui Barbosa de Oliveira. O político baiano, conhecido desde o período imperial por sua forte inclinação liberal e erudita, inaugurou no país a prática das campanhas políticas (à época, chamadas de excursões eleitorais) ao estilo norte-americano, viajando por alguns estados a fim de angariar votos e apoios políticos como um todo (UEÓCKA, 2004, p. 210). Dada a expressão política de Rui, seu adversário nas eleições, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, também passou a viajar pelos principais estados do país com a intenção de se manter na disputa. Sobrinho do proclamador da República e primeiro Presidente do Brasil, Deodoro da Fonseca, Hermes teve uma atuação política pouco expressiva durante os primeiros anos do período republicano. Sua popularidade cresceu devido aos seus feitos militares nos diversos cargos de liderança que assumiu, em sua maioria, na capital do país. Atingindo seu ápice como Ministro da Guerra durante o governo Afonso Pena, sua capacidade militar de reorganizar os efetivos o transformou em um dos nomes mais prestigiados dentro e fora da política institucional, o que o tornou o candidato “oficial” para a sucessão aos governos Afonso Pena-Nilo Peçanha. Levando isso em consideração, não podemos deixar de observar como é limitante a caracterização da corrida presidencial daqueles anos apenas pelo nome “Campanha Civilista”. Vera Lúcia Bogéa Borges aponta como existiram duas tendências referentes ao estudo histórico de tal período: no primeiro caso, autores se dedicaram a analisar a eleição sob o prisma civilista, privilegiando seu ineditismo; e no segundo caso, autores que pensaram as ações militares expressadas ao longo da Primeira República, sem haver um foco mais aprofundado da participação militar na política eleitoral (BORGES, 2011, p. 38). Nesse sentido, nossa pesquisa visa fornecer uma visão alternativa a essas duas formas de pensar, focando em entender o momento como um processo eleitoral que opôs duas candidaturas e vários agentes históricos diferentes. A expressão “Campanha Civilista”, portanto, aqui servirá para designar apenas o lado dos civilistas, que tiveram por protagonista o baiano Rui Barbosa. As complexidades do termo militarismo, por outro lado, serão discutidas com o passar da dissertação.

Ambos os candidatos tentaram convencer o eleitorado de que eram a alternativa às oligarquias, mas fizeram parte de grupos oligárquicos. Marechal Hermes da Fonseca foi escolhido pela Convenção de Maio como candidato representante do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, e grande parte dos estados do Norte, que durante esse período sofriam grande

influência do político gaúcho Pinheiro Machado, um dos principais responsáveis pela candidatura hermista (VISCARDI, 2019, p. 81-82). Rui Barbosa foi oficializado candidato da oposição na Convenção de Agosto, sendo sustentado por seu estado de origem, a Bahia, e pelo estado de São Paulo, que lançou para a vice-presidência da chapa civilista seu próprio governador, Albuquerque Lins (BORGES, 2011, p. 149). Isso não os impediu de pautar o debate público a partir da ideia de combate às oligarquias que estariam levando o regime republicano ao declínio.

As duas candidaturas aproveitaram o fenômeno de desilusão republicana que atingiu em grande medida, os setores intelectuais, artísticos e políticos que acompanharam o processo de transição do Império para a República. Esse termo não foi utilizado à época, mas vivenciado pela noção de que “aquela não era a República sonhada” pelos ideólogos republicanos, o que se fazia perceber devido aos processos políticos alinhados aos interesses de poucos (TENÓRIO, 2009, p. 43). A partir da bandeira de combate às oligarquias que afundavam o regime, os dois candidatos acabaram por também investir em um confronto a esse sentimento, visando restaurar os princípios que deveriam ordenar o sistema — o que não os levou, necessariamente, a defender as pautas de todos os grupos desejosos de uma mudança. Diante dessa premissa, sua adesão às oligarquias foi usada como argumento pelos opositores, mas não por seus respectivos apoiadores.

Esse processo eleitoral foi marcante também pela oposição entre um militar e um civil, duas categorias sociais que vinham disputando forças no cenário político-cultural brasileiro desde meados do século XIX. Através de um processo oriundo dos tempos de Império, mas intensificados pelo advento republicano, os políticos civis eram vistos pelos militares — e também por parte da imprensa e da sociedade civil — como bacharéis corruptos, dedicados somente ao exercício retórico da política e pouco interessados na ação e na mudança do país (BORGES, 2011, p. 71-72; CASTRO, 1995, p. 67; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 89). Os políticos civis e seus grupos de influência, por outro lado, colocaram o avanço militar como a intromissão autoritária das Forças Armadas no fazer político, uma quebra da legalidade com pretensões de instaurar uma ditadura militar (RESENDE, 2008, p. 112; UEÓCKA, 2004, p. 135; BORGES, 2011, p. 394). Essa oposição serviu de base para as discussões do processo eleitoral, com ambos os lados colocando em seus adversários a culpa pela degeneração da República. Assim, a discussão se voltou principalmente para qual dos dois modelos apresentados seria o mais adequado para a

regeneração do sistema republicano: seria o governo da espada, de Hermes, ou o do império da lei, de Rui Barbosa?

Preferimos não nos limitar somente a essa pergunta. Primeiramente, devido à relação dialógica entre gênero e política, como foi observado por Joan Scott (2012) e, mais recentemente, Carlos Eduardo Barzotto (2020). Como passou a ser destacado nas análises históricas após o Golpe contra Dilma Rousseff, em 2016, a política (em especial, a política eleitoral) apresenta importantes dimensões de gênero. Nas palavras de Heloísa Buarque de Almeida:

[...]Dilma foi retratada como louca, as piadas tiveram cunho sexual violento. Então, por exemplo, aquele adesivo que as pessoas colocavam no tanque do carro, como se fosse a Dilma de pernas abertas e na hora que você colocasse a gasolina simbolizasse o estupro dela (BUARQUE DE ALMEIDA, 2016, p. 119).

As duas eleições presidenciais desde 2016 também apresentam elementos nesse sentido. Em 2018, além da oposição entre um candidato civil (Fernando Haddad, adjetivado frequentemente pelo cargo ocupado fora da política institucional, isto é, “professor”) e um candidato próximo aos setores militares (Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército), durante o pleito foram disseminadas *fake news* sobre “a criação de um suposto perigo da eleição do candidato Fernando Haddad à presidência, que distribuiria mamadeiras com formas fálicas em creches” (BARZOTTO, 2020, p. 4-5). No contexto eleitoral de 2022 — que corre em paralelo à escrita e defesa de nossa pesquisa — é a abordagem cômica das masculinidades dos presidenciáveis Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro que ganha destaque. Imagens de Lula realizando atividades físicas ou exibindo os músculos em fotografias acabaram por se tornar símbolos de uma virilidade considerada por seus apoiadores como superior à de Jair Bolsonaro. Essas comparações também foram (e ainda são) feitas a partir do outro lado, com Bolsonaro sendo considerado viril em montagens que o colocam como um super-herói. Todo esse caldeirão de informações, de tendências e de justaposição de discursos, imagens e representações nos leva a questionar se seriam estes apenas momentos atuais de nossa história, ou se estamos diante de fenômenos sociais que já se apresentaram anteriormente, mas ainda pouco abordados pela historiografia.

Nesse sentido, a segunda contribuição para a realização de nossa pesquisa tem como origem o destaque feito por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em sua obra a respeito da constituição de masculinidades: “a campanha civilista já colocara frente a frente estes dois modelos distintos de masculinidade, o garbo e a resistência militar de Hermes da Fonseca e o

amarelinho baiano Ruy Barbosa” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 52). Com base nos apontamentos desse autor, reformulamos a questão feita anteriormente: qual seria o *homem* considerado mais adequado, dentro daquele contexto, para enfrentar o processo de regeneração da República?

Diante de nosso questionamento, defendemos a ideia de que a desilusão republicana não pode ser vista somente como uma expressão de desagrado quanto às instituições em si, visto que seria permeada por processos sociais e culturais de mudanças. O período das eleições aqui estudadas, além de servirem como ponto de culminância da efervescência da institucionalidade política, também pode ser encarado como momento de redefinições de gênero, raça e sexualidade, o que inclui a discussão de masculinidades. Nesse sentido, as alterações nos costumes e nas sociabilidades decorrentes da ascensão do meio urbano e dos costumes burgueses seriam fundamentais para que novas concepções de masculino emergissem. Tal como aponta Richard Miskolci, o controle social feito pelo Estado e seus membros sobre as camadas populares não se daria somente através das práticas higienistas no espaço urbano, como também por meio de interferências nas esferas da sexualidade e do gênero (MISKOLCI, 2013, p. 518). Ou seja, os interesses sociais vinculados às discussões de gênero não estiveram, desta forma, dissociados dos grupos que lhes davam origem. Como discutiremos ao longo da dissertação, as ascensões do gênero feminino e das populações negras tornaram-se novas questões a serem encaradas pelas masculinidades. Ambos foram mobilizados como medos sociais, em paralelo às criações de expectativas sobre a condução social dos homens brancos, cisheterossexuais² de sempre.

Nesse sentido, pensamos gênero como uma forma de organização da prática social que estabelece lugares, dá embasamento a gestos e atribui características aos sujeitos, situando suas identidades dentro de uma ordem coletiva específica (CONNELL, 2005, p. 71).

² Viviane Vergueiro afirma que a utilização do conceito de cisgeneridade faz parte de um processo de demarcação dos indivíduos que não são transgêneros, “descentralizando o grupo dominante” e retirando dele o caráter de “mais autêntico” ou “natural” (VERGUEIRO, 2015 p. 47-53). Trata-se de uma visão crítica que reconhece a colonialidade ocidental, a branquitude, e a normatização heterossexual como construções históricas - construções estas que aplicaram aos sujeitos dominantes, membros dessas categorias, uma neutralidade discursiva inexistente na prática (VERGUEIRO, 2015, p. 53-63). Por isso podemos compreender, nesta dissertação, a heterossexualidade como uma *cisheterossexualidade*, parte de uma *cisnormatividade*: são sistemas sociais, estruturas, onde só são aceitáveis a heterossexualidade dotada de padrões cisgêneros (VERGUEIRO, 2015, p. 56-57). Portanto, ao longo desta dissertação, quando falarmos das masculinidades que disputam a hegemonia, estamos falando de duas masculinidades atualmente discutidas pelos campos da história, sociologia e filosofia, como *cisheterossexuais*. Durante o período analisado, essa expressão ainda não havia sido cunhada, apesar de que suas práticas fossem integradas na sociedade sob a ótica da “naturalidade”, ou seja, as concepções sobre o assunto são extremamente biologizantes: durante a Primeira República, o sexo anatômico feminino correspondia às mulheres; e o sexo anatômico masculino, aos homens. Qualquer coisa que destoasse disso seria uma “inversão sexual”.

Podemos encarar gênero, além disso, como “uma tentativa de amenizar as ansiedades coletivas sobre os significados da diferença sexual”, o que corrobora a ideia de que as relações de gênero servem como uma arena de tensões e disputas entre as diferentes categorizações (SCOTT, J., 2012, p. 346; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272). Não há, portanto, nenhum caráter essencialista no gênero, e tampouco devemos limitar o conceito a um “fundamentalismo biológico”, isto é, às associações simplistas feitas entre corpos, órgãos sexuais, gênero e heterossexualidade, como se tudo isso fosse biologicamente natural, interconectado e incontestável (SCOTT, J., 2012, p. 335; REESER, 2010, p. 72-73).

Pensando no caso específico das masculinidades, as observamos como “configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.250). As masculinidades também são, por definição, lugares sociais, práticas que se dão a partir dessas posições e os efeitos promovidos interna e externamente aos que são denominados “masculinos/homens” (CONNELL, 2005, p. 71). Partimos do uso do conceito em sua pluralidade, em um reconhecimento de que essas configurações de gênero funcionam de maneiras diferentes dadas as mudanças históricas e as especificidades culturais e geográficas de cada momento (CONNELL, 2005, p. 68; 81; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 252).

Sendo o gênero uma estrutura complexa internamente, onde inúmeras lógicas são sobrepostas, encaramos as masculinidades como parte dessa hierarquização interna, sendo que umas são tidas como legítimas pela estrutura social, em detrimento de outras, e esse funcionamento (dado através das práticas, dos sujeitos e das identidades sociais) é sempre um processo de construção aberto a questionamentos (CONNELL, 2005, p. 73-78; 84). Se é possível pensarmos o gênero como uma tentativa de estabilização de tensionamentos, o agente propulsor dessa prática é a masculinidade hegemônica — forma de masculinidade aceita dentro das ordens de gênero como a resposta para a manutenção patriarcal da autoridade masculina e do controle das tensões sociais existentes dentro da sociedade (CONNELL, 2005, p. 77; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272). Mesmo que a masculinidade hegemônica não seja exercida pela maior parte dos homens por ela influenciados, nem seja uma categoria fixa (i.e., sem contestações), encaramos sua hegemonia como relacionada ao todo da sociedade, e de determinadas concepções do que é ser homem sobre outras menos legitimadas (CONNELL, 2005, p. 78). Isso quer dizer que a masculinidade hegemônica é, acima de tudo, uma categoria normativa, que estipula quais

seriam as formas mais adequadas para se ser homem, exigindo “que todos os outros homens se posicionem em relação a ela” e legitimando “ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Encaramos o processo social de redefinições supracitado, portanto, como um espaço de disputas por modelos de masculinidade hegemônica: mais do que somente regenerar os aspectos político-institucionais da República, a abertura de possibilidades trazidas simbolicamente pelas candidaturas presidenciais colocou em debate também qual seria o homem ideal para a implementação das demandas de masculinidade. Desta forma, pensando em ideais de uma nação moderna, branca, cisheterossexual e capitalista, diversas foram as frentes que colocaram em prática atitudes em prol de uma normatização do masculino.

Uma delas foi a imprensa, que cumpriu papel central na política da Primeira República. Tendo também em vista que “os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositalmente com tal fim” (BORGES, 2011, p.85), optamos por utilizar tal tipo de fonte. Até o início do século XX, a imprensa brasileira não havia conquistado grandes níveis de produção, sendo necessária, em alguns casos, a importação das tiragens impressas. Depois da virada do século, essa condição mudou “quando a modernização das técnicas de impressão e ilustração e a introdução de cores possibilitaram o aumento do número de páginas, a elaboração de capas mais atrativas e maiores tiragens” (COHEN, 2012, p. 72). O aumento da circulação de impressos fez com que variados locais passassem a possuí-los para a venda (estações de trem, quiosques, charutarias ou até mesmo jornaleiros ambulantes), ao mesmo tempo que possibilitou uma maior segmentação de mercado: surgiam as diferenças técnicas entre jornais e revistas; entre periódicos de humor pornográfico, entretenimento e noticioso; entre aqueles destinados para o público masculino, e os voltados para “as senhoras” (COHEN, 2012, p. 73). Mesmo nos casos em que já observamos tais subdivisões desde o século XIX, a manutenção das publicações agora ganhava novos contornos, o que pode ser encarado como uma transformação de um processo artesanal para o de cunho capitalista. Desta forma, “o crescimento e a diversificação do mercado editorial assentaram-se no tripé da florescente economia urbano-industrial, em combinação com a modernização técnica e a ampliação do mercado leitor” (COHEN, 2012, p. 73)³.

³ Aqui, precisamos compreender que o público-leitor, apesar de ainda limitado devido aos altos índices de analfabetismo, também era composto pelos iletrados, que acompanhavam por meio das imagens, ou durante práticas de apreensão coletiva das páginas da imprensa.

No entanto, ainda que as inovações técnicas e capitalistas tenham trazido consigo as grandes dimensões da profissionalização, segmentação e comercialização dos impressos, estes nunca deixaram de compor o cenário político por meio de suas representações (LUCA, 2012, p. 109; ELEUTÉRIO, 2012, p. 58). Em outras palavras, os posicionamentos político-ideológicos não deixaram de fazer parte das publicações. Mais do que abordar a política institucional em suas páginas, a imprensa teve função “civilizatória”, pautando costumes, a recepção de novas tecnologias e os códigos de conduta adequados à modernidade, inclusive no tocante às relações de gênero (PEÇANHA 2013, p. 32; ELEUTÉRIO, 2012, p.58).

A imprensa revisteira teve grande expressão dentro desse cenário, principalmente por seu apelo estético repleto de cores, charges e fotografias (ELEUTÉRIO, 2012, p.62). Publicadas geralmente uma vez por semana, as revistas conquistaram o público brasileiro também graças à expansão dos correios e ao desenvolvimento dos telégrafos, tecnologias essenciais para o escoamento das notícias e produções de imprensa no geral (PEÇANHA, 2013, p.23; ELEUTÉRIO, 2012, p.58). Assim, selecionamos para nossa pesquisa duas das principais revistas do período, que além de competir entre si pelo retorno financeiro, apresentaram interpretações ora concordantes, ora dissonantes quanto ao contexto sócio-político do país. Falamos das revistas *O Malho* e *Careta*, que além do sucesso de vendas (algo entre trinta e cinquenta mil cópias semanais), apresentaram grande durabilidade, alcançando respectivamente as décadas de 1950 e 1960 (CORRÊA, 2012, p. 93-94).

A revista *O Malho* foi fundada em 1902 pelo caricaturista Crispim do Amaral, que ocupou a direção artística durante o primeiro ano de publicações, e pelo jornalista Luís Bartolomeu de Souza e Silva. Em 1903, Crispim acabou substituído por Kalixto Cordeiro e Raul Pederneiras, outros grandes nomes da caricatura nacional (NOGUEIRA, 2018, p. 54-55), ao passo que Luís permaneceu no posto de proprietário-fundador do periódico pelo menos até 1911, data que passou a ocupar cargo político no governo do Paraná (JUSTEN, 2020, p. 127-128). Alguns aspectos da trajetória de Luís Bartolomeu são dignos de destaque, em vista do percurso da própria revista e seus posicionamentos no processo eleitoral de 1909-1910. Luís estudou, em sua juventude, na Escola Militar da Praia Vermelha, instituição carioca palco de inúmeros momentos decisivos para a Proclamação da República, assim como durante as crises e revoltas já inseridas dentro dos governos republicanos. Para Livia Silva Soares, esse foi um fator importante para os percursos intelectuais de Luís Bartolomeu, tendo sido influenciado pelo marcante positivismo da Escola, o que também poderia ter sido responsável por apoios do jornalista à intervenção militar na política (SOARES, 2014, p. 53).

Em 1910, outro ex-aluno da Escola Militar ingressou no cargo de co-proprietário d'*O Malho*: era Antônio Azeredo, ex-colega de Luís, que foi eleito várias vezes Senador da República (JUSTEN, 2020, p. 268). Além da revista propriamente dita, o *Grupo Malho* de imprensa possuiu vários outros títulos ao longo de sua história, como *O Tico-Tico*, *Ilustração Brasileira*, *Leitura Para Todos*, *Almanaque d'O Malho* e *Almanaque d'O Tico-Tico*, sobre os quais não falaremos (JUSTEN, 2020, p. 44).

O Malho angariou compradores na classe trabalhadora formal e informal, sendo lida desde o operariado até ambulantes e carroceiros, algo possível graças ao baixo preço e forte apelo popular (TENÓRIO, 2009, p.49; 57). Contudo, seu público-leitor ultrapassou esses limites, já que a revista também foi lida por grandes nomes da política, como o baiano J.J. Seabra e o presidente Rodrigues Alves, que apesar de muito criticado pelas páginas da revista, teve uma relação amistosa a seu respeito (LUSTOSA, 2008, p. 304). Além disso, houve notável número de leitores “vinculados às associações e às corporações militares, a exemplo do 22º Batalhão de Infantaria e da Associação de Comércio” (TENÓRIO, 2009, p.50).

A revista *Careta*, por sua vez, foi fundada pelo empresário e editor Jorge Schmidt, tendo como diretor artístico o caricaturista José Carlos Brito, mais conhecido por J. Carlos. Antes da *Careta*, Jorge Schmidt havia editado outras revistas de peso: *Kosmos*, que durou de 1904 até 1909, quando foi fechada por falta de lucratividade; e *Fon-Fon!*, que saiu das mãos⁴ de Schmidt por volta de 1908 (CORRÊA, 2012, p. 76-77). Além do lançamento da revista ter surgido como meio de suprir a falta dessas duas outras publicações, “com a revista *Careta*, Schmidt tentava uma publicação de amplo alcance entre os leitores, com um caráter mais popular e principalmente de leitura mais espirituosa e divertida” (NOGUEIRA, 2010, p. 69).

A *Careta* pretendia, além disso, ser “crítica em relação à política e à sociedade carioca de seu tempo” (GARCIA, 2005, p. 31). Devido à vasta gama de temas abordados pela revista com o passar dos anos, Clara Nogueira indica que sua melhor classificação seria “revista de variedades” (NOGUEIRA, 2012, p. 134). Também foi notória a intenção de Schmidt em lançar uma revista capaz de fazer frente com o sucesso de *O Malho*, uma de suas principais concorrentes (GARCIA, 2005, p. 31). Nesse sentido, observamos como a *Careta* surgiu “para

⁴ A revista *Fon-Fon!* continuou existindo, só que sendo mais uma concorrente para as empresas de Jorge Schmidt. Segundo Felipe Botelho Corrêa, “O próprio Schmidt não era o diretor da revista, apenas oferecendo os serviços de sua editora para que a revista fosse editada e impressa”. Tradução livre de: “Schmidt himself was not the director of the magazine, but only offering the services of his printing-house for the magazine to be edited and printed”, o que mudou dali em diante (CORRÊA, 2012, p. 76).

dar certo”, isto é, com planejamentos e competências diretamente influenciadas pelas transformações vivenciadas pela imprensa do início do século XX: “percebe-se como o fundador da *Kosmos* e, posteriormente, da *Careta*, era muito mais um empreendedor do que um homem de letras” (NOGUEIRA, 2012, p. 135, grifo do original).

Como falamos, o principal responsável pela parte artística foi José Carlos Brito. Segundo Clara Nogueira “é notória como sua trajetória artística se confunde com a da revista, sendo seu ilustrador exclusivo entre 1908 e 1921” (NOGUEIRA, 2010, p.70). A qualidade do trabalho de J.Carlos o transformou em um dos principais caricaturistas do século XX brasileiro, elemento que também colaborou com o sucesso da revista *Careta*, que já em seu primeiro ano de existência, conquistou uma importante premiação: o Grande Prêmio da Exposição Nacional de 1908 (GARCIA, 2005, p. 34). Com o sucesso de crítica, o preço baixo (feito para competir no mercado editorial) e a riqueza de imagens, a *Careta* ganhou popularidade a nível nacional (NOGUEIRA, 2012, p. 135). Segundo Felipe Botelho Corrêa, “Se o foco de *O Malho* era as ‘classes populares’, e o da *Fon-Fon!* era a classe média alta que via Paris como referência cultural, *Careta* aparentemente sintetizou ambas as tendências ao combiná-las na mesma revista” (CORRÊA, 2012, p. 81)⁵. Notável foi o consumo da revista também por parte da intelectualidade carioca, havendo circulação de grandes nomes da literatura pelas páginas da *Careta*: ao longo das décadas, colaboraram com ela Bastos Tigre, Olavo Bilac, Lima Barreto, entre outros (GARCIA, 2005, p. 34; NOGUEIRA, 2010, p. 71). Combinando estes múltiplos fatores de sucesso, a *Careta* tornou-se símbolo da modernização técnica carioca, aplicando as inovações de impressão em suas páginas ao mesmo tempo em que debochava de forma irreverente sobre o cotidiano (NOGUEIRA, 2012, p. 143).

Durante o processo eleitoral de 1909-1910, *Careta* e *O Malho* estiveram em lados opostos, apoiando respectivamente Rui Barbosa e Hermes da Fonseca. Antes de prosseguirmos, cabe algumas observações a esse respeito. Como mencionado antes, o fundador da revista *O Malho* trilhou importante caminho por dentro dos círculos militares, algo considerado relevante para sua trajetória por Livia Silva Soares, que afirmou que era “possível que Luís Bartolomeu apoiasse o retorno dos militares ao poder” (SOARES, 2014, p. 53). Foi notória a participação do jornalista durante revoltas contrárias ao governo do Marechal Floriano Peixoto, ainda na década de 1890. Ao defender os revoltosos na imprensa, Bartolomeu foi preso (TENÓRIO, 2009, p. 44). No entanto, não fora ele o único militar da

⁵ Tradução livre do trecho: “If the focus of *O Malho* was the “classes populares” and that of *Fon-Fon!* was the upper middle classes who understood Paris as a cultural reference, *Careta* seems to epitomise both trends by combining them in the same magazine” (CORRÊA, 2012, p. 81).

época a ser contrário a Floriano, o que demonstra como as convicções do proprietário d'*O Malho* não chegavam a repudiar o cargo militar em si, mas as ações específicas tomadas durante aquele governo. Já em 1909 e 1910, *O Malho* apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca. Alguns elementos nos levam a pensar isso, sendo o primeiro deles a trajetória de Luís Bartolomeu e sua influência sobre a visão editorial da revista (SOARES, 2014, p. 53; NOGUEIRA, 2018, p. 58). Outro aspecto relevante para essa compreensão é a chegada de Antônio Azeredo ao posto de co-proprietário de *O Malho*, visto que o dito senador por muitos anos foi amigo pessoal do candidato Rui Barbosa (NEEDEL, 1993, p. 110-116), relação esta que foi encerrada durante o período eleitoral possivelmente graças ao apoio expresso de Azeredo à candidatura hermista⁶ (JUSTEN, 2020, p. 230). Aliás, nesse sentido, Livia Silva Soares é assertiva:

[...] o senador Antônio Azeredo apoiou a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República no ano de 1910, *enquadrando as charges políticas do seu diário à consolidação da imagem do candidato como sendo o presidente ideal para o Brasil* (SOARES, 2014, p. 53, grifo nosso).

Levando em consideração, ainda, o fato de que parte do público da revista era formado por militares, de fato não é estranha sua aproximação com o candidato Hermes da Fonseca. Sendo assim, consideramos esses aspectos como evidências de que as representações trazidas por *O Malho*, apesar de dotadas de determinados níveis de autonomia artística ligadas aos estilos de cada chargista, podem ser lidas como veículos de opinião do periódico como um todo.

Já sobre a *Careta*, a bibliografia consultada não chega a tal nível de concordância, muito pelo contrário. Vera Lúcia Bogéa Borges coloca que essa revista “Na eleição de 1910, também apoia o candidato Hermes da Fonseca e desde o início da campanha faz ataque contundente ao nome de Rui Barbosa” (BORGES, 2011, p. 104). Por outro lado, tanto Rafael Lopes Paes quanto Lorayne Ueócka apontam que a *Careta* ficou ao lado da Campanha Civilista (PAES, 2007, p. 120; UEÓCKA, 2004, p. 117-118). Levando em conta a afirmação de Clara Nogueira de “que somente teria espaço em suas colunas o grupo intelectual condizente com o *ambiente notoriamente eclético e irreverente da revista*” (NOGUEIRA, 2012, p. 145, grifo nosso), acreditamos este se tratar de um dos elementos que pode ter levado a uma concepção de não adesão à candidatura de Rui Barbosa, já que os

⁶ Azeredo era grande aliado de Pinheiro Machado, político gaúcho que mencionamos anteriormente, e que acabou por ser um dos principais responsáveis pela existência da candidatura hermista.

posicionamentos da revista seriam menos enfáticos e de caráter “mais profissional”. Dadas nossas aproximações com tais fontes, entretanto, compreendemos que a *Careta* fez parte sim dos periódicos que estiveram do lado civilista, seja por utilizar de suas charges e crônicas para ironizar a candidatura militar, seja por dar tratamento distinto a fotografias da campanha de Rui Barbosa (aderindo ao discurso de que ele possuía muito apelo popular), além de outros pontos que serão melhor abordados ao longo da dissertação. Ao contrário d’*O Malho*, no entanto, a *Careta* não esteve frequentemente expondo suas posições de maneira explícita, talvez com a intenção de manter uma imagem associada aos ideais “neutros” da modernidade capitalista e burguesa que se instalavam na sociedade.

Tanto *Careta* quanto *O Malho* tiveram como “carros-chefe” as charges, o que nos levou a escolhê-las como o nosso principal objeto de aproximações ao longo da pesquisa. Desse modo, percebemos ser fundamental um suporte teórico-metodológico específico para a análise das charges, do qual destacamos a influência das práticas pensadas por Vinicius Liebel (2017). Em primeiro lugar, efetuamos a análise *Pré-Iconográfica*, “descrevendo” a charge em sua inteireza; a seguir, passamos à fase *Iconográfica*, estudando os símbolos, arquétipos e signos presentes nas charges. Em terceiro lugar, analisamos a *Composição formal* da imagem, visando entender como se deu a construção gráfica da charge, como traço, posicionamento de personagens, etc. Em último lugar – mas não menos importante –, analisamos a charge de maneira *Icônico-Iconológica*, que integra a interpretação dos componentes internos da imagem ao seu contexto de produção, possíveis intenções e finalidades (LIEBEL, 2017, p. 101-111).

Para Roger Chartier, “as representações do mundo social [...] são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam” (CHARTIER, 1988, p.17). Entendemos as charges como representações, visto que “o humor aliado à imagem abre possibilidades que o texto escrito não tem, possibilitando um ataque, uma crítica ou uma ironia em um nível mais sutil do que as palavras podem alcançar” (LIEBEL, 2017, p. 85). Nesse sentido, é importante abandonar a “falsa polaridade entre real e imaginário, pois a imagem pertence ao real, uma vez que práticas e representações são indissociáveis” (VIEIRA, 2013, p. 7). Assim, as representações não são apenas produto do que convencionamos como real, como também o constitui materialmente, dando-lhe forma (JODELET, 2001, p. 21-22). Encarando as representações também enquanto sistemas de interpretação e significação da realidade, que “apoiam-se em valores variáveis [...] e em saberes anteriores,

reavivados por uma situação social particular”, o que aqui compreendemos como sendo concepções de masculinidades reavivadas pelo contexto eleitoral (JODELET, 2001, p. 21).

A representação nos é cara “para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1988, p. 17). Não pretendemos, portanto, analisar as masculinidades dos dois sujeitos históricos Rui e Hermes, e sim as representações feitas a seu respeito. Compreendemos que eles não foram somente personagens alvo das troças, mas também símbolos usados pelo humor para abordar os grupos sociais identificados como militares e bacharéis (LIEBEL, 2017, p. 95). Isto porque “a hegemonia trabalha em parte através da produção de exemplos de masculinidades [...], símbolos que têm autoridade”, algo que será interpretado a partir das figuras dos candidatos à presidência presentes nas charges (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 263).

A partir da reunião de todos os fatores supracitados, procuramos responder às seguintes perguntas: 1) Como foram representadas as masculinidades dos dois candidatos à presidência dos anos de 1909-1910 nas revistas *Careta* e *O Malho*? 2) Como elas foram articuladas pelos periódicos para discutir o processo eleitoral propriamente dito? e 3) Como essas representações estavam inseridas nas dinâmicas de redefinições de gênero observadas no período? Nossa primeira hipótese é de que por meio do humor das charges e caricaturas, as revistas *O Malho* e *Careta* se inseriram nas disputas políticas de 1909-1910 visando pontuar qual dos dois representaria o modelo de masculinidade ideal para regenerar a República. Nossa segunda hipótese se refere às disputas por hegemonia entre as masculinidades do período em análise, isto é, cada uma das revistas utilizou suas representações de maneira a legitimar uma masculinidade hegemônica específica, em prejuízo de outros modelos de ser masculino. Defendemos a ideia de que o humor voltado para as masculinidades dos dois candidatos (e, portanto, dos grupos que estes representaram) fazia parte da busca por uma solução aos problemas enfrentados pela nação, em uma tentativa de traçar uma masculinidade hegemônica ideal para enfrentar os dilemas políticos, sociais e culturais de seu tempo.

Foram selecionadas para esta dissertação todas as edições de ambas as revistas publicadas no intervalo dos anos de 1909 e 1910 (ou seja: *Careta* edições n.31-135; *O Malho* edições n.329-433) incluindo ocasionais consultas a publicações de anos anteriores e posteriores, como 1908 e 1912. As revistas *Careta* e *O Malho* foram consultadas nos acervos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, da Fundação Casa de Rui Barbosa, e do

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Como fontes complementares, utilizadas de forma pontual, elencamos os documentos arrolados pela Fundação Casa de Rui Barbosa em seu site, além dos anais do Senado Federal referentes aos anos de 1909 e 1910, consultados na Biblioteca do Senado Federal.

Dado o grande número de fontes principais, optamos pelo uso de planilhas para a realização de fichamentos que facilitassem seu manuseio. Foram três as planilhas criadas: “Menções Masculinidades”, “Menções Ruy Barbosa” e “Menções Hermes da Fonseca”, que estão exemplificadas respectivamente em nossos Apêndices A, B e C. A primeira foi feita para abarcar as páginas das edições que discutem temas passíveis de uma análise voltada para gênero e masculinidades de maneira mais ampla, e que acabou por ser muito utilizada na escrita de nosso primeiro capítulo. Já as duas últimas foram destinadas às páginas em que os dois candidatos aparecem nas fontes, sendo de utilidade para a escrita do segundo e terceiro capítulos da dissertação. Nas três planilhas, organizamos os fichamentos em colunas, cada qual compreendendo um aspecto diferente das menções em questão: Código Identificação (para fins de organização interna do fichamento), número da Edição, Data de Publicação, Página, Tipo de Menção (se é charge, fotografia, crônica, etc.), Autoria, Título da Menção (título da charge, da crônica, etc.), Pauta da Menção (descrição do objeto do fichamento), Título da Ed. /ou 1ª pág., Pauta da Ed. (quais os assuntos tratados, de uma maneira geral), Imagem da Capa /ou 1ª pág., Outras menções (de pessoas, instituições, etc.), Link da Edição (que leva aos seus acervos on-line nas instituições mantenedoras) e Observações. No caso dos fichamentos da planilha “Menções Masculinidades”, utilizamos ainda uma última coluna identificada como Eixos, criada como uma forma de classificação das menções (se são menções à virilidade masculina, à violência, à idade, etc.). Para o desenvolvimento dos fichamentos, baseamo-nos livremente nas sugestões de pesquisa da historiadora da imprensa Tânia Regina de Luca (2006), levando em consideração também a observação de Rafael Lapuente de que a metodologia envolvendo imprensa varia “dependendo do recorte do historiador, do seu objeto de pesquisa e de sua abordagem, se tornando impossível enquadrar o uso dos periódicos em uma sistemática uníssona” (LAPUENTE, 2015, p. 2).

Esta dissertação tem como pretensão discutir novas formas de se pensar o período da Primeira República, promovendo uma revisão quanto ao processo eleitoral específico dos anos 1909-1910. Sob as óticas da História das Masculinidades, História Política e História da Imprensa, a ideia é debater as conexões entre os diferentes campos da historiografia,

demonstrando seu caráter dialógico. Para isso, dividimos a dissertação em três grandes capítulos.

No primeiro deles, *Gênero e Raça na Primeira República*, discutimos desde as transformações urbanas pelas quais o Rio de Janeiro passava no início do século XX e seus respectivos impactos nas diferentes camadas sociais, até as maneiras que as revistas abordaram tais questões, e como definiram, por meio do humor, suas percepções a respeito dos diferentes agentes sociais envolvidos. Desta forma, este capítulo foi subdividido em quatro momentos: em *Trânsitos republicanos: sociedade, “bota-abaixo” e “Regeneração”*, analisamos as diferentes visões existentes do processo de urbanização da capital do país, contrastando as perspectivas das elites e dos populares sobre os processos de “progresso” e “regeneração” cariocas. Nesse subcapítulo, também inserimos os julgamentos morais impostos sobre as atuações femininas no ambiente público, bem como os preconceitos voltados às vivências homossexuais e às populações negras. No subcapítulo seguinte, *Os personagens e suas relações: as charges ditando gênero*, analisamos como as revistas *Careta* e *O Malho* interpretaram as mudanças de dinâmicas sociais por volta de 1909-1910, dando especial enfoque sobre como foram representadas em suas páginas as diferentes expressões de masculinidades e feminilidades. Neste subcapítulo, portanto, debatemos sobre como a masculinidade negra foi representada, especialmente a partir dos casos de participação negra na política institucional e em uma revolta social; como as charges representaram a construção de uma masculinidade urbana, branca e moderna, identificada como *smart*, e que teria suas próprias especificidades quanto a papel dentro das dinâmicas de gênero; além de discutirmos com quais finalidades as mulheres foram representadas, partindo dos exemplos de feminilidade, passando pelas críticas contra o feminismo (ou a emancipação das mulheres, simplesmente) e chegando até os usos do feminino realizados pelas duas candidaturas à presidência da República. O foco deste capítulo é, de fato, a efervescência das dinâmicas sociais brasileiras que se complexificavam em termos de raça, classe, gênero e sexualidade, o que procuramos demonstrar através de conexões feitas entre a bibliografia selecionada e as fontes de humor.

No segundo capítulo da dissertação, *As trajetórias dos candidatos Hermes e Rui*, empregamos menos subdivisões, que tratam dos percursos dos dois candidatos à presidência desde muito antes dos anos eleitorais. Em um primeiro momento, desenvolvemos uma breve trajetória da vida pública de Rui Barbosa de Oliveira, no subcapítulo *Rui Barbosa, o Águia de Haia*, a fim de estabelecer as razões que o alçaram à grande expoente político brasileiro.

Desta forma, são abordadas questões que se tornaram notórias em sua biografia, visto que muitas delas seriam satirizadas por charges e crônicas de ambas nossas fontes. Assim, podemos compreender também quais as intenções de Rui para ingressar na chamada Campanha Civilista, bem como a partir de quais repertórios tal movimento seria baseado. Já no subcapítulo *Hermes da Fonseca, o Verdadeiro Militar*, além de traçarmos caminhos semelhantes ao de Rui Barbosa — isto é, procurando entender quais os elementos que lhe concederam notoriedade política, suas motivações para entrar na corrida eleitoral, além de características marcantes que seriam utilizadas contra ou a favor de sua personagem representada pelas charges —, visamos entender momentos marcantes de sua biografia militar, ressaltando sua participação em momentos-chave da história nacional e buscando conectar Hermes ao ambiente militar, o que, salvo poucos trabalhos acadêmicos, raramente é abordado em um sentido mais sistemático.

No capítulo três, *Em busca de masculinidade hegemônica: entre o militar e o bacharel*, voltamos às charges e crônicas para discutirmos o processo eleitoral de 1909-1910, desta vez realizando um estudo pormenorizado das idas e vindas políticas, dos argumentos e conceitos usados por ambas as campanhas, de suas intervenções no espaço público e de que forma isso foi interpelado pelas revistas *Careta* e *O Malho*. É aqui que examinamos como as masculinidades dos dois candidatos foram representadas pelas fontes, bem como os conceitos de gênero foram empregados para legitimar ou deslegitimar os processos políticos da Primeira República. Através de uma subdivisão cronológica, organizamos o terceiro capítulo em três subcapítulos. No primeiro, *A sucessão de Afonso Pena e as Convenções (1909)*, discutimos o início do processo eleitoral, com as críticas à gestão civil de Afonso Pena, a morte do presidente e as definições das duas convenções políticas que resultaram nas chapas de Hermes-Wenceslau e Rui-Albuquerque. Sempre tendo em vista a questão das masculinidades, trazemos à tona justamente os usos do gênero como ferramenta de credibilidade política e social. No segundo subcapítulo do terceiro capítulo, *Civilismo versus Militarismo: debatendo política, República e masculinidades (1909-1910)*, debatemos as campanhas propriamente ditas, observando como *O Malho* encarou a candidatura hermista como positiva e a civilista como negativa; ao passo que *Careta* valorou negativamente a candidatura do militar, sendo favorável ao bacharel. Tratamos dos diferentes usos das ideias de bacharelismo e militarismo, a associação entre conceitos de masculinidades e as representações de humor, culminando nas definições de masculinidades hegemônicas que concluímos serem possíveis de identificar em ambos os veículos de imprensa. Por fim, no

último subcapítulo, chamado *O resultado das urnas: a conquista da hegemonia? (1910)*, além de examinarmos o dia da eleição, o resultado eleitoral e seus constantes usos do gênero masculino como tópicos centrais em representações humorísticas, também colocamos em discussão as reações à vitória de Hermes da Fonseca. É neste espaço, inclusive, que abordamos uma importante questão para a compreensão da masculinidade hegemônica, o que nos levou a colocar o título do subcapítulo como uma pergunta: teria a vitória eleitoral de uma das chapas concretizado a ascensão de uma nova masculinidade hegemônica?

Após os três capítulos, somente nossas Considerações Finais e elementos pós-textuais da dissertação. De uma maneira global, nosso texto traduz as horas dispensadas sobre os Arquivos (instituições) e arquivos (fontes digitalizadas), estabelecendo diálogos entre bibliografias e fontes, aglutinando leituras, fichamentos, planejamentos, escritas e reescritas. Esforços combinados nos trouxeram até o presente estudo de masculinidades, que no decorrer das páginas seguintes, pretendemos acrescentar ao conhecimento histórico uma contribuição sobre a relação entre gênero e política. Passemos, então, ao início do século XX, para compreendermos o processo histórico que contrapôs tão distintamente civis e militares.

2 CAPÍTULO UM: Gênero e Raça na Primeira República

2.1 Trânsitos republicanos: sociedade, “bota-abaixo” e “Regeneração”

Talvez uma das mais notórias afirmações a respeito da passagem do período imperial para o republicano seja aquela proferida por Aristides Lobo, intelectual republicano e um dos participantes do Governo Provisório: a de que “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” (CARVALHO, 2004, p. 9-13). Não é a intenção de nossa pesquisa discutir as concepções de “povo” em voga no discurso político de Lobo ou de outros políticos e intelectuais de renome. De fato, para as elites responsáveis pela Proclamação e subsequente consolidação da República, a nação idealizada “primava pelo autoritarismo, por um modernismo de ideais associado a um forte conservadorismo político, um desejo de mudança sem alterar hierarquias e privilégios” (MISKOLCI, 2013, p. 209). Isso demonstra como a exclusão da participação popular fez parte de um projeto societário⁷, mas por si só, não atesta que a inexistência de agentes sociais resistentes ao afastamento dos fazeres políticos e sociais da República. Como afirma José Murilo de Carvalho, “havia algo a mais na política do que somente um povo bestializado” (CARVALHO, 2004, p. 13).

Analisando de maneira mais pormenorizada, identificamos uma série de resistências e subversões sociais, políticas e culturais oriundas de diferentes setores da sociedade brasileira. Em um primeiro momento, podemos abordar a questão sob o prisma da classe trabalhadora:

Os operários, ou parte deles, acreditaram nas promessas do novo regime, tentaram organizar-se em partidos, promoveram greves [...] ferroviários, marítimos, estivadores, cocheiros e condutores de bondes fizeram sua entrada no cenário político, promovendo as primeiras paralisações da capital [...] (CARVALHO, 2004, p. 23).

Essa classe, no entanto, não era um espaço homogêneo em termos de raça, sexualidade e gênero. As expectativas sobre as mulheres empobrecidas, que desde antes da República atuavam em atividades fabris, por exemplo, foram pautadas pelas “novidades do tempo”, onde os ideais de família burguesa tentaram “empurrá-las” para o âmbito doméstico. Se por um lado as intenções visavam cercear os campos de atuação de tais mulheres da classe trabalhadora, “na prática [...], mesmo alijadas dos postos de trabalhos nas indústrias, não

⁷ Como aponta Jeffrey Needell, mesmo que todas as ideias políticas do período estivessem convergindo na capital, muitas práticas aristocráticas foram mantidas dentro das elites: “Veremos que, sob a República, até mesmo aqueles membros da elite mais representativos das mudanças na economia e na função política do Rio recriaram um meio aristocrático. As mudanças ocorreram, mas não a ponto de alterar radicalmente dois fenômenos associados: o controle exercido pela elite e sua expressão sociocultural” (NEEDELL, 1993, p. 41). A ideia de apartar a alta sociedade das camadas populares não era uma ideia nova, apesar de persistente entre os proprietários, empresários, políticos, etc.

deixaram de combinar atividades domésticas com as que pudessem gerar rendimentos para garantir condições mínimas de sobrevivência para sua família” (SCOTT, A., 2012, p. 20). Discutiremos a questão do trabalho feminino e seus impactos sociais em determinados pontos do capítulo, porém é válido destacar que não foi somente através da subversão dos costumes que as mulheres lutaram politicamente. Desde meados do século XIX mulheres veiculavam suas reivindicações por educação, trabalho e direitos através da imprensa (KARAWAJCZYK, 2013, p. 49-54). Será no marco de 1910 que se dará a criação do Partido Republicano Feminino, sobre o qual também falaremos no decorrer da dissertação.

A população negra foi um grande alvo das políticas repressivas no início da República. Taxadas como parte das “classes perigosas”⁸ — isto é, trabalhadores e pobres — as pessoas negras eram vistas com apreensão por autoridades e governantes (CHALHOUB, 1986, p.53-57; MISKOLCI, 2013, p. 171). Afinal, como pontuam Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho: “Pensar o mundo republicano e sem escravidão não queria dizer pensar uma sociedade de oportunidades iguais; muito pelo contrário, a preocupação estava em garantir que brancos e negros continuariam sendo não só diferentes, mas desiguais” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 205). Isso não impediu que as culturas negras se afirmassem, ou que suas trajetórias não fossem marcadas também pelas defesas políticas em prol de sua cidadania. O exemplo máximo que trazemos aqui se refere à candidatura a deputado federal feita pelo advogado e político negro Manuel da Motta Monteiro Lopes, que angariou apoio de diversas associações negras do Rio e do país inteiro (DOMINGUES, 2013, p. 67-72; DANTAS, 2020, p. 37-40). Voltaremos também a essa questão, em vista que nossas fontes também abordaram a ascensão da população negra na arena da política institucional.

O enfrentamento cotidiano também era praticado pelas pessoas hoje denominadas LGBTQIA+. Pelo menos no caso dos homossexuais cisgêneros do gênero masculino, acompanhamos uma resistência diária às perseguições de autoridades e às classificações de médicos ou membros do aparato judiciário. Segundo João Gomes Jr., “embora não se possa falar em uma identidade homossexual para o período, mas em múltiplas identidades e experiências, é inegável a existência de uma cultura compartilhada e reproduzida por todos

⁸ Segundo Sidney Chalhoub, “Os parlamentares reconhecem abertamente, portanto, que se deseja reprimir os miseráveis. Passam a utilizar, então, um conceito de ‘classes perigosas’, avidamente aprendido nos compêndios europeus da época” (CHALHOUB, 1986, p. 47). Assim, os “legisladores brasileiros utilizam o termo ‘classes perigosas’ como sinônimo de classes pobres, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade. Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’” (CHALHOUB, 1986, p.48).

aqueles homens” (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 84). É através dessa cultura e das práticas homoeróticas em ambientes que lhes reprimiam que parte da comunidade LGBTQIA+ se manifestou na Primeira República, negando-se a deixar morrer suas vivências, constituídas a cada dia que passava.

Por questões de delimitação temática, incluindo a necessidade de novos aportes teórico-metodológicos e de cunho historiográfico, não poderemos refletir de maneira extensa sobre todos os grupos partícipes dos segmentos supracitados. É evidente que o escopo do trabalho poderia ser ampliado, porém são elementos e discussões ainda não comportadas por nossos objetivos e que carecem de maior tempo para desenvolvimento. Em oportunidades futuras, ou em estudos de demais historiadores, talvez seja possível uma análise pormenorizada das lesbiandades; das histórias de pessoas transgêneras; de bissexuais; intersexos; pansexuais; assexuais; de mulheres negras e indígenas. Nos termos dessa pesquisa — que reflete acerca das disputas por hegemonia sobre o gênero masculino, especificamente sobre masculinidades cisgêneras —, aplicaremos uma visão relacional entre masculinidades e feminilidades, entre masculinidades brancas e negras, cisheterossexuais e cishomossexuais, de ricos e pobres; ao passo que serão pontuadas as diferenças de tratamento e expectativa sobre as feminilidades, sendo elas apresentadas através dos mesmos critérios.

Com isso em mente, observamos uma confluência de fatores entre os grupos acima elencados, sendo o primeiro deles a localidade onde se dão suas trajetórias: o Rio de Janeiro. Quase uma personagem própria, a capital do país ganharia uma nova fachada depois de tantas mudanças, em comparação com o regime anterior. Muitas continuidades também aconteceram, em especial nos termos de mobilidade social e estruturas de privilégios de classe. Por ora, pensemos sobre as transformações.

Desde o final do século XIX, por volta de 1872, o crescimento da cidade em número de habitantes apenas acelerou. Se em 1872 a cidade tinha 274.972 habitantes, em 1890 passou a ter 522.651, e em 1906, 811.443. Neste último ano, o Rio de Janeiro era a única cidade do Brasil com mais de 500 mil habitantes (CHALHOUB, 1986, p. 24-25). Dois fatores favoreceram esse aumento: 1) migrações rural-urbanas e deslocamentos internos de libertos, que passaram a procurar empregos na recém instaurada capital republicana, e 2) ingresso massivo de imigrantes europeus, incentivados por uma política de branqueamento da sociedade brasileira (CHALHOUB, 1986, p. 25-26; CARVALHO, 2004, p. 16-18). Segundo Márcia Pinna Raspanti,

O Rio de Janeiro era o centro da nova ordem econômica e política: a capital era o maior núcleo da rede ferroviária nacional, ligando-se ao centro produtor de café do oeste paulista e a outros importantes estados fornecedores de produtos agropecuários, além de manter o comércio de cabotagem com os estados do norte e nordeste (RASPANTI, 2013, p. 203).

Outros elementos podem ser acrescentados às particularidades de cada grupo que adentrava as fronteiras do Rio de Janeiro. No caso dos imigrantes, por exemplo, houve uma grande chegada de homens jovens, entre 15 e 30 anos, e em grande parte, solteiros. Isso não só gerou baixas taxas de nupcialidade oficial como também demonstrou uma disparidade numérica entre os gêneros: 56% da população da capital era masculina, ao passo que 44% era feminina (CHALHOUB, 1986, p. 25-26; CARVALHO, 2004, p. 17).

Um elemento que é importante ressaltar diante desse cenário é que mesmo os números não tendo prevalecido para as mulheres em quantidade de imigrantes, ou em quantidade de habitantes da cidade como um todo, um dos signos carregado pela parcela feminina da sociedade seria o *status* que diferenciava mulheres brancas européias das mulheres negras, mestiças e indígenas do Brasil. A preferência pelas ditas “polacas” ou “francesas” ultrapassava interesses amorosos e sexuais, sendo que a prostituição dessas mulheres seria um “fetichismo que se direcionava ao corpo feminino europeu” e que “era elaborado socialmente pelos homens como um meio de aproximar-se daquela realidade estrangeira” (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 56). Isso passava, portanto, desde o início por um processo de construção de uma masculinidade hegemônica específica, que tentaria voltar o desejo para determinados corpos, e não outros.

Podemos dizer, portanto, que “alterou-se a população da capital em termos de número de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional” (CARVALHO, 2004, p. 16). Outro aspecto que ganhou maior complexidade foi justamente o das relações sexuais entre os gêneros, com um aumento visível da prostituição, variadas tensões entre casais (CHALHOUB, 1986, p. 129-164), e a conquista de espaços por parte da comunidade homossexual do período (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 41; 64).

Em parte graças a todos esses trânsitos sociais, em parte devido aos interesses políticos e econômicos do novo regime, o Rio de Janeiro foi transformado em um grande canteiro de obras no início do século XX. Após as instabilidades do Governo Provisório e a estabilização da economia após o governo de Campos Salles, coube à gestão de Rodrigues Alves desenvolver a capital do país e transformá-la em um local agradável aos negócios, à

política, e aos estrangeiros⁹ (SEVCENKO, 2006, p. 22). Justamente nesse momento que Jeffrey Needell afirma ter início a *belle époque* brasileira, visto que o período foi encarado com positividade — pelas elites e camadas médias — devido aos progressos materiais capitalistas, às modernizações de estilo europeu, bem como por causa de uma aura de futuro mais positivo, em oposição às instabilidades do período militar do final do século XIX (NEEDELL, 1993, p. 53-54).

Segundo este mesmo autor, “nada expressa melhor a *belle époque* carioca do que a abertura da Avenida Central” (NEEDELL, 1993, p. 58). Isso porque a tônica da “bela época” nacional seria a reformulação urbana das principais capitais, em especial o Rio de Janeiro, Capital Federal da nascente República. O escolhido pelo presidente Rodrigues Alves para concretizar os principais empreendimentos no Rio foi o engenheiro Francisco Pereira Passos, que ao ser nomeado prefeito da Capital, atuou com prerrogativas quase ditatoriais¹⁰. Estiveram em sua equipe vários nomes proeminentes do período: Lauro Müller, responsável pela modernização portuária; Paulo de Frontin, encarregado pela obra da Avenida Central; e o médico sanitário Oswaldo Cruz, investido da tarefa de higienizar o Rio de Janeiro. A ideia era colocar a cidade dentro dos moldes europeus, aderindo aos seus “ecos de modernidade” (NOGUEIRA, 2012, p. 98-99). Em outras palavras, “O Rio de Janeiro deveria se modernizar a qualquer custo seguindo o modelo de Paris” (RASPANTI, 2013, p.203).

A preferência por esses estilos arquitetônicos e de delimitação do espaço não surgiram “do nada”. Tratou-se de uma influência cultural e política que embasava o aburguesamento

⁹ Nas palavras de Nicolau Sevcenko, “como capital da República ele [Rio de Janeiro] era a vitrine do país [...], a cidade deveria operar como um atrativo para os estrangeiros” (SEVCENKO, 2006, p. 22). Se por um lado essa propaganda visava angariar mão de obra branca para a manutenção das políticas de embranquecimento, por outro, observamos também a necessidade das elites brasileiras em mostrar às elites internacionais como o país estava apto a fazer parte do cenário político ocidental. É importante observar também a relevância da cidade para a entrada de capital estrangeiro no país. Um grande exemplo disso é que as obras da Avenida Central foram organizadas a fim de estabelecer lojas de luxo internacionais, entre os ramos do comércio, da infraestrutura, da importação de bens de consumo, e até mesmo das “belas artes” e da “arte erudita”, como a ópera e a literatura francesa (NEEDELL, 1993, p. 62).

¹⁰ Sobre a escolha de Pereira Passos, reproduzimos trecho da dissertação de Livia Silva: “Com 66 anos, era o mais velho membro do Governo, conhecedor das principais capitais europeias, tendo assistido, em Paris, ao final dos trabalhos de remodelação da cidade, empreendidos por Haussmann” (SOARES, 2014, p. 34). Sobre a autonomia de poder do então prefeito, a mesma historiadora acrescenta: “O engenheiro conhecia os problemas que enfrentaria e, por essa razão, condicionou a aceitação do convite ao compromisso presidencial de lhe assegurar ampla autonomia de ação. Para tanto, foi necessária a elaboração de uma lei pelo Congresso, aprovada ao final de 1902, sendo responsável por conferir ao prefeito um poder praticamente ditatorial” (SOARES, 2014, p. 34-35). De acordo com Jaime Benchimol, apesar de nos primeiros meses da gestão Pereira Passos as obras não terem avançado com grande velocidade, houve a suspensão do Conselho Municipal, algo que favoreceu a autonomia do engenheiro empossado pelo presidente Rodrigues Alves. Posteriormente, encontraram-se formas legais de manter o poder nas mãos de Passos, algo que permaneceu até o final de seu mandato em 1906 (BENCHIMOL, 2008, p. 262).

das camadas médias e altas da sociedade brasileira, o que incluía a elite política. Como atesta Vera Lucia Borges, “as transformações no espaço físico desempenhavam uma função ideológica” (BORGES, 2011, p. 217). Em primeiro lugar, sendo a capital republicana um espaço de sociabilidade e aprendizado das classes políticas, “era importante garantir a ordem, elemento central da República e característica *si ne qua non* de uma grande metrópole, capaz de superar instabilidades como em episódios que comprometiam a paz” (BORGES, 2011, p. 217, grifo do original). Reformular os espaços urbanos representava os interesses de quem seria autorizado a circular neles, e as intenções dos grupos responsáveis pelas reformas eram muito claras: afastar as populações indesejadas dos centros, e através de diversas políticas sanitárias, delimitar quais práticas eram aceitáveis.

Levando em conta a heterogeneidade da população do Distrito Federal no início do século XX, e as intenções das elites brasileiras em transformar a geografia local para atender aos seus próprios interesses, precisamos pensar em até que ponto essas reformas também foram capazes de evidenciar disputas de gênero, agora pautadas pelo modo de vida burguês. Os valores que passaram a ser discutidos giravam ao redor da divisão entre público e privado, do trabalho, da produtividade e da vadiagem; da ciência *versus* o atraso (nome dado às culturas tradicionais de grupos não-brancos, por exemplo¹¹); dentro da noção de família nuclear, com submissão feminina e autoridade masculina; etc. Obviamente, isso não quer dizer que todos atendiam igualmente a essas demandas. Segundo Maria Ângela D’Incao,

O espaço urbano, antigamente usado por todos em encontros coletivos, festas, mercados, convívio social etc., começa a ser governado por um novo interesse, qual seja, “o interesse público”, controlado pelas elites governantes. Esse fato propiciou a modernização da cidade do Rio de Janeiro (D’INCAO, 2004, p. 224-225).

Com isso em mente, as reformas urbanas transportaram consigo altas doses de moralização, onde as práticas identificadas como “civilizadas” ou “modernas” eram aceitas, e tudo o que as contestavam, como anômalas. Assim, “os novos donos do poder queriam deixar suas marcas na cidade, destruindo tudo o que lembrasse a cultura popular e os hábitos considerados antiquados” ou desviantes (RASPANTI, 2013, p. 203). Surge aqui outro ponto digno de destaque: a nomenclatura dada à época ao processo de reformas. Segundo Clara Asperti Nogueira,

¹¹ Como aponta Jeffrey Needell: “abraçar a Civilização significava deixar para trás aquilo que muitos na elite carioca viam como um passado colonial atrasado, e condenar os aspectos raciais e culturais da realidade carioca que a elite associava àquele passado” (NEDELL, 1993, p. 70).

O emprego da expressão “Regeneração” é tão perigoso quanto controverso. As elites urbanas, detentoras dos bens de consumo, a usariam largamente para explicar o novo alvorecer carioca. No entanto, aos excluídos da Belle Époque, o refugio populacional que não mais cabia no cosmopolitismo moderno do Rio de Janeiro, competiria o “Bota-Abaixo” (NOGUEIRA, 2012, p. 95).

As alterações urbanas iniciadas em 1904 foram apontadas como elemento de regeneração por seus adeptos, entre os quais destacamos as camadas médias e a maior parte da imprensa, já que para o “periodismo da época é quase consenso a exaltação das reformas urbanas orquestradas pela municipalidade a partir dos anos 1900” (NOGUEIRA, 2012, p.101), algo que observamos, em partes¹², também em nossas fontes. Contudo, a ideia de Regeneração não era somente material, e respeitou as diretrizes do pensamento burguês sobre o que era atrasado, o que era condenável, o que era imoral. Clara Asperti Nogueira não erra ao chamar o próprio nome “Regeneração” como algo sintomático daquele momento (NOGUEIRA, 2014, p.95), pois tratou-se de um processo de moralização da sociedade carioca, com permanências observáveis no objeto de nossa pesquisa.

Na realidade, a noção de “Regeneração” obteve várias conotações durante a primeira década do século XX. Segundo Richard Miskolci, “o discurso de regeneração e moralidade ganhou força com a troca de regime, já que reforçou representações culturais que associavam o Império com a decadência e o passado, e a República com a regeneração e o futuro” (MISKOLCI, 2013, p. 693). Não é por acaso que “Regeneração” (com R maiúsculo) foi o termo empregado para classificar o conjunto de obras: elas eram vistas como o apogeu do modelo republicano sobre as ultrapassadas raízes coloniais e imperiais, eram o símbolo do progresso burguês, da *belle époque* propriamente dita. A intenção desta dissertação está longe de retomar as discussões promovidas durante a gestão Rodrigues Alves e Pereira Passos, porém ainda é possível ver as reverberações de tais conceitualizações nos debates acompanhados durante o período eleitoral que pesquisamos. Em parte, atribuímos essa

¹² Concordamos com Clara Nogueira ao dizer que na *Careta* “a mencionada advocacia pró-Regeneração não era algo dogmático na revista. Assim, a *Careta* era espaço coeso na divulgação do acalentado progresso, todavia também ambiente de denúncia aos arbítrios do poder público [...]”, algo que é mais perceptível a partir dos anos 1920, mas também é passível de identificação antes disso (NOGUEIRA, 2012, p. 170). Sobre a perspectiva de *O Malho*, utilizamos como referência o trabalho de Livia Silva Soares, que diz: “A revista atuou como veículo de mobilização e denúncia das mazelas sociais, das leis e atitudes consideradas arbitrárias. Assim, podemos afirmar que esses profissionais do humor exerceram um papel importante na formação de uma opinião que se mostrava ora favorável, ora desfavorável ao regime republicano [...]” (SOARES, 2014, p.184). Esta historiadora também aponta como o conceito de ‘progresso’ foi questionado ao longo das páginas d’*O Malho*, através das representações que discutiram a desigualdade social, a escassez de moradia, a fome e outros problemas sociais oriundos das reformas urbanas e da superpopulação carioca (SOARES, 2014, p. 54-60).

continuidade ao fato de que as reformas efetivamente não foram concluídas antes de 1906: pelo menos até 1910 alguns trechos estavam para ser entregues; ao passo que certas obras jamais chegaram a ser de fato finalizadas, conforme prometido inicialmente (NOGUEIRA, 2012, p. 114-115). Como observaremos melhor em outros capítulos, a regeneração também era discutida como necessária no âmbito da política institucional: os processos eleitorais fraudulentos e os políticos pouco comprometidos com o povo foram alvo dos discursos contrários aos problemas causados por eles contra a jovem República.

Além disso, é viável dizer que a nomenclatura “regeneração”, em uma concepção mais genérica, tenha se mantido no vocabulário de nossas fontes em decorrência das discussões de costumes que não perderam força desde a instauração do modelo republicano. O medo da *degeneração moral* era grande o suficiente para manter o termo em voga.

Se o termo “Regeneração” foi adotado pelos partidários das remodelações urbanas, e se houve uma grande carga moral sobre os habitantes da cidade, de que forma isso aconteceu na prática? Afinal de contas, o que foi o “bota-abaixo”? Desde que as reformas começaram, o planejamento era ampliar os espaços da cidade. Assim, para tornar o Rio de Janeiro “uma Paris tropical”, era necessário abrir caminho para o alargamento de ruas, a construção de avenidas, a instalação de praças, locais arejados e novos estabelecimentos “modernos”, tais como os cafés. Empregando argumentos higienistas — que visavam reformular a capital em termos sanitários, para combater as epidemias sazonais de febre amarela, cólera e varíola —, as autoridades tomaram para si a tarefa de transformar os ambientes de cima para baixo, isto é, sem a anuência popular. É válido mencionar também a participação (ao lado dos órgãos públicos) do incipiente setor imobiliário, que atuou em prol das demolições para beneficiar seus interesses de valorização de imóveis e aquisição de novas áreas (VAZ, 1994, p. 583-584).

Uma das principais instalações que eram vistas com ojeriza pelos higienistas, dadas as quantidades de pessoas vivendo em condições precárias no mesmo local, eram os chamados cortiços (CARVALHO, 2004, p. 94). Quartos de cômodos¹³, hotéis e outros estabelecimentos de estadia também foram alvos centrais do “bota-abaixo”, política de literalmente demolir as construções para que o espaço ficasse ajustado às novas normas de urbanidade. Desta forma,

¹³Também chamados de casas-de-alugar-cômodos, ou casas-de-cômodos, eram “casas subdivididas internamente que se multiplicaram no período republicano. Estas eram as formas possíveis de aproveitamento do restrito espaço disponível nas antigas freguesias centrais. Assim, os quintais e terrenos livres foram cobertos de frágeis casinhas e, posteriormente, casas foram desocupadas e subdivididas em cômodos. Lotes e casas eram encortiçados e transformados em estalagens e casas-de-cômodos” (VAZ, 1994, p. 583).

“em apenas quatro anos, milhares de pessoas tiveram de deixar suas casinhas em cortiços ou estalagens e seus quartos em casas de cômodos, que foram desapropriadas e demolidas por ordem da prefeitura” (CHALHOUB, 1986, p. 91). Aos proprietários dos estabelecimentos cabia a reforma (muitas vezes inexecutável, dados os custos necessários para o alcance dos padrões higiênicos)¹⁴ ou a demolição dos prédios, enquanto aos inquilinos sobrava a saída “das casas para desinfecções, ou mesmo a abandonar a habitação quando condenada à demolição” (CARVALHO, 2004, p. 95). Essas expulsões não eram planejadas pela prefeitura, “já que não estavam previstas quaisquer indenizações para os despejados e suas famílias, nem se tomou qualquer providência para realocá-los” (SEVCENKO, 2006, p. 23).

Assim, foi necessário a essa população lidar com os impactos da falta de moradia. Muitas das pessoas acabaram por habitar os morros, dando origem a favelas e “zungus” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 212; SEVCENKO, 2006, p. 23), outras simplesmente foram parar no meio da rua (SOARES, 2014, p. 50). Dentro dessa dinâmica, não podemos deixar de ressaltar que “as políticas sanitárias não escaparam da lógica racial que orientava muitas decisões governamentais” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 212). Isso já é perceptível na própria prática das demolições em si, em vista que muitos dos cortiços eram habitados por pessoas negras empobrecidas, algumas delas oriundas do antigo sistema escravista.

As alterações urbanas também passaram a incidir sobre uma moralização das vivências femininas. Se por um lado as mulheres brancas das camadas médias e altas da sociedade ganhavam espaço nas novas ruas da capital — através das práticas de sociabilidade aceitáveis à feminilidade burguesa, como ir às compras, frequentar as avenidas e teatros, beber chá na presença de outras mulheres, tudo com cada vez menos companhias masculinas (HAHNER, 2003, p.183; 188-189) —, por outro, os parâmetros do que era a imoralidade feminina passavam a vigiar os trânsitos públicos femininos. Uma grande questão que entrará em pauta será a diferenciação entre as “mulheres de bem” e as “mulheres de vida fácil”, isto é, aquelas encaradas como dotadas de pouca honestidade, baixa moral, seja por uma liberdade sexual, seja por sua autonomia em relação ao seu círculo social masculino. Conforme Sueann Caulfield, “uma mulher solteira não virgem era considerada uma prostituta em potencial”

¹⁴Segundo Lilian Fessler Vaz, “Para garantir as condições de higiene, a nova moradia deveria incorporar inovações técnicas e sanitárias de alto custo. Para garantir as condições de ordem, moralidade e disciplina a moradia deveria ser ampla, iluminada, arejada e com número moderado de ocupantes, com mais elementos de uso privativo e menos elementos de uso coletivo, além de permitir facilidade de controle sobre seus moradores” (VAZ, 1994, p. 584).

(CAULFIELD, 2000, p. 77), e até mesmo os locais que ela frequentava poderiam servir como elementos condenatórios ou de absolvição quanto à sua conduta moral (ESTEVES, 1989, p. 47-50).

Assim, diferenciar as mulheres honradas das “de vida fácil” fazia parte do “progresso” (GOMES JÚNIOR, 2019, p.58), e tinha como finalidade principal a normatização das relações sociais entre os gêneros. A continuidade desse processo em pleno ano de 1910 é representada em “Polícia de costumes”, charge de Aryosto para a revista *O Malho*. Nesta charge, acompanhamos um policial que está em primeiro plano, de costas aos personagens que avançam, na diagonal, rumo ao fundo, onde podemos divisar uma série de sombras que remetem a árvores (Ver imagem 1).

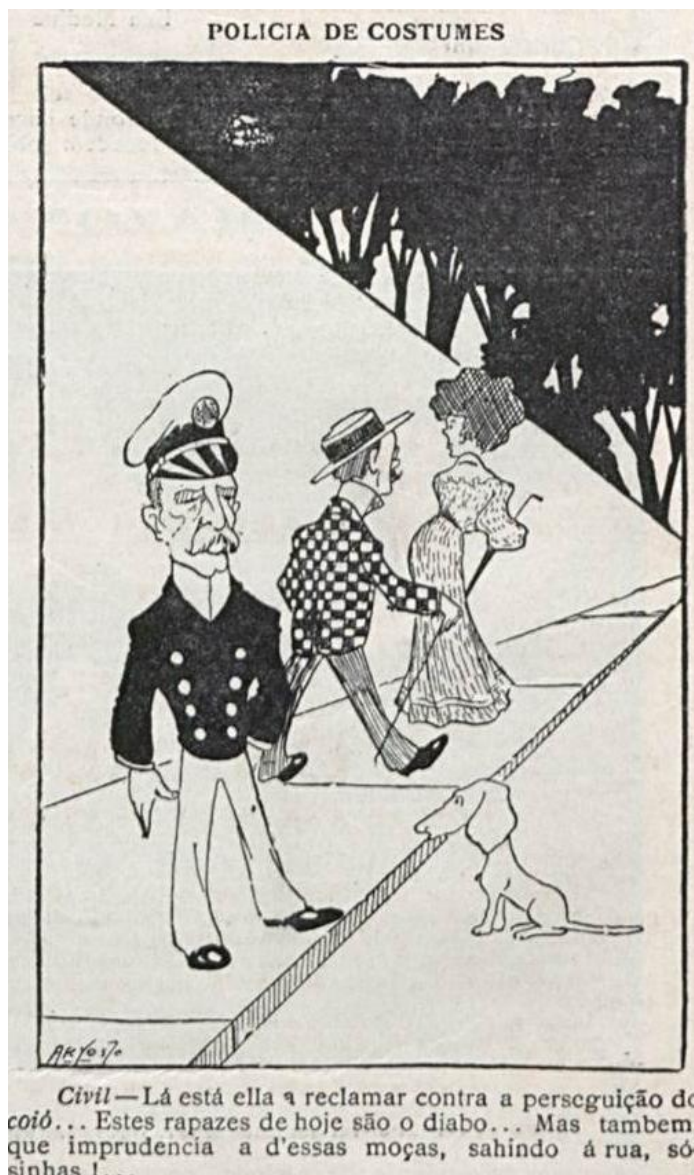


Imagem 1 - *Policia de costumes*, O MALHO, 26/03/1910, n.393, p. 40. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na legenda, lemos: “Civil: — Lá está ella a reclamar contra a perseguição do coió... estes rapazes de hoje são o diabo... mas também, que imprudencia dessas moças, sahindo á rua, sósinhas...” (O MALHO, 26/03/1910, p. 40). A disposição da charge não se dá por acaso: as linhas do muro à esquerda, e da calçada à direita, juntas formam não só uma noção de profundidade, como também uma seta direcional, indicando o destino inevitável dos personagens que se inclinam para a frente. Também não é por acaso que o matagal está representado como sombras retorcidas: trata-se de um prenúncio do perigo obscuro que espera a moça, ao ser perseguida pelo dito “coiό”. Além disso, dois elementos testemunham contra a mulher: ao mesmo tempo em que o guarda está de costas, ignorando-a, a legenda coloca sua fala como julgadora dos comportamentos femininos. É como aponta Thais

Moreira: para muitas charges, a saída de mulheres às ruas “tornavam-nas vulneráveis aos assédios, que seriam ‘justificados’ por atender às ‘necessidades masculinas’ de manifestar energia sexual” (MOREIRA, 2021, p. 267). Se a moça não estivesse sozinha, não seria assediada — ou o quer que venha a acontecer dentro da mata escura.

A aparente simples dualidade entre “mulheres fáceis” e “mulheres direitas”, no entanto, não se comprova ao olhar mais atento, em especial sobre as mulheres pobres como grupo. Estas vivenciavam o cotidiano do trabalho, seja ele doméstico (o que compunha a maior parte das ocupações femininas pobres, ainda que levassem as trabalhadoras a transitar entre uma casa e outra), seja ele fabril ou no comércio ambulante (CHALHOUB, 1986, p.137). Em sua maioria, moradoras dos cortiços e pensões, tais mulheres também sofriam com o processo de demolições. Frente aos julgamentos de seu tempo, as brancas empobrecidas ainda tinham a chance de ter “crédito” frente às autoridades, ao passo que mulheres negras tinham sua honestidade e honra mais facilmente questionadas dado o racismo institucionalizado¹⁵. Conforme Bebel Nepomuceno, “entre as mulheres negras, acostumadas aos percalços da vida, não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar” (NEPOMUCENO, 2012, p. 387). Trabalhando em casa, ou na casa dos patrões, vendendo produtos nas ruas ou lavando roupas “para fora”, esse grupo de mulheres passava por cima da visão burguesa e muitas vezes mantinham a casa em ordem, ao contrário do que se pregava em relação à autoridade masculina. Isso é algo observado por Sidney Chalhoub como um elemento convergente dentro das camadas trabalhadoras da sociedade carioca: “essa possibilidade de arrumar trabalho com alguma facilidade colocava a mulher pobre em posição de relativa independência em relação a seu homem” (CHALHOUB, 1986, p. 137).

As prostitutas, por sua vez, sofriam com o descaso de qualquer tipo de eventual proteção legal, sendo brancas ou negras. Segundo Sueann Caulfield,

[...]os legisladores da Primeira República seguiram seus predecessores imperiais, delegando aos funcionários municipais a tarefa de controlar a

¹⁵ Tendo em vista que a mulher negra era estigmatizada pelo estereótipo racista que pressupunha como sendo suas características principais a sensualidade, promiscuidade e a “degeneração moral da raça” (NEPOMUCENO, 2012, p. 404), os casos de crimes sexuais tenderam a ser mais cuidadosamente abordados nas ocorrências com mulheres brancas. Assim, “promotores e juizes em geral defendiam energicamente as moças pobres nos processos de defloração, mesmo as que não levavam a vida exatamente dentro dos padrões supostamente desejáveis de honestidade, *especialmente se a moça fosse branca*” (CAULFIELD, 2000, p. 89, grifo nosso). É válido dizer que esses desvios de conduta aceitáveis passavam longe da prostituição: prostituir-se era uma degeneração demasiada para ser foco da jurisprudência punitiva e/ou reparatória.

prostituição. No Distrito Federal, essa tarefa cabia ao chefe de Polícia, o qual trabalhava sob uma série de regulamentações municipais e federais nebulosas (CAULFIELD, 2000, p. 80).

Entre as referidas configurações nebulosas que o Rio de Janeiro apresentou, existiram as “casas de tolerância”, locais onde as prostitutas (em especial, aquelas que atuavam nas ruas) podiam encontrar abrigo e, às vezes, até mesmo atendimento médico (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 58-59). Sueann Caulfield mostra como houve debates jurídicos acerca do conceito, visando defini-lo de maneira exata para fins de enquadramento em leis de repressão (CAULFIELD, 2000, p. 80-81). Contudo, sem uma solução exata nesse sentido, as “casas de tolerância” se tornaram “maioria absoluta na cidade e serviam de abrigo a cerca de cinco moradores por vez. Estavam localizadas, em maior número, pela Lapa e ruas ao redor do Campo de Santana” (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 61), o que demonstra a centralidade desses lugares em termos geográficos. As prostitutas seguiam difundidas em meio à capital do país, apesar de alguns deslocamentos terem ocorrido para zonas mais afastadas da cidade (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 58-59). A prostituição sempre existiu, mas “com a passagem do século XIX para o século XX ela ironicamente tornou-se mais visível e ganhou mais espaço na sociedade” (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 41).

Porém, nem todas as prostitutas apresentavam como clientela os mesmos homens, o que gerava discrepâncias internas à própria classe de trabalhadoras sexuais. Poucas eram as verdadeiras imigrantes francesas, mas era comum que demais imigrantes europeias utilizassem o título para fins de *status* (HAHNER, 2003, p. 211; GOMES JÚNIOR, 2019, p. 95). As francesas de verdade não raro acabavam por ter círculos mais restritos de clientes, atuando principalmente entre homens de classes mais altas. As demais mulheres, brancas ou negras, frequentavam as ruas, bordéis e “casas de tolerância”, também prostituindo-se como forma de sustento. De acordo com Natália Peçanha, “mexer com as prostitutas nas ruas seria a única forma viável de aproximação por parte daqueles que não teriam dinheiro para frequentar, por exemplo, a casa de Suzanna, a prostituta francesa mais famosa do período” (PEÇANHA, 2013, p. 128). João Gomes Júnior menciona como existiam também contradições, em parte graças ao fetiche em se relacionar com mulheres francesas: pobres lutariam para conseguir bancar “esse luxo”, enquanto ricos não estariam tão apegados a ele (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 57).

Essa diferença certamente era levada em conta no momento da repressão: “as forças policiais carentes de pessoal, de fundos e mal treinadas, quando muito prendiam algumas mulheres por estarem perturbando a paz” (HAHNER, 2003, p. 215). O combate à prostituição

feminina é dotado de uma carga moral explícita: “Os comportamentos das tão levianas prostitutas, por toda a cidade constituíam uma grande ameaça às famílias, [...] aos negócios, [...] e à própria saúde da sociedade” (ESTEVES, 1989, p. 52), visto que apresentariam a degeneração às crianças, causariam problemas aos homens trabalhadores, e seriam foco de doenças sexualmente transmissíveis.

Discutir a questão da prostituição de mulheres ultrapassa a esfera feminina: assim como não devemos estudar as feminilidades de forma isolada, precisamos compreender a relação entre os homens e suas preferências no mercado sexual. As condenações morais feitas sobre as mulheres faziam parte de uma estrutura que mantinha a dominação masculina sobre todo o gênero oposto. Mais do que isso, a relativa aceitabilidade que as prostitutas poderiam ter tinha a ver com outro elemento caro à masculinidade hegemônica: a heteronormatividade. Desde meados do século XIX até o início do século XX, foi postulado por autoridades, médicos e juristas que a prostituição feminina se tratava de um “mal necessário”, para fins não somente de controlar a sexualidade viril dos homens, como para evitar que estes se tornassem adeptos de práticas homoeróticas, além de servir como meio de contraste em relação à aura virginal imposta às “moças de família”. A título de exemplo, para o médico Pires de Almeida, em pleno ano de 1906, a prostituição feminina impediria a “prostituição clandestina” — conceito que passou por diferentes significações ao longo dos debates sobre a homossexualidade e a prostituição, mas que aqui é correspondente à prostituição masculina em específico (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 63-96).

Assim sendo, precisamos levar em conta também a comunidade de homens homossexuais do início do período republicano. Uma parcela deles sem dúvida adotou a prática (e profissão) da prostituição, porém não foi uma unanimidade. Essa adoção era influenciada pela classe:

[...] o que separava os homens que se prostituíam dos que não se prostituíam era a pobreza: esta era a condição que levava a esta prática de maneira ocasional ou profissional. O homoerotismo entre as classes média e alta, representado pelos *dândys* e *flâneurs* do período, teria sido ressignificado pelo homoerotismo das classes subalternas, entre artistas, trabalhadores, comerciantes e putos, representando mais uma contradição no interior da ordem burguesa (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 77-78, grifo do original).

Com base nisso, podemos desde já apontar o entrecruzamento dessa questão com o fator racial, afinal de contas o racismo busca subalternizar os homens negros profissional e socialmente. A imagem do homem negro homossexual foi veiculada como uma das degenerações da sociedade moderna: “se nas classes altas a homossexualidade não era

aceitável, mas podia ser vista como uma fase, entre as classes populares ela era a prova da degeneração racial” (MISKOLCI, 2013, p. 740). Aliás, o caráter passageiro da homossexualidade (“era só uma fase”) entra no rol de expectativas que circundavam o gênero masculino, operando em uma constante vigilância contra a submissão aos desejos sexuais voltados a outros homens: “é necessário ensinar o autocontrole, a contenção sexual, a virilidade e, sobretudo, o desejo pelo sexo oposto, longe do que poderia ser qualquer afeto homoerótico” (RAGO, 2013, p. 112).

Essa intenção mostra, inclusive, alguns elementos organizados ao redor de uma masculinidade branca, heterossexual e hegemônica: aos homens brancos de elite é possível “sair” do interesse homossexual, em contrapartida, os desvios homoeróticos das classes baixas e de homens negros acabam apenas confirmando sua suposta natureza degenerada, que deve ser combatida por ser “irreversível”.

Uma questão importante que precisamos ter em mente ao falar das homossexualidades masculinas no início do período republicano, é que suas experiências estariam condicionadas a vários espaços. Segundo João Gomes Júnior, os homossexuais

[...] utilizaram os territórios urbanos a seu favor, de acordo com os seus interesses, uma formação que serviu para o desenvolvimento e o compartilhamento de identidades múltiplas correspondentes a uma experiência social praticamente única em termos históricos – a marginalização e a exclusão em decorrência de suas sexualidades (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 202).

Nesse sentido, os desejos homoeróticos (e, por que não, homoafetivos?) estiveram presentes em um trânsito constante pela capital da República, permeando as classes sociais e os espaços profissionais. Uma das razões para que a prostituição feminina tivesse se desenvolvido, em meados de XIX, foi graças ao medo de que a homossexualidade crescesse entre a classe trabalhadora que se formava com os imigrantes portugueses (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 95). Dentro da Marinha, já no século XX, ocorreram vários julgamentos voltados ao flagrante de práticas homossexuais entre os membros da corporação (MISKOLCI, 2013, p. 1712). O mesmo podemos verificar no que se refere aos soldados do Exército. Em ambas instituições, “presumia-se que seu confinamento aos quartéis ou aos navios dificultava o acesso às mulheres” (GREEN, 2011, p.80), novamente articulando as noções de que uma masculinidade homossexual poderia ser revertida à heterossexualidade

por ocasião de disponibilidade feminina¹⁶. Aqui, é preciso considerarmos as variações nos discursos dadas as especificidades que atingiam as duas corporações, algo que trataremos com maior aprofundamento no próximo subcapítulo.

Apesar da permeabilidade encontrada pelos homossexuais dentro da capital republicana, é válido ressaltar como as perseguições a esse grupo foram mantidas. A homossexualidade em si não era crime no país,

Contudo, códigos penais com noções vagamente definidas de moralidade e decência pública, assim como provisões que limitavam o travestismo¹⁷ e controlavam rigidamente a vadiagem forneciam uma rede jurídica pronta para capturar aqueles que transgredissem as normas sexuais (GREEN, 2011, p. 58).

A desconfiança e a perseguição sobre esse grupo também iria em direção a outro campo: o da medicina legal. Para esta, a vigilância policial deveria ser feita sobre os homossexuais porque eles seriam “doentes com tendências criminosas”, podendo até mesmo ser necessário o atendimento médico para processos de tratamento de seus “desvios” (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 202). Isso porque dentro das “ciências médicas, que se tornavam hegemônicas na leitura e intervenção na esfera coletiva, criavam[-se] novas categorias ‘perversas’ que serviam de limite para o que era considerado normal” (MISKOLCI, 2013, p. 1296).

¹⁶ Essa noção transcendeu as fronteiras nacionais, e durou muito tempo no imaginário dos próprios responsáveis pelas corporações militares mundo afora. No caso francês do período neocolonial (séc. XIX), “o serviço de saúde militar registra [...] um número particularmente importante de pederastas entre as tropas coloniais. [...] Alguns afirmam que os militares que se entregam à pederastia durante seu tempo de serviço obrigatório abandonam-na tão logo retornam ao seio da sociedade civil, ‘de maneira muito fácil, já que o amor feminino lhes é possível’” (BERTAUD, 2013, p. 93).

¹⁷ Acreditamos ser necessária uma breve atenção quanto a este termo. A noção de travestilidade é, pelo menos dentro dos estudos consultados, recente, e se refere à identidade de gênero travesti dentro de nossa sociedade contemporânea. De acordo com Marina Reidel, a travestilidade “engloba os variados aspectos que compõem a pluralidade desta categoria de identidade, sinalizando as multiplicidades da experiência do cotidiano das travestis, na construção e desconstrução dos seus corpos, ao invés de ‘travesti’, ‘travestismo’ que muitas vezes, é visto de forma simplificada e, até mesmo, pejorativa” (REIDEL, 2017, p. 35). A expressão dotada do sufixo “-ismo” por vezes pode ser associada a uma patologização das vivências travestis (AMARAL; CRUZ; SILVA; TONELI, 2014, p. 303), ou ainda a uma noção de “mentira”, de “enganação”, como se as pessoas de identidade travesti estivessem escondendo pertencer ao gênero designado durante seu nascimento (LEITE JÚNIOR, 2008, p. 196). Em ambos os casos, observamos um ataque às identidades travestis, o que não desejamos reproduzir nesta pesquisa. Assim sendo, o emprego do termo “travestismo” se dará nesta dissertação apenas em duas situações: 1) quando estiver se referindo às expressões usadas à época, ou seja, caso constem em fontes; 2) em citações diretas de referências bibliográficas que, devido à data de publicação, não contemplem a noção de identidade de gênero em sua escrita. Além disso, como aponta João Gomes Júnior, “Mais do que experiências conformadoras dos indivíduos, a efeminação, por exemplo, era adotada como ‘resposta’ e ‘confronto’ ao controle institucional e a normatividade de gênero, e não como travestilidade ou transgeneridade como nosso pensamento contemporâneo poderia conceber” (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 75). Determinadas práticas de gênero, portanto, também podem ser observadas como formas de resistência social, tornando-as específicas e necessárias de serem estudadas com maior profundidade em outros trabalhos acadêmicos.

Ao longo das últimas páginas, discutimos como as reformas urbanísticas atuaram de forma elitista e burguesa em seu processo de alteração da paisagem carioca. Como afirma João Gomes Júnior,

A ordem burguesa que se estabelecia por meio da “modernização” da sociedade carioca no início do século XX, contribuindo para o desenvolvimento das reformas urbanas e com o progresso da ideologização da população produziu, também, uma “cidade partida”, baseada em exclusões (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 47).

Essas exclusões foram baseadas em um discurso higienista, através do qual casas foram postas abaixo, ou invadidas para fins de limpeza urbana e vacinação compulsória. A Revolta da Vacina¹⁸, exemplo máximo dessa questão, não foi um evento anômalo dentro daquela sociedade, tampouco a expressão da ignorância pura e simples de uma comunidade em relação aos esforços científicos e sanitários. Tratou-se de um momento-chave do início da República, onde a população reagiu ao Estado na tentativa de se fazer ver, e de contrabalancear os pesos que pendiam durante as reformas urbanas.

Foi neste momento, também, que alguns dos atores sociais que estariam posteriormente presentes em 1909 e 1910 tiveram suas participações realçadas. Um grupo de militares liderado por Barbosa Lima e Lauro Sodré planejava um golpe militar pouco antes dos protestos, visando regenerar a República que havia perdido sua “autenticidade” (BORGES, 2011, p. 236; BENCHIMOL, 2008, p. 273-274). Opositores do governo federal, que era gerido pelo paulista Rodrigues Alves, os militares se juntaram aos demais grupos de revoltosos (populares, anarquistas e até mesmo monarquistas) para tentar atingir seus propósitos (BENCHIMOL, 2008, p. 274). Em seu caminho, no entanto, esteve o então General-de-Brigada Hermes da Fonseca, que comandou a repressão a parte dos estudantes militares que pretendiam ingressar na Revolta da Vacina (SANTOS, 2005, p. 23).

Ao longo das páginas anteriores, empreendemos uma breve análise sobre como os aparatos jurídicos, policiais, médicos e das autoridades públicas se fizeram valer de suas

¹⁸ A Revolta da Vacina eclodiu em novembro de 1904, durante a tramitação no Congresso da lei que aprovaria a vacinação obrigatória contra a varíola. Oswaldo Cruz, liderança médica do processo de higienização do Rio de Janeiro, assumiu o cargo já sabendo que precisaria enfrentar três doenças: febre amarela, peste bubônica e varíola. Contra a primeira, houve a procura de erradicação do mosquito transmissor, contra a segunda, até mesmo uma política de compra de ratos foi estabelecida, onde estava aberta a “temporada de caça” àqueles animais, a fim de eliminá-los, já que eram o principal vetor da doença. A varíola, entretanto, só seria erradicada através da vacinação. Como as práticas do “bota-abaixo” já estavam em vigor há pelo menos um ano, a população viu no recrudescimento das fiscalizações e demolições um limite de saturação. Na visão popular, as políticas autoritárias precisavam de um basta, o que levou os revoltosos a enfrentarem as autoridades por semanas inteiras, entrincheirados no centro do Rio de Janeiro. A revolta acabou sendo debelada (BENCHIMOL, 2008, p.270-275).

prerrogativas para as reformas da capital carioca, bem como seu caráter moralizante. Não foi nossa intenção, porém, discutir a fundo os processos de reformas, tão bem analisados por outras obras da historiografia¹⁹. Pensamos em elencar sua importância para o desenvolvimento de situações e normas que viriam a se tornar relevantes durante toda a década de 1900-1910, algo que se espalhou pela cultura e sociedade cariocas. A dita Regeneração acabou extrapolando os limites físicos da capital do país, transformando-se em um conceito constante e versátil, empregado ao longo da primeira década do século XX com a intenção de denunciar, por um lado, os males do regime político, e por outro, os problemas sociais da República.

É possível concluir, então, que ao adotarem uma moral de cunho burguês, as autoridades tentaram consolidar a sua força através de regulações dos costumes e de uma renovação estética do Rio de Janeiro. Graças a esses esforços, já em 1890 cerca de 60% das prisões registradas na Casa de Detenção eram referentes a casos de vadiagem, embriaguez, jogos e coisas afins (CARVALHO, 2004, p. 16). O signo da vadiagem permaneceria como um problema ao longo de toda a Primeira República: através da regulação dos comportamentos voltados aos mundos do trabalho, esse tipo de crime passa a ser visto como o mais perigoso para as autoridades e elites cariocas, em vista da necessidade em se normatizar a mão de obra livre e erigir o próprio trabalho como um valor essencial do homem pobre adulto (CHALHOUB, 1986, p. 43-45). Ou seja, mais do que demonstrar como determinados grupos eram mais criminosos que outros, o que foi pautado naquela sociedade foi de atingir com maior repressão certos indivíduos, em detrimento de outros que seguiriam “impunes”.

Leis foram lançadas para fins de delimitar quem poderia fazer o que dentro do espaço urbano, “como a criação de uma lei que obrigava os cidadãos a usar paletó e a vestir sapatos para circular pela região central da cidade. Quem fosse pego descalço ou ‘em mangas de camisa’ poderia ser preso, o que, de fato, chegou a ocorrer” (RASPANTI, 2013, p. 203). Segundo José Murilo de Carvalho, em mesmo sentido se tentou emplacar uma lei anos antes, em uma pretensão de controle de acesso às moradias de baixa renda no Rio de Janeiro, por meio do Código de Posturas de 1890: “exigia-se ainda o registro de todos os hóspedes, com anotação de nomes, empregos e outras características”, para fim de localizar os “vadios”,

¹⁹ Como sugestões de leitura sobre isso, indicamos Needell (1993), Nogueira (2018), Soares (2014) e Carvalho (2004).

“capoeiras” e outros indivíduos “problemáticos” para a sociedade (CARVALHO, 2004, p. 36).

Se todos estes elementos são válidos para a compreensão do período, ainda não mencionamos outra estrutura que colaborou para os debates acerca da República, sua moralidade e suas relações de gênero. Estamos nos referindo à imprensa, representada em nossa dissertação, como visto, pelas revistas *O Malho* e *Careta*. Adotando uma perspectiva similar àquela empregada por Natália Peçanha (2013) em sua dissertação de mestrado, levaremos em conta como as charges publicadas em nossas fontes cumpriram o papel de comunicar as masculinidades desejáveis e indesejáveis, algo que necessariamente precisa passar também pelo escrutínio das representações de feminilidades, classe e raça. Quais eram as práticas condenáveis para os homens e mulheres? O que deveria ser mantido ou incentivado? O que deveria ser rejeitado na modernidade? Veremos.

2.2 Os personagens e suas relações: as charges ditando gênero

2.2.1 A perigosa masculinidade do homem negro

Dois acontecimentos políticos foram centrais nos anos de 1909 e 1910 no que se refere à participação da população negra junto à sociedade. O primeiro deles é a eleição de Manuel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910), que movimentou a disputa pela Câmara Federal ao longo dos dois anos. O segundo, e que seria bem mais efêmero, foi a Revolta dos Marinheiros de novembro de 1910, já depois da vitória presidencial de Hermes Rodrigues da Fonseca. Apesar de observarmos outras poucas representações chárgicas sobre homens negros — em geral, em posições subservientes, como ocupando cargos de garçons, por exemplo²⁰ —, esses dois tópicos ataçaram as canetas dos chargistas de *O Malho* e *Careta*, trazendo repercussões interessantes de serem observadas quanto às representações que circundavam a figura do homem negro. Também são bons indicativos do caldeirão cultural e político que entrava em ebulição nos idos de 1909-1910.

²⁰ Livia Silva Soares aponta que “Comumente, esses brasileiros aparecem nas imagens, como vendedores de doces, acarajé, quitandeiros, agentes do jogo do bicho, entre outras funções” (SOARES, 2014, p. 150), no geral, subalternas. No caso das mulheres negras, “As charges que as retratam como vendedoras de cocadas, amendoim, acarajé, entre outros quitutes possuem volume expressivo”, fora aquelas que as apresentam como lavadeiras e empregadas domésticas (SOARES, 2014, p. 151-152). Livia Soares destaca como todas essas representações feitas por *O Malho* trazem à baila a discussão da liberdade pessoal e da autonomia, colocados como elementos caros aos personagens negros das charges devido ao (até então) recente contexto de escravidão.

Comecemos, então, pela jornada de Monteiro Lopes rumo ao posto de deputado federal. Natural de Recife, Pernambuco, Manuel da Motta Monteiro Lopes foi um dos cinco filhos homens de Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e Maria Francisca Egiphićíaca de Paula, ambos negros e que provavelmente eram africanos libertos (DANTAS, 2020, p. 31-32). Além dos filhos, o casal teve também duas filhas, que se tornaram professoras. Quanto à profissão de Jerônimo e Maria Francisca, obtivemos duas informações diferentes: o historiador Petrônio Domingues aponta que o patriarca era operário, enquanto não menciona a profissão da mãe da família (DOMINGUES, 2013, p. 62); já a historiadora Carolina Vianna Dantas atribui a Jerônimo a profissão de alfaiate, ao passo que Maria Francisca não teria trabalho, mas manteria uma certa posse em bens e dinheiro (DANTAS, 2020, p. 31-32). Dantas também trabalha com a hipótese de um bom círculo social da família junto aos africanos libertos de Pernambuco em decorrência do casamento de um dos irmãos de Manuel, celebrado com a filha de um dos mais prósperos libertos da capital da província (DANTAS, 2020, p. 32). Seja como for, percebemos a importância dos laços familiares e dos contatos estabelecidos por Manuel da Motta Monteiro Lopes no decorrer de toda a sua vida.

Após o ensino básico, Manuel entrou na Faculdade de Direito de Recife, onde se formou em 1889. Assim como seus irmãos, tornou-se advogado. Já durante a fase universitária ganhou certa notoriedade dentro do meio abolicionista, além de ter se tornado ferrenho defensor do republicanismo. Sua carreira imediatamente posterior à formatura está repleta de informações desconhecidas, o que limita nossa compreensão desse período: Monteiro Lopes teria viajado até o Pará, onde residia um de seus irmãos, para fim de conseguir um emprego. Posteriormente teria ido até Manaus, onde ocupou um cargo de natureza incerta (as fontes divergem entre chefe de polícia e promotor público) (DOMINGUES, 2013, p. 62). Carolina Vianna Dantas aponta como, ainda em Recife, Monteiro Lopes tentaria uma candidatura a vereador, algo que não rendeu frutos por ter recebido somente um voto (DANTAS, 2020, p. 34).

A data exata de sua viagem ao Rio de Janeiro também é incerta, mas sabemos que a partir de 1892 já havia firmado um escritório de advocacia bem no centro da Capital, próximo à Praça Tiradentes (DANTAS, 2020, p. 34). Ao longo da carreira advocatícia, Monteiro Lopes angariou muitas amizades. Segundo Petrônio Domingues,

Monteiro Lopes percebeu que o Rio de Janeiro era uma cidade marcada pela heterogeneidade — com pessoas de diferentes regiões, nacionalidades, cores, religiões, hábitos e tradições culturais — e, sobretudo, repleta de injustiças e contradições. Contradições sociais e etnoraciais. [...] Sensível a

essas questões, Monteiro Lopes passou a se posicionar no debate público, bem como se enfronhou nas lides do associativismo e nos canais propulsores de empoderamento (DOMINGUES, 2013, p. 63-64).

Em meio ao caos das reformas urbanas, o desalojamento constante de pessoas pobres (brancas ou negras, mas com grande número destas últimas), e o aumento vertiginoso das contradições sociais, Monteiro Lopes adotou postura combativa ao defender uma clientela composta por muitos membros da população negra carioca. Ingressou na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, instituição majoritariamente negra da qual já fora membro seu pai, fez parte das celebrações anuais da Abolição da Escravidão, estabeleceu contato com outros notórios intelectuais e ativistas negros do início do século — tais como José do Patrocínio, Hemetério Santos, Evaristo de Moraes e Rodolpho Xavier —, além de ter atuado em prol da causa negra dentro e fora do estado do Rio de Janeiro, aproximando-se de outras tantas associações compostas por pessoas negras (DOMINGUES, 2013, p. 60-63; DANTAS, 2020, p. 40).

Em 1903, elegeu-se intendente municipal pelo Rio de Janeiro, “mandato que se caracterizou ‘pela atitude em prol do operariado das fábricas e humildes servidores da Municipalidade’” (DOMINGUES, 2013, p. 64). Em 1907, tentou a reeleição, mas foi barrado durante o processo de verificação dos votos²¹ (DANTAS, 2008, p. 20). Em 1909, candidatou-se a deputado federal, porém surgiram boatos de que sua candidatura seria barrada. A motivação principal da invalidação de seu nome seria o fato de ser negro, algo considerado vergonhoso pelos conspiradores. Temeroso que a boataria se confirmasse, Monteiro Lopes decidiu organizar um movimento nacional em defesa de seu direito a ocupar uma cadeira legislativa federal.

A indignação quanto à possibilidade de o preconceito racial impedir a vitória de Monteiro Lopes arregimentou o apoio do associativismo negro: no Brasil inteiro surgiram votos de apoio, manifestados através da imprensa, em reuniões públicas e em cobranças feitas a vultos políticos do período (DANTAS, 2020, p. 65-68; CORRALES, 2021, p. 66). Em

²¹ O processo eleitoral da Primeira República contava com algumas fases. Na primeira, os votos eram inseridos nas urnas. Após a contagem de votos, os nomes dos candidatos eleitos eram levados a uma Comissão da Câmara, responsável por validar (no termo da época, diplomar) os políticos eleitos. Todas essas fases sofriram diversas interferências, eram alvo de fraudes e de disputas ora implícitas, ora explícitas entre as partes concorrentes. Nas palavras de Petrônio Domingues: “O candidato para ser eleito precisava ter o cômputo dos seus votos reconhecido em várias instâncias, conforme o cargo pretendido. No final dessa tramitação, encontrava-se a Comissão de Verificação de Poderes, que diplomava os eleitos. E esse órgão do Congresso Federal costumava referendar apenas os mandatos dos políticos pertencentes aos grupos que dominavam o poder” (DOMINGUES, 2013, p.68). Assim, essa Comissão também poderia deixar de diplomar candidatos conforme os interesses de seus membros, o que muitas vezes gerava conflitos.

fevereiro de 1910, pouco depois da votação ter acontecido (ainda faltava a diplomação dos políticos eleitos, o que incluía Monteiro Lopes), o Centro Internacional Operário realizou uma reunião deliberativa que tomou várias providências. Entre a aprovação de manifestações públicas em prol do candidato — algo que deveria unir negros, fossem eles operários ou não, e os operários brancos —, houve também pedidos de intercessão de Rui Barbosa junto à bancada baiana, e de Wenceslau Braz, junto à bancada mineira, para que ambas trabalhassem em defesa do nome de Monteiro Lopes (DOMINGUES, 2013, p. 69). É válido mencionar que Wenceslau e Rui estavam em lados opostos na concorrência presidencial. Os apoiadores de Monteiro Lopes pretendiam mobilizar os dois lados para a garantia legal da posse de seu candidato negro.

Apesar de já ser conhecido na imprensa carioca devido ao seu cargo de intendente, e de ter percorrido os setores populares como advogado da classe trabalhadora, é inegável a ascensão de Monteiro Lopes a partir do ano de 1909. Sua figura passou a ser veiculada, debatida, e servindo de alvo para inúmeras piadas e charges que, de uma maneira geral, recaíam sobre o fato de ele ser um homem negro. Em nossas fontes,

Observamos nas duas revistas a constante relação feita de Monteiro Lopes a termos e expressões que remetem à cor preta: escuridão, noite, tinta, sombra, etc. Através dessa linguagem, as revistas procuraram abordar a sua negritude de maneira vexatória, sendo frequentemente a única característica dada ao político (CORRALES, 2021, p. 64).

Tais associações ocorrem em muitas charges, sendo que, em algumas delas, identificamos o mesmo mecanismo de representação estudado por Luciano Quednau Thomé sobre as pessoas negras em histórias em quadrinhos: os traços faciais são distorcidos, sendo dada muita ênfase aos lábios (que são pintados de outra cor, para dar destaque), ou até mesmo havendo uma distorção no traço do tamanho da cabeça, o que indica uma inferioridade do tamanho cerebral, e por consequência, da capacidade intelectual (THOMÉ, 2008, p. 42). Podemos acompanhar isso no apanhado de charges que reunimos a seguir, conforme a Imagem 2:



Sem título, CARETA, 16/01/1909, n.33, p.27.
Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



8) — «Pinte-se de branco».
Carro alegórico. Apotheose deslumbrante e macabra iluminada pela luz de tições.

Guignol, CARETA, 27/02/1909, n.39, p.10.
Excerto da charge. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Pretos e brancos, O MALHO, 27/02/1909, N.337, p.25. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Excerto da charge.

Imagem 2 - Apanhado de charges que representam Manuel da Motta Monteiro Lopes por meio de traços simplistas, resumindo-o à sua pele negra, retirando-lhe feições e proporcionalidade do corpo.

Acrescentamos, ainda, como o fato de Monteiro Lopes ser um homem gordo acaba se tornando um elemento de destaque em suas representações chárgicas. Esse aspecto foi condenado também em homens brancos, no entanto, uma diferenciação quanto a esses precisa ser feita: as noções que associam feiúra a corpos negros também passa por uma visão comum da branquitude, onde o desleixo é aplicado com algo “inerente” da pessoa negra. Isso busca sua inferiorização estética, ressaltando o quão indesejável para a relação sexual tais corpos seriam (MOREIRA, 2019, p. 1246). A partir do momento que a gordura corporal passa a ser uma característica ao valor da “preguiça”, da “indolência” (JUSTO; CAMARGO; BOUSFIELD, 2020, p. 167), a crítica sobre as pessoas negras passa a ser muito mais específica: seria a comprovação de sua “degeneração”, sua falta de adequação aos novos moldes de trabalho civilizado, que requer comprometimento físico.

Se esse tipo de representação aparece nos dois periódicos, em termos específicos da candidatura de Monteiro Lopes, entretanto, identificamos posturas divergentes entre ambas as revistas. Por um lado, “o fato de Monteiro Lopes ser um advogado reconhecido na defesa dos trabalhadores, bem como um membro ativo das associações operárias pode ter contribuído

para o interesse d’*O Malho* em sua defesa” (CORRALES, 2021, p. 69), já que essa revista celebrava as atividades profissionais de Monteiro Lopes desde 1903. *O Malho* também expôs as conspirações contra a candidatura do homem negro, publicando charges que vinculavam políticos graúdos do período ao caso. Em contrapartida, a *Careta* encarou com desdém as manifestações em prol do candidato negro. Dadas as inúmeras aglomerações voltadas a isso, a revista publicou “*E por fallar em macacos os pretos agora entenderam de fundar em nosso paiz uma cousa que não existia: o preconceito da côr. [...] Está ahi no que deu a intrighada feita em torno do caso Monteiro Lopes!*” (CARETA, 03/04/1909, p. 13).

O comentário visivelmente racista publicado pela revista *Careta*, em que chama as pessoas negras de “macacos”, apresenta o medo da “inversão social” que os avanços políticos e sociais dos negros poderiam supostamente causar (MISKOLCI, 2013, p. 478-483). Segundo Adilson Moreira, esse tipo de comparação é feita para mostrar como os negros “não podem receber o mesmo nível de apreço social destinado a indivíduos da raça branca. Como negros não fazem parte da mesma espécie que brancos, apenas estes podem ser considerados humanos” (MOREIRA, 2019, p. 239). Além disso, percebemos como os ataques eram direcionados também aos apoiadores de Monteiro Lopes.

Segundo Carolina Vianna Dantas, nem todo o eleitorado de Monteiro Lopes era composto por negros, ainda que ele tenha tido um enorme apoio dessa comunidade fora das urnas (DANTAS, 2020, p. 39). O proletariado negro atuou em manifestações a seu favor, causando pressão política também nas ruas, a despeito de nem todos poderem ir votar em decorrência dos índices de analfabetismo. Funcionários públicos, brancos e negros, provavelmente compuseram os eleitores de Monteiro Lopes (DANTAS, 2020, p. 39). De acordo com o historiador Petrônio Domingues:

Para muitas pessoas brancas, apoiar Monteiro Lopes significava defender uma República com reformas de cunho liberal, livre da corrupção, dos mandos e desmandos dos “caudilhos políticos”. Já para os “homens de cor”, a mobilização em defesa de Monteiro Lopes demandava uma tarefa mais do que liberal. Tratava-se de republicanizar a República [...] e, principalmente, tratava-se de fazer valer a cidadania da população negra (DOMINGUES, 2013, p. 70).

A despeito dessa heterogeneidade do público atingido por Monteiro Lopes — que sim, mobilizou, em grande maioria, a população negra, mas não apenas ela —, os eleitores do político negro foram unanimemente representados como negros. Na *Careta*, algumas charges pintadas completamente de preto (como se fossem apenas sombras de personagens

dialogando) apontam, através de seus traços, que se reconhecia a existência de pessoas brancas ao lado de Monteiro Lopes. O fato de pintá-las completamente de preto, no entanto, demonstra a intencionalidade de vincular o candidato não só às sombras, como também vincular seus partidários brancos a um processo de enegrecimento cômico: afinal de contas, para apoiar a ascensão de um negro, somente sendo um (Ver imagem 3).



Imagem 3 - Sem título, CARETA, 16/01/1909, n.33, p.31. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Na legenda, lê-se: “Um eleitor do dr. Monteiro Lopes”

Já na charge “Estatuto Preto” (Ver imagem 4), do chargista Herônio para a revista *O Malho*, acompanhamos o humor feito sobre a criação do Centro Etiópico Monteiro Lopes, em Pelotas-RS. A instituição foi criada pela comunidade negra gaúcha, a fim de apoiar a candidatura de Monteiro Lopes ao cargo federal. Segundo Petrônio Domingues, “em Porto Alegre, Rio Grande, Bagé, Santa Maria e Pelotas, no Rio Grande do Sul, foram fundadas agremiações batizadas de Centro Etiópico Monteiro Lopes com o objetivo precípua de assegurar a diplomação do deputado pelo Distrito Federal” (DOMINGUES, 2013, p. 70).



— Vamos vê agora quem é capais de si oppô-se á entrada do Monteiro Lope, na Cam'ra!

— Eh! eh! Applicamo logo no bruto o paraphre 2 do artingo 1 dos Instatutos: os grimpô no arto da synagoga, o pé na caixa do mastigo, e si o cujo anda estrillá, uma cinta de sardinha, que li bote as tripa ao só!...

Imagem 4 - *Estatuto preto*, O MALHO, 20/03/1909, n.340, p.45. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em detalhe: diálogo das personagens

O tamanho da movimentação trouxe atenção negativa de *O Malho*, apesar dela dizer ser a favor de Monteiro Lopes, e que “*o ser de côr não é motivo para merecer dispreso*” (O MALHO, 10/08/1907, p.25, grifo do original). Vários elementos são destacáveis nessa charge.

Em primeiro lugar, o posicionamento dos dois homens negros diz muito sobre suas personalidades e funções dentro da charge: o da esquerda tem o corpo relaxado, com o pescoço meio inclinado e a barriga visível na silhueta; à medida que o homem da direita tem traços mais endurecidos, largos e quadrados, em especial no maxilar tenso e nos ombros. Ao contrário do homem da esquerda, o segundo personagem tem as pernas um tanto quanto

tortas, como se estivessem bambas. Silvia Capanema Almeida e Rogério Sousa Silva, analisando essa característica em particular, afirmam que os pés tortos e os acentuados joanetes (pernas tortas) indicam a “falta de hábito [do personagem negro] com os calçados, cuja ausência estava diretamente relacionada com o estigma da escravidão” (ALMEIDA; SILVA, 2013, p. 332). Ele é, ao mesmo tempo, viril em excesso²² (o corpo demasiado forte, quadrado, o queixo largo), e desengonçado por causa da inaptidão com a moda “civilizada”. O personagem da esquerda apresenta uma barbicha rala, o que podemos interpretar como mais uma representação de desleixo quanto à própria aparência, tal qual sua posição corporal indica. De maneiras diferentes, ambos estavam inadequados para a nova vida urbana.

O diálogo entre os dois personagens, como destacamos ao lado da charge, é uma mensagem praticamente cifrada: os dois conversam através de expressões próprias, além de falarem completamente fora da métrica tradicional do português formal. Segundo Carolina Vianna Dantas

Essa forma estereotipada e pejorativa de representar a fala dos negros - chamada de “língua de preto” - era usada na época como recurso cômico nos teatros. Segundo a linguista Tania Alkmim, seu uso buscava demarcar a distância da população negra do universo letrado e, muitas vezes, provocar o riso de plateias ou leitores (DANTAS, 2020, p. 46-47).

Mais do que isso, como aponta Adilson Moreira, dentro da lógica racista “negros não podem ser apresentados como pessoas que possuem o mesmo status cultural e material que brancos, porque isso contradiz a lógica da diferenciação que governa o processo de racialização” (MOREIRA, 2019, p. 1059). Não é à toa que, quando Monteiro Lopes é colocado em cena, suas aparições são tidas como cômicas por serem “fora de lugar”: um homem negro portando o mesmo estatuto social que um homem branco seria, no mínimo, uma piada. Sem o preconceito linguístico, o diálogo ficaria mais ou menos assim:

Vamos ver agora quem é capaz de se opor à entrada do Monteiro Lopes na Câmara. / É! É! Aplicamos logo no bruto um parágrafo 2 do artigo 3 dos Estatutos: os grampos no alto da sinagoga, o pé na caixa do mastigo, e se o cujo ainda estrilar, uma cinta de sardinha, que lhe bote as tripas ao sol!

²² Fazemos esta afirmação, em partes, tomando por base as ideias de Todd W. Reeser. O autor aponta como existe uma dualidade presente na masculinidade negra: por um lado, os corpos negros são hipervisíveis, ocupando posições estereotipadas como “criminosos”, como indivíduos a serem observados; ao mesmo tempo, são homens invisíveis, visto que a estrutura hegemônica branca os exclui dos círculos de poder. O que chamamos de virilidade excessiva presente na charge, portanto, ressalta uma visão de uma presença corpórea ameaçadora que seria, para a visão hegemônica branca, “inerente” ao homem negro (REESER, 2010, p. 165-167; 210). Trata-se de uma virilidade que lhe escapa ao controle, transformando-o em um perigo social. Além de um “sujeito” a ser observado, é um objeto: sua única característica é a brutalidade de sua constituição física.

A última frase, apesar de usar expressões conhecidas pelos personagens, utilizam gírias correspondentes a partes do corpo e a um objeto: sinagoga (cabeça), caixa do mastigo (estômago), cinta de sardinha (lâmina, ao exemplo do anzol). O diálogo expressa, portanto, o plano de dois homens negros (em especial aquele representado como autor da segunda parte da conversa, que podemos inferir ser o homem musculoso à direita) em atacar violentamente aqueles que se opuserem à candidatura de Monteiro Lopes. Caso as agressões na cabeça e no estômago não bastassem, utilizariam alguma lâmina para destripar o opositor, “colocando suas tripas à mostra do sol”.



Imagem 5 - *Plena democracia*, O MALHO, 06/02/1909, n.334, p. 13. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na charge “Plena democracia”, de autoria de Augusto Rocha e de publicação d’*O Malho*, outra situação aborda o perigo da ascensão negra em decorrência de Monteiro Lopes (Ver imagem 5). Neste caso, os homens negros estão postados ao redor de uma mesa redonda típica dos cafés modernos que surgiram com o processo de reformas urbanas, e que se transformaram em locais de sociabilidade masculina por excelência, presentes no centro do Rio e servindo de espaço para a criação artística-literária e para as discussões políticas de membros das classes médias e altas (NOGUEIRA, 2012, p. 111; SOARES, 2014, p. 34; 57; 61-65).

Através da ideia humorística da incongruência²³, vemos uma cena em que as personagens retratadas estão novamente “fora de lugar”, afinal de contas, aquele ponto de sociabilidade possuía, na prática, uma exclusão quanto a muitos homens negros, por estes estarem longe dos padrões “classe alta”. Esse deslocamento, por si só, já é motivo para a curiosidade e divertimento do leitor, que vê três homens negros vestidos com elementos da modernidade (chapéu-palmeta, sapatos). Se pensarmos na lógica do humor de “inversões de papéis” discutido por Henri Bergson, é como se a esperada sociabilidade branca nos centros estivesse sendo ocupada pela população masculina negra, subvertendo a expectativa de público, o que seria também um motivo de riso (BERGSON, 1983, p. 47). O diálogo escrito abaixo da charge reproduz, outra vez, o preconceito com a relação de pessoas negras com o idioma. Lê-se:

Seu Montero Lope ‘stá inleito! isto qué dizé que nois fiquemo na ponta / Tal i quê! Vou arranjá um diproma de bacharé, p’ra sê candidato á presidença / Sim, senhô! E eu vou mi dimitti de cozinheiro, p’ra mi presentá p’ra intendentés! (O MALHO, 06/02/1909, p. 13).

O trio comemora a eleição de Monteiro Lopes, e o tomando como exemplo, decide ingressar também na carreira política. Um deles afirma que irá “arranjar um diploma de bacharel” e se tornar candidato à presidência. Esse ponto é importante para nossa análise, em vista que *O Malho* defendeu a candidatura militar do Marechal Hermes da Fonseca, indo contra os bacharéis que até então tinham degenerado a República. Nesse sentido, observamos a tendência da revista em colocar como negativa a aquisição do título de bacharel, visto que este estaria sendo uma forma indesejada de ascensão para homens negros.²⁴

O homem negro também foi motivo de chacota nas charges referentes à Revolta dos Marinheiros de 1910. A essa altura, Monteiro Lopes já havia conquistado o cargo de deputado federal, sendo que até mesmo chegou a manifestar apoio à anistia dos revoltosos em meados de novembro. Desde um ano antes da dita revolta, a *Careta* já debochava dos membros da corporação em “Marinheiro Novo”, de J. Carlos (Ver imagem 6).

Além dos traços simiescos do marinheiro que está à frente, prestando continência, a dualidade entre o comandante e o subordinado se faz notar logo de cara: os marinheiros

²³ Segundo Adilson Moreira, “A teoria da incongruidade pressupõe que o humor pode ser uma subversão das expectativas de como as pessoas deveriam se comportar em certos lugares” (MOREIRA, 2019, p. 682).

²⁴ Livia Silva Soares analisa uma charge d’*O Malho* de 1906 que também estabelece a relação “personagem negro utiliza político para justificar uma tentativa de ascensão social”. No caso de Soares, a charge mostrava uma mulher negra desejando emancipar-se do trabalho doméstico ao seguir a candidatura de Bernardino de Campos à presidência (SOARES, 2014, p. 155-156). Bernardino era branco, porém o teor da charge em questão visa debochar de pessoas incapazes com grandes pretensões: negros e negras eram, portanto, motivo de chacota por pleitearem a cidadania.

“novos” são negros, e o superior é branco. Essa é uma questão importante, em vista do apontamento de José Murilo de Carvalho: “Os problemas políticos na Marinha estavam localizados mais no relacionamento entre oficiais e praças do que no relacionamento entre grupos de oficiais” (CARVALHO, 2006, p.27). Segundo este mesmo autor, que toma por base um relatório lançado em 1911, 50% da composição da Marinha era de homens negros, restando 30% de “mulatos” e 10% de brancos (CARVALHO, 2006, p. 20). Os cargos mais altos eram ocupados somente por brancos.



Imagem 6 - *Marinheiro novo*, CARETA, 27/03/1909, n.43, p.8. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na legenda, o “*Official*” pergunta aos praças se “*há condução*”, expressão da Marinha para se referir aos navios. O personagem “*Marinheiro Ex-Roceiro*” responde que “*Tem sim sinhô, mas é brábo*”. Os elementos do diálogo repetem a noção de ignorância do homem negro quanto ao português, e expandem a questão ao qualificá-lo como um homem oriundo da roça. O “bravo” que o marinheiro está utilizando não se refere, portanto, à modernidade de um navio, e sim ao cavalo, animal que serve de condução no interior do país. Outra interpretação válida é a de que ele teria dificuldade em tal condução, justamente por ser da roça e não estar habituado aos trâmites de uma embarcação moderna. Para ele, a condução

seria “braba” (complicada). Seja como for, o Oficial segue em sua postura ativa de comando, enquanto os homens negros fazem sentido e comprovam sua subalternidade também em termos de falta de inteligência.

Mesmo após inúmeras regras de proibição aos castigos físicos terem sido lançadas desde o período imperial, República adentro não era estranho que as punições aos marinheiros fossem feitas à base de chibatadas. Oficialmente, os valores variavam entre 10 e 25, mas existiam casos em que a violência ultrapassava a casa das centenas de golpes (McCANN, 2009, p. 157). A situação ficaria ainda mais calamitosa após a aquisição de novas embarcações para a Marinha Brasileira, os *dreadnoughts São Paulo* e *Minas Gerais*. Os dois navios possuíam melhores equipamentos, porém “exigiam uma carga de trabalho muito maior de trabalhadores do mar, para o qual não havia marinheiros” (NASCIMENTO, 2020, p. 76). Mesmo que os marinheiros designados tivessem experiência de longa data com o mar, além de treinamento especializado na Inglaterra — algumas centenas de marinheiros passaram um tempo lá, aprendendo sobre os novos mecanismos, ao mesmo tempo que trocavam experiências com trabalhadores britânicos —, a mão de obra necessária era muito superior ao número real de marinheiros em ação. O resultado? Sobrecarga de trabalho para aqueles que estavam alistados, o que se somou ao aumento expressivo dos maus tratos vindos dos oficiais (NASCIMENTO, 2020, p. 76; McCANN, 2009, p. 158).

Ao longo de 1910, os marinheiros (em sua grande maioria, negros, como mencionamos há pouco) se organizaram a fim de dar um basta não apenas aos ataques constantes de seus superiores, mas também ao regulamento que lhes era desfavorável. De acordo com Álvaro Pereira do Nascimento, os encontros dos futuros revoltosos demonstravam sua “conscientização racial e de classe, construída na experiência forjada no cotidiano de sobre-trabalho a bordo, no aumento das punições severas da observação da agitação de operários e marinheiros principalmente na Rússia e na Inglaterra” (NASCIMENTO, 2020, p. 78). Determinados, os marinheiros tentaram contatar o presidente-eleito Marechal Hermes da Fonseca no dia de sua posse, dia 15 de novembro, mas dada a impossibilidade disso, optaram por declarar a revolta em 22 do mesmo mês (NASCIMENTO, 2020, p. 78-79).

É interessante pontuarmos como algumas das reivindicações que os marinheiros discutiam também envolviam questões de masculinidades. Além do tópico mais evidente, que seria a reprodução de práticas racistas de brancos contra negros, entraram também pautas de

aumento do soldo e educação para os marinheiros sem instrução. Segundo Álvaro Pereira Nascimento,

Conscientes dos problemas apresentados por uma parte dos seus próprios colegas, os marinheiros reivindicaram “educar os marinheiros que não [tinham] competência para vestir a orgulhosa farda”. Referiam-se àqueles que embriagavam-se, brigavam nas ruas e nos navios, estavam embrutecidos pelas condições pessoais que viviam (NASCIMENTO, 2020, p. 86).

Segundo Miskolci, “a robustez física era um dos principais pré-requisitos para entrar na Marinha, um meio marcado por brigas e esfaqueamentos frequentes” (MISKOLCI, 2013, p. 1727). Os esforços empreendidos pelos revoltosos em ir contra a baixa instrução de seus companheiros de raça e de farda foram visíveis: “João Cândido e os demais líderes da revolta ordenaram que toda a bebida alcoólica fosse jogada ao mar, mandaram fechar e guardar intactos os camarotes dos oficiais” (NASCIMENTO, 2020, p. 90).

Em uma sociedade que valorizava cada vez mais uma masculinidade capaz de prover para sua família, a luta pelo aumento de soldo se torna uma forma, intencional ou não, de readequação também aos padrões modernos de ser um homem honrado. Em paralelo a isso, o combate à embriaguez durante a Revolta indica um esforço em combater os estereótipos voltados contra a população negra: os homens negros seriam bem mais do que “vadios”, e batalhavam por seus direitos como trabalhadores e defensores da Nação. Certamente não foram mobilizadas expectativas de cunho higiênico e burguês sobre tais atitudes, mas isso não impediu os marinheiros de se livrarem do álcool a bordo. Na correspondência enviada ao presidente recém-eleito, os revoltosos ainda demandavam:

[...] durante vinte anos de República *ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria*, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça os Marinheiros Brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da República nos facilita (NASCIMENTO, 2020, p. 84, grifo nosso).

O reconhecimento solicitado também estava vinculado, portanto, ao fato de serem aqueles homens defensores da pátria, homens que cumpriam com os seus deveres militares e sua missão masculina de proteger a nação. Atuando a duras penas dentro das expectativas militaristas que cresciam entre determinados setores da sociedade, por que não tinham seus esforços validados? Devido ao preconceito racial, expresso na prática pelas chibatadas e baixas remunerações.

Na charge de capa da *Careta*, “A disciplina do futuro”, J.Carlos representa uma liderança dos marinheiros revoltosos, ao que tudo indica, trata-se de João Cândido Felisberto,

principal líder do movimento (Ver imagem 7). A associação com o personagem real pode ser feita graças não só ao papel de João Cândido no processo insurgente, mas também a partir da alcunha que viria a ser conhecido na imprensa: “o Almirante negro” (NASCIMENTO, 2020, p. 97). O uniforme vestido pelo personagem negro nesta charge, porém, não é um simples traje de almirante: é a sua versão de gala, em branco. Os uniformes mais utilizados pelos oficiais eram azuis, e não brancos, mas a charge se valeu dessa figura para realçar ainda mais o humor da situação (NASCIMENTO, 2020, p. 98). Ao vestir o traje de gala do oficialato da Marinha, o homem negro é apresentado novamente como “fora de lugar”, em uma inversão de papéis que o transforma em chacota.



Imagem 7 - *A disciplina do futuro*, CARETA, 10/12/1910, n.132, capa. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Outros fatores podem ser notados nessa cena cômica. Trajando os sapatos brancos, João Cândido tem as mesmas pernas tortas que acompanhamos em “Estatuto Preto”, publicada por *O Malho* (Ver imagem 4), indicando sua inaptidão em calçar os sapatos e aderir aos costumes de brancos, uma alusão à condição de subalternidade herdada da escravidão negra (ALMEIDA; SILVA, 2013, p.332). Os marinheiros brancos, em

contrapartida, têm as pernas bem alinhadas, prestando continências debochadas ao almirante negro. Se compararmos esta charge com a “Marinheiro novo” (Ver imagem 6), percebemos não só a inversão dos papéis entre todos os personagens envolvidos, como também diferenças em suas representações físicas e de postura. Lá, os marinheiros negros são colocados com as expressões contraídas, em uma concentrada tensão diante de seu superior branco, que estufa o próprio peito ao caminhar à sua frente. Aqui, em “A disciplina do futuro”, João Cândido é quem tem a expressão contraída, além de um corpo largo e desengonçado, o que contrasta com as esbeltas figuras dos marinheiros brancos. Apesar de inferiores hierárquicos, estes são desenhados com expressões alegres, tranquilas até, ao passo que o oficial negro é retratado com traços simiescos (NASCIMENTO, 2020, p. 97).

O título da charge “A disciplina do futuro” dialoga com a cena, afinal os marinheiros brancos estão de pés no chão, em uma inversão com a figura do negro. Na legenda da charge, lemos “Prompto, *seu* commandante. Aquelle homem affirma que eu não passo de um mero *cabide de espada* que não acompanha o desenvolvimento material das marinhas europeas” (CARETA, 10/12/1910, capa, grifo do original). O ápice da comicidade do diálogo não está legível, um problema apresentado pelo *scan* da fonte original. Provavelmente há uma resposta de João Cândido, mas mesmo sem ela podemos pensar em algumas questões. Primeiro, o marinheiro não chama o superior negro de “senhor”, e sim de “seu”, uma alusão à informalidade e ao desrespeito hierárquico. Em segundo lugar, a menção aos avanços tecnológicos das marinhas da Europa é uma relação direta com a já mencionada estadia de marinheiros negros no Velho Continente. Segundo Almeida e Silva:

Os marujos rebeldes de 1910 foram reconhecidos na época por serem ótimos navegantes e dominarem a tecnologia dos mais avançados encouraçados importados da Inglaterra. *A inversão dos lugares sociais também seria uma consequência da modernidade?* Interroga-se nas entrelinhas J.Carlos, com seu olhar aguçado para as transformações do seu tempo (ALMEIDA; SILVA, 2013, p.333, grifo nosso).

Destacamos a frase acima em vista da relevância de seu questionamento para nossa pesquisa. Pensando em como a República era um constante futuro desejado (MELO apud PEÇANHA, 2013, p. 18), algo ainda em construção, imaginar a disciplina vindoura como submetida à masculinidade negra se torna algo cômico. Trata-se, ainda, de uma imposição de dúvida quanto à pertinência do ensino de avançadas tecnologias da modernidade a homens “sem capacidade”, estereótipo ligado aos homens negros. O homem negro não deveria ditar a

disciplina do futuro, principalmente porque o projeto de embranquecimento da nação não previa um homem negro no futuro.

Um último elemento que ressaltamos acerca da charge se dá a respeito dos pelos faciais do marujo negro, até porque João Cândido possuía bigodes na época da revolta. Silvia Capanema Almeida e Rogério Sousa Silva argumentam que “a ausência de bigodes quase como uma unanimidade nas representações caricaturais dos marujos negros é um detalhe que reforça esse lugar [de subalternidade] que ocupavam no imaginário social” (ALMEIDA; SILVA, 2013, p. 334). Como observamos anteriormente, a barbicha rala do personagem negro poderia ser empregada a fim de caracterizá-lo como desleixado, imprudente (Ver imagem 4). A questão dos pelos faciais masculinos envolveriam uma gama maior de elementos, incluindo o nível de maturidade e o estágio da vida masculina (ALVES, 2020, p. 277). As brincadeiras que envolvem esse atributo tipicamente masculino não seriam restritas ao homem negro, como pretendemos abordar em breve, mas tal qual o caso de Monteiro Lopes e sua gordura corporal, verificamos certas especificidades que passam pela ótica da diferença racial. Sem pelos faciais, características másculas de excelência, as charges que representaram homens negros facilmente puderam manter os estereótipos onde esses personagens eram pintados completamente de preto (conforme imagem 2), ou com traços que se assemelham a animais (conforme imagens 6 e 7).

Quatro dias após o início da Revolta dos Marinheiros, *O Malho* lançou sua opinião sobre o calor do momento: “*A sublevação da Esquadra [...] veio surpreender tristemente não só o milhão de almas que habita a Capital da República, mas certamente todo o Brazil ordeiro e trabalhador*” (O MALHO, 26/11/1910, p. 10). A revista rotula o movimento como algo contrário à ordem e aos princípios do trabalho, e nas edições seguintes publicaria charges que debochavam das ações dos marinheiros, além de culpar as atuações de diversos políticos civis em relação ao caso.

O já presidente Hermes da Fonseca também foi cobrado, ora sendo apresentado com certo constrangimento por ter assinado a anistia aos marinheiros, ora sendo celebrado por ter tido atitudes másculas contra a revolta. O primeiro destes dois casos acontece em “A sanção da amnistia”, que discute justamente o perdão dado, em um primeiro momento, aos revoltosos da Chibata (Ver imagem 8). Escondendo o rosto com uma mão, Hermes assina o documento da anistia com a outra, sendo influenciado por uma moça identificada como “Política” e por um homem “Burguezia”. As lamentações dos personagens são vistas na

legenda, mas já a imagem evoca o sentimento de tristeza e arrependimento. A própria República chora, ao fundo, sendo consolada por Zé Povo.



Imagem 8 - *A sanccão da amnistia*, O MALHO, 03/12/1910, n.429, p.9. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O segundo caso pode ser averiguado em “Gesto necessario”, charge de capa da edição nº 431, que já traz desde o seu título a expectativa da revista sobre seu presidente. Enquanto os navios revoltosos aparecem ao fundo da cena — as nuvens de poeira indicam os bombardeios que faziam contra a cidade, demonstrando sua iniciativa bélica —, no primeiro plano, acompanhamos Hermes da Fonseca estufar o peito e desembainhar sua espada, demonstrando o abandono do pacifismo e uma resposta heróica (e branca) ao confronto evocado pela revolta (Ver imagem 9).

Na legenda, Hermes diz que “*Pela salvação da República, basta de fraqueza, basta de desordem, basta de anarchia!*” (O MALHO, 17/12/1910, capa). Os valores mencionados

apresentam um presidente orgulhoso, que defende a República, que é forte, que impõe a autoridade, algo defendido por Zé Povo “*custe o que custar*”.



Imagem 9 - *Gesto necessario*, O MALHO, 17/12/1910, n.431, capa. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Pensando no encadeamento cronológico das situações e de suas respectivas representações, vemos um “desenvolvimento” de Hermes, que antes é exposto como tomando uma atitude embaraçosa, mas que acaba por chegar à inevitável conclusão de que somente uma atitude máscula e militarizada bastaria para o fim da Revolta dos Marinheiros. O “custe o que custar” de Zé Povo parece ter sido ouvido: o desfecho violento da revolta foi satirizado

em “Para grandes males, grandes remedios”, charge que mostra um dos insurgentes da Ilha da Cobra sendo dilacerado por canhões. A representação da reta final da revolta fez alusão à parte dos marinheiros que tentou manter o conflito de pé, mas que foi brutalmente reprimida. Os próprios revoltosos que se renderam acabaram mortos ou exilados no Norte do país, mas esse não foi o foco da sátira (Ver imagem 10). A reação violenta explícita tornou-se motivo de piada.



Imagem 10 - *Para grandes males, grandes remedios*, O MALHO, 17/12/1910, n.431, p.24. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Excerto da charge original.

Levando em conta os elementos arrolados até aqui, precisamos retomar um assunto mencionado também no subcapítulo anterior, referente à homossexualidade dentro da Marinha. A especificidade antes citada tem a ver justamente com o processo de construção dessa corporação, demarcado pelas abissais diferenças raciais e de relacionamento interno. Os membros do Exército certamente gozavam de alta homossociabilidade, e também contavam com um recrutamento extremamente mal visto pela sociedade - isso será alvo de escrutínio em nossa dissertação nos capítulos seguintes. Ao contrário do Exército, porém, a Armada sofria com o estigma de seus membros serem não apenas “arruaceiros”, mas sim “arruaceiros negros”. A homossexualidade dentro dos navios, a despeito de contradizer as noções de feminilização que eram impostas sobre homossexuais brancos, incorporava elementos de hipervirilização dos homens negros. Segundo Miskolci, “a branquitude era sinônimo de moralidade, uma capacidade superior de resistir ou controlar o desejo, então compreendido como instintivo, natural e tão poderoso quanto perigoso para a sociedade”

(MISKOLCI, 2013, p. 1775-1780). Os homens negros, ao contrário, não seriam capazes de controlar esse desejo, sendo mais uma confirmação de seu caráter degenerado.

A despeito da hipervirilidade do homem negro uma visão corrente no período, pouco encontramos de sua presença em charges voltadas à Revolta dos Marinheiros. Assim como no caso dos eleitores de Monteiro Lopes, e das próprias piadas envolvendo este candidato, as sátiras veiculadas nas charges foram redirecionadas principalmente para a suposta pouca capacidade intelectual da população negra, sua brutalidade, ignorância e incapacidade, bem como sua inaptidão para preencher os locais sociais de excelência dentro da lógica burguesa.

Ora agressivos, ora cômicos devido seu deslocamento social, os homens negros foram colocados à margem do que se preconizava como sendo um homem adequado à modernidade. Segundo Raewyn Connell, “em um contexto de supremacia branca, masculinidades negras cumprem papéis simbólicos na construção do gênero branco”²⁵ (CONNELL, 2005, p. 80), e é isso que observamos quando os homens negros são representados como os “exemplos negativos”, ou como aqueles que ao se mobilizarem em suas vivências, estariam transgredindo as normas sociais somente por existirem.

E como a “marginalização está sempre relacionada à autorização da masculinidade hegemônica do grupo dominante”²⁶ (CONNELL, 2005, p. 80-81), não raro veremos a reabilitação da figura do homem negro entre as personagens das charges, crônicas e matérias especiais. O próprio Monteiro Lopes é “autorizado” pela revista *O Malho*, em vista de sua atuação em prol dos trabalhadores. Mas essa autorização não só é momentânea — a partir do momento que as decisões parlamentares do político deixam de cumprir com as expectativas impostas sobre ele, sua figura passa a ser atacada — como também é parcial — mesmo nos momentos em que Monteiro Lopes está sendo elogiado ou defendido, os termos e traços das charges passam a mensagem jocosa de que seu corpo é indesejável, sua negritude é sinônimo de escuridão, entre tantas outras manifestações negativas.

Segundo Richard Miskolci, havia um medo de “vinganças negras”, e uma incerteza quanto ao futuro da nação. Os negros eram, tais quais vários outros agentes sociais, perigosos (MISKOLCI, 2013, p. 315). A marginalização de suas masculinidades, e também de suas agências sociais, não foram o bastante para imobilizá-los dentro dos estereótipos reinantes: lutaram contra eles, seja durante o cotidiano, seja em momentos-limite como uma revolta

²⁵ Este trecho foi traduzido livremente a partir do seguinte excerto: “In a white-supremacist context, black masculinities play symbolic roles for white gender construction” (CONNELL, 2005, p. 80).

²⁶ Tradução livre do trecho: “Marginalization is always relative to the authorization of the hegemonic masculinity of the dominant group” (CONNELL, 2005, p. 80-81).

armada. Analisando esses processos, aliás, podemos remeter a outra afirmativa de Raewyn Connell: “termos como ‘masculinidade hegemônica’ e ‘masculinidades marginalizadas’ nomeiam não tipos fixos de personagens, e sim configurações de práticas geradas em situações particulares em uma estrutura mutável de relações”²⁷ (CONNELL, 2005, p. 81). Apesar de marginalizados, os homens negros buscavam mudanças em suas situações de gênero, raça e classe. As charges não trabalharam tais esforços.

2.2.2 Definindo uma masculinidade *smart*

Com o início do século XX, a modernidade passou a ser uma das principais pautas dentro da capital republicana. Conforme discutimos anteriormente, as reformas urbanas alteraram os padrões de sociabilidade dentro do Rio, o que transformou os costumes, e pautou uma série de adaptações à moral burguesa. Nas palavras de Rosane Feijão,

A cidade e sua arquitetura, a decoração e o mobiliário, a linguagem e as maneiras, o corpo e o vestuário: tudo isso foi sendo alterado de forma a tornar-se mais compatível com os ideais da elite urbana e burguesa que substituíam os valores de uma sociedade senhorial por outros, mais individualistas e cosmopolitas (FEIJÃO, 2009, p. 2).

O próprio espaço urbano ganhou novos significados, principalmente no tocante à legitimidade de quem poderia circular nele. Jardins, teatros, cafés, palácios, avenidas e praças foram construídos para servirem como lugares de lazer, confraternização e discussão da vida política para a alta sociedade republicana (SALIBA, 2006, p. 318). Aproveitar esses espaços não só era “de bom tom”, como ganhava relevância a partir do momento que ser visto pela sociedade se tornava um elemento caríssimo para o prestígio social (NOGUEIRA, 2012, p. 111).

Depois de inaugurados os cafés e teatros nas regiões centrais, os homens das classes médias e altas passaram a frequentar o centro da urbe a fim de cumprir com suas obrigações sociais, por muitas vezes acompanhados de suas mulheres, que ganhavam espaço nas ruas. De acordo com a historiadora Denise Benuzzi Sant’anna, “na capital carioca do começo do século passado, era *chic* ser *smart*, tecer a própria masculinidade aderindo ao *denier cri de la mode*, exibido em *soirées* privadas ou em cafés e restaurantes considerados modernos” (SANT’ANNA, 2013, p. 247). Assim, “desde o final do século XIX, a imagem de um homem

²⁷ Tradução livre do trecho: “terms such as ‘hegemonic masculinity’ and ‘marginalized masculinities’ name not fixed character types but configurations of practice generated in particular situations in a changing structure of relationships” (CONNELL, 2005, p. 81).

urbanizado, letrado e burguês conquistou um espaço crescente na história do país” (SANT’ANNA, 2013, p. 247).

A sociabilidade também passa pelos *clubs*, que muitas vezes eram instituições com públicos específicos — literatos, por exemplo. Além disso, “outra instituição também disputada pela elite era o Jockey Club. [...] era mais do que o local de corrida de cavalos, e de bailes marcados pela dança de salão, constituía-se numa verdadeira vitrine política” (BORGES, 2011, p. 227). Esse é um ponto importantíssimo: o ato de transitar pelos espaços públicos é alçado a tática política, tornando-se mais um mecanismo para a conquista de diversos pontos caros à sociedade: um cargo político, uma vaga de emprego, uma esposa ou parceira sexual, etc.

Dentro desse cenário, “no início do século XX, a moda era uma obsessão entre a elite carioca. Todos sonhavam em ser *chic* ou *smart*, ou seja, desfilar com as vestimentas e os acessórios da última moda” (RASPANTI, 2013, p. 203). Esse comportamento não se deu por acaso: “As colunas sociais começavam a ditar as normas de vestuário e de comportamento para a mais fina sociedade. A rua do Ouvidor era o maior centro do comércio sofisticado, oferecendo artigos de importância mais cobiçados” (RASPANTI, 2013, p. 203).

Ser moderno e adepto do *smartismo*, portanto, foram temas centrais no início da República, tanto para os membros da sociedade, interessados em sua própria visibilidade, quanto para a imprensa, responsável por servir de canal de agenciamento de anúncios, tendências e opiniões diversas. Analisando as páginas do periódico *O Rio Nu*, a historiadora Natália Peçanha demonstra as intenções dessa revista pornográfica do início do século XX em delimitar os comportamentos aceitáveis e indesejáveis para o homem moderno, desde aspectos visuais até mesmo formas de se relacionar sexualmente (PEÇANHA, 2013, p. 49).

Em nossas fontes, observamos como as charges veiculadas também cumpriram papel pedagógico, proporcionando, através do humor, intervenções junto à sociedade que se mobilizava ao seu redor. Observaremos, a partir daqui, como foram discutidas as características do modelo *smart* de ser homem.

A primeira coisa que precisamos ressaltar tem relação com o subcapítulo anterior. O homem *smart*, em uma esmagadora maioria de representações, trata-se de um homem branco. Na charge “Dia e Noite”, por exemplo, o homem negro que se identifica como “*ismart*” na legenda da imagem é representado como parte de uma enorme sombra, algo que tira suas feições e destaca somente as roupas, olhos e boca sorridente (Ver imagem 11).



Imagem 11 - *Dia e noite*, O MALHO, 20/02/1909, n.336, p. 12. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Essa associação à escuridão completa, a falta de seu rosto e sua expressão que remete à malandragem (é um sorriso somado ao olhar enviesado) são estereótipos racistas que indicam a estranheza da cena. Em sua fala, o personagem ainda usa como referência a eleição de Monteiro Lopes, dizendo que seguirá o exemplo e tentará o cargo presidencial. Dada sua elegância *smart*, que ele equipara ao político de origem judaica David Campista, o personagem acredita que terá vantagens políticas com o então presidente Afonso Pena, aliado de Campista.

O homem *smart* tampouco é gordo. Pouquíssimas são as charges que apresentam homens dotados de muita gordura corporal como parte dessa categoria, ainda que em determinados momentos vejamos certos artigos de moda em corpos gordos (um chapéu, a bengala, um colarinho branco e engomado).

Em termos representativos, o homem gordo é identificado muitas vezes por “burguês”, “visconde” ou “comendador”, uma espécie de arquétipo do “homem gordo idoso e cheio de posses”. Ele acumula algumas características gerais: branco, careca e geralmente idoso, sua personagem é acompanhada também por determinadas combinações de vestes, como o *smoking* e a cartola, ou o casaco longo (“casaca”) e o chapéu côco. Não raro, o homem gordo é visto com um charuto na mão ou na boca, ou, em seu lugar, um cigarro muito fino.

É um arquétipo de personagem avarento, “mão fechada”. Tal representação dialoga com o contexto carioca, em vista da ascensão material da classe burguesa comercial, estimulada pelas reformas urbanas e pelas políticas delas decorrentes (CHALHOUB, 1986, p. 90). Mas não seriam os “burgueses” diferentes dos “comendadores”? O título de comendador teve grande relevância durante o período imperial, servindo como condecoração para indivíduos da elite política. Baseada em uma simbologia nobiliárquica do Antigo Regime, ser comendador significava o mesmo que ter prestígio e acesso (SILVA, 2011, p. 6). Ao ganharem espaço dentro das elites econômicas do país, muitos burgueses (no sentido de ter posse, seja ela industrial ou comercial) estariam reivindicando títulos da nobreza, a fim de adquirir uma distinção simbólica diante dos demais concorrentes (FREYRE, 2013a, p. 13395-13398).

Em "Excursões de um burguez", um homem gordo mira o horizonte através de um binóculo, ao mesmo tempo em que um casal se afasta dando risadas (Ver imagem 12). Além do título, que foca no dito “burguez”, o ângulo em que o personagem se encontra (no topo, quase centralizado, mas virado completamente para a esquerda, ao contrário dos demais personagens) dá destaque ao seu gesto, apesar de se encontrar no segundo plano da charge. Baixando o olhar, o leitor pode identificar um personagem masculino de estilo *dândi* e sua interlocutora, uma moça jovem, assim identificável graças ao corpo esbelto, a tez clara e as vestimentas pudicas, mas adeptas da moda.

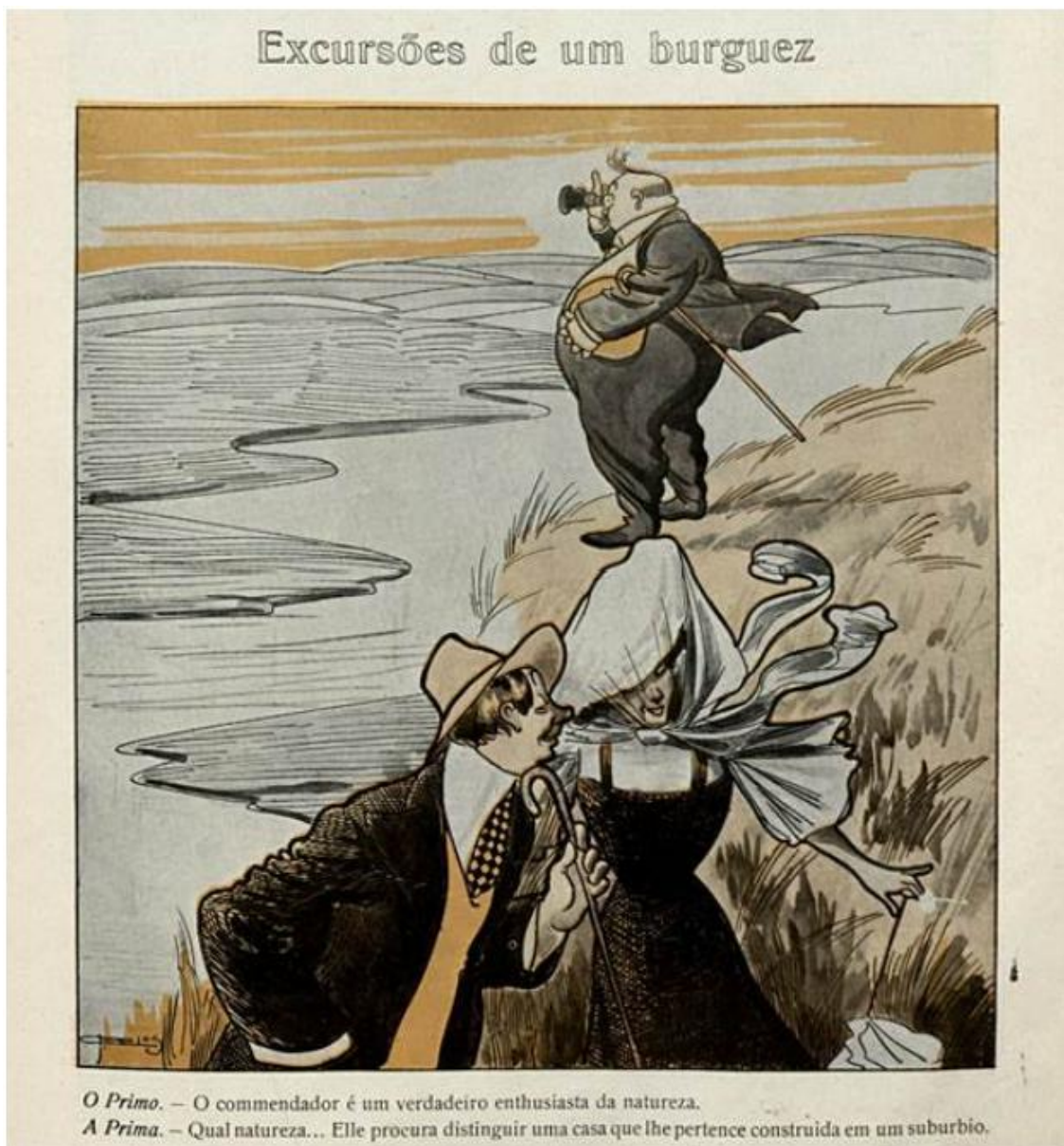


Imagem 12 - *Excursões de um burguez*, CARETA, 21/08/1909/ n.64, p.11. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O diálogo entre os personagens discute a atitude do homem gordo, que negligencia o que parece ser um passeio no campo ao utilizar o binóculo. O “*primo*” comenta como o “*commendador*” é um entusiasta da natureza, mas é rebatido pela fala da “*prima*”, que explica ser aquela observação de binóculo uma tentativa do personagem gordo e rico de encontrar uma casa que lhe pertence, localizada no subúrbio. Com as já mencionadas reformas urbanas, para além das habitações em favelas e morros, ao longo dos anos surgiram também os subúrbios, destino de parte da classe trabalhadora (SOARES, 2014, p. 15; 46). O “*burguez*” estar mais preocupado com sua propriedade em um bairro pobre faz parte do

humor da charge, já que ele deixa até mesmo a moça de lado. O jovem *dândi* segue com ela para a direção contrária à do homem gordo, encarando-a como que em uma situação de flerte.

Se a relação entre o casal abaixo e o homem gordo acima não está clara em “Excursões de um burguez”, na charge “Scenas do smartismo”, de J.Carlos, a rivalidade entre “primo” e “comendador” fica mais explícita (Ver imagem 13).

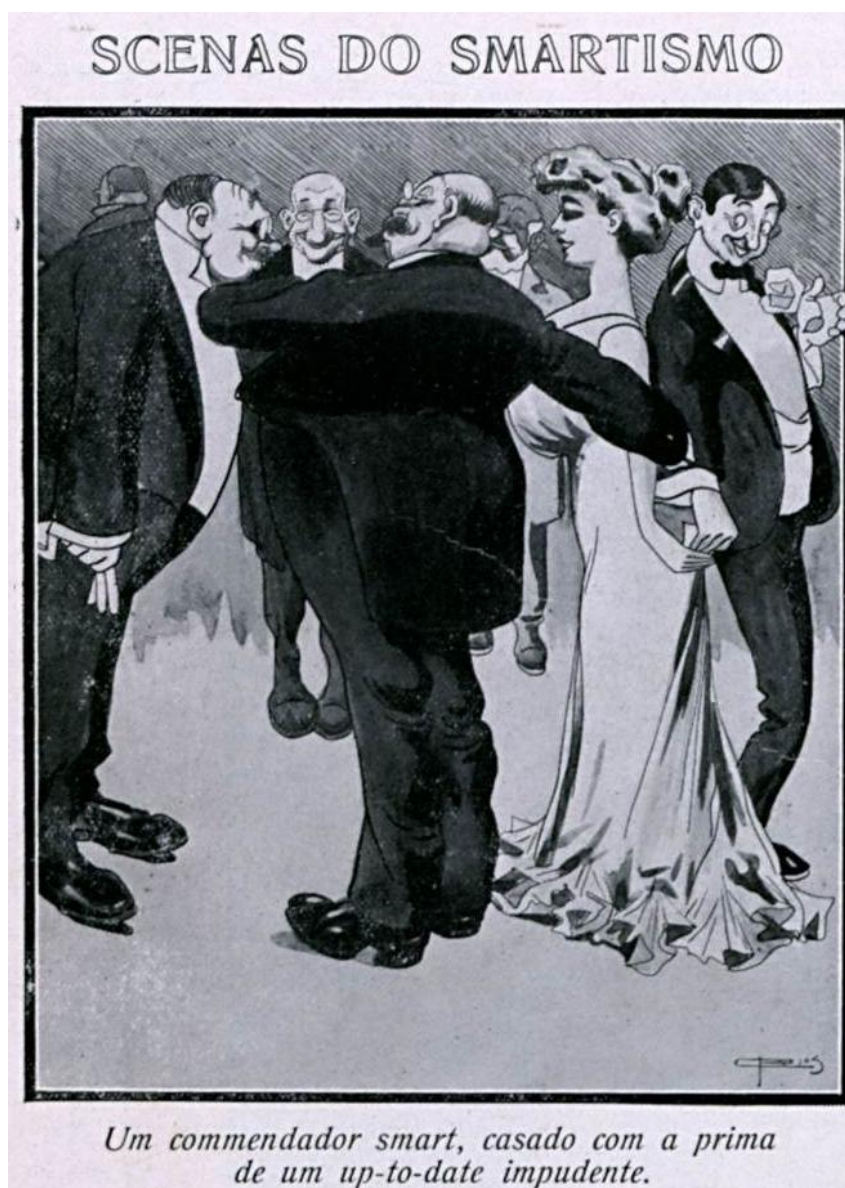


Imagem 13 - *Scenas do smartismo*, CARETA, 12/06/1909, n. 54, p. 24. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A charge situa os personagens em um encontro social da alta sociedade, algo que pode ser inferido pelas vestimentas de gala dos homens e a amplitude dada à cena por meio dos vultos localizados ao fundo. No segundo plano, logo atrás do burguez, que está no primeiro, a jovialidade da mulher aparece através de sua pele sem rugas, do busto farto e do

corpo esbelto. Enquanto o burguês exhibe a jovem para os demais homens mais velhos, como um troféu, outro homem, mais jovem e magro, passa por trás dela e entrega um bilhete de maneira discreta. Na legenda, lemos: “*Um commendador smart, casado com a prima de um up-to-date impudente*”. O homem mais velho é anunciado como sendo marido da personagem feminina, e aqui é jocosamente adjetivado como *smart*.

O humor reside no risco corrido pelos dois amantes, assim como na suposta ciência do marido em relação ao romance proibido: o homem anuir com isso seria uma questão vexatória; de *smart*, o suposto comendador não teria nada. Nessa sociedade cada vez mais aburguesada, “mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs” (D’INCAO, 2004, p. 229). O papel feminino de anfitriã, nesse caso, estava sendo corrompido pela traição ao marido, uma mácula que, se fosse descoberta, minaria as chances da família diante de todo o círculo social. É um humor a partir da “percepção do contrário”, isto é, do reconhecimento por parte do leitor de que o que está se passando é o oposto do que deveria ser (SALIBA, 2004, p. 24).

A centralidade do gênero feminino nessas representações chárgicas pode ser observada com base em duas noções. A primeira delas diz respeito ao papel da mulher burguesa dentro do seio familiar. Segundo Vera Lúcia Bogéa Borges, “apesar da organização social centrada na figura masculina, o papel das mulheres nesta sociedade era ao mesmo tempo de dependência, mas com toques essenciais para as atividades da elite” (BORGES, 2011, p. 229). De início,

Baseado na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera da vida privada, o discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã (MALUF; MOTT, 2006, p. 373-374).

A partir do momento em que as mulheres começam a fazer parte da sociedade externa à casa, suas funções ganham outras dimensões: continuam sendo mães, donas do lar, e voltadas para a formação dos “cidadãos do amanhã”, só que agora com o adendo de que sua honra poderia ser estendida aos demais membros da família, e seu comportamento público era visto como importante moeda de troca social. Ou seja,

as mulheres significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público [...] (D’INCAO, 2004, p. 229).

É aqui que mencionamos o segundo aspecto, que está diretamente conectado ao lugar simbólico ocupado pelas mulheres. Se por um lado elas cumprem um importante papel social, por outro, são colocadas como objetos manejáveis pelos homens. Apesar de estudar as sociedades do Mediterrâneo, que apresentavam suas próprias especificidades, uma interessante observação de Pierre Bourdieu pode contribuir para refletir sobre nossa pesquisa: “as mulheres são valores que é preciso conservar ao abrigo da ofensa e da suspeita; valores que, investidos nas trocas, podem produzir alianças, isto é, capital social e aliados prestigiosos, isto é, capital simbólico” (BOURDIEU, 2002, p. 51). Esse “valor investido na troca” é a respeitabilidade social, a boa recepção dentro da sociedade, uma aparência notável, uma troca de conversas com as esposas dos aliados, para os mais variados fins sociais, etc.



Ella. — Tire o cavallo da chuva. O senhor não vê logo que o amor é incompatível com a sua obesidade !...

Ella. — Mas... filhinha... Você não sabe que estamos na época de aproveitar os inaproveitáveis ?...

Imagem 14 - *Influencia ministerial*, CARETA, 12/11/1910, n. 128, p. 15. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em destaque, o diálogo da charge.

Essa objetificação feminina fica evidente nas disputas representadas nas charges, e que opõe homens magros a homens gordos, geralmente com prejuízo aos últimos. Nem mesmo as representações de personagens gordos jovens são positivas, como observamos em “Influencia ministerial”, charge de J.Carlos (Ver imagem 14).

Nessa charge, apesar de vermos um homem gordo destoante do estereótipo “burguez”, é perceptível a noção tomada pela revista sobre aquele tipo de corpo a partir do diálogo entre os personagens: “*Ella: Tire o cavalo da chuva. O senhor não vê logo que o amor é incompatível com a sua obesidade! Elle: Mas... filhinha, Você não sabe que estamos na época de aproveitar os inaproveitáveis?*” (CARETA, 12/11/1910, p. 15, grifo nosso). Segundo Justo, Camargo e Bousfield, é justamente no início do século XX que “a conquista da beleza e de um corpo saudável torna-se um objetivo individual, atingido por meio do exercício de autocontrole, envolvendo força de vontade, restrições e vigilância constantes”, passando o gordo a “significar falta de domínio sobre si” (JUSTO; CAMARGO; BOUSFIELD, 2020 p. 167). Além do diálogo em texto, as posturas corporais dos personagens dão a entender seus posicionamentos dentro da cena. Como afirma Will Eisner, a postura dos personagens em um quadrinho dá indicativos de sua situação emocional diante da cena, podendo ou não estar relacionada a outros símbolos e textos (EISNER, 2000, p. 16). Assim, entendemos o que os personagens estão passando por seus posicionamentos: ela está de costas para ele, um dos ombros erguidos em sinal de desdém, ao passo que o homem tem os ombros recuados, deixando bem à vista sua barriga protuberante, e a expressão facial repleta de traços, indicando contrariedade e tristeza.

Apesar de nem todos os personagens magros serem identificáveis como *smarts*, essa é uma das principais características daqueles que são, de fato, homens modernos, *up-to-date*, ou *smarts*. Outros termos usados para representá-los foram “moço” e “primo”, como é possível observar em algumas das charges supracitadas. A característica do *smart* se dá em sua adesão à modernidade, à “civilização”, e isso é transposto para suas atitudes e modos de vestir.

A preocupação com a moda masculina foi um crescente no início do século XX, momento em que as “casacas”, por exemplo, estavam sendo abandonadas em nome do uso de paletós, e os chapéus-coco eram trocados pelos tipos de feltro, pelo de palha, ou pelo do chile (MACHADO, 2007, p. 90; FREYRE, 2013a, p. 17131-17134). O homem moderno, em primeiro lugar, seria aquele vestido de acordo com a moda. Tanto a roupa quanto o

autocuidado seriam distinções que serviriam para diferenciar o homem *smart* do homem pobre, associado ao maltrapilho por este também ser magro.

Antes de prosseguirmos, uma questão importante a ser brevemente abordada é a existência ou não de diferenças entre os tipos *smart* e *dândi*. Segundo Márcia Raspanti, o dandismo “era mais do que vestir-se de acordo com a moda, estava relacionado a um estilo de vida diferente e transgressor”, portanto os *dândis* “ficaram conhecidos como homens que se preocupavam com a aparência e não tinham pudores em demonstrá-lo, vestiam-se com apuro e lançavam moda” (RASPANTI, 2013, p. 204). De acordo com James Green, os *dândis* cariocas

faziam questão de estar bem vestidos, especialmente quando iam ao teatro. Usavam paletós feitos sob medida, calças com tecidos extravagantes que acentuavam suas formas, botas finas e polidas, camisas primorosamente bordadas, lenços (geralmente vermelhos ou azuis) e gravatas de seda. Perfumavam seus cabelos e usavam cartolas brancas. Berloques e correntes de ouro pendiam de seus coletes. Levavam bengalas caras, usavam luvas de pelica e fumavam charutos cubanos (GREEN, 2011, p. 83).

Apesar de o tipo *dândi* já existir na Europa desde o século XVIII, vemos como sua prática transgressora aporta no Brasil no início do século XX, ditando as atitudes e formas de ser e vestir (RASPANTI, 2013, p. 204). Esse elemento ousado, aliás, serviu como motivo para a estigmatização desses homens como “afeminados”, homossexuais e, por muitas vezes, adeptos da prostituição masculina (GREEN, 2011, p. 66).

O *smartismo* é descrito por Rosane Feijão como um conjunto de comportamentos, gestos e vestuários “onde símbolos de modernidade deveriam equilibrar-se com outros que carregavam certa tradição, relativos à distinção social” (FEIJÃO, 2009, p. 3). Para ser *smart* “não bastava ser elegante, era preciso ser moderno, parecer moderno, estar investido dos símbolos da modernidade, tanto nas atitudes tomadas em público quanto nas opções feitas nas visitas ao alfaiate. O luxo por si só não garantia a distinção” (FEIJÃO, 2009, p. 3).

Assim, o *dandismo* se confunde com o *smartismo* em determinados aspectos. Raspanti aponta como as roupas de Alberto Santos Dumont, representante máximo do estilo *dândi*, influenciaram a época: “seu guarda-roupa era formado por ternos riscas-de-giz, camisas de colarinho alto e engomado, sapatos com salto [...] e chapéu com a aba abaixada” (RASPANTI, 2013, p. 205). Em nossas fontes, salvo algumas exceções, são comuns as representações dos *smarts* com os mesmo tipos de terno e camisa supracitados, havendo variações apenas quanto aos sapatos e chapéus. Um exemplo disso aparece em “Excursões de um burguez”, charge presente na Imagem 12, representado pelo personagem “primo”.

Por outro lado, como bem observa Rosane Feijão, o *smartismo* ultrapassa o indivíduo: lugares, eventos, grupos de pessoas e gestos são classificados como *smarts* no início do século XX. Segundo ela, “certas expressões, geralmente estrangeiras, eram consideradas *smarts*, assim como certos ambientes – *five-o-clock teas*, *garden-parties* – onde os hábitos da burguesia européia, considerada civilizada e moderna, eram cultivados e cultuados” (FEIJÃO, 2009, p. 3). O fato de o *smartismo* ser uma conduta a ser seguida também aparece em nossas fontes, como abordaremos logo a seguir.

Desse modo, entendemos nesta dissertação que o *smartismo* adquire contornos mais genéricos, totalizantes, servindo como sinônimo para a modernidade burguesa como um todo. O *dandismo*, movimento mais atrevido e que age com tendências de transgressão, ou de pautar a moda ao invés de simplesmente segui-la, pode ser encarado como uma parte do primeiro, sendo ora sinônimo, ora ramificação das performances *smart*. Seja como for, em nossas fontes identificamos o termo *smart* como dando significado a uma grande maioria de personagens e situações, algo que não é possível dizer no que se refere ao *dândi*, pouco mencionado.

Em “Um enfant gaté”, de J. Carlos para a *Careta*, observamos uma síntese cômica sobre o assunto: um homem *smart* anda de braços dados com duas mulheres, e é observado com inveja por um homem identificado como “*maltrapilho*”. Este afirma que se o outro tivesse mais um braço, buscaria a própria mulher para “oferecer” ao *smart* (Ver imagem 15). Aqui, a representação do homem *smart* o coloca no centro do desejo feminino, ou como parte ativa das relações de gênero - sendo ele o indivíduo que pratica os *flirts*, isto é, que paquera as mulheres. Através de sua postura inclinada, podemos perceber a reciprocidade do personagem masculino ao interesse da moça à sua esquerda, que ergue o próprio rosto exibindo o busto para o pretendente.

Ao mesmo tempo, a relação conjugal da camada mais popular da sociedade é satirizada pelo humor, já que o homem pobre estaria disposto a abrir mão da própria mulher, cedendo-a para o *smart*. Esse seria um grande sacrifício de sua parte, já que entre os casais das classes baixas “o homem depende da presença da mulher para acionar e cumprir seus deveres cotidianos de solidariedade” (CHALHOUB, 1986, p. 155). Na linguagem das charges de nossas fontes, porém, não foram raras as manifestações de maridos/homens que queriam se livrar de suas mulheres, uma alusão aos empecilhos que elas seriam aos desejos masculinos. Assim, ao mesmo tempo que o humor presente nesta charge faz troça com o

desprendimento do pobre em relação à sua esposa, apresenta esta como um bem particular que confere *status*.



Imagem 15 - *Un enfant gaté*, CARETA, 09/04/1910, n.97, p.11. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Traduzindo o título da charge — a partir dos termos corretos, já que ela tem escrito “*Um*” em vez de “*Un*” — “*Un enfant gaté*” significa, em francês, “Uma criança mimada”. A charge transforma a situação em cômica pelo fato do homem ser mimado pela presença de duas moças jovens e esbeltas, que o cortejam. Ao ser escolhido pelas duas, o *smart* ganha notoriedade perante o homem “maltrapilho”: além do signo de distinção social da classe, observamos um signo de distinção entre masculinidades.

A masculinidade *smart* foi representada em diversas charges, muitas delas voltadas para os comportamentos afetivo-sexuais dos personagens. A charge anterior é um exemplo interessante nesse sentido, ao representar também os espaços de sociabilidade — uma praça — e as discrepâncias entre os grupos sociais. Nem sempre, porém, essas relações sociais foram representadas de maneira favorável ao homem moderno, em especial nas charges de *O Malho*.



Imagem 16 - *Arrolhado!*, O MALHO, 02/10/1909, n.368, p. 38. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em “Arrolhado!”²⁸, charge provavelmente desenhada provavelmente por Paulito, um homem *smart* está frente a frente com uma dama de peito estufado (Ver imagem 16). Os poucos elementos adjacentes aos personagens indicam que eles se encontram em algum local público, com mata nos pés e algo no horizonte (o Sol, a Lua?). O homem tem as roupas extravagantes cobrindo o corpo que, dadas as pernas muito finas e a barriga muito redonda, ganha contornos engraçados. O olho escurecido e fechado, além disso, pode dar duas interpretações sobre o personagem: uma representação gráfica de sua hesitação, já que fecha o olho para não ver a dama (que o encara diretamente); ou um prenúncio da bofetada que o deixaria de olho-roxo.

Partindo para a legenda, vemos que “*Elle*” começa o diálogo repleto de floreios linguísticos, logo interrompidos por “*Ella*”: “*Ora, faça o favor de ver si eu tenho cara de tumulto, para receber os seus discursos, à minha beira!*”. O corte dado pela moça apresenta

²⁸ O termo “arrolhado” foi uma expressão muito utilizada para indicar a interrupção de fala de outrem, em especial, durante a Constituinte de 1890-1891. Conforme Mônica Karawejczyk: “O referido sistema era empregado quando algum congressista acreditava que o assunto já havia sido debatido o suficiente e pedia ao presidente da Assembleia Constituinte que fosse votado imediatamente o impedimento de se continuar falando sobre o mesmo tema” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 85).

uma criticidade à hesitação do homem *smart* da charge, sua enrolação ao tentar a prática do flerte. A demora (isto é, a hesitação, o demorar a agir) como elemento humorístico trata-se de um ponto que acompanhamos em outras charges sobre homens civis publicadas por *O Malho*, em especial as voltadas para o pleito eleitoral corrente no período. Essa relação não é ao acaso, visto que parte dos eventos públicos masculinos era justamente o comparecimento a homenagens póstumas a políticos e literatos célebres, onde eram proferidos discursos e realizadas propagandas políticas.

Se por um lado o *smart* é demasiado lento, por outro, acaba sendo excessivamente “ligeiro”. A charge “Uma historia triste”, de Yost, tem uma importância muito grande da explicação textual para a compreensão da imagem (Ver imagem 17). Em casos como esse, “as intervenções feitas pelo narrador comumente têm o propósito de esclarecer o contexto de produção textual, buscando fornecer ao leitor informações necessárias à leitura do texto em questão” (VIDAL, 2009, p. 37). Trata-se do estabelecimento de elementos reconhecíveis por parte do leitor da charge, para que o humor tenha os efeitos pretendidos.

Lemos que Chiquinha (reparamos, desde já, o diminutivo em seu nome, infantilizando a moça) havia se apaixonado por um rapaz *smart* de nome Alfredo, “*de fino trato, muito insinuante*” (O MALHO, 22/10/1910, p. 28). O texto segue retratando as desconfianças do pai da moça, que costumava acompanhá-la em seus passeios. Em uma ocasião como essa, “*O Alfredo, o seu inocente Alfredo [...] foi bruscamente agarrado por dous guardas civis e levado sem mais cerimonia para a delegacia*” (O MALHO, 22/10/1910, p. 28). A charge aparece após esse breve texto, servindo até mesmo como incremento narrativo, um chamariz para a história que estava sendo contada.

Na imagem, observamos no primeiro plano a Chiquinha sendo socorrida pelo pai, pois como diz a legenda logo abaixo, ela teve uma “síncope”. Um detalhe interessante de mantermos em mente é o fato de que a personagem traz um sorriso no rosto, apesar de estar desmaiada. É uma representação de sua paixão descabida por Alfredo, que no canto esquerdo da charge, tem os membros contorcidos durante uma apreensão policial. A jovem pergunta: “*Porque fora catrafiado o seu adorado Alfredo?!*” (O MALHO, 22/10/1910, p. 28).

A resposta vem no texto que dá seguimento à charge, onde Yost descreve o processo de descoberta da Polícia de uma quadrilha de gatunos que praticava roubos audaciosos. Com a investigação, descobriu-se que “*Alfredo era um delles*”, então optaram por prendê-lo “*quando elle seguia a sua diva distrahido com o namoro*”.

Nesse momento, o texto apresenta um ponto de virada:

Essa historia, embora não seja ainda *authentica*, não tardará a ser muito *commum*, graças ao desenvolvimento prodigioso que vai tendo a raça dos gatunos *smarts*. Grande parte desses moços que por ahi andam, bem vestidos, elegantes, insinuantes, finos... não passam de refinados membros da celebre quadrilha dos *moços bonitos*. Que as moças namoradeiras tenham um pouco mais de cuidado - eis a questão que nos moveu a publicar esta historia previdente... (O MALHO, 22/10/1910, p.28, grifo do original).



Imagem 17 - *Uma historia triste*, O MALHO, 22/10/1910, n.423, p.28. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Desta forma, além de representarem as mulheres novamente com características de inocência e objetificação — o pai zela por ela, acompanhando-a em seus passeios, sendo necessário para a proteção dela contra Alfredo —, *O Malho* e Yost trazem uma história fictícia onde está sendo “comum” a prática de roubos por parte de homens *smarts*, rapazes de má inclinação que se baseariam na beleza, no vestuário e no charme para concretizar seus golpes. Levando essa charge em consideração, o *smart* também era um perigo.

A despeito das charges que davam pouco prestígio aos *smarts*, *O Malho* também traria homens desse tipo como exemplos positivos: são os casos dos anúncios, um dos aspectos mais importantes para a manutenção dos periódicos da *Belle Époque*. Essas propagandas (ou “reclames”) eram necessárias também para os leitores, já que “os anúncios iriam atender e estimular o consumo da classe média emergente e da elite, dispostas a folhear as páginas dos periódicos, ávidas por novos produtos trazidos pela industrialização e a urbanização” (ELEUTÉRIO, 2012, p. 65). Nesse sentido, as intenções expostas nos anúncios visavam não só vender os produtos em si, como também acostumar os leitores a uma nova forma de consumo. Ao vender determinados produtos, portanto, estava sendo esperado que os costumes também se moldassem aos novos tempos. As charges fizeram parte dessas propagandas, “o trabalho dos caricaturistas contribuiu para a formação de uma nova estética na publicidade, criando narrativas gráficas, às vezes através de painéis sequenciais, demonstrando visualmente as vantagens e benefícios no uso dos produtos” (QUELUZ, 2002, p. 27).

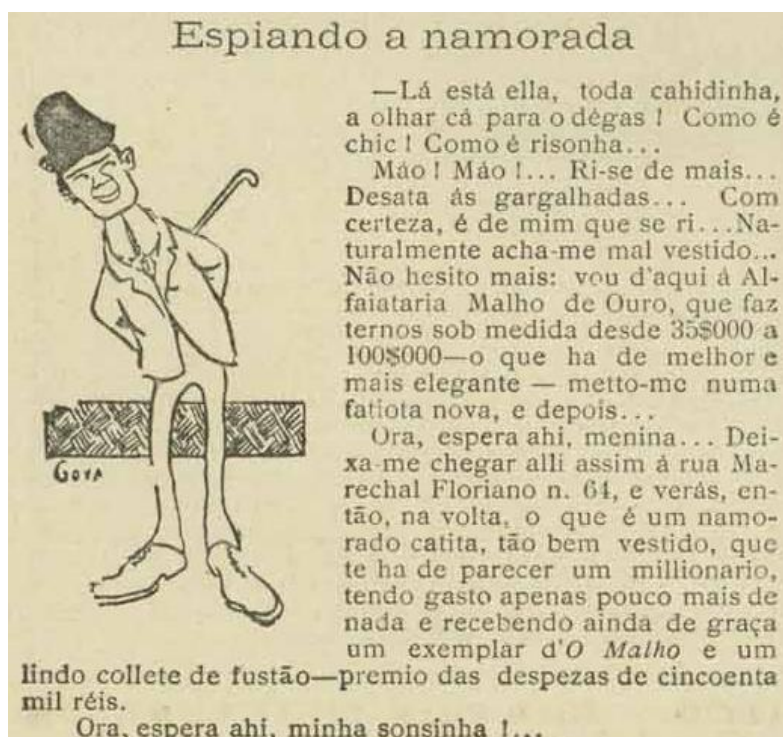


Imagem 18 - *Espiando a namorada*, O MALHO, 18/09/1909, n.366, p.2. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

No anúncio “Espião a namorada”, o personagem *smart* olha em direção ao texto, dando a indicação de que este deveria ser lido (Ver imagem 18). Ao lermos, percebemos como esse olhar também pode significar um pensamento do rapaz, que está se referindo à

namorada e como ela ri dele. O motivo das risadas dela seria o seu vestuário: “*Naturalmente acha-me mal vestido... Não hesito mais: vou daqui á Alfaiataria Malho de Ouro, que faz ternos sob medida [...] o que ha de melhor e mais elegante — metto-me numa fatiota nova, e depois...*” (O MALHO, 18/09/1909, p. 2). Como a alfaiataria possuía vínculo com a revista *O Malho*, ainda é citada uma promoção onde o cliente ganharia gratuitamente um exemplar do periódico. Um ponto a ser destacado se refere ao imaginário mobilizado pela loja: “*verás, então, na volta, o que é um namorado catita, tão bem vestido, que te ha de parecer um milionario*” (O MALHO, 18/09/1909, p. 2). A elegância do personagem é, necessariamente, uma ligação sua com o “parecer um rico”, ser um “milionário”, e isso seria motivo para o interesse feminino. O homem apresentar autocuidado e asseio, portanto, aparecem como aspectos positivos, já que demonstraria distinções de classe e um maior potencial com as mulheres, até porque, desde meados do século XIX “o bem vestir-se era parte da criação da imagem de um homem, materialização de seu caráter, de sua civilidade e nível social” (ALVES, 2020, p. 173).

Esse tipo de relação com a modernidade também é verificável em anúncios de medicamentos, outro espaço onde *O Malho* fez o uso de imagens positivas do *smart*, e que dialoga com a saúde masculina e a emergente necessidade de manter a virilidade intacta.



Imagem 19 - *Reflexões de um smart*, O MALHO, 31/07/1909, n. 359, p. 45. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Na charge “Reflexões de um *smart*”, vemos um homem moderno que, apesar de parado com suas roupas da moda, olha para trás com uma expressão de desagrado (Ver imagem 19). As pernas bem abertas e retas, os braços rijos cumprindo seus papéis (o da esquerda serve para carregar a bengala, já o outro, está oculto por não ser motivo de distinção modística), e o grande *plastron*²⁹ aparece esvoaçando, reforçando os ares de cuidado com a aparência do personagem. Outro elemento distintivo que notamos aqui é o bigode, signo masculino que pode evocar várias questões: respeitabilidade, virilidade, espaço hierárquico ocupado dentro da sociedade (ALVES, 2020, p. 90; 129; 175-177; ALMEIDA, SILVA, 2013, p. 334). À medida que maioria das representações chárgicas de homens negros foram feitas sem bigodes espessos dada a falta de aceitabilidade do masculino negro nessa sociedade, os homens brancos *smarts* foram majoritariamente representados sem os pelos faciais dada a “emasculante” modernização de seus costumes. Nesse caso específico, observamos que não só o posicionamento corporal firme, como também o distinto bigode coloca o personagem como destoante em relação às demais representações que analisamos até agora.

Na legenda, o personagem comenta sobre a aparência de seus ex-colegas de colégio — algo que estabelece uma conexão entre o homem e os graus de instrução, indicando desde já sua condição social em uma sociedade estratificada pelo analfabetismo — chamando-os de “Coitados”. O motivo de tamanha pena é dado logo em seguida: “*Roidos pela syphilis, cheios de tumores, feridas e reumatismo, parecem já uns macrobios; ao passo que eu já fiz os meus sessenta, aparento trinta e poucos, e, o meu organismo está tão são como um pero, inteiramente limpo*” (O MALHO, 31/07/1909, p.45). O medicamento anunciado, Elixir de Nogueira, seria responsável por manter a jovialidade do personagem independentemente de sua real idade. É a ideia da manutenção da virilidade, algo que observamos na representação gráfica da charge — o homem não tem os bigodes grisalhos, por exemplo. Em segundo lugar, percebemos como os termos higiênicos prevalecem na descrição do personagem sobre sua própria pessoa: seu organismo estaria completamente *limpo*, ou seja, saudável e adaptado aos desafios republicanos.

Precisamos levar em consideração, além de todos esses elementos, a posição da charge dentro da revista. Uma charge de capa carrega determinada relevância para a

²⁹ Segundo Paulo Gabriel Alves, “Os dândis eram conhecidos por seu extremo zelo com seus plastrons. O nó perfeito poderia levar horas para ser feito, com homens como Beau Brummell (1778-1840) gastando, por vezes, a manhã toda em sua amarração” (ALVES, 2020, p. 81). Peça da moda masculina desde meados do século XVIII, o *plastron* seria gradualmente substituído pela gravata, que por si só também apresentaria inúmeras alterações até sua versão contemporânea (ALVES, 2020, p. 81-82).

composição do periódico (TENÓRIO, 2009, p. 41), e o mesmo podemos falar sobre os anúncios ilustrados. O caso da charge “Reflexões de um *smart*” é ainda mais notório nesse quesito, graças a dois pontos-chave: ela está inserida em uma página exclusivamente voltada a propagandas, e, mais do que isso, faz parte do maior anúncio ofertado, ocupando quase metade da página. Somando esses elementos à frequente aparição dos reclames de Elixir de Nogueira em *O Malho*, podemos aferir que os responsáveis pela marca de medicamentos eram grandes patrocinadores da revista. Isso também nos leva a acreditar que a representação do homem *smart* foi influenciada pela relação estabelecida pela redação de *O Malho* com os anunciantes do Elixir de Nogueira. Uma imagem negativa do *smartismo* não venderia bem o produto, então *O Malho* permitiu-se representar positivamente o homem *smart*. Além disso, percebemos como estava latente a urgência em se manter um homem com “ares joviais” e viris até a idade avançada, para fins de cumprir dignamente o seu papel masculino diante da sociedade.

Epidemias eram comuns no Rio de Janeiro desde muito antes do período republicano, algo inalterado após a troca de regime. Nessa charge, observamos como o destaque para a sífilis traz para a discussão de gênero o espaço da saúde dos corpos. O imaginário que compôs as discussões sobre essa doença a classificou como um dos “males sociais” emergentes do século XX, algo alinhado com outros vícios e degenerações morais que vinham crescendo lado a lado com a modernidade³⁰: “Apontava-se a existência de três grandes fatores da decadência do ‘povo brasileiro’: o alcoolismo, a loucura e a criminalidade, associados às três grandes enfermidades populares degeneradoras: o alcoolismo, a tuberculose e a sífilis” (MATOS, 2000, p. 57). Em alguns lugares do país, a sífilis foi encarada como um mal irradiado por determinados agentes sociais, como as prostitutas e os bêbados (MACHADO, 2007, p. 226).

Assim como compreende a historiadora Natália Peçanha, a vasta presença de anúncios que visavam tratar doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis e a gonorréia pode ser

³⁰ Trata-se de uma visão fundamentada em argumentos higienistas e eugenistas, que ganharam muita força nas décadas de 1910 e 1920 ao trabalharem a degeneração como um problema hereditário, muitas vezes ligada às populações negras e mestiças (SOUZA, 2019, p. 29, 87). Segundo Ynaê Lopes dos Santos, “A sífilis foi uma das doenças que mais mataram homens e mulheres de diferentes origens e condições sociais. Médicos de diversas partes do mundo estavam empenhados em entender melhor essa enfermidade para conseguir curá-la” (SANTOS, 2020, p. 32). No Brasil, um dos principais médicos que a estudaram foi Juliano Moreira, homem negro natural da Bahia, que defendeu em sua tese médica a ideia de que a sífilis era originada de uma bactéria, e que atingia toda a sociedade indistivamente. Isso foi contra os preceitos estabelecidos até então, que apresentavam a sífilis como um mal mais propício de acometer determinadas raças e não outras (SANTOS, 2020, p. 32-35). Assim, “ao questionar, em sua pesquisa inaugural, a existência de raças humanas, Juliano Moreira estava contestando toda a pseudociência que se alicerçava nessa teoria e na crença da superioridade genética de determinado grupo de seres humanos” (SANTOS, 2020, p. 35-36).

entendida como um indicativo de que tais enfermidades encontravam-se no rol de preocupações da saúde pública daqueles cidadãos (PEÇANHA, 2013, p. 48-49). Não é por acaso que os anúncios desse tipo estiveram voltados ao público masculino *smart*. Era necessário “incentivar o homem esperto, galante, a ter suas aventuras sexuais, porém sem deixar que as mesmas atinjam a estabilidade de seu lar que deveria ser protegido. Pela possibilidade deste homem ter várias mulheres, contrair uma doença era inevitável” (PEÇANHA, 2013, p. 49).

Os anúncios cômicos, como o anterior, fizeram coro às charges no tocante à abordagem de uma masculinidade viril: o interesse sexual masculino deveria ser preservado pela virilidade, e exercido com o gênero oposto. A constante sinalização para a relação cisheterossexual não foi à toa, pois “o desejo ‘desejável’ [...] devia ser hierarquizado alçando ao topo o masculino, branco e heterossexual. Os desejos outros tendiam a ser vistos como anormalidades” (MISKOLCI, 2013, p. 772). Em outras palavras, “o verdadeiro *smart* era aquele que conseguia distinguir os benefícios e malefícios da modernidade, visto que ela não trazia apenas vantagens à sociedade” (PEÇANHA, 2013, p. 62).

Com o surgimento da República, o aumento da urbanização e sua consequente acomodação dos costumes masculinos — em questões de cuidado, conforto, saúde e comportamentos socialmente autorizados —, apareceu também a interpretação de que a modernidade carregava tendências feminizantes (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 41). Através das charges, observamos como comportamentos modernos encarados como desvirilizantes foram alvo de chacotas, em uma espécie de limites impostos pelo humor às práticas masculinas e reforço do que deveria ser desejável.

Em “A honra de um deshonrado”, de J. Carlos para a *Careta*, dois homens *smarts* aparecem seguindo um casal formado por um homem e uma mulher (Ver imagem 20). Um dos *smarts* se inclina e olha com espanto para o homem à frente, que apesar de ter alguns traços mostrados, é ocultado visualmente pela personagem feminina da charge. No diálogo exposto na legenda, ela instrui seu companheiro a não reagir, pois os perseguidores o “conhecem perfeitamente e são capazes de dizer alguma verdade que o público ainda ignora” (CARETA, 02/10/1909, p.7). Pensando que “qualquer suspeita sobre desvios da norma sexual na vida privada expunha o homem à ameaça de uma nova forma de desonra pública” (MISKOLCI, 2013, p. 1489), destacamos não só o diálogo, como também o título da charge que já estabelece o homem do casal como um desonrado. O humor reside no fato dos homens terem a possibilidade de conspurcar sua honra e, com isso, questionar sua

masculinidade. Sendo o interesse afetivo e sexual masculino por outros homens motivo de escárnio e perseguição na sociedade brasileira do início do século XX, o segredo do homem que é polêmico o suficiente para estragar sua vida social.



Imagem 20 - *A honra de um deshonrado*, CARETA, 02/10/1909, n.70, p.7. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ressaltamos alguns aspectos da charge: o homem “deshonrado” está *atrás* da mulher, e tem o mesmo traço curvo do peito, fazendo um paralelo ao busto feminino. Os dois *smarts* que o perseguem não possuem os mesmos traços, porém a postura inclinada de um deles dá indícios de um interesse nas partes baixas do “deshonrado”. Em diálogo com outras situações também representadas em charges voltadas ao interesse masculino em observar as nádegas de mulheres transeuntes (o que Thais Moreira chama de “perseguição visual feminina”) (MOREIRA, 2021, p. 266), aqui vemos um foco erótico *outro*: o próprio homem, que por isso, torna-se cômico. Organizamos essa comparação na imagem 21, acrescentando os detalhes anatômicos e de perspectiva por meio de setas indicativas (Ver imagem 21). A companhia feminina — e seu aconselhamento — apontam a tentativa do homem em manter a respeitabilidade social. Como observado por João Gomes Jr. em seu trabalho, mesmo “um indivíduo sem dúvida conhecido na sociedade, com mulher e filho, mas com notório

comportamento homoerótico, considerado torpe, vergonhoso e condenável” poderia ser motivo de chacota na imprensa (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 70).



Imagem 21 - Em amarelo: posturas corporais de adiantamento dos personagens masculinos, o que indica seus respectivos interesses sexuais. Em vermelho: sinalização que corresponde às expressões faciais de atenção aos objetos observados, i.e., as partes baixas das personagens perseguidas (no caso de *A honra de um deshonrado*, um homem). Referências das demais charges: *Conquistando*, CARETA, 05/02/1910, n.88, p.19; *A ironia da moda*, CARETA, 27/11/1909, n.78, p.11. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Outra possibilidade de análise da charge acima (Ver imagem 20) é a de que a mulher é a verdadeira razão do humor: a desonra viria dela, por ser uma “mulher pública”, o que também mancharia a imagem do homem do casal. A legenda da charge, no entanto, tende a nos apresentar uma verificação da primeira possível leitura da cena: “*Deixa-los seguir. Si tu reages ainda é pior. Elles te conhecem perfeitamente e são capazes de dizer alguma verdade que o público ainda ignóra*” (CARETA, 02/10/1909, p.7, grifo nosso). O foco da ação é, portanto, o personagem masculino.

Em “Elegancia em excesso”, também de J. Carlos, o caminho cômico busca novamente debochar de uma possível “afetação” do próprio homem *smart* (Ver imagem 22). Na charge, o alfaiate faz suas medições para o trabalho, e na legenda comenta que o *smart* tinha o corpo ideal para um “vestido *empire*”. A própria postura do cliente, com o bumbum empinado e o peito inclinado, procura imitar as representações “chamativas fazendo ressaltar as nádegas e dando a sua figura um formato em S, a pose clássica da mulher nas ilustrações da virada do século” (GREEN, 2011, p. 64). O excesso que dá título à charge, portanto, traça limites à própria adesão à modernidade, em vista de que o homem não deveria, sob hipótese alguma, ser feminino.



Imagem 22 - *Elegancia em excesso*, CARETA, 26/03/1910, n.95, p.29. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para além das charges, a oposição ao comportamento associado à homossexualidade também afetará outros espaços das duas revistas. Na crônica de humor *Furo de Mme. de Thébes*, a *Careta* narra como sua personagem vidente Mme. de Thébes havia conseguido um furo de reportagem. Tamaña era a informação, que o político Bethencourt Filho arrancaria suas costeletas de raiva e tristeza, até porque ele perderia as eleições vindouras por causa do furo. O texto segue implicando com o referido político (“*Será de lastimar que o desespero leve o illustre intendente a esse acto deshumano e anti-esthetico*”), satirizando-o quanto à sua aparência menos máscula, sem as costeletas:

Sem as costeletas como será s. ex. reconhecido por Pedro I, pelo seu régio bucephalo, por seus indios e jacarés, pelos seus admiradores, quando, á noite, cançado de meditar sobre as cousas da Patria, *fôr respirar o fresco zephyro do largo do Rocío*. (CARETA, 30/01/1909, p.10, grifo nosso).

A crônica brinca com uma falta de reconhecimento vinda de Pedro e de seu cavalo, já que ambos eram parte de uma estátua erguida em homenagem àquele que seria o primeiro

imperador do país e um dos envolvidos na Independência. O monumento jazia na Praça Tiradentes, nome dado ao antigo Largo do Rocio, rebatizado por causa da Proclamação da República. Conforme João Gomes Jr.,

mesmo com a mudança de nome oficial, a Praça continuou a ser Largo do Rocio do imaginário dos cariocas por um tempo, [...] *a praça permaneceu sendo vista como um lugar de encontros entre homossexuais, o que, para boa parte da população, feria os “sentimentos nacionalistas brasileiros”* (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 66, grifo nosso).

Não só é motivo de chacota sua presença em dito ambiente, como a menção da crônica à presença de respirar o “*fresco zephyro do largo do Rocio*” trabalha com um imaginário de duplo sentido existente no período — “fresco” poderia significar um ambiente arejado, apropriado para “pegar um ar” e se refrescar, ou poderia ser uma referência aos homens ditos afeminados. Segundo James Green, a palavra fresco “tornou-se o termo ambíguo comum usado para zombar dos homens efeminados ou daqueles que supostamente mantinham relações anais ‘passivas’ com outros homens” (GREEN, 2011, p. 64). Em termos humorísticos, podemos entender essa brincadeira linguística a partir de Henri Bergson, que aponta como “obtem-se um efeito cômico quando se toma uma expressão no sentido próprio, enquanto era empregada no sentido figurado” (BERGSON, 1983, p. 56). Lendo a expressão “respirar o fresco do largo do Rocio” de maneira literal, o leitor pode visualizar o político tendo relações diretas com “homens frescos” daquela localidade, o que torna a situação engraçada.

Na seção “Caixa do Malho” de sua edição número 425, a redação da revista *O Malho* responde ao leitor identificado como Zéca Pato, da Bahia, sobre a representação de Zé Povo. O personagem, que visava ser uma síntese do povo brasileiro, era sempre apresentado nas charges com vestimentas rotas ou de baixa qualidade, ao mesmo tempo que sua aparência física não era das mais belas. A resposta de *O Malho* é direta: “*Um Zé Povo smart e bonito seria até uma humilhação, uma affronta... Deixaria de ser o homem do trabalho, pobre, mas honrado, para ser o moço bonito... do largo do Rocio...*” (O MALHO, 05/11/1910, p. 19).

Aqui, a ideia de beleza masculina é vinculada à falta de trabalho, à vadiagem, e mais ainda, à homossexualidade exercida no Largo do Rocio. Podemos entendê-la como algo diferente do autocuidado aceitável, o zelo pela saúde seria diferente de uma vaidade típica do feminino. Também é válido lembrar que o trabalho passa a ser visto como ideal masculino, sendo que a definição de “homem de bem, do homem trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatíveis com sua situação de

indivíduo integrado à sociedade, à nação” (CHALHOUB, 1986, p. 30). Assim sendo, a ideia de que o homem bem vestido é bem sucedido justifica o apreço pelas boas roupas masculinas, mas uma linha tênue é traçada ao excesso e ao local de trânsito desse homem moderno.

É relevante acrescentar como, a partir dos estudos sobre a homossexualidade (que à época ainda não levava esse nome, ganhando contornos negativos como ‘homossexualismo’ ou ‘uranismo’), o interesse profissional desses homens era também alvo de controle, visto que estariam “invertendo” os papéis e supostamente desejando trabalhar em espaços tipicamente femininos³¹. Os homossexuais, segundo os estereótipos médicos que se criavam, “não seguem as profissões que demandam qualidades viris, preferem ser alfaiates, modistas, lavadeiros, engomadores, cabeleireiros, floristas etc” (TREVISAN, 2018, p. 173). A ideia de “moço bonito” que está sendo veiculada nesta resposta ao leitor, também trabalha a noção de que os homens que se arrumavam excessivamente para frequentar o Rocio eram, necessariamente, cômicos por serem homossexuais. Além disso, “a imagem evoca uma relação entre a degeneração social e a modernização, como se o processo de urbanização e a transformação dos costumes tradicionais fossem os culpados pelo comportamento homoerótico”, dada a ocupação pública feita por esses homens que desejavam outros homens (GREEN, 2011, p. 64).

O homem moderno não foi representado como gordo, como negro, e passou por uma severa “vigilância cômica” no quesito sexualidade. Além disso, outro aspecto que foi abordado de forma atenciosa voltou-se ao costume do consumo de bebidas alcoólicas, em especial, ao alcoolismo. As principais iniciativas anti-alcoólicas começaram no Brasil em meados dos anos 1920, portanto não podemos apresentar a crítica veiculada pelas charges como uma sátira integrante das campanhas dedicadas ao assunto em maior escala. Trata-se, ainda assim, de uma incipiente articulação contrária ao problema da bebida, uma das degenerações modernas.

No anúncio “Cura do alcoolismo Acabou-se a embriaguez”, publicado na revista *O Malho*, observamos, à esquerda do texto explicativo da propaganda, uma garrafa de bebida é pega pelo pescoço por uma enorme mão (Ver imagem 23). O humor desta charge-anúncio reside, entre outras coisas, no destronamento do ato de beber, transformando-o em algo cômico pela alusão ao enforcamento da garrafa: se o comum do bêbado é segurar a garrafa

³¹ Esse tipo de preocupação era imposta sobre os indivíduos desde a infância, havendo uma constante separação entre os “mundos” masculino e feminino. Segundo Silvia Fávero Arend, “A divisão sexual do trabalho começava desde cedo e permaneceria na fase adulta. Havia, inclusive, um temor entre os pais de que meninos que realizavam tarefas domésticas pudessem se tornar ‘afeminados’” (AREND, 2012, p.72).

pelo gargalo, a situação é criticamente abordada pelo humor que coloca a mesma situação como uma esganadura (VIDAL, 2009, p. 69). É traduzir em uma imagem a ideia de que beber é um ato de suicídio, de violência contra si próprio.

Cura do alcoolismo
Acabou-se a embriaguez

Manda-se gratis uma amostra d'este maravilhoso
Coza



Pode dar-se em café, chá, leite, licor, cerveja, agua ou comida, sem que o paciente necessite de o saber.

Cuidado com as falsificações !

Os **Pós Coza** produzem o effeito maravilhoso de desgostar o bebedor do alcool (cerveja, vinho, absintho, etc.). Os **POS COZA** operam tão silenciosa e seguramente que a esposa, a irmã ou a filha do interessado podem dar-lh'os, sem que elle o saiba e sem que jamais necessite de conhecer a causa da sua mudança.

Os **Pós Coza** têm reconciliado milhares e familias, salvo milhares de homens da vergonha e da deshonra e feito d'elles cidadãos vigorosos e capazes homens de negocio ; têm conduzido mais de um rapaz pelo recto caminho da felicidade e prolongado por muitos annos a vida de muitas pessoas.

A casa que possui estes pós maravilhosos envia gratuitamente a todos os que o pedem um livro de agradecimentos e uma amostra.

Os **POS COZA** são garantidos inoffensivos

Os **POS COZA** encontram-se em todas as phar-macias e nos depositos abaixo indicados.

Os depositarios não dão amostras, mas dão gratuitamente o livro de attestados aos que se apresentem na sua pharmacia.

COZA HOUSE 76, WARDOUR STREET,
LONDRES 220, INGLATERRA

Depositos no Rio de Janeiro : Pharmacia de Moreno Borlido & C., rua do Ouvidor, 142. — São Paulo : Pharmacia Italo-Americana, rua Con-selheiro Ramalho, 147. — Rio Claro: Pharmacia de Domingo Robilota.

Imagem 23 - *Cura do alcoolismo Acabou-se a embriaguez*, O MALHO, 26/03/1910, n. 393, p. 4. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O homem diminuto olha raivoso na direção da mão que o enforca, deixando de fora apenas os membros e a cabeça, passando a ideia de que está dentro da garrafa — ou, como também pode ser interpretado, é como se a garrafa estivesse ganhando vida própria. É como se essa charge fosse uma representação literal do homem que está “perdido dentro da garrafa”, tamanho seu nível de embriaguez. O humor da situação também pode ser interpretado como uma exposição de um absurdo visível: sabe-se que não é possível alguém estar dentro de uma garrafa, mas ao colocar o personagem lá, gera-se um momento cômico de reconhecimento do absurdo (BERGSON, 1983, p. 86-87).

O papel do controle feminino sobre o homem alcoolista é assinalado na descrição de aplicação do produto anunciado: “*Os Pós Coza produzem o efeito maravilhoso de desgostar o bebedor do álcool cerveja, vinho, absinthe, etc. [...] operam tão silenciosa e seguramente que a esposa, a irmã ou a filha do interessado podem dar-lhos, sem que elle o saiba*” (O MALHO, 26/03/1910, p. 4). Esse tipo de demanda é incubida às mulheres sob a justificativa de “que elas eram as principais vítimas de seus pais, esposos e filhos alcoolizados”, e que tais homens “deveriam conscientizar-se de que o álcool levava, inclusive, à impotência sexual” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 112). Mais uma vez as mulheres recebem um papel central na manutenção familiar, agora para garantir a sobriedade dos homens da casa, até porque “estas eram descritas, pela literatura em geral, como guardiãs do sossego do lar e responsáveis pela felicidade dos maridos e dos filhos” (MACHADO, 2007, p. 230). A responsabilidade feminina, nesse sentido, era de criar um espaço saudável no âmbito privado, para onde o homem trabalhador poderia retornar após sua jornada diária — mesmo que para isso precisasse garantir o comportamento socialmente aceito do homem da casa (MATOS, 2000, p. 76).

O anúncio ainda ressalta o sucesso de seu produto, que tem “*salvo milhares de homens da vergonha e da deshonra e feito delles cidadãos vigorosos e capazes homens de negocio*” (O MALHO, 26/03/1910, p. 4). A noção de desonra reaparece, agora descrita como antônimo do consumo desregrado de bebida alcoólica. Valorar como vergonhosa a prática da ingestão de bebida está diretamente relacionado aos novos moldes de trabalho que estavam sendo modelados no início do período republicano.

Durante as reformas urbanas cariocas, entrou em debate o comércio de bebidas alcoólicas no chamado quiosque, “uma armação frágil de madeira, em estilo oriental, construído nas calçadas, e ao redor do qual populares se reuniam para beber e conversar” (CHALHOUB, 1986, p. 173). A disciplina do trabalho urbano, atrelada à necessidade burguesa da produtividade, produziram antagonismos explícitos com as práticas de descanso e socialização feitas pelos populares. Mesmo dentro do expediente, ir ao quiosque para beber um pouco antes de seguir com o ofício era um costume indicativo de que a separação rígida entre lazer e trabalho não existia para o homem popular carioca (CHALHOUB, 1986, p. 174). Dessa forma, as demolições e repaginadas urbanas criaram não só os cafés — que, como falamos anteriormente, serviram de espaço de sociabilidade das camadas médias — mas também os botequins, lugares fechados e de propriedade privada, ocupados tanto por clientes como por bens dos proprietários. Esses estabelecimentos facilitavam o controle policial,

afinal de contas, os proprietários dos botequins tenderiam a evitar conflitos ébrios em seus próprios locais de trabalho (CHALHOUB, 1986, p. 175).

O homem alcoolizado tornou-se símbolo da desordem, do perigo social, da falta de crescimento enquanto parte do gênero masculino. Segundo Maria Izilda Santos de Matos,

O discurso médico acompanhou tais mudanças, apresentando o bar, cabaré e botequim, em contraposição à fábrica, à oficina e ao escritório, espaços do trabalho, e ao espaço do lar. Considerava-se que esses espaços de lazer encorajavam a indisciplina e libertinagem [...] causando problemas no trabalho e a ruína doméstica (MATOS, 2000, p. 75).

A falta de honra expressa pelo anúncio seria transformada em sucesso nos negócios, o que demonstra a eficácia do produto em retomar a essência trabalhadora que deveria permear a masculinidade. Era uma cura orgânica, voltada para o corpo, mas também uma cura social, removendo a mazela da improdutividade e da má condução familiar.

Acompanhamos o tema do alcoolismo em uma história em quadrinhos publicada em várias edições da *Careta*. Nela, é apresentado ao público o personagem Brederódes Sucupyra, homem magro, e que se veste próximo à moda *smart*, mas que possui traços distintos a esse grupo. Trazemos para análise as duas primeiras páginas de suas desventuras, porém desde já destacamos como as confusões do personagem lançadas em outros números da *Careta* estiveram relacionadas a problemas com as autoridades e o mau uso do espaço urbano.

Na primeira parte da trama, Brederódes Sucupyra é representado como um homem dedicado ao espiritismo, de porte sério e culto (Ver imagem 24). Sua primeira aparição, no primeiro quadrinho, estabelece sua personalidade inteligente, já que lê um enorme livro aberto. As demais obras, também gigantescas, estão fechadas em suas encadernações de couro nos cantos do quadro. No segundo quadrinho, Brederódes é representado sentado rigidamente à mesa, em um modelo típico dos cafés urbanos. Ao fundo da cena, uma multidão curiosa arregala os olhos na direção do personagem principal, algo que dialoga com a legenda, que o apresenta como um “*medium privilegiado*”. Brederódes era, portanto, um homem retilíneo, admirado por seus interesses e capacidades intelectuais. Esse aspecto é reforçado no terceiro quadro, onde um homem de tipo burguês se curva diante de um Brederódes sério, de coluna ereta e olhar duro em direção ao horizonte.

O quarto quadrinho traz um elemento importante, apresentado como algo lógico, porém cômico: “*O sexo feminino em nada o interessava. A mulher era um ser desprovido de cérebro, e, por conseguinte, sem o menor encanto*” (CARETA, 18/12/1909, p. 22). Se por um lado há o deboche sobre a mulher — tido por ser inferior e moldado pela natureza feminina,

de caráter meramente emocional —, por outro, a piada recai sobre a virilidade de Brederódes, que descarta *qualquer* tipo de interesse no feminino. Isso é realçado pela representação gráfica, já que a moça aparece em vermelho — cor associada à sexualidade, sensualidade e sedução (GREEN, 2011, p. 92) —, em uma posição provocante, e mesmo assim é encarada pelo protagonista com os braços cruzados diante do peito, em sinal de fechamento corporal, algo também perceptível pelo fato de Brederódes estar de costas para a mulher. Como afirma o quadrinista Will Eisner, “o artista precisa desenhar a partir de observações pessoais e de um inventário de gestos, comuns e compreensíveis pelo leitor. Em efeito, o artista precisa trabalhar a partir de um ‘dicionário’ de gestos humanos”³² (EISNER, 2000, p. 101). A expressão corporal do personagem Brederódes indica o seu estado de espírito avesso à mulher transeunte. Nos dois quadros seguintes, o personagem utiliza locais públicos para fins pouco ortodoxos: o banco é transformado em local de trabalho, e a mesa de botequim, em espaço de reflexão filosófica. No banco da praça, percebemos como a vigilância policial é representada pelo guarda ao fundo da cena. Brederódes evita olhá-lo, fazendo uma expressão irritada em direção ao leitor da charge. Durante sua presença no botequim, por outro lado, o garçom que o observa não o irrita: Brederódes está pleno, deitado sobre a mesinha redonda.

Os três últimos quadrinhos da página mostram um jovem *smart* determinado a entender a relação de Brederódes Sucupyra com os espíritos. Segundo a história, “*um rapaz curioso jurou travar relações com Brederódes e começou a segui-lo*” (CARETA, 18/12/1909, p. 22). O nono e último quadrinho possui uma legenda que visa prender o leitor através da curiosidade: “*Um bello dia foi descoberto o local em que Brederódes fallava aos espíritos*” (CARETA, 18/12/1909, p. 22). A história continua imediatamente na próxima página da mesma edição, porém esse ar de mistério serve como combustível para a narrativa, prendendo a atenção do público-leitor.

Continuando na página seguinte, observamos que a aventura de Brederódes Sucupyra ganha outros contornos (Ver imagem 25). O personagem, que antes caminhava com a coluna reta, com olhar grave, com um rosto sisudo e cheio de sombras sérias, agora anda de olhos fechados e inchados, tendo o corpo cambaleante, uma expressão ébria, e o vestuário desarrumado. Parece uma completa releitura do homem apresentado até então, certo? Trata-se de sua *verdadeira face*. Já no primeiro quadrinho, lemos na legenda “*Já não há a menor duvida! O grande misterioso é um espiritista notabilissimo. Invoca os espiritos... alcoolicos.*”

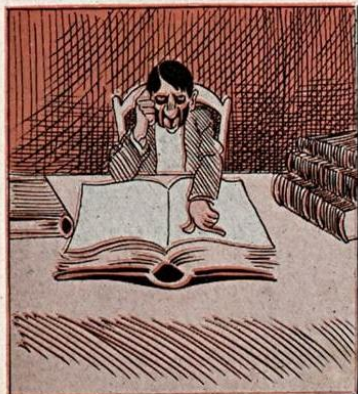
³² Tradução livre do trecho: “the artist must draw upon personal observations and an inventory of gestures, common and comprehensible to the reader. In effect, the artist must work from a ‘dictionary’ of human gestures” (EISNER, 2000, p. 101).

Brederódes não é mais que um respeitável pao d'água" (CARETA, 18/12/1909, p.23, grifo do original). Essa revelação, somada à postura vergonhosa do personagem dentro da cena do quadrinho, subverte a expectativa do leitor e coloca em cheque toda a representação prévia do personagem.

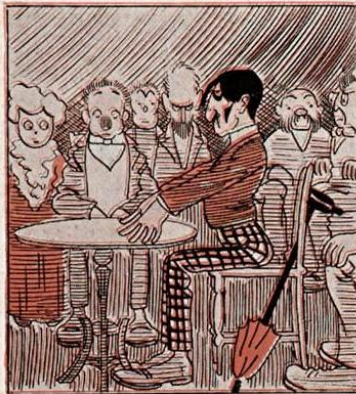
É nesse momento que as peças se encaixam, por assim dizer: torna-se compreensível o fato de Brederódes adormecer na mesa do botequim, ou de transformar o banco da praça em ambiente de trabalho. Conforme Maria Izilda Santos de Matos, uma das "fases" da bebedeira seria justamente aquela que adormece: "Fora de si, o ébrio caía no torpor e sono, era o momento em que o 'desgraçado' não distinguia mais o público do privado, fazendo da calçada, da rua, do cabaré, do botequim, do banco da praça pública o lugar do seu sono" (MATOS, 2000, p. 60). No tocante à masculinidade, esse tipo de prática ganhava contornos de infantilização, visto que a falta de controle causada pelo álcool retirava do homem sua capacidade racional de condução da própria vida (MATOS, 2000, p. 60). Além disso, é válido lembrar que a diferenciação entre público e privado foi de grande valia para a construção do projeto republicano brasileiro. Ir contra isso era ir ao sentido contrário ao progresso, adotando a "parte errada" da modernidade, tornando-se um vadio e ocupando os espaços urbanos de maneira pouco higiênica.

Se o personagem era respeitado na primeira página da aventura, agora a legenda do segundo quadro o denuncia: "*Ao contrário, Brederódes, depois da sessão, não vê um palmo adiante do nariz. Faz os papeis mais ridiculos*" (CARETA, 18/12/1909, p.23). Essa afirmativa é comprovada pela cena do quadrinho, que o representa caindo de bêbado sobre uma senhora de busto farto e cara amarrada (Ver imagem 25). A relação com um gênero feminino nesta segunda página da história em quadrinhos também apresenta outro elemento dissonante em relação a sua primeira parte. A mulher que aparece aqui tendo uma relação social com o protagonista é mais velha, é corpulenta e menos atraente. Sua expressão é mais séria, embrutecida, ao contrário da voluptuosa e delicada mulher da primeira página. Aqui, a interação que o ébrio tem com a personagem feminina é acidental, e ele pede desculpas no terceiro quadro, apresentando uma postura corporal de coluna torta, ao contrário da retidão e sua postura anterior. Ou seja, a falta de sobriedade do personagem o coloca como um trapalhão para cima do gênero feminino, que, por sua vez, se masculiniza diante de sua bebedeira.

Brederódes Sucupyra



Brederódes Sucupyra foi o homem que mais se interessou pela descoberta do mysterio.



Dedicou-se cegamente ao espiritismo e já era acolhido como um *medium* privilegiado.



Na rua, o Brederódes era cumprimentado frequentemente.



O sexo feminino em nada o interessava. A mulher era um ser desprovido de cerebro e, por conseguinte, sem o menor encanto.



Passava a vida mergulhado em profundas meditações. Um banco de praça publica era, na opinião do Brederódes, um gabinete de trabalho.



Nos botequins, o grande pensador era encontrado reflectindo. O seu genio concentrado preocupava aos proprios *garçons*.



Brederódes era um homem cheio de mysterio. Ultimamente, um rapaz curioso jurou travar relações com Brederódes e começou a segui-o.

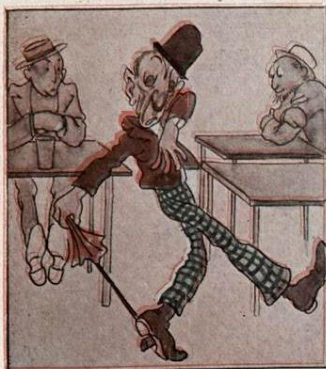


O grande espiritista era observado de perto. O espião acompanhava-o com original interesse.



Um bello dia foi descoberto o local em que Brederódes fallava aos espiritos.

Brederódes Sucupyra



Já não ha a menor duvida! O grande mysterioso é um espiritista notabilissimo. Invoça os espiritos... alcoolicos. Brederódes não é mais que um respeitavel *pao d'agua*.



Já não é mais um *videndi*. Ao contrario, Brederódes, depois da sessão, não vê um palmo adiante do nariz. Faz os papeis mais ridiculos.



Mas tem um pouco de educação; reconhece as suas asneiras e pede desculpas a proposito do facto menos importante.



Hontem o Brederódes tentava apanhar o chapéu que lhe tinha sido arrebatado pelo vento.



Depois da sessão, o grande espiritista perde as forças e o equilibrio tambem. Brederódes atropellou involuntariamente uma dama e um cavalheiro.



A reacção não se fez esperar. Brederódes levou uns cascudos mas não os repeliu. Um cerebro superior não desce a trocar de aforos.



Levantou-se, e durante algum tempo, analysou a resistencia dos lampeões.



Até chegar a Avenida Beira-Mar. Ahi não se conteve. Patriota em extremo, adheriu ás manifestações que os nossos navios faziam a qualquer autoridade.



E foi tal o seu entusiasmo que, mais uma vez, perdeu o equilibrio e desceu pelo caes á baixo, mergulhando-se totalmente no salso elemento. (Continúa.)

Imagem 25 - *Brederódes Sucupyra*, CARETA, 18/12/1909, n. 81, p. 23. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Os três quadros subsequentes apresentam outra situação cômica de mesmo sentido. O personagem derruba seu chapéu no chão, e enquanto procura retomá-lo, acaba derrubando um casal — casal este que é formado por um homem do tipo burguês e uma dama magra tal qual a moda padrão das representações de mulheres jovens. A comicidade da situação é

apresentada principalmente no momento em que há o choque entre o casal e Brederódes, já que a saia da mulher é levantada e as pernas de todos os personagens são lançadas ao ar. Além disso, essa situação também mostra a incapacidade do homem ébrio em conviver em sociedade, gerando problemas para aqueles bem ajustados e que estavam cumprindo com seus deveres com meu caso de um casal heterossexual (que, aliás, poderia estar muito bem fazendo compras pela avenida ou socializando de acordo com os costumes da modernidade).

No sétimo quadrinho, o personagem aparece novamente inadequado para conviver no espaço urbano: segundo a legenda, “*Levantou-se e durante algum tempo analysou a resistência dos lampeões*” (CARETA, 18/12/1909, p. 23). Percebemos como o personagem está andando ao redor dos postes, escorando-se neles, com um passo trôpego. Mais um sinal que a embriaguez causa uma perda do autocontrole masculino, afetando a masculinidade. O bêbado “perdia reflexos físicos, não conseguindo se sustentar, cambaleava ao caminhar, demonstrava enfraquecimento do raciocínio e das faculdades” (MATOS, 2000, p. 60). O teste de resistência é uma visível desculpa esfarrapada para seu apoio nos lampiões. Outro grande problema causado pelo ébrio para a masculinidade é a docilização de sua figura, que ao estar embriagado, poderia ser marcado pela submissão, obediência (MATOS, 2000, p.60). Brederódes é passivo ao balançar de um lado para o outro, apoiando-se nos lampiões, pois perdeu a capacidade de controle dos próprios passos.

No penúltimo quadrinho desta segunda página, o personagem aparece pulando uma mureta (Ver imagem 25). Ao fundo, podemos ver um líquido azulado e algumas nuvens de poeira saindo de embarcações, o que dá o tom do cenário como sendo um lugar costeiro. Na legenda, lemos que Brederódes aderiu às manifestações que os navios faziam a qualquer autoridade, pois era um homem muito patriota. A última cena desta segunda página demonstra o pavor de personagens civis, que observam por cima da mureta enquanto o homem bêbado se atira dentro da água. Em páginas futuras, publicadas em outras edições, nós acompanhamos outras situações engraçadas com Brederódes, que passa por experiências de quase-morte, de fuga da polícia, e de outras tantas desventuras voltadas para a sua incapacidade de lidar com a bebedeira. Infelizmente não nos cabe aqui analisar sua trajetória por completo, visto que isso demandaria um trabalho específico para todas as páginas existentes da história desenhada por J. Carlos.

Como já mencionado acima, é possível perceber como há uma inaptidão do bêbado para conviver nessa nova sociedade pautada por uma moral burguesa, onde os costumes são alterados dentro do ambiente urbano. O homem respeitável, que lê muitos livros, e que

frequentemente é visto em sessões espíritas, transforma-se em um ébrio sem respeito algum, de papel vergonhoso, ou ridículo, dentro da sociedade. É o perigo do vício em álcool para a produtividade capitalista:

cansaço intelectual, estafa, irritação, desatenção, perturbação da memória, distúrbios na motricidade, perda do raciocínio e da razão, levando à falta de vontade, queda na produção e no trabalho, tornando os alcoólatras pouco produtivos e aumentando os riscos de acidentes de trabalho (PEÇANHA, 2013, p. 88).

Nesse sentido, o homem bêbado passa a ser um homem inferior de uma masculinidade marginalizada, que não deve ser seguida por ninguém. Em termos de representação do homem civil, devemos ressaltar que a *Careta* trabalhou Brederódes e seus demais personagens masculinos civis não somente como uma sátira das práticas de seu tempo, mas também aplicando valores prescritivos. Um aspecto que consideramos importante dessas últimas duas charges (Ver imagens 24 e 25), é o fato de que o homem incentivado e visto como correto é aquele estudioso, que é notável perante a sociedade e mantém uma retidão firme. Quando é feita a descoberta quanto ao seu real caráter, algumas dessas práticas são motivo de escárnio, claro, mas ao mesmo tempo, carregam a ideia de que Brederódes se perdeu do caminho correto, a essência do que deveria ser um homem “de conteúdo”. O mesmo podemos dizer quanto ao patriotismo do personagem, já que Brederódes não hesita em dar sua vida para saudar o navio militar que jaz estacionado no mar à frente. Essa falta de razão, convertida em um jocoso amor à pátria, joga para o lado militarista da discussão pública a irracionalidade, a paixão descabida, ou até mesmo a burrice — até porque a resposta impensada, obediência automática, vem primeiramente das “*manifestações que os nossos navios faziam a qualquer autoridade*” (CARETA, 18/12/1909, p.23, grifo nosso). Assim, *Careta* dá indícios de sua oposição a ideais apoiados por *O Malho*, ao passo que tenta cercear as atuações civis também para os próprios leitores.

Em suma, a masculinidade *smart* foi alvo de constantes abordagens nas páginas de ambas as revistas que compõem nosso inventário de fontes. Sua construção passou por várias exclusões, como podemos acompanhar quanto a determinados tipos masculinos. O homem negro foi representado como incapaz de alcançar a modernidade, sendo apontado como oposição aos ideais apregoados para os *smarts*. Dentro do rol de personagens brancos, porém, as exceções também foram elencadas: os homens gordos, generalizados na figura do “burguez”, os homens pobres, vistos como “maltrapilhos” e pouco capazes de manter o requinte do *smartismo*, e os ébrios, que ora poderia ser parte do grupo dos vadios, ora poderia

ser um erro de conduta de um homem decente e até então trabalhador. Esses três tipos, na verdade, apesar da variedade de situações que podemos acompanhar, acabam por representar os desvios àquilo considerado como urgente para a emergente sociedade republicana: a valorização do trabalho, algo que um homem gordo e abastado não teria em mente, por já possuir em excesso; um homem maltrapilho não estaria dando o devido valor, e um ébrio estaria negando-se a participar.

As noções de autocuidado, saúde e aparência, no entanto, fizeram com que as charges passassem também a debochar das supostas excessivas adesões às modernidades. Se os tipos masculinos supracitados eram incapazes de servir ao *smartismo*, aderir irresponsavelmente a tal comportamento também traria problemas, em especial, graças ao potencial afeminamento dos homens. Assim, o humor das charges fez parte dos mecanismos de controle que vigiaram os comportamentos masculinos, definindo o que é aceitável, e o que é risível. Através das subversões cômicas, atitudes encaradas como típicas (ou exclusivas) de homossexuais foram empregadas com a finalidade de delimitar o quão longe os *smarts* estariam socialmente adequados a ir em suas investidas de beleza, arrumação e moda.

Contudo, não devemos encarar essas abordagens como uníssonas. A *Careta* estampou um número muito grande de charges sobre *smarts* em suas páginas, representando a sociabilidade do homem *smart* (entre outros homens, ou com mulheres), suas tentativas amorosas, suas desventuras profissionais, adequações e inadequações com os ambientes urbanos e rurais, etc. Retomaremos o uso da figura do *smart* no último capítulo desta dissertação, mas desde já podemos observar como o zelo pela masculinidade civil, representada aqui pelo *smart*, levou a *Careta* a trabalhar o controle sobre esse tipo não visando condená-lo, mas antes, conduzi-lo por entre práticas mais aceitáveis. O homem *smart*, apesar de ser foco de chacota em muitas charges, permanece sendo o homem magro que rouba a mulher do homem gordo, continua sendo aquele que paquera o gênero feminino, ou o que frequenta os ambientes urbanos de excelência.

Já *O Malho*, de uma maneira geral, apresentou viés pouco favorável ao *smartismo*, colocando-o como inferior ao garbo militar, algo que podemos ver em “Os primeiros!”, charge de Leonidas (Ver imagem 26), onde os civis são insuflados pelo próprio navio Minas Gerais a participar da vida militar: “*Eu não sou smart da Avenida... Eu não tenho linhas espetaculosas, mas sou como os homens que pensam: sou terrível, sou formidável! Venham pra cá!*” (O MALHO, 23/04/1910, p. 28).

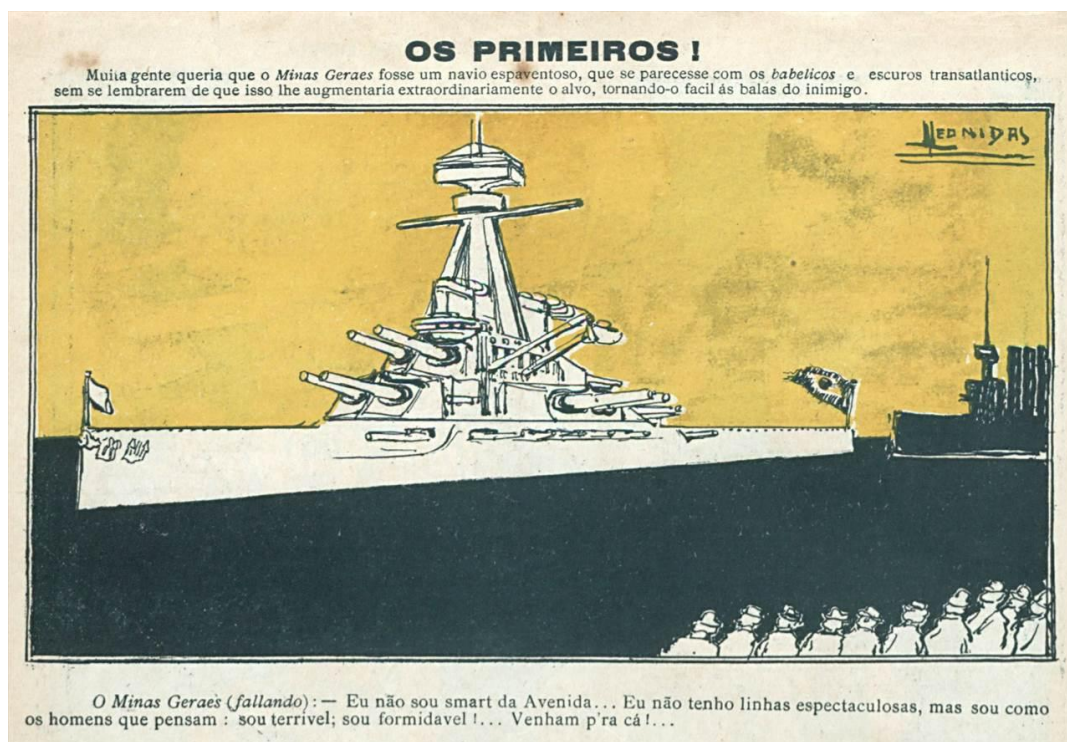


Imagem 26 - *Os primeiros!*, O MALHO, 23/04/1910, n. 397, p. 28. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ao contrário do *Minas Gerais*, os navios transatlânticos (civis!) são chamados de *espalhafatosos*. Os valores mobilizados pela charge envolvem aspectos tipicamente viris, como a racionalidade dos “homens que pensam”, o medo imposto sobre os adversários, a admiração gerada por sua dureza, o chamado militar à batalha, a retidão e falta de “afetação”.

Veremos novamente as oposições de abordagens sobre os homens civis quando discutirmos as representações dos dois candidatos à presidência, em nosso último capítulo. Apesar das diferenças, algumas coisas permaneceram em mesmo sentido, e uma delas é a manutenção do desejo cisheterossexual como alvo ideal para os homens. Assim sendo, antes de passarmos para os demais capítulos desta dissertação, consideramos válido observar também quais eram as especificidades das representações de mulheres em nossas fontes.

2.2.3 As damas, as velhas, as feministas

Até o momento, trabalhamos com os tipos masculinos de personagens que estamparam as revistas *Careta* e *O Malho*. Estando as personagens femininas no centro do desejo dos homens, é de suma importância também compreendermos *quais* mulheres eram o alvo dessa energia afetivo-sexual, e quais eram representadas com ojeriza e deboche.

Olhando em retrospectiva, os modelos traçados nas charges já analisadas dão o indicativo do padrão de beleza estabelecido para as mulheres modernas do início do século XX. De uma maneira geral, as mulheres presentes nas imagens 1, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21 e 24 (e de algumas outras que veremos adiante) apresentam as mesmas características genéricas: são brancas, magras, usam vestidos longos ou a combinação camisa e saia (em todos os casos, o posicionamento corporal na cena adotava o formato em S que mencionamos anteriormente)³³. Os laços feitos nas saias e vestidos foram representados, geralmente abaixo da linha da cintura, próximo das nádegas; mas o grande destaque entre os artigos femininos foram os chapéus. Geralmente traçados por um lenço, uma faixa, ou coroados de flores, os elaborados chapéus femininos foram mais um dos traços distintivos dentro da moda feminina republicana, já que denotavam diferentes níveis de poder aquisitivo e de adesão à etiqueta “civilizada”. Como diz Nicolau Sevcenko,

Na Belle Époque, o objeto do desejo por excelência eram os chapéus femininos. Os códigos eram complicadíssimos - variavam conforme a idade, estado civil, condição social, posição do pai ou marido, estação, ambiente, hora do dia, características dos vestidos e jóias em uso, as modas das companhias teatrais parisienses e os últimos lançamentos das butikues francesas. Misteriosos, exuberantes, ousados, eles catalisavam olhares, ocupavam o espaço, acrescentando traços de poder, sofisticação e ares estigmáticos nas usuárias (SEVCENKO, 2006, p. 534).

Na charge “Influencia das modas”, de IBA, por exemplo, três são os personagens retratados: à esquerda, duas mulheres, estando uma delas de costas para o leitor, e à direita, um homem moderno, estilo *dândi*, que as observa com um sorriso malicioso (Ver imagem 27). Na legenda, uma das personagens pergunta à outra “*Por que será que aquelle moço te olha tanto?*”, ao que ela responde: “*Ha de ser a influencia do laço*”. O homem, por fim, comunica sua versão da história: “*Quem me dera ser laçado!*”.

³³ Segundo Paulo Gabriel Alves, mesmo em fotografias podemos identificar a forma “S”, que era “conquistada com a ajuda de um espartilho que, vertical na frente e cintado atrás, levantava o busto e jogava os quadris para trás” (ALVES, 2020, p. 86). Ainda de acordo com Alves, “apenas mulheres ‘públicas’ andavam com os ilhoses do espartilho frouxos ou, mais escandalosamente ainda, sem ele. [...] Além da questão moral, o espartilho ajudava a dar a forma ideal do corpo feminino daquele período: busto pesado, cintura fina e ancas largas (ALVES, 2020, p. 290).



Imagem 27 - *Influencia das modas*, O MALHO, 23/10/1909, n.371, p.28. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em primeiro lugar, devemos observar com mais atenção os posicionamentos dos envolvidos na cena. A mulher que atrai a atenção masculina está de costas para o homem representado na charge, algo que dá destaque para o quadril e para as nádegas da moça. Se as vestimentas do rapaz o classificam como um membro da modernidade, não podemos deixar de fora os trajes femininos presentes na charge. Conforme Paulo Gabriel Alves, “a moda foi o grande expoente das modificações do que era ser mulher e dos papéis que poderia desempenhar” (ALVES, 2020, p. 315).

Nesse caso, a indumentária das mulheres reflete os trajes socialmente aceitos para as moças que desejavam socializar ao ar livre. Outra questão interessante de se levar em conta, é o fato de que a charge apresenta um momento de descontração das duas damas, visto que uma delas segura um refresco enquanto conversa. Ao contrário da representação feminina vigente em “Polícia de costumes” (Ver imagem 1), o fato de existirem duas mulheres na

charge vai de acordo com os valores burgueses da classe média: a mulher cortejada pelo rapaz não está sozinha, portanto não corre perigo — e também *não é o perigo*, não sendo uma “mulher fácil”.



Imagem 28 - *Influencia do box ou o amor futuro*, CARETA, 16/07/1910, n.111, p.13. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em “A influencia do box ou o amor futuro”, de J. Carlos, dois homens observam uma mulher que passa no primeiro plano da cena (Ver imagem 28), sendo uma situação inversa à vista em “Influencia das modas” (Ver imagem 27): não só o fator numérico foi alterado, agora com dois homens em vez de um, como também a atitude da personagem em menor número mudou. Se na charge anterior a dupla de mulheres trocava olhares com o homem que estava só, nessa segunda representação a personagem feminina ignora a dupla masculina que conversa sobre ela. Não é uma troca, e sim uma observação, uma encarada. Isso fica evidente antes mesmo do diálogo, já que a postura corporal dos dois homens indica que estão cochichando, estando próximos um do outro enquanto encaram a moça transeunte.

No texto abaixo, um dos personagens fala ao outro que ele fosse “Johnson”, o coração daquela mulher seria seu. O outro pergunta como, ao que o primeiro responde: “*A ponto de murros*” (CARETA, 16/07/1910, p.13). Nesta edição da revista, outras partes comentam sobre uma luta de boxe em que o referido Johnson havia participado, o que se torna uma referência direta para o cômico nesta nova situação (CARETA, 16/07/1910, p. 1). Sendo o

boxe um esporte repleto de demonstração de violência e força, tornou-se prática definidora da masculinidade. É preciso considerar que “os esportes ofereceram ao mundo masculino a oportunidade de exporem publicamente suas provas de heroísmo e valentia, cujas demonstrações mais explícitas são algumas marcas corporais: cicatrizes, cortes, arranhões” (MELO, 2013, p. 129). Assim, a violência evocada pela charge não é do tipo condenatória para o homem, perigosa para ele, mas sim do tipo que está relacionada à conquista, à bravura e ao mérito esportivo. Trata-se de uma autorizada (e até “natural”) demonstração da energia sexual masculina (MOREIRA, 2021, p. 266-267). Além disso, observamos novamente como a violência contra o gênero feminino poderia ser alvo de chacota, em especial, para o caso das mulheres que andavam sozinhas em ambientes públicos, espaços notoriamente masculinos.

As damas jovens, portanto, são referenciadas como alvo dos flertes, assédios e até mesmo ataques violentos por parte dos homens urbanos. Mas como foram representadas as figuras femininas tidas como indesejáveis? Assim como já fizemos, em partes, com as figuras masculinas reprovadas esteticamente, pensemos nas mulheres que não eram representadas com tamanha sensualidade pelos chargistas de *O Malho* e *Careta*. A violência masculina contra as damas foi apresentada, na última charge e em outras, como forma de conquista ou de reafirmação de sua própria autoridade viril. No sentido desta segunda proposta também estiveram as charges que satirizavam a relação entre genros e sogras, entre homens jovens e mulheres idosas (ou simplesmente mais velhas), ou, ainda, entre casais de pessoas de idade avançada.

Na charge “Cousas da actualidade”, de Heronio, observamos um homem de bigodes que segura uma cadeira de madeira, virando-a em direção às costas de uma senhora assustada (Ver imagem 29). O personagem masculino tem uma cara enfurecida, o que é denunciado pelas linhas de expressão proeminentes nas bochechas e na testa, bem como pelo olhar arregalado somado à boca comprimida. Sem chapéu, bengala, ou qualquer outro adorno, o homem parece trajar um pijama quadriculado, que tem como complemento um par de pantufas nos pés. Trata-se, portanto, de uma cena doméstica que, ao ser revelada ao público pela charge, transforma o momento em cômico por desnudar os problemas de dentro de casa.



Imagem 29 - *Cousas da Actualidade*, O MALHO, 27/03/1909, n. 341, p. 48. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A fúria do homem, expressa também em seus punhos cerrados e na própria cadeira erguida, contrasta com o espanto da personagem idosa, que está boquiaberta e apresenta uma leve inclinação na coluna, como se fugisse, ou fosse pega de surpresa pelo gesto do outro. Em sua legenda, lemos o diálogo travado entre os dois personagens:

Ella: Ué! Que é que eu lhe fiz para o senhor me maltratar? / Elle: Nada! Mas é preciso que me faça alguma cousa! Quero ser celebre! Quero ter um motivo para lhe dar um tiro! A sua virtude enfastia-me! / Ella: Grandíssimo idiota! Chamar virtude á fealdade e á velhice... (O MALHO, 27/03/1909, p.48).

Apesar de os dois personagens não serem identificados para além dos pronomes, o distanciamento estabelecido pela idosa ao chamar o homem de “senhor”, bem como a diferença de idades demarcadas pelos cabelos brancos dela e pretos dele, são elementos que sugerem que estamos analisando uma cena em que um genro agride sua sogra. O ataque

violento e sem sentido é justificado por ele justamente como uma provocação, além de ser considerada uma conquista que o tornaria célebre. Segundo o homem da charge, a senhora seria excessivamente virtuosa, mas destacamos como a personagem feminina é representada em termos de sua autoimagem: para ela, o que ele chama de virtude se trata de rechaço social, dada sua feiúra e idade avançada.

Segundo Kátia Bernardo, “até o final do século XIX, as medidas de proteção aos idosos não se diferenciavam daquelas voltadas para os indivíduos considerados incapacitados para o trabalho, como os mendigos, os doentes, os aleijados e os loucos” (BERNARDO, 2010, p. 56). Dadas as devidas proporções, podemos entender como a virtuosidade da idosa da charge passa a ser um estorvo, pois o homem não teria motivos para atacá-la, ou para livrar-se dela, como seria apropriado para pessoas que ocupam um espaço desnecessário. Estando essa idosa ainda repleta de virtudes dentro do seio familiar, o homem passaria por errado ao tentar eliminá-la, o que alimentou ainda mais sua fúria. Ela, por outro lado, via a situação “como realmente era”: uma idosa deixa de ser desejável sexualmente para essa sociedade (daí citar a fealdade), além de sua incapacidade de condução de seus afazeres (daí a velhice). Impossibilitada de tomar outros rumos que não habitar a residência do genro, a idosa é vítima de uma situação sem saída, o que é extrapolado pelo humor da charge, afinal de contas, o personagem masculino também se via sem opções.

Esse tipo de humor, onde o ódio contra a sogra é o mote da piada, foi uma constante dentro do humor chágico de ambas as revistas. Aliás, podemos fazer um paralelo às observações de Joana Maria Pedro durante suas análises da imprensa da região sul:

As mães, homenageadas como as responsáveis pela civilização, pelo heroísmo, pela piedade cristã dos homens, eram percebidas como estorvo ao se tornarem sogras. Além disso, não se tratava de qualquer sogra, mas a do homem, o mesmo que escrevia nos jornais (PEDRO, 2004, p. 287).

Na charge “Em família”, de J. Carlos para a *Careta*, identificamos uma possível razão para esse fenômeno (Ver imagem 30). Em primeiro plano, os dois principais personagens da charge estão em um confronto visual: a idosa, muito gorda, tem os dentes à mostra, o punho cerrado, e uma das mãos erguendo o dedo em riste diante da face do homem. Ele, por sua vez, tem uma postura relaxada, com as mãos nos bolsos denotando tranquilidade. Se considerarmos as observações do quadrinista Will Eisner sobre uso das expressões faciais como uma forma de vocabulário nas ilustrações (EISNER, 2001, p.109-110), perceberemos que a linguagem visual deste homem comunica o seu desdém em relação aos demais, em

especial à idosa que o ataca, em vista que está até mesmo de queixo erguido (um sinal de superioridade).



Imagem 30 - *Em família*, CARETA, 15/01/1910, n. 85, p. 19. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Se o homem está tranquilo, a idosa está repleta de raiva. O texto da legenda reafirma a oposição entre os dois personagens: “A sogra: *O senhor é um bandido. Sua mulher é uma desgraçada.* / O genro: *é natural. A senhora não diz que sua filha é o seu retrato?*” (CARETA, 15/01/1910, p.19). A linguagem escrita não destoia do que é transmitido individualmente pelo traço da charge: à medida que a senhora está confrontando o homem no primeiro plano, sua filha, desenhada como mais jovem, está no segundo plano da charge, de costas, atirando-se sobre o sofá, em um distanciamento físico e de direção ao homem que a teria ofendido. A criança, por sua vez, anda cabisbaixa em direção à mulher — provavelmente sua mãe —, formando um conjunto imagético que passa a ideia ao leitor de que houve toda uma “situação familiar”, isto é, um problema sofrido por todos os

personagens da família. O diálogo entre sogra e genro dá a entender a possibilidade de culpa do homem, mas este rebate a fala da idosa através do sarcasmo. A inversão de ofensas feita no diálogo dá o tom humorístico à cena, afinal de contas, apesar dele ser um “bandido”, seria culpa da sogra o fato da filha ser uma “desgraçada” como ela. O mesmo podemos falar sobre as expressões opostas dos personagens envolvidos: torna-se cômico o fato de todos estarem afetados por algo, menos o homem, que está relaxado.

A agressividade do homem de “Cousas da actualidade” é diferente daquela expressada pelo homem em “Em família”: agora, é através do viés humorístico que o homem diminui a posição da idosa. Segundo Adilson Moreira, o humor hostil tem como função “preservar a distinção social positiva de um grupo em relação a outro por meio da ênfase nos aspectos negativos dos que são representados em expressões humorísticas” (MOREIRA, 2019, p. 650). Nesse sentido, o posicionamento do homem e sua reação às irritações da sogra evocam a ideia de que as preocupações femininas seriam de menor importância, algo também risível para o leitor da charge, caso este se identificasse com a cena. Por isso, acreditamos que o público-alvo dessa representação seja o masculino, que facilmente poderia se tornar solidário ao homem, tornando-se um “alvo solidário”: “O alvo solidário encontra na mensagem da charge a reafirmação e a corroboração de sua própria opinião” (LIEBEL, 2017, p.95). A hostilidade cômica, portanto, recai sobre a posição social “sogra”, e como o personagem masculino a tratava.

Considerando estes aspectos, o papel da sogra evocado pela charge é de defesa de sua filha, de *resistência* do feminino, de *interferência* no relacionamento entre marido e mulher. Esse é o ponto que mencionamos anteriormente, e que será reiterado ao longo de diversas charges: a mulher idosa, geralmente representada como “a sogra” do homem, apesar de ser a matriarca daquelas famílias, é colocada como um empecilho para os genros concretizarem todas ações que desejavam. Se o homem gordo burguês é aquele que detém posses em um sentido econômico, a mulher gorda e mais velha detém a posse do lar: eis o seu problema. Ao contrário do homem idoso que, dentro do ambiente político, seria ora visto positivamente (por ser experiente), ora negativamente (pela potencial falta de virilidade), a mulher idosa seria majoritariamente apontada como rejeitável. Essas diferenças têm relação com a afirmativa de Kátia Bernardo: “A velhice é uma experiência vivenciada de forma não homogênea e diversificada em função da classe social a que pertence o indivíduo velho no gênero, etnia e religião” (BERNARDO, 2010, p. 54).



Imagem 31 - *Sograndando...*, O MALHO, 16/01/1909, n.331, p.18. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A sogra também foi representada através de um corpo magérrimo, como observamos em “Sograndando”, charge publicada por *O Malho* (Ver imagem 31). A magreza excessiva, segundo a historiadora Denise Bernuzzi Sant’anna, poderia ser associada à falta de alimento, à carestia, à doença e pobreza, não sendo um atributo desejável (SANT’ANNA, 2012, p. 106). Nessa charge em específico, a falta de dentes na boca, aliada ao enorme nariz que praticamente monopoliza o rosto da idosa, torna a sogra, mais uma vez, uma feia algoz do homem. O pequeno peito da senhora é compensado pelo gigantismo de sua saia, outro efeito cômico de distorção quanto à sua aparência. Conforme Marilda Queluz, “a caricatura trabalha com recursos como o exagero, a diminuição, ou mesmo a omissão e, ao mesmo tempo que se afasta, se desloca do referente real, sintetiza-o” (QUELUZ, 1996, p. 17). Esse tipo de representação distorcida, apesar de distante de uma pessoa real, resume em termos visuais o que seria uma sogra dentro daquele imaginário masculino.

O texto ao lado da idosa magra é de grande relevância para a compreensão da caricatura. A personagem reclama sobre a atitude do genro, que ao candidatar-se a um cargo político, fez sem consultá-la. Em retaliação a isso, ela promete “*dizer pelos jornaes que depois delle casado sahiu todo ao contrario do que era em solteiro... Todo e tudo!*” (O MALHO, 16/01/1909, p. 18). Como já discutimos durante a análise da charge “*Scenas do smartismo*” (Ver imagem 11), as personagens femininas foram muitas vezes representadas

como objetos simbólicos, capazes de cumprirem um papel central na sociabilidade moderna, por atuarem, dentre outras coisas, como intermediadoras dos círculos sociais masculinos (D'INCAO, 2004, p. 229).

Aqui, percebemos uma consciência da personagem “sogra” quanto ao seu papel, o que consequentemente proporciona a ela o entendimento das possíveis formas de danificar a imagem masculina perante a sociedade. Seu genro queria se tornar um homem do mundo político, mas a palavra da idosa poderia frustrar totalmente suas pretensões. Aliás, a ameaça feita pela personagem (“*sahiu todo ao contrario do que era em solteiro... Todo e tudo!*”) pode ser lida de diversas maneiras, incluindo de forma semelhante ao debate realizado sobre a charge “A honra de um deshonrado” (Ver imagem 18). Se o genro ficou “ao contrário” em “todo e tudo”, teria ele também ficado avesso à própria mulher? Seja como for, a suposta informação seria capaz de abalar a honra pública do genro, sendo uma exposição do ambiente privado (e do universo feminino) capaz de minar sua carreira política (MISKOLCI, 2013, p. 1489). O humor aqui é trabalhado justamente sobre o estrago que essa idosa raquítica seria capaz de fazer contra o desafortado genro, que ao deixar de consultá-la, ofendeu sua autoridade familiar. Mais do que bastião de defesa da própria filha, portanto, a personagem sogra cumpria papel também de opositora do homem na esfera pública, podendo atuar como mulher consciente de suas potencialidades dentro do mundo social.

A sogra, além disso, desafiava o papel provedor do homem. Na charge “Lingua de sogra” (Ver imagem 32), de Loureiro para *O Malho*, acompanhamos uma situação dessas mais de perto. Três pessoas estão presentes na representação cômica: uma moça jovem, magra e bela, vestida de acordo com a moda; um homem *smart*, vestido com terno listrado, usando bengala e um chapéu escuro; e uma idosa de expressão rabugenta, nariz adunco e vestimentas escuras. Os trajes da senhora de idade não apenas refletem o vestuário mais apropriado à sua faixa etária — o da jovem, por exemplo, tem flores no chapéu, algo socialmente mais jovial, inadequado para uma matriarca (ALVES, 2020, p.82) —, como também estabelecem um contraste simbólico em relação à dama da esquerda: a idosa veste-se totalmente de preto, adotando um ar fúnebre³⁴, ao passo que a moça está totalmente de branco, indicando sua ingenuidade e pureza (ALVES, 2020, p. 87).

³⁴ Segundo Paulo Gabriel Alves, “Até aqui, a roupa preta foi relacionada aos homens, ao público, ao impessoal, um emblema dos homens ricos e poderosos. As mulheres, todavia, não estavam imunes a ele. [...] Permitia-se que as mulheres usassem toda uma paleta de cores em seu vestuário, mas para ambientes como a ópera, bailes, reuniões familiares, casamentos, o preto e seus tons derivados eram as cores da rua. Afinal, nada mais adequado que estar de luto para um local que não a aceitava totalmente” (ALVES, 2020, p. 87). Segundo o mesmo autor, “O preto discursava, eloquentemente, retumbante e silencioso. Ele impunha-se na rua, no



Imagem 32 - *Lingua de sogra*, O MALHO, 06/11/1909, n. 373, p. 27. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O homem *smart*, peça central da charge, está parado com uma rigidez teatral no meio das duas mulheres, adotando uma postura ao mesmo tempo contida e sociável. Na legenda, ele pede desculpas: “*Sinto muito, mas ainda não posso realizar o casamento...*” (O MALHO, 06/11/1909, p. 27). A personagem “A noiva” reclama que o atraso já está durando um ano, e então a “futura sogra” intervém: “*É, mas escreve nas folhas fazendo propaganda do feminismo inglez... Naturalmente, quer insinuar á noiva que se torne independente, que trabalhe como um homem... para sustentar o marido!*” (O MALHO, 06/11/1909, p. 27). O personagem *smart*, portanto, é associado pela sogra como um jornalista, e do tipo favorável ao feminismo britânico. Neste período, o movimento feminista inglês vivenciava sua segunda

restaurante, em casa. O branco fazia o mesmo, mas de uma forma diferente. O branco, e as cores claras [...] ligava-se ao poder da maternidade, do amor, da pureza, da santidade”(ALVES, 2020, p. 87).

fase, iniciada em 1903, e que ganharia contornos menos morigerados que sua versão anterior. De acordo com a historiadora Mônica Karaweczyk, “as militantes aplicavam todos os métodos ao seu alcance para obter alguma vitória, utilizando-se desde passeatas até o uso da violência e da intimidação” (KARAWECZYK, 2013, p. 131). Essa postura mais combativa tornou o movimento feminista inglês conhecido internacionalmente, o que acabou gerando para as militantes a alcunha de *suffragettes* — termo relacionado à sua principal demanda política, o direito ao sufrágio feminino (KARAWECZYK, 2013, p.131).

Esse estereótipo da feminista violenta, ou que gostaria de ocupar o lugar dos homens “na escala social” seria a tônica das representações humorísticas acerca do feminismo combativo, voltado para as “questões políticas”. Como discute Rachel Soihet, as feministas seriam representadas como autoritárias, deslocadas de seu papel biológico, além de serem desenhadas com traços viris (SOIHET, 2003, p. 2-3). Uma verdadeira “inversão sexual”, até porque os homens presentes nessas charges, crônicas e piadas foram colocados como responsáveis pela criação dos filhos, pelas funções domésticas e de cozinha (SOIHET, 2003, p. 2-7). Na verdade, as mudanças nos costumes femininos eram vistos como alarmantes desde o fim do século XIX, quando acordaram “as vozes da conservação, que se ergueram para gritar em alto e bom som que tais ambições *só trariam enfermidades, esterilidade e a degeneração da espécie*” (TELLES, 2004, p.432, grifo nosso). Ao mobilizar essa questão, a sogra aponta como o homem moderno estaria interessado nessa inversão de valores, dado o desprezimento do personagem *smart* quanto a marcar o casamento e, conseqüentemente, ter a responsabilidade de sustentar a esposa. O pretendente acaba enquadrado no grupo de homens com “carência de virilidade, o que os configura também como ‘cúmplices’ do feminismo, pois ‘permitem’ que a ‘inversão dos papéis’ aconteça” (MOREIRA, 2021, p. 277). Era uma feminização de sua figura moderna, e mais uma mobilização da ideia de que o futuro corria perigo com tais mudanças sociais.

Como mencionamos anteriormente, o período analisado estaria provocando fortes mudanças de cenário dentro do Rio de Janeiro. As mulheres ganharam maiores espaços dentro da esfera pública, sendo alçadas a novas funções dentro dos relacionamentos, e até mesmo ganhando maiores trânsitos profissionais. No entanto, a moralidade burguesa que impunha ao homem o papel de eterno provedor daria limitações à atuação feminina no mercado de trabalho: “Foi também dentro desse quadro que se construiu, para a mulher, uma concepção do trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe” (LOURO, 2004, p.

453). Em outras palavras, a mulher trabalhar seria um “problema menor” caso ela entendesse que seu papel essencial seria o de voltar para o lar³⁵ depois de constituir família, o de abandonar a carreira para se dedicar à sua verdadeira vocação: “Afinal o sustento da família cabia ao homem; o trabalho externo para ele era visto não apenas como sinal de sua capacidade provedora, mas também como um sinal de sua masculinidade” (LOURO, 2004, p.453). Inverter essa questão, colocando a mulher no centro do “trabalhar fora de casa e sustentar a família”, seria um desvio inaceitável, seja para o feminino, seja para o masculino.

A charge “Projecto gorado”, publicada na *Careta* e desenhada por J. Carlos, apesar de não fazer referência direta a esse tipo de feminismo, brinca com uma noção de autoridade feminina similar à empregada sobre as *suffragettes* (Ver imagem 33). Nela, uma idosa segura ameaçadoramente uma vassoura, levando no rosto uma expressão carrancuda e reprovatória. No chão, ao seu lado, jaz um senhor de joelhos, vestido com trajes apropriados para a vida pública: chapéu, “casaca”, *plastrom* fino. Sua postura corporal é avessa à da mulher, pois tem a cabeça baixa, o olhar representado em um ângulo debaixo para cima, em tom de súplica, ao mesmo tempo que as mãos exercem visível força contra o solo, dando a entender que ele se segura no lugar. O cenário é interno, com uma cama à esquerda da idosa, um altar na parede e uma janela que deixa à mostra uma das árvores da parte exterior.

Na legenda, a “Mulher” ordena “*Diga, já e já para onde vai*”, ao que o personagem “Marido” responde: “*Eu... eu... Eu agora mudei de ideia. Agora eu vou para baixo da cama*” (CARETA, 22/01/1910, p.15). Nessa charge, a interação autoritária parte de uma mulher idosa que é esposa, e não sogra, mas adere a ambos estereótipos, misturando-os. Assim como aponta Thaís Moreira, é a representação de um homem subjugado dentro da vida conjugal, sem autoridade na família (MOREIRA, 2021, p. 277). A feminização do marido aparece através de sua infantilização, que fica evidente por sua postura corporal submissa, com desnível de altura, além da bochecha gorda que desponta no corpo magro, imitando uma representação chágica infantil — tanto meninos quanto meninas eram desenhados por J. Carlos com bochechas gorduchas. A infância era vista como o estágio doce da vida, da inocência e do lar, uma época para se estar “sob as saias maternas” (ALVES, 2020, p. 279; MATOS, 2000, p. 60). Isso é reforçado pela legenda, já que o homem pretende se esconder embaixo da cama, feito um menino assustado.

³⁵ A durabilidade desse modo de pensar marca as carreiras docentes das professoras que, até meados de 1920, precisavam escolher entre o casamento e a profissão. Isso porque “havia exigência do celibato para que as mulheres pudessem exercer a função de professoras no ensino público. Segundo o Estatuto de Instrução Pública, as professoras tinham que ser solteiras ou viúvas” (ARAÚJO, 2021, p. 90).



Imagem 33 - *Projecto Gorado*, CARETA, 22/01/1910, n. 86, p. 15. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Considerando que “pelo humor, pela sátira, as pessoas se identificam, ao mesmo tempo que, pelo estranhamento do cômico, reelaboram seus conceitos e suas posturas na sociedade” (QUELUZ, 1996, p. 29), observamos em representações como “Cousas da actualidade” (Ver imagem 29) e “Projecto gorado” (Ver imagem 33) a exposição satírica do que poderia já estar acontecendo nessa sociedade do início do século, ao menos para a visão dos chargistas e jornalistas envolvidos em seu contexto de produção. No caso da identificação de cenas do cotidiano, pensamos a partir de Marilda Queluz: “Uma das formas de elaborar as representações teria sido rindo delas. Para conviver com elas seria necessário revesti-las de humor numa tomada de consciência satírica ou ingênua das próprias mazelas” (QUELUZ, 1996, p. 27). O ato seria equivalente ao “rir de si mesmo”, ou ainda, rir do absurdo da cena, caso não houvesse uma equivalência real concebida pelo leitor da charge. Trata-se, em última

instância, de uma forma para que o público-leitor masculino veja o quão incongruente é a autoridade feminina, e sua respectiva feminização enquanto homem que se deixa levar por ela.

As charges também abordaram o feminismo em si, por muitas vezes o comparando com o movimento estrangeiro e debatendo as posturas das feministas nacionais. Um exemplo disso aparece na revista *O Malho*, em “Política e as modas”, onde um homem *smart* dialoga com uma mulher igualmente moderna (Ver imagem 34), discutindo a falta de radicalização das mulheres brasileiras em prol de seus direitos. À medida que o personagem masculino tem, em sua fisionomia, o destaque da orelha — o que acentua o seu caráter de escuta —, a mulher tem a face escondida debaixo do chapéu listrado. A charge visa comentar a notícia “Dos tellegrammas” que está escrita logo abaixo de seu título: “*As suffragistas inglesas têm agredido na rua os chefes políticos contrários ao ideal do direito de voto ás mulheres*” (O MALHO, 20/11/1909, p.22). Na legenda da charge, onde lemos o diálogo dos personagens, as falas discutem esse fato:

Elle: Mas aqui no Brazil as mulheres dispensam o direito do voto. / Ella: Perfeitamente e por uma razão muito simples: os senhores, homens, fazem d’esse direito um uso tão indecente, que nós, mulheres, somos obrigadas a tapar o rosto, envergonhadas. / Elle: Sim... com os chapéus! (O MALHO, 20/11/1909, p.22).

Desta forma, a personagem feminina argumenta que a falta de atuação das mulheres em defesa do voto se dá devido à descrença no próprio sistema político nacional, corrompido pelas mazelas provocadas pelos homens. Diante desse revés — uma resposta que demonstra a visão negativa que a mulher brasileira teria não só contra seu governo, como também em relação aos homens de modo geral —, o homem finaliza o diálogo através de um deboche quanto à forma de “tapar o rosto de vergonha” usado pelas mulheres.

Tomamos aqui a reflexão feita por Guilherme Tenório, da possibilidade de se encarar as charges de *O Malho* através da lógica da polifonia, que, resumidamente, é “a existência de várias vozes dentro de um texto, cada qual com a sua visão de mundo” (TENÓRIO, 2009, p. 38). Nesse caso, podemos cogitar que a arte em si seria a participação do chargista na representação, enquanto o texto condiz com as intenções da redação dando “vazão aos ‘motivos’ do proprietário da revista ou de outro agente responsável pela produção do desenho de humor” (TENÓRIO, 2009, p. 38).

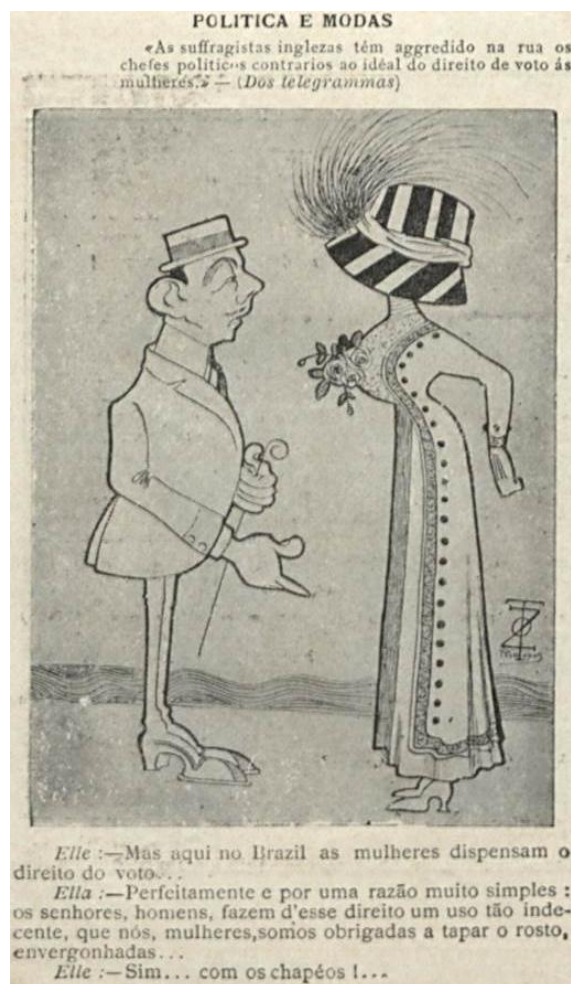


Imagem 34 - *Política e modas*, O MALHO, 20/11/1909, n.375, p.22. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Assim, ainda que o traço da charge tenha colocado uma representação de destaque na orelha do *smart*, o texto pode vir como uma contradição dessa intenção de escuta. Trata-se, quiçá, de uma audição momentânea, que recusa maiores desaforos vindos da personagem feminina. A objetificação da mulher, em termos corporais e de moda, permanecem como continuidades entre texto e imagem, já que “*Ella*” não possui um rosto, apenas um corpo em S e roupas da moda. Tal raciocínio vai ao encontro do que propõe a historiadora Thaís Moreira, que diz que charges antifeministas se valeram de uma sexualização de personagens feministas para caracterizar o movimento como negativo, fútil, visando desmobilizar o público feminino que poderia ver naquela representação um estigma indesejável para si (MOREIRA, 2021, p. 268).

Em “O nosso feminismo”, charge de Augusto Rocha também publicada pel’*O Malho*, só que em 1908, um homem conversa com uma dama em um cenário neutro - algo parecido com a supracitada “Política e modas”. O homem também pergunta a uma feminista brasileira

o porquê das militantes nacionais não imitarem o movimento sufragista inglês. A moça responde: “*Para que? Para elegermos uns marmanjos e apurarem outros, de acordo com a votação dos... cemiterios? Nessa é que nós não cahimos: preferimos levantar a bandeira do... voluntariado de saias*” (O MALHO, 20/06/1908, p.16). Nesse caso, não há resposta masculina: a crítica é endossada pela revista, até porque a personagem prega um “voluntariado de saias”, isto é, a entrada feminina no alistamento militar.

Ainda que a ideia de mulheres no Exército fosse vista como descabida, a articulação da noção de que somente pela via militar que as coisas seriam resolvidas no país ultrapassa essa barreira. Este é um elemento extremamente importante para nosso entendimento sobre as representações femininas feitas pela campanha à presidência de Hermes da Fonseca. Para uma melhor compreensão desse aspecto, partiremos agora para considerações acerca do feminino no período eleitoral. Posteriormente, no capítulo final, pretendemos nos debruçar com maior atenção sobre as demais charges que relacionaram mulheres ao militarismo.

2.3 Entre o feminismo e o *brio feminino*

Além das discussões e deboches em charges, os anos de 1909 e 1910 realmente foram marcantes para os movimentos femininos em defesa de direitos políticos e sociais. Assim como observado no campo das masculinidades, o período das eleições se apresentou como um espaço de redefinições da sociedade brasileira também para as mulheres. Desta forma, discutiremos de maneira breve a participação feminina no debate público, em especial, graças às repercussões em nossas fontes de duas associações centrais para as disputas sociais femininas nesse início de século: a Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, e o Partido Republicano Feminista (PRF). Por meio de sua análise, e do estudo de uma fotografia voltada à campanha de Rui Barbosa – que examinaremos adiante de forma mais detida –, nossa intenção, daqui para frente, é também compreender como o gênero feminino esteve inserido nas dinâmicas da eleição alvo dessa dissertação, e até que ponto isso teve relação com as pautas de emancipação feminina do período.

Fundada em 1909, a Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau lutou em múltiplas frentes, ao atuar a favor da referida chapa e, ao mesmo tempo, pelo direito das mulheres de participar da política institucional. Segundo Elaine Rocha, durante a reunião que pretendia lançar a junta,

A circular que convidava as mulheres para a reunião falava apenas da necessidade urgente que havia de se aproveitar a oportunidade que o momento oferecia para a divulgação e prática dos ideais feministas. *O*

referido momento era a definição dos candidatos que viriam a disputar a presidência do Brasil em 1910 (ROCHA, 2002, p. 268, grifo nosso).

O grupo se formou sob a liderança de Leolinda Daltro, professora baiana “mais conhecida pela sua atuação com grupos indígenas no oeste do Brasil, onde batalhou tanto pela alfabetização laica dos mesmos quanto buscou a sua integração na sociedade, sem conotações missionárias” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 138). Houve, dentro do grupo, uma tendência de mulheres que desejavam apoiar a candidatura de Rui Barbosa, porém dentro das discussões sobre o caso, a posição favorável de Leolinda Daltro ao nome militar foi preponderante (ROCHA, 2002, p. 324). O modo de atuação do grupo feminista (primeira organização coletiva de mulheres feministas no país) foi comparecer a eventos públicos e políticos, visando intervir ou simplesmente se fazer notar em meio às principais movimentações do período (KARAWEJCZYK, 2013, p.141). Notamos isso nas páginas de *O Malho*, que apesar de não trazer muitas retratações do movimento feminino, publicou certas fotografias como a que vem a seguir (Ver imagem 35). Na legenda da fotografia, lemos:

Regresso do Dr. Wencesláo Braz, presidente de Minas, a Bello Horizonte: a recepção na Estação da Estrada de Ferro Central do Brazil. Cada bandeira branca, com o lema Pró-Hermes-Wencesláo, tinha o nome de um município do grande Estado central. Foi uma recepção imponente e carinhosa (O MALHO, 22/01/1910, p. 21).

Não nos é possível aqui precisar os nomes das principais lideranças envolvidas nessa homenagem em Minas Gerais, porém destacamos a mobilização feita de jovens e até mesmo crianças para que se fizesse uma recepção honrosa ao então candidato à vice-presidência, Wenceslau Brás. O fato de a recepção ocorrer em uma estação ferroviária não seria novidade política no período, o que também indica uma tentativa de se misturar, de fato, às ações corriqueiras dos homens públicos de seu tempo. Bem da verdade, a fundação do grupo por Leolinda Daltro e seu círculo mais próximo visava angariar votos para a chapa, procurando, com isso, conquistar um futuro apoio de sua parte à causa das mulheres e, principalmente, aos interesses da própria Daltro em relação aos povos indígenas (ROCHA, 2002, p. 295).



Imagem 35 - *Quadros da actualidade política*, O MALHO, 22/01/1910, n.384, p.21. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Essa relação resultaria, um ano após a eleição (ou seja, em 1911), na inauguração de uma escola de ofícios para moças no Rio de Janeiro — o lugar se chamaria Escola Orsina da Fonseca, em homenagem à primeira-dama do país. A escola também se tornou sede do Partido Republicano Feminino, grupo que também foi fundado por Leolinda Daltro, em pleno ano de 1910. Segundo Mônica Karawejczyk, Orsina “era amiga pessoal de Leolinda e presidente de honra do partido” (KARAWEJCZYK, 2013, p.143). Mais interessante ainda é perceber como no evento de inauguração da instituição, o próprio Hermes da Fonseca figurou em um dos lugares de honra — segundo a historiadora Céli Regina Jardim Pinto, Hermes foi um dos homens que se tornaram presidentes e que foram favoráveis ao voto feminino, pelo menos à época da Constituinte de 1891 (PINTO, 2003, p. 15). Retornando a 1910 e ao exercício do grupo Junta Feminil, suas poucas representações fotográficas indicam que *O Malho* não dava muita relevância ao movimento, ou se dava, optava por não o apresentar com grande destaque, provavelmente em vista do machismo corrente no período, pouco afeito à participação das mulheres na esfera política. Curiosamente, outras fotografias e charges discutiram o mesmo tema: no caso das charges, as representações ora apoiavam a personagem feminina, ora o levavam ao descrédito. Outra aparição fotográfica, no entanto,

nos chama a atenção: trata-se também de um grupo de mulheres apoiadoras de Hermes da Fonseca, ainda que não sejam identificadas pela *O Malho* como partícipes da supracitada Junta (Ver imagem 36).

Se “às mulheres da classe dominante era concedido o direito de ser fútil, de freqüentar lugares finos” (ANDRADE, 1990, p. 43) mas não o sufrágio, que estariam fazendo na plataforma de trem aquelas mulheres? Em termos fotográficos, a mulher foi “associada, na sua grande maioria, aos diferentes espaços de diversão e aos espaços domésticos mais nobres, ou seja, a sala, a varanda e o jardim” (ANDRADE, 1990, p. 174). Mesmo no trem, portanto, o cenário que compõe a cena retoma ideais de feminilidade presentes nas camadas médias e altas da Primeira República. O grupo heterogêneo, novamente com crianças presentes, reitera a dominação da infância por parte dos adultos — uma composição que daria ar familiar, angelical à cena.

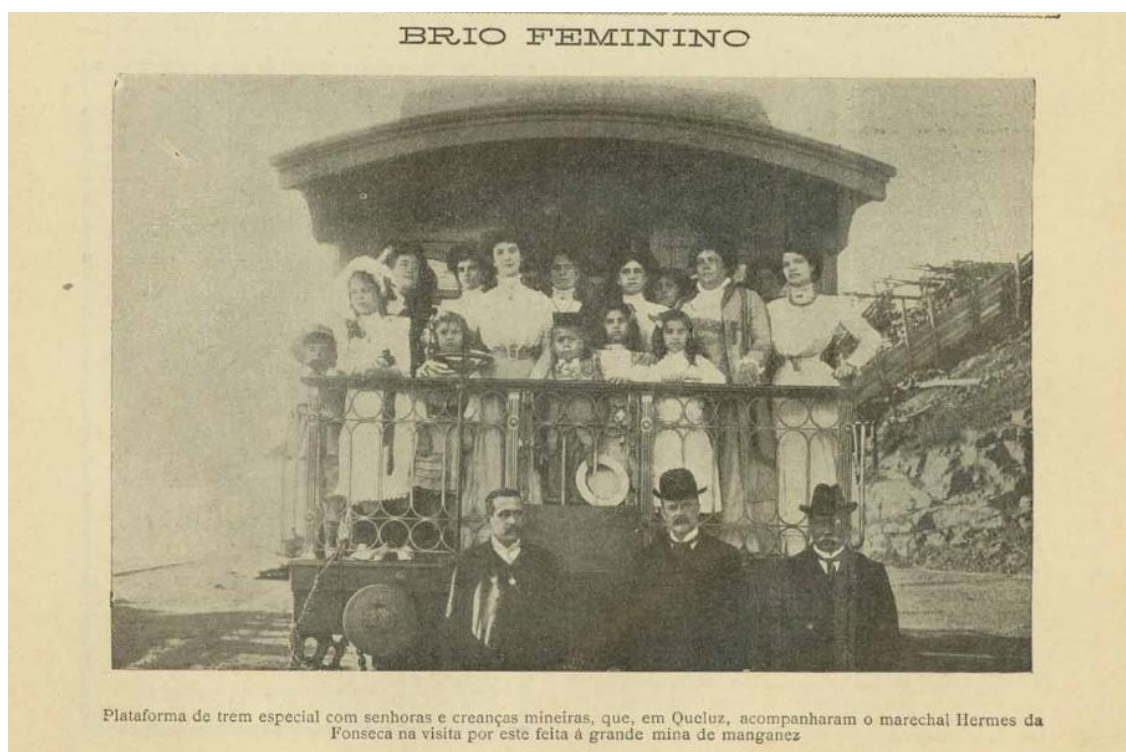


Imagem 36 - *Brio feminino*, O MALHO, 08/01/1910, n.382, p.17. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

A legenda nos informa que a “*Plataforma de trem especial com senhoras e crianças mineiras que, em Queluz, acompanharam o marechal Hermes da Fonseca na visita por este feita á grande mina de manganez.*” (O MALHO, 08/01/1910, p. 17). A presença de mulheres de família (senhoras) e crianças em uma excursão de Hermes a uma mina soa como um deslocamento dos espaços femininos, algo que relacionamos ao título da fotografia: *brio*

feminino. Apesar de todas as qualidades delicadas, vistas como típicas do feminino, a característica de brio surgia a partir da presença de Hermes, e do interesse dessas mulheres em sua função política. A exemplo da República-Mulher musculosa que será analisada em uma das futuras charges estudadas neste trabalho³⁶, o agir politicamente do feminino era legitimado por Hermes, que virilizava as delicadas mulheres. Se a foto anterior ressalta os “Quadros da actualidade política”, indicando progressos (as mulheres seriam *atuais*), aqui o feminino tem *brio*, característica eminentemente militar e carregada como um símbolo por Hermes aonde quer que fosse, apesar dele não constar na supracitada foto. Nesse sentido, concordamos com Thais Moreira quando diz que

As “boas mulheres viris” foram produzidas atreladas a *processos políticos*, em contextos de guerra e *reafirmação do nacionalismo*. Em conjunturas diferentes, nas quais os propósitos políticos não atendiam ao patriotismo, a apropriação da virilidade pelas mulheres foi reprimida ou motivo para chacota (MOREIRA, 2021, p. 286, grifo nosso).

O Partido Republicano Feminino, por sua vez, mesmo atuando por fora do sistema teve justamente como uma das principais pautas o voto feminino, algo pouco discutido dentro da Câmara Federal desde a Constituição de 1891³⁷ (KARAWEJCZYK, 2013, p. 137-138). Na fotografia intitulada “A festa da bandeira”, de 1910, a *Careta* retrata um grupo de meninas e mulheres trajadas com vestidos brancos e faixas transversais ao corpo, onde lemos “*P. R. Feminino*” (Ver imagem 37). O título atribuído à imagem já estabelece qual o evento registrado, sendo uma das comemorações cívicas da Primeira República.

³⁶O estudo da referida charge ocorrerá no terceiro capítulo desta dissertação, mais especificamente no subcapítulo “4.2 Civilismo versus Militarismo: debatendo política, República e masculinidades (1909-1910)”, na imagem 58.

³⁷Durante a Constituinte que promulgou a primeira Constituição Republicana, alguns deputados estiveram engajados na luta pró-voto feminino, atuando de forma aliada às mulheres interessadas nessa causa. Segundo Mônica Karawejczyk, “grande parte dos argumentos apresentados pelos sufragistas procuraram colocar em evidência o caráter legal da questão, ao passo que os antissufragistas basearam seus argumentos em motivos mais sentimentais, por assim dizer, procurando destacar e reforçar os papéis que cada gênero estaria destinado na sociedade, apontando para a questão da mulher pertencer ao ambiente privado” (KARAWEJCZYK, 2013, p.113-114). Para conferir uma análise completa sobre esse processo, conferir o segundo capítulo da tese de doutorado de Mônica Karawejczyk (KARAWEJCZYK, 2013).



Imagem 37 - *A festa da bandeira*, CARETA, 26/11/1910, n.130, p.11. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Como legenda da foto, a revista escreveu “*O Partido Republicano Feminino em frente ao Palacio do Governo, onde foi offerecer uma bandeira para ser hasteada no mastro desse edificio*” (CARETA, 26/11/1910, p. 11). À direita, é possível ver uma mulher jovem com uma bandeira do partido em mãos, e ao centro, entre as meninas, uma pequena bandeira listrada evidencia a presença também do modelo de bandeira idealizado durante o processo de Proclamação da República³⁸. Apesar disso, não fica evidente qual das duas bandeiras teria sido oferecida. Segundo Mônica Karawejczyk, “as partidárias do PRF fizeram barulho na capital federal [...], percorrendo as ruas da cidade bem vestidas e asseadas, portando bandeiras e vestindo faixas rodeando o tórax ostentando o nome do seu partido” (KARAWECZYK, 2021, p.268), algo que observamos na fotografia supracitada. Assim, concordamos com a historiadora Céli Regina Jardim Pinto quando ela diz que essas feministas “não eram apenas exceções excêntricas em uma época de recato, mas pessoas que

³⁸ Trata-se do modelo que imitou o estilo da bandeira dos Estados Unidos da América, dotada de listras e estrelas. Segundo José Murilo de Carvalho, foi o modelo idealizado pelo Clube Republicano Lopes Trovão (CARVALHO, 1990, p. 104).

pretenderam ampliar sua base de apoio buscando formar uma opinião pública a seu favor” (PINTO, 2003, p. 18).

O que nos surpreende agora, na foto acima, é como a revista *Careta* está retratando o evento com presença das militantes feministas. A fotografia foi publicada logo abaixo de um registro de um evento social no Club Naval, ao passo que na página seguinte vemos outra fotografia de uma ocasião formal, no mesmo Palácio do Cattete exibido na Imagem 37. A grande participação de meninas, bem como o caráter pacífico da manifestação devem ter sido elementos que colaboraram para o registro fotográfico da *Careta*, habituada a abordar de maneira risível o feminismo em suas crônicas e charges.

As mulheres que aparecem em charges e fotografias da *Careta*, quando colocadas lado a lado com Rui Barbosa, apresentam significados e funções específicas para as narrativas empregadas. Isso fica evidente em “A Cruzada”, de J. Carlos, e que também será analisada especificamente em um de nossos capítulos futuros (Ver imagem 60). Nesta charge, apesar de não se encontrarem lado a lado com Rui Barbosa por causa de seu corpo viril, as mulheres estão ali representadas a fim de evocar imagens idealizadas, um sinal da regeneração, mas também de uma manutenção de uma feminilidade positiva à autoridade do candidato.

Isso fica evidente também nos registros fotográficos, em que as mulheres da família de Rui sempre são destacadas (Ver imagem 38). Considerando que o papel da mulher se torna importante para a sociabilidade no período, o posicionamento da esposa de Rui ao seu lado o apresentaria como um homem de família, legitimando que sua constituição física não deixava aberturas para questionamentos de desvio íntimo, nem permitindo que se falasse mal de sua mulher (MISKOLCI, 2013, p. 1334; D’INCAO, 2004, p. 229) Podemos encarar a situação, além disso, com base na noção de capital simbólico, sendo que a esposa de Rui é alçada ao papel de símbolo de notoriedade social (BOURDIEU, 2002, p. 48-51). Nesse sentido, o fato de a Sra. Rui Barbosa estar entre Rui Barbosa e outro político destacado na fotografia (Dr. Baptista Pereira) não é desprovido de sentidos, remetendo à nobreza e à relevância dessa mulher burguesa em meio aos afazeres políticos. Esse tipo de retratação também paira sobre suas filhas³⁹, que eram vistas frequentemente indo ao teatro (outro símbolo da modernidade)

³⁹ Infelizmente, a maior parte das obras historiográficas arroladas para esta pesquisa que se voltaram exclusivamente para a vida de Rui Barbosa, não apresenta grandes menções às suas filhas, o que nos demonstra a posição coadjuvante dada ao feminino também pelas obras sobre o político baiano. Segundo Silvia Noronha Sarmiento, uma delas teria se casado, já no século XX, com Batista Pereira, genro de Rui que perderia o emprego por decisão do governo Hermes da Fonseca (SARMENTO, 2009, p. 94).

ou participando de jantares promovidos por políticos próximos a Rui (NEEDELL, 1993, p. 118). Em nossas fontes, por exemplo, elas apareceram mais de uma vez em páginas destinadas a fotografar os modernos transeuntes da capital federal, já em 1909 (O MALHO, 01/05/1909, p.36; Ver imagem 39). É válido ressaltarmos que, mesmo em *O Malho*, as aparições das mulheres da família Barbosa são feitas de maneira respeitosa, ligando-as ao político e conferindo a ele um caráter patriarcal.



Imagem 38 - *Ruy Barbosa, Excursão ao Estado de Minas Geraes*, CARETA, 26/02/1910, n.91A, p.20. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A esposa de Rui Barbosa o acompanhou durante a campanha eleitoral, elemento que não passou despercebido pela *Careta*, que costumou mencioná-la em várias das fotografias.



Imagem 39 - *Instantaneos*, O MALHO, 01/05/1909, n.346, p.36. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. A foto da família de Rui é identificada pelo número 4, sendo a inferior da parte esquerda. Estão presentes, se levarmos em conta a legenda, “D. Francisca Ruy Barbosa Ayrosa e Bebe Barbosa”

2.4 Relações de gênero em redefinição

Partimos das reformas urbanas da capital republicana, perpassando pelas alterações de costumes e de trânsitos influenciados pela dita “Regeneração”. Ainda que não tenha sido

nossa intenção debater a completude desse processo, evidenciamos sua necessária compreensão para o entendimento do momento que viria a seguir.

Conforme as noções trazidas por Stuart Hall, é a partir da regulação do que é “certo” ou “errado”, da criação de um mundo ordenado, e até mesmo da “regulação dos tipos de ‘sujeitos’ que nós somos” que o controle sobre a cultura pode ser exercido a fim de determinar comportamentos e modos de vida (HALL, 1997, p. 43). Neste sentido, percebemos uma conexão direta entre as visões de sociedade pretendidas pelas elites, camadas médias, autoridades e imprensa do período inicial da República, e as formas de conduta masculina que foram pautadas ao longo das charges, anúncios e crônicas. Conforme Raewyn Connell e James Messerschmidt, a masculinidade hegemônica é configurada por uma “luta por hegemonia, e formas anteriores de masculinidades poderiam ser substituídas por novas” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Ao analisarmos as charges voltadas para os comportamentos masculinos, identificamos alguns elementos que foram empregados a fim de colaborar com a construção de novas masculinidades hegemônicas dentro do cenário republicano. Estas questões serão aprofundadas no terceiro capítulo, em que visamos discutir as representações direcionadas aos presidenciaíveis e seus respectivos grupos. Apesar disso, algumas considerações são válidas desde já.

Conforme Luiz Guilherme Sodrê Teixeira,

No desenvolvimento e amadurecimento da charge, o humor ligeiro, a piada e, sobretudo a sistemática criação de personagens inverossímeis [...] são, na verdade, *exercícios narrativos de concisão e síntese verbal*, dentro de um discurso gráfico que se articula num só quadro (TEIXEIRA, 2001, p. 28, grifo nosso).

Assim sendo, as discussões feitas até o momento consideraram que os personagens serviram como fio-condutor não apenas do humor da Primeira República, mas também como canais de comunicação onde conjuntos de valores eram transmitidos aos seus leitores. Essa síntese ou concisão narrativa, além de brincar com o cotidiano, empregou as expectativas dos produtores dos periódicos sobre as remodelações necessárias para a uma modernização do país.

Percebemos isso nas charges sobre os homens negros, por exemplo, quando suas representações foram destinadas a manter o *status quo* de subordinação em termos de classe e raça. Os personagens negros eram ignorantes, deslocados, impossibilitados de atingirem a modernidade e o modo de vida *smart*, além de serem fadados a não possuir uma representação política: Monteiro Lopes ocupar um assento na Câmara foi recebido por

ofensas abertas, ou críticas ao seu eleitorado. A masculinidade negra deveria permanecer à parte, ainda mais em tempos de embranquecimento populacional. Trata-se de uma das formas de apagamento do homem negro do imaginário social brasileiro (MISKOLCI, 2013, p. 333). Nas palavras de Adilson Moreira,

O estabelecimento de um grupo racial como parâmetro cultural universal permite que as características de seus membros, sejam elas reais ou imaginadas, possam ser institucionalizadas por meio da construção da identidade desse grupo como expressão única da humanidade (MOREIRA, 2019, p. 488).

Compreendemos as representações sobre o negro a partir da categoria de masculinidade marginalizada, conceito operacionalizado por Raewyn Connell, visto que assim como a branquitude se vale de uma negatificação da negritude para ocupar o seu caráter de universal e correto (MOREIRA, 2019, p. 481-488), a masculinidade hegemônica subalterniza as masculinidades negras, procurando torná-las a alteridade negativa que justifica a superioridade de uma hegemonia das masculinidades brancas (CONNELL, 2005, p. 80-81). As masculinidades negras, a despeito de serem diversas, eram rotuladas como homogêneas ao redor noções de criminalidade, perigo e violência. Dentro das representações chárgicas, foram colocadas com uma só coisa, em uma tentativa de definir os limites de autorização que essas masculinidades poderiam ganhar dentro da sociedade moderna.

A figura do *smart*, por sua vez, tornou-se protagonista de inúmeras charges em ambas as revistas. As discussões ao seu redor foram sínteses explícitas das preocupações de *Careta* e *O Malho* em atingir o público para fins de demarcar limites dentro da modernidade. Ao mesmo tempo em que representou as novas adesões ao cuidado masculino, à preservação da saúde e a atenção às roupas, as duas revistas convergiram no tocante à feminização possível dentro da urbanização moderna. O homem *smart* era homem, e portanto, não deveria render-se a costumes “afeminados”, sendo necessária a manutenção de sua virilidade cisheterossexual. A homossexualidade, em contrapartida, foi utilizada como argumento jocoso, servindo ora como piada, ora como calúnia de teor político. Uma diferença importante entre as duas revistas, entretanto, deve ser percebida: se ambos os lados tentaram estabelecer um controle da imagem do homem moderno, visando afastá-lo da feminilidade (as eventuais aproximações do feminino eram usadas para provocar estranheza, sendo uma demonstração de como o homem cis não poderia atuar para manter seu status), cada uma delas o fez tomando por base diferentes noções de masculinidade aceitável. Esse tópico será melhor trabalhado em nosso último capítulo.

Não devemos deixar de lado, quanto aos personagens estereotipados, a observação de Luiz Guilherme Teixeira: “Alguns desses personagens, abrangentes, genéricos, puramente imaginários, sem qualquer existência física possível, ganham personalidade própria e se tornam recorrentes na cultura e no imaginário social da cidade” (TEIXEIRA, 2001, p.28). Isso fica evidente em casos como de Brederódes Sucupyra, por exemplo, e em outros personagens que ganharam nome, características e até mesmo uma frequência em termos de publicação, dentro das duas revistas, ou em só uma delas. Apesar dessa inexistência exata, porém, os signos evocados por cada tipo, suas “personalidades”, as situações em que se envolveram, ou melhor, *com as quais foram envolvidos*, fizeram parte de um esforço artístico das revistas em se colocarem como parte da modernização brasileira. Conscientemente ou não, os arquétipos transpuseram ideias sobre as formas adequadas e inadequadas de conduzir os temas mais caros à sociedade, entre os quais figuraram as condutas apropriadas a homens e mulheres nos novos tempos.

As representações das mulheres estiveram alinhadas às expectativas sociais quanto aos seus espaços de atuação na sociedade: quando jovens, casadoiras, deveriam ser esbeltas e bem trajadas, compondo o par *smart* com o homem moderno. Destacamos como as figuras femininas foram colocadas como objetos de desejo masculino dentro das charges, por muitas vezes cumprindo os papéis de joguetes para os interesses dos homens. Ao mesmo tempo, quando dotadas de noção dos poderes sociais que aquela sociedade lhes relegava — como a difamação sobre o masculino, a construção da honra burguesa da família, bem como o micropoder da invalidação das qualidades viris do marido ou genro —, as mulheres deixavam de ser representadas como sensuais, objetos de desejo e de paixão: tornavam-se as idosas raquíticas ou gordas, motivos de ojeriza e frequentemente alvo de deboches por se envolverem nos relacionamentos matrimoniais da parentela.

Essa prática, inclusive, seria uma pequena parcela da inversão sexual temida em meados da primeira década do século XX. As objeções sobre as demandas femininas e feministas não seriam tão grandes quanto as observadas na década de 1920, porém desde já acompanhamos críticas e tentativas de balizar os debates aceitáveis para as mulheres quanto aos seus próprios direitos e capacidades. A autoridade feminina dentro do lar, portanto, é ridicularizada pelo estereótipo da sogra, ao mesmo tempo que criticada quando os movimentos feministas pautam igualdades ou críticas sobre o papel masculino. Tomando por base a ideia usada pela historiadora Céli Regina Jardim Pinto, de “face bem comportada” do feminismo, observamos como houve certa aceitabilidade por parte das revistas examinadas,

dessa perspectiva menos combativa do feminismo brasileiro, que agia “como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem” (PINTO, 2003, p. 14-15). As ações mais militantes, como aquelas repercutidas da Inglaterra, eram encaradas como exemplos de um feminismo “menos comportado”, e, com isso, exagerado, descabido para a realidade nacional, uma verdadeira inversão. Ao mesmo tempo, a presença feminina em fotografias favoráveis a ambos os candidatos foram articuladas de maneira positiva, demonstrando ora um apoio cheio de *brio*, como no caso de Hermes; ora uma presença que legitimou a posição patriarcal dentro do casamento, como no caso de Rui.

Muitas outras charges, fotos e crônicas poderiam ter sido trazidas para debate ao longo de nossas últimas páginas, porém apresentaremos algumas delas nos capítulos que darão seguimento a esta dissertação. Os temores expressados em muitas representações cômicas seriam respondidos, debatidos e questionados em charges envolvendo os candidatos à presidência, que tiveram seus personagens alçados a figuras ideais para a recuperação do sistema político e também da nação. Vejamos, então, quais foram as trajetórias que levaram Hermes da Fonseca e Rui Barbosa a se tornarem personagens centrais do humor eleitoral dos anos de 1909 e 1910 – isto é, o que os teria levado até o pleito, quais capitais políticos eles carregavam consigo?

3 CAPÍTULO DOIS: As trajetórias dos candidatos Hermes e Rui

3.1 Rui Barbosa, o Águia de Haia

Rui Barbosa de Oliveira nasceu no dia 5 de novembro de 1849, em Salvador, província da Bahia. Filho de Maria Adélia Barbosa de Almeida e João José Barbosa de Oliveira, Rui detém uma das mais notórias trajetórias políticas do Brasil, e justamente por isso existe vasta obra a seu respeito (SARMENTO, 2009, p. 17; SANTOS, 2005, p. 15). A fim de compreender brevemente seu percurso intelectual, jornalístico e político, procuraremos analisar criticamente a historiografia referente a Rui, bem como pensar como pode ter se dado a construção de sua imagem perante a sociedade de sua época.

Os pais de Rui eram primos, e membros de uma família considerada “bem relacionada”, como diz Silvia Noronha Sarmento, ainda que fosse o ramo menos rico da linhagem. Longe de ser uma família pobre em termos mais amplos, estamos falando de um ramo menos favorecido quando se comparado aos seus parentes. O pai de Rui, por exemplo, “havia sido deputado provincial e geral, mas encontrava-se em má situação econômica e afastado da política na época de seu nascimento”⁴⁰ (SARMENTO, 2009, p. 16). Conforme Marcelo Santos, João José também foi médico, exercendo a profissão sem desejo, já que viveu almejando uma carreira de advocacia que jamais veio a acontecer (SANTOS, 2005, p.15). João José também era proveniente de um ramo sem tantas posses dentro da sociedade baiana, visto que sua “família não possuía recursos para enviá-lo a Olinda e muito menos para Coimbra”, locais de excelência para o estudo de Direito⁴¹ (SANTOS, 2005, p. 15). Maria Adélia, por sua vez, além de prima do próprio marido era irmã “de Luís Antônio Barbosa de Almeida, político em Salvador, e do magistrado Caetano Vicente de Almeida, futuro barão de Mucuri.” (SARMENTO, 2009, p. 17-18).

Tanto João quanto Maria teriam sido parentes de Albino José Barbosa de Oliveira⁴², chamado por Silvia Noronha Sarmento de “patriarca” da família, algo que já nos chama a

⁴⁰ Quanto à sua ideologia, Leandro de Almeida Silva alega que João José foi próximo ao “casamento ideal da filosofia política liberal”, uma influência de Albino (SILVA, 2009, p. 39). Contudo, não encontramos referências suficientes para determinar qual a participação partidária do pai de Rui Barbosa, elemento que deixaremos em aberto para futuros estudos, por fugir ao escopo deste trabalho.

⁴¹ Os espaços mais valorizados para o estudo do Direito mudaram de acordo com o desenvolvimento da sociedade brasileira, cada vez mais distante dos portugueses que compunham o governo no primeiro quartel do século XIX. Os centros que antes eram em Portugal e na região que hoje denominamos “Nordeste”, a partir de 1850 recebem o acréscimo de São Paulo (NEEDELL, 1993, p. 21).

⁴² Segundo Leandro de Almeida Silva, o pai de Rui era primo de Albino, mas não há uma especificação quanto ao parentesco da mãe, Maria Adélia, com Albino. (SILVA, 2009, p.39) Albino José Barbosa de Oliveira teve

atenção se pensarmos os desmembramentos possíveis do conceito⁴³. Ao utilizar como nota de rodapé o trabalho de José Murilo de Carvalho, a referida autora ressalta os vínculos adquiridos por Albino a partir de seu casamento, que o alçou a posições vantajosas em cargos públicos e até mesmo concedeu a propriedade de lavouras de café em São Paulo (CARVALHO apud SARMENTO, 2009, p. 17). O parente mais notável de Rui, portanto, também foi ligado ao Direito⁴⁴, já que conquistou o posto de ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1864 — motivo pelo qual interpretamos o título de “patriarca” atribuído por Sarmento, em vista do maior sucesso profissional deste familiar em detrimento dos demais no mesmo período. Isso não indica, contudo, que ele tenha buscado atuar de maneira central em relação aos familiares.

A despeito das posses cafeicultoras de Albino, Rui Barbosa em si não teve de berço propriedades agrícolas para herdar, sendo criado como parte do contingente de famílias baianas mais ligadas ao espaço urbano. Isso, claro, não impediu Rui de conviver com as elites agrárias da Bahia. Falando a respeito dele e de José Joaquim Seabra (político baiano que rivalizou com Rui Barbosa ao longo dos anos), Sarmento diz que

Rui e Seabra conviveram com fazendeiros e seus filhos no ambiente escolar (desde os estudos preparatórios até o curso superior), na vida social (cafés, livrarias, teatros e outros espaços de socialização ocupados por políticos e intelectuais), na vida familiar (através de vínculos de parentesco e relações de amizade, [...]) Era através do estabelecimento de uma rede de contatos com a elite tradicional da província que jovens como eles tinham possibilidade de ingressar no restrito mundo da política profissional (SARMENTO, 2009, p. 16).

como ponto alto da carreira jurídica sua atuação como presidente do Supremo Tribunal de Justiça (ALMEIDA, 2010, p. 7).

⁴³ Temos, por exemplo, o conceito criado por Gilberto Freyre, patriarcalismo, que foi desenvolvido a fim “de descrever toda uma ordem social, da qual o poder patriarcal e a família seriam os elementos nucleares” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 129). Foi uma maneira de se questionar a suposta “desvirilização” da sociedade brasileira, bem como seu crescente urbanismo, que estariam tirando a centralidade do núcleo familiar e da rede clientelista de parentes que circundava um patriarca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.130). Mais do que um ator majoritário, o patriarca do patriarcalismo de Freyre seria uma idealização feita a partir de uma parcela observável dentre as relações do período citado. Sua delimitação espacial foi a dos estados do “Norte”, atualmente o que chamamos de Nordeste. Não nos cabe analisar aqui as dimensões de inclusão da Bahia nesse conceito, visto que seu desenvolvimento apresenta várias críticas e envolve muitas discussões. O que é válido ressaltar é o distanciamento de Albino do conceito, já que, mesmo tendo auxiliado de maneira clientelista seus parentes, isso não é um indicativo de que ele tenha tomado para si uma centralidade dentro de suas relações familiares. Explicamos, no texto corrente desse trabalho, nossa interpretação do termo “patriarca” usado por Sarmento. Assim, para maior compreensão dessas discussões indicamos a leitura de: (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

⁴⁴ A educação superior do período via um “predomínio absoluto dos cursos de direito” (CASTRO, 1995, p. 20). Conforme Needell, “filhos de fazendeiros em geral cursavam faculdades de direito, nas quais se preparavam para a política e a administração imperial, ou para a magistratura, de modo a vincular a influência familiar local ao poder provincial e imperial” (NEEDELL, 1993, p. 49). Sendo assim, o fato do parente de Rui estar vinculado ao Direito não é um ponto fora da curva, e sim parte de uma tradição de carreira adotada por muitos que pretendiam galgar posições sociais junto à máquina pública imperial.

Se olharmos a partir de nossa posição atual, já sabemos que Rui Barbosa se tornou um político com longa carreira. Antes de rumar para esse campo com mais afinco, no entanto, Rui ingressou na Faculdade de Direito em Recife, em 1866, então com cerca de 17 anos. Um ano mais tarde, sua mãe Maria Adélia veio a falecer. Se há alguma relação disso com o que veio a acontecer a seguir, não sabemos, mas em 1868 Rui Barbosa passou por problemas de saúde identificados à época como “congestão cerebral”, o que o levou a ter dificuldades em uma das disciplinas que cursava. Segundo Marcelo Henrique Santos, Rui “terminou recebendo, da parte do professor Drummond, uma nota ‘R’, ou seja, uma simples aprovação” (SANTOS, 2005, p. 16). Isso feriu não somente o orgulho de Rui Barbosa — ex-aluno de um ginásio do conceituado professor Abílio César Borges —, como também de seu pai, João José, que ao não ter conseguido estudar Direito e seguir na advocacia, teria projetado sobre o filho expectativas para a concretização desses mesmos elementos (SANTOS, 2005, p.15; SARMENTO, 2009, p.17). O impacto imediato dessa frustração deve ter contribuído para a transferência de Rui para São Paulo, onde terminou os estudos, agora sendo parte de uma turma notória: foram seus colegas Castro Alves, Bias Fortes, Joaquim Nabuco, José Maria da Silva Paranhos Júnior⁴⁵, Afonso Pena e Rodrigues Alves (SARMENTO, 2009, p.17; UEOCKA, 2004, p.99). Curiosamente, estes três últimos estiveram envolvidos em momentos decisivos para as eleições de 1909-1910, como veremos adiante.

Fora completar os estudos, foi em São Paulo que Rui Barbosa se deparou “com questões e atividades que o mesmo não teve oportunidade de ter tanto em Salvador quanto no Recife. Em São Paulo, por exemplo, Rui Barbosa participou das Campanhas Abolicionistas e começou a se dedicar ao jornalismo [...]” (SANTOS, 2005, p.16). Além disso, ainda durante sua formação Rui Barbosa entrou para a Maçonaria⁴⁶, onde atuou como orador da Loja Maçônica América por mais de um ano. Como membro desta associação, inclusive, “Rui Barbosa redigiu e apresentou,[...] um projeto de lei para ser enviado ao Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos em defesa da abolição da escravatura” (UEOCKA, 2004, p.100). O projeto “asseverava que toda a maçonaria deveria dedicar 1/5 de sua receita a fim de ser utilizada para o alforriamento dos escravos”. Sua publicação em 1870 (ano de

⁴⁵ Filho do Visconde de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, o Júnior ficaria mais conhecido tanto na historiografia, quanto em sua época, como Barão de Rio Branco. Assim como o pai, sua principal atuação pública se deu no âmbito diplomático: Barão do Rio Branco foi ministro das Relações Exteriores em diferentes governos republicanos, a partir da gestão Rodrigues Alves (1902-1905) (ALENCAR, 2016, p. 72; SANTOS, 2009, p. 222; DORATIOTO, 2014, p. 36-51).

⁴⁶ Rui Barbosa foi também membro da Loja Maçônica Grande Oriente do Brasil, do mesmo Vale dos Beneditinos, de onde detemos informações de participação por volta do ano de 1875 (UEOCKA, 2004, p. 100).

formatura de Rui na Faculdade de Direito de São Paulo) demonstra como Barbosa andava a par das discussões abolicionistas que culminariam na Lei de Ventre Livre, em 1871 (UEOCKA, 2004, p. 99-100). Como veremos adiante, sua participação no abolicionismo também se deu no exercício parlamentar.

Em outubro de 1870, Rui Barbosa “sofreu novo incômodo cerebral e retornou à Bahia para um período de repouso” (SANTOS, 2005, p. 17), dando início aos trabalhos como advogado somente no ano seguinte. Em sua companhia, estiveram o conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas⁴⁷ e Pedro Leão Veloso, que além de advogado, cumpriu importantes papéis políticos durante o Império⁴⁸. (NASCIMENTO; LOPES, s/d, p. 1) Dentre os dois, o conselheiro Dantas seria a mais destacada influência para Rui Barbosa, servindo como importante contato político — Dantas era liderança do Partido Liberal na Bahia —, e como amigo de longa data de João José Barbosa de Oliveira (SARMENTO, 2005, p. 19).

Graças ao contato com os Sousa Dantas Rui Barbosa ganhou espaço na imprensa e na política do Império. Sendo também amigo do filho do conselheiro, Rodolfo Dantas, Rui teve oportunidades tanto junto à banca de advocacia da família, quanto acesso ao periódico sustentado por eles, o jornal liberal *Diário da Bahia*, sediado na província de mesmo nome (SARMENTO, 2005, p. 19).

Em um primeiro momento, Rui atuou como um dos jornalistas da redação, mas sua ascensão dentro do periódico o levou para uma posição diretiva logo nos anos seguintes. Destacamos que existem divergências quanto ao papel específico de Rui dentro desse jornal: enquanto Marcelo Santos o coloca como “diretor” já a partir de 1872, Flávia Maria Ré o coloca como “redator-chefe” do *Diário da Bahia* somente depois de 1873. Seja como for, o denominador comum que podemos tirar deste cálculo mostra como Rui acabou por assumir o jornal entre 1872-1873, ganhando notoriedade em suas oposições aos conservadores, em suas defesas da liberdade de crença e do voto ⁴⁹ (SANTOS, 2005, p. 18; RÉ, 2016, p. 107;

⁴⁷ Segundo Flávia Maria Ré, “Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894) foi presidente das províncias de Alagoas e da Bahia, deputado geral de 1857 a 1868, senador em 1878, e conselheiro de Estado. Foi várias vezes ministro (Agricultura, Justiça, Fazenda e Negócios Estrangeiros), presidindo de 06/06/1884 a 04/05/1885 o conselho de ministros” (RÉ, 2016, p. 151). Foi pai de Rodolfo de Sousa Dantas, que além de amigo de longa data de Rui Barbosa, também foi fundador do periódico chamado *Jornal do Brasil*, de 1891. O jornal foi vendido posteriormente para Rui Barbosa (BORGES, 2011, p. 92)

⁴⁸ Pedro Leão Veloso foi “deputado provincial, conselheiro de estado, senador, ministro e presidente das províncias do Espírito Santo, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará e Ceará e ministro dos Negócios do Império no gabinete de 1882” (NASCIMENTO, LOPES, s/d, p.1). Além disso, foi pai de Pedro Leão Veloso Filho, que ficaria conhecido durante a República como Gil Vidal, um dos principais jornalistas do país e que teria, também, certo papel dentro das disputas eleitorais de 1909-1910 (BORGES, 2011, p.97).

⁴⁹ Válido ressaltar que essa não foi a primeira experiência na condução de um periódico, visto que ao cursar Direito em São Paulo, Rui Barbosa aliou-se a amigos e colegas para fundar o jornal *Radical Paulistano*. O

UEOCKA, 2005, p. 99). Manuel Pinto Dantas também foi de grande ajuda a Rui logo após a morte de seu pai, em 1874, pois João José havia deixado muitas dívidas para o filho pagar (MAGALHÃES, 1999, p. 7). O auxílio de Dantas veio através de cartas de apresentação voltadas a políticos da Corte, visto que Rui viajou ao Rio de Janeiro para angariar capital suficiente para sanar as referidas dívidas (SARMENTO, 2005, p. 19).

A fim de encerrarmos a narrativa sobre os aspectos prévios à carreira política de Rui Barbosa, destacamos seu casamento, em 1876, com Maria Augusta Viana Bandeira, que “vinha de família tradicional, com parentes bem colocados na sociedade, embora sua situação financeira fosse apenas remediada, como a do noivo” (SARMENTO, 2009, p. 18). Maria Augusta ficaria casada com Rui por toda a vida, sendo também mãe de todos seus cinco filhos. Alfredo Rui, único homem dentre sua descendência, acabou por se tornar político, como o pai, sendo conhecido nos meios políticos “como Alfredo Rui ou Ruizinho, e no ambiente familiar, como Rui Filho” (FREITAS, 2010, p.1). Sarmiento afirma que “com a ascensão social do marido, [Maria Augusta] tornou-se referência de elegância no Rio de Janeiro” (SARMENTO, 2009, p. 18). Como observado no capítulo anterior, mais do que um crescimento social devido a Rui, Maria Augusta teve importância na trajetória política do marido ao atuar de acordo com as prerrogativas sociais de seu tempo: ao aparecer publicamente como exemplo de elegância, Maria Augusta também demonstrou o quão adepta estava aos ritmos da modernidade europeia, servindo como símbolo distintivo para o status social de todos os Barbosa.

Voltemos ao início da carreira política de Rui. Além do apadrinhamento feito por Sousa Dantas, Rui também se destacou devido a seus posicionamentos contundentes via *Diário da Bahia* e a alguns discursos proferidos publicamente sobre debates voltados às disputas entre liberais e conservadores.⁵⁰ A participação pública de Rui, portanto, já se fazia sentir desde antes de sua primeira vitória eleitoral, seja devido a questões liberais, abolicionistas e maçônicas.

periódico foi organizado também por Luís Gama, Benedito Pamplona, Benedito Ottoni e Américo de Campos. (SANTOS, 2005, p. 16). Segundo Rejane Magalhães, o *Radical Paulistano* “professava a doutrina liberal em sua plenitude e pregava amplas reformas – como descentralização, ensino livre, senado temporário e eletivo, extinção do poder moderador, substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, eleição dos presidentes de província, magistratura independente, etc.” (MAGALHÃES, 1997, p.2)

⁵⁰ O exemplo mais notório é o discurso de 1868, feito em saudação a José Bonifácio, o Moço, “deputado liberal, antigo professor da Faculdade de Direito do Recife que se transferira para a do Largo de São Francisco”, por ocasião da “atitude de José Bonifácio que, na sessão parlamentar de 17 de julho de 1868, apresentou moção contrária às arbitrariedades do Imperador que destituiu o gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos [...]” (RÉ, 2016, p. 57) Segundo Flávia Maria Ré, tal destituição “teve enorme repercussão no ambiente político do Império, dando início a sucessivos governos conservadores por dez anos”, servindo como uma espécie de marco para as relações entre liberais, conservadores e o Imperador (RÉ, 2016, p. 58).

Sobre sua atuação parlamentar, a historiografia também apresenta pequenas divergências de ordem factual. Marcelo Santos aponta a primeira eleição de Rui para a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia como sendo em 1877, fato imediatamente anterior à sua eleição para deputado da Assembleia Geral da Corte, em 1878 (SANTOS, 2005, p. 18). Lorayne Ueocka, por sua vez, aponta que Rui foi “eleito para seu primeiro mandato de Deputado na Assembléia Legislativa Provincial da Bahia em 1878 e reeleito em 1881” (UEOCKA, 2004, p.99), à medida que para Flávia Maria Ré, “em 1878, ele assumiu o posto de deputado provincial e, um ano depois, tomou assento na Assembleia Legislativa do Império” (RÉ, 2016, p.107). Tendemos a concordar com o desenvolvimento trazido por esta última autora, em vista de seu detalhamento sobre os processos eletivos de Rui: “com o apoio de Souza Dantas, Rui conseguiu eleger-se deputado provincial, em janeiro de 1878, mas ficou pouco tempo na Assembleia Legislativa da Bahia, pois em setembro foi eleito deputado-geral” (RÉ, 2016, p.172). Entendemos que Santos e Ueocka aparentam divergir sobre os elementos factuais trazidos por Ré devido à escrita ambígua de seus trabalhos, que omitem informações mais detalhadas sobre o processo eleitoral do qual Rui fez parte.

Como deputado-geral, “Rui parece ter visto, em cada ocasião oferecida pelos chefes do seu partido, uma chave de oportunidade para se lançar como nome de projeção do partido e se destacar no Parlamento como um *leader*” (RÉ, 2016, p. 213). Sua atuação mais expressiva se deu após 1879, em meio a um retorno dos liberais ao poder⁵¹, quando “os chefes do Partido Liberal não tardaram a perceber que o jovem deputado baiano era um membro que deveria ser utilizado como ponta de lança do partido”(RÉ, 2016, p. 212). Desta forma, através de amplo repertório bibliográfico e de uma oratória erudita, Rui Barbosa participou de maneira destacada em diversos debates da casa legislativa imperial. Sem deixar jamais de se enquadrar como liberal, Rui teve tato político ao adaptar-se às circunstâncias da política parlamentar e atuar em prol dos interesses não só de seu partido, como também das bandeiras que ele próprio defendia. Suas sedições e investidas demonstraram essa capacidade de articulação, elemento que entraria na lista de características favoráveis à imagem de Rui Barbosa como vulto político do país (RÉ, 2016, p. 213).

Uma dessas adaptações se fez presente durante as discussões de reforma eleitoral. De acordo com Flávia Maria Ré, Rui Barbosa foi selecionado como interlocutor dos debates

⁵¹ Segundo Silvia Noronha Sarmento, “Rui era um dos membros mais destacados de uma dissidência do Partido Liberal conhecida como os ‘novos liberais’. Esse grupo era formado majoritariamente por descendentes e apadrinhados de chefes estabelecidos do Partido Liberal, que amargavam as dificuldades de entrar na política em uma quadra de domínio do Partido Conservador [...]” (SARMENTO, 2009, p. 23).

entre o Governo Imperial, o Gabinete Ministerial Liberal e seus próprios colegas de Parlamento. As divergências internas entre os liberais provocaram debates profícuos na Assembleia, colocando Rui no centro de uma pauta polêmica e que envolvia os interesses de diferentes agentes políticos, incluindo ele próprio (RÉ, 2016, p. 215-226).

Ao mesmo tempo em que advogou por uma diminuição de relevância do Poder Moderador e pelo estabelecimento do sufrágio direto⁵² — o pensamento reformista de Rui Barbosa não preconizava o fim da monarquia, e sim uma adequação sua a princípios de uma democracia liberal aos moldes ingleses (RÉ, 2016, p. 220) —, o político baiano foi um dos principais nomes a trabalhar por uma reforma eleitoral que excluía do quadro de eleitores os indivíduos analfabetos (RÉ, 2016, p. 229-231). Para Marcelo Santos,

[...] não é difícil verificar que Rui Barbosa esteve por trás da proibição ao voto do analfabeto, proibição esta que foi instituída no Brasil a partir da Lei Saraiva (1881). Contudo, é preciso ter claro que o político baiano, ao defender a incapacidade de votar dos analfabetos, pretendia formar um eleitorado mais qualificado que sustentasse as instituições e o desenvolvimento político do país e não simplesmente a consolidação do poder das elites (SANTOS, 2005, p. 106).⁵³

Isto porque alguns dos principais problemas sobre esse assunto, na visão ruiana, seriam as fraudes eleitorais e a falta de instrução das classes subalternizadas (RÉ, 2016, p.232). Tanto é que ainda em 1881, “Rui aproveitou o momento político para encaminhar seu projeto de reformas liberais ao propor a realização de uma ampla reforma do ensino público no Império” (RÉ, 2016, p. 237). Observamos que esse tipo de pauta sempre foi central dentro da carreira política de Rui Barbosa, apesar de todas suas contradições. (UEOCKA, 2004, p.220). Rui foi reeleito para mais um mandato (1881-1884), dentro do qual se destacou pela redação, revisão e defesa do Projeto Dantas (1884), nome dado por se referir ao gabinete de seu padrinho político. O projeto “previa a emancipação dos escravos maiores de 60 anos e obrigava os senhores a declarar a procedência dos cativos” (SARMENTO, 2009, p. 19), sem nenhum tipo de indenização aos senhores, o que foi considerado muito extremo por seus

⁵² Conforme Marcelo Santos, “para entender esta discussão, é necessário lembrar que antes da Lei Saraiva as eleições para o Senado, a Câmara dos Deputados e as Assembleias Provinciais eram realizadas em dois graus, pois os votantes escolhiam os eleitores (primeiro grau) e estes elegiam os ocupantes dos cargos públicos (segundo grau)” (SANTOS, 2005, p. 113). Em outras palavras, eram eleições indiretas, e não diretas. Para Rui Barbosa, esse modelo indireto é que seria a causa da restrição de sufrágio. (SANTOS, 2005, p. 113).

⁵³ Independente das intenções por detrás do projeto, sua efetivação como política resultou em uma queda drástica no número de eleitores: “As conseqüências logo se refletiram nas estatísticas eleitorais. Em 1872, havia mais de 1 milhão de votantes, correspondentes a 13% da população livre. Em 1886, votaram nas eleições parlamentares pouco mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população total. Houve um corte de quase 90% do eleitorado” (CARVALHO, 2002, p. 39).

pares (RÉ, 2016, p. 310). Rui criticou, durante sua defesa do projeto, o fato de seus colegas parlamentares sempre adiarem questões abolicionistas, como se não fosse a “hora certa” para sua execução (RÉ, 2016, p. 306). Sua estratégia foi a de desmentir argumentos usados pelos opositores ao abolicionismo, visando trazer à tona o saldo positivo que essa política trazia ao país (RÉ, 2016, p. 305-310).

Mesmo recebendo o título de conselheiro da parte do imperador Dom Pedro II — algo que retomaremos no capítulo seguinte, dados os usos feitos pelas charges do termo “conselheiro” — o segundo mandato foi o último de Rui devido à repercussão negativa do projeto Dantas, que não vingou, e a desgastes internos do Partido Liberal baiano, dentro dos quais seu próprio tio Luis Antônio esteve envolvido. Longe do Parlamento, “as dificuldades se intensificaram nos anos seguintes, e Rui não conseguiu mais se eleger até o fim do Império” (SARMENTO, 2009, p. 19). Uma possível indicação de Rui Barbosa para uma pasta ministerial ainda em 1884 teria movimentado suas expectativas, devido a ascensão de seu aliado Sousa Dantas ao posto de chefe do novo Gabinete de Ministros. A nomeação, no entanto, não veio (SANTOS, 2005, p. 18).

É válido ressaltar que sua atuação jornalística permaneceu destacada apesar de suas derrotas políticas voltadas aos cargos eletivos. Através do periódico *Diário de Notícias*, do qual era proprietário, Rui Barbosa utilizou de sua verbosidade cada vez mais notória para fazer críticas à situação política do Império (SARMENTO, 2009, p. 12; 20). Segundo Silvia Noronha Sarmento, com sua retórica agressiva “Rui atuava através de ‘campanhas’, ou seja, dedicava toda sua atenção a um determinado tema por um período, assumia uma posição e colocava seu talento a serviço da polêmica” (SARMENTO, 2009, p. 20). Fora o abolicionismo, a questão eleitoral e a reforma do ensino, a principal pauta de Rui foi a do federalismo. A importância de sua implementação era vista por ele como crucial para o desenvolvimento da liberdade dentro do regime, “como proposta de descentralizar a organização administrativa do centralismo imperial” (RÉ, 2016, p. 369)

Tamanho foi o engajamento de Rui Barbosa com a bandeira do federalismo, que ao ser convidado por Visconde de Ouro Preto a compor o ministério imperial de 1889, Rui se viu obrigado a declinar, já que o referido Chefe de Gabinete não colocaria como programa de governo a implantação do federalismo⁵⁴ (SANTOS, 2005, p. 19; SARMENTO, 2009, p. 20).

⁵⁴ Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto, assumiu como Chefe de Gabinete em 7 de junho de 1889, tornando-se o último a ocupar o cargo no Império. Segundo Celso Castro, as medidas tomadas pelo novo Chefe de Gabinete indicavam como sua atenção estava voltada para o acirramento dos conflitos entre Monarquia e Exército. A preocupação também recaía sobre o republicanismo crescente, visível por gritos

Precisamos destacar que a visão de Rui sobre a utilidade do federalismo para a manutenção monárquica foi justamente um dos fatores que o levou a atuar em prol da continuação do regime. Segundo Flávia Maria Ré, “o federalismo parecia ser possível, para ele, sem acarretar necessariamente o fim da Monarquia” (RÉ, 2016, p. 360). Contudo, Rui viu limitações tanto na gestão monárquica, sustentada pelo Poder Moderador e adepta de interferências nas províncias, quanto dentro do próprio Partido Liberal, que, rachado por opiniões diversas, não demonstrava inclinações a promover as reformas defendidas por ele.⁵⁵ Assim, a partir do momento em que o baiano percebeu que suas políticas de cunho federalista, abolicionista⁵⁶ e liberal não teriam espaço dentro do modelo imperial, sua transição política se deu em direção ao modelo republicano, tido como um meio para promover a liberdade (RÉ, 2016, p. 358-371).

Demonstrando oposição aos desígnios do governo em uma publicação do *Diário de Notícias* de 9 de novembro de 1889, Rui Barbosa foi convidado por Benjamin Constant a participar da conspiração republicana. Exatos dois dias mais tarde, Rui e outros políticos civis se viram na residência do marechal Deodoro da Fonseca, planejando os próximos passos que seriam dados para a instauração de um novo regime (CASTRO, 1995, p. 185; RÉ, 2016, p. 371). Segundo entrevista dada anos mais tarde por Rui, a própria data da insurreição era incerta. Com sua adesão ao movimento, já no dia 12 de novembro Rui foi informado por Quintino Bocaiúva do interesse de Deodoro em tê-lo, Rui, como ministro da Fazenda (RÉ, 2016, p. 373).

de “Viva a República!” no ato de apresentação do Gabinete à Câmara dos Deputados, poucos dias depois da posse. Ouro Preto teria afirmado que suas propostas visavam justamente neutralizar a tal República. (CASTRO, 1995, p. 152-153; COSTA, 1999, p. 487) Para compreender melhor quais eram as propostas do Gabinete, recomendamos a leitura de: (COSTA, 1999).

⁵⁵ É importante ressaltar que estamos nos referindo, de fato, ao que levou Rui Barbosa a encarar o regime de outra maneira. Os elementos sociais de nível “macro” que convergiram na derrocada do regime monárquico foram vários, e não necessariamente corroboraram as visões de Rui. Sobre o Poder Moderador, por exemplo, Emilia Viotti da Costa diz que sua eficácia política, em termos “autoritários”, não foi tamanha: “a verdade é que o mecanismo do Poder Moderador, tal como foi aplicado no Brasil, em vez de resguardar a Coroa e lhe dar mais força, colocou-a diretamente no centro da luta política” (COSTA, 1999, p. 462).

⁵⁶ O abolicionismo foi uma das questões centrais que fizeram Rui Barbosa desacreditar do sistema monárquico vigente. Após estudar o sistema escravista para a defesa de projetos abolicionistas, ele chegou à conclusão de que a legislação em si não daria espaço para a emancipação completa dos escravizados. A quantidade de escravizados ilegais que circulava no país demonstrou, a seu ver, as dificuldades de estabelecer a liberdade civil dentro do sistema adotado (RÉ, 2016, p. 334). Ressaltamos que Rui jamais deixou de observar a escravidão a partir de seu lugar privilegiado, o que resultou também em posicionamentos contraditórios a respeito das populações cativas e negras (SARMENTO, 2009, p.24). Por exemplo, “na lógica ruiana, a abolição podia em parte ser creditada à mobilização política e consciente dos cativos; já a adesão ao monarquismo se explicava” com base no primitivismo do pensamento das pessoas oriundas da África (ALBUQUERQUE, 2010, p.102-103). Esse tipo de posição não foi exclusividade sua, mas é digna de nota.

Após a Proclamação da República, a heterogeneidade do grupo⁵⁷ que a conquistou passou a ficar cada vez mais visível. Segundo Renato Lessa, mesmo dentro do fragmentado movimento que compunha o Governo Provisório, Rui conseguiu se manter atuante devido aos seus conhecimentos administrativos — vistos com bons olhos por Deodoro da Fonseca — e por causa das constantes pressões feitas pelo próprio Rui, que ameaçou inúmeras vezes deixar o cargo de ministro (LESSA apud RÉ, 2016, p. 374). Primeiro como Ministro Interino da Justiça, e depois como Ministro da Fazenda e Vice-chefe do Governo, Rui “precisou encampar e encabeçar a luta contra a influência não negligenciável dos militares e positivistas, que desejavam uma república de cunho autoritário”⁵⁸ (RÉ, 2016, p. 375-376). A maneira encontrada para a concretização de suas aspirações se estabeleceu pela redação da Constituição de 1891, pela qual foi um dos principais responsáveis (RÉ, 2016, p. 389).

Em paralelo às funções de Ministro da Fazenda, Rui revisou o projeto constitucional que seria colocado como Constituição Provisória, e que em 1891 seria avalizada por uma Assembléia Constituinte. Para Flávia Maria Ré, existiram três contribuições de Rui que exemplificam sua centralidade na redação do texto constituinte. A primeira questão é que a escrita do “primeiro artigo da Constituição de 1891 [...] foi de sua autoria e moldou toda a organização constitucional da nova Carta”, estipulando o caráter federativo ao regime e sua formação como Estados Unidos do Brasil (RÉ, 2016, p. 389-390). Sua segunda contribuição principal foi a implementação de 74 emendas ao projeto inicial, que detinha 90 artigos. Em outras palavras, apenas 16 artigos ficaram sem emendas de Rui, que escreveu a Carta Magna quase por completo (RÉ, 2016, p. 389-391). Nesse sentido, Rui trabalhou sobre vários tipos

⁵⁷ Conforme José Miguel Arias Neto, “Para a realização do golpe de 15 de novembro de 1889 conspiraram diversas forças sociais: militares do Exército e da Armada, representantes da cafeicultura paulista, das elites gaúchas e positivistas. Essas formaram o ministério do governo provisório: Campos Sales (Justiça), Demétrio Ribeiro (Agricultura, Comércio e Obras Públicas), Rui Barbosa (Fazenda), Aristides Lobo (Interior), Quintino Bocaiuva (Relações Exteriores), Benjamin Constant (Guerra) e Eduardo Wandenkolk (Marinha)” (ARIAS NETO, 2008, p. 210). Contestamos, no entanto, a informação de que a Armada tenha tido grandes participações no processo da Proclamação da República. Segundo Celso Castro, desde a Questão Militar a Marinha não apresentou grande engajamento junto ao Exército e suas disputas (CASTRO, 1995, p. 92-97) Fora isso, José Murilo de Carvalho atesta que a Marinha “estava em constante atrito com o Exército por rivalidades profissionais e competição por maior participação nos benefícios do poder”, contando até mesmo com menor influência positivista ou ranço em relação à situação política imperial (CARVALHO, 2006, p. 52).

⁵⁸ Não podemos deixar de observar que o termo ‘autoritário’ utilizado neste parágrafo se refere à sua visão contemporânea aos fatos de 1889. Para Rui Barbosa e vários outros liberais da Primeira República o conceito de autoritarismo apresentava outros contornos, que não os atuais. É importante abordarmos isso, visto que é comum a historiografia atribuir ao período a ideia de “liberalismo excludente” ou “liberalismo oligárquico” dadas as práticas autoritárias rotineiramente tomadas na época sob prerrogativas liberais. Houve uma concessão de direitos civis, porém não de direitos políticos ou sociais para o cidadão brasileiro. A noção de autoritarismo ruiana será desmembrada com o passar da dissertação, já que estará diretamente conectada também à noção de militarismo que fez parte do processo eleitoral de 1909-1910 (RESENDE, 2003, p.99-102; RÉ, 2016, p.436; CASTRO, 1995, p.63-64; CARVALHO, 2002, p.10).

de leis e situações: versou sobre a definição da Capital, os termos de imunidades parlamentares, definição de *impeachment*, atribuições do Congresso e o sistema de vigilância entre os Três Poderes, *habeas corpus*, situação constitucional do Supremo Tribunal Federal, proibição de irreversibilidade da República para Monarquia, dentre outros tópicos (RÉ, 2016, p.390-391).

Trazemos essas informações a fim de evidenciar o papel de Rui Barbosa para a efetivação do governo republicano, mesmo que sua adesão ao movimento tenha se estabelecido de forma relativamente tardia. Além disso, sua participação como redator dos principais aspectos da Constituição — Rui ainda foi senador Constituinte pela Bahia, em paralelo a suas demais posições dentro do Governo Provisório — faz parte de uma trajetória intelectual que o alçaria, anos mais tarde, como um dos homens mais eruditos do país (BORGES, 2011, p. 133)⁵⁹.

Como Ministro da Fazenda, seu foco foi o de promover a modernização e a industrialização do país. Através de uma vasta reforma financeira e bancária, “o governo republicano criou três bancos regionais autorizados a emitir três vezes mais papel e dinheiro em relação ao existente na época. Determinava, também, que a moeda seria garantida por Obrigações do Tesouro [títulos da dívida pública], e não em ouro” (ARIAS NETO, 2008, p.210; RÉ, 2016, p.382). Importante ressaltar que essa política de emissão não se deu isoladamente, servindo como uma continuidade de práticas similares. De acordo com John Schultz, o fenômeno do Encilhamento⁶⁰ foi o conjunto de três fases de políticas econômicas pautadas pela emissão de moeda e pautas afins: a primeira ocorreu ainda durante a gestão de Visconde do Ouro Preto, no início de 1889, quando este tentou comprar o apoio dos fazendeiros descontentes com a monarquia através de novas linhas de crédito. A segunda fase foi lançada por Rui Barbosa, e a terceira, após ele, sob a gestão do Barão de Lucena, que assumiu o cargo da Fazenda após o rompimento de Rui com Deodoro (SCHULTZ, 1996, p. 97-99). Os principais motivos para a escolha dessas políticas financeiras não foram tão diferentes daqueles de Visconde de Ouro Preto, isto é, conquistar apoio do setor agrário, ao

⁵⁹ Toda essa atuação de Rui junto à elaboração da Carta Magna também influenciou sua campanha de 1909-1910, visto que uma das discussões trazidas por seu programa seria o da reforma constitucional. Sendo assim, mesmo tendo protagonizado processo de criação da Constituição, alguns anos mais tarde Rui viu nela problemas a serem explorados e reformados (SANTOS, 2005, p. 20).

⁶⁰ Segundo J. Needell, “o termo ‘encilhamento’ revela bem de que maneira o período foi percebido por seus contemporâneos. A palavra [...] foi tomada do jargão dos hipódromos e significava a colocação da sela antes do tiro de largada” (NEEDELL, 1993, p. 31). É uma referência ao movimento especulativo que tomou conta da economia nos primeiros momentos de República.

mesmo tempo em que se pensava em ordenar o mercado interno, agora com mais mão-de-obra assalariada após a Abolição (SCHULTZ, 1996, p. 99).

Outras partes importantes de tal reforma financeira foram as políticas de proteção cambial, estipuladas com a intenção de fomentar a indústria nacional e evitar a circulação predatória de produtos manufaturados oriundos do exterior no mercado interno. Além disso, a ideia foi contrabalançar o crescimento da inflação e desprestígio da economia nacional (RÉ, 2016, p. 385; SCHULZ, 1996, p. 96). Os resultados econômicos parecem contraditórios, mas o que aconteceu foi que, ao final do processo, a indústria apresentou certo crescimento; em contrapartida, o país foi inundado por fraudes fiscais, como a criação de empresas para fins especulativos e de desvio de dinheiro. O custo de vida subiu, os produtos importados que chegavam ao país custavam o dobro do que antes da crise monetária. Não é por acaso que o nome de Rui se viu em apuros, afinal de contas, a República estava sendo inaugurada através da continuidade de práticas econômicas extremamente controversas para o período (SCHULZ, 1996, p. 94-99).

Mesmo após 1892 — quando os impactos já davam certo sinal de recuperação — a inflação causada pelas emissões seguiu forte. Elencamos aqui estes elementos não com a intenção de discuti-los de maneira pormenorizada; tampouco pretendemos debater sua eficácia, sucesso, ou eventual ruína para a economia da Primeira República. Trazer o fenômeno do Encilhamento é essencial, porém, devido às marcas políticas que foram deixadas por ele na trajetória de Rui Barbosa, justamente por afetarem indefinidamente a vida pública e política do baiano. Um exemplo marcante disso aconteceu durante o processo sucessório do presidente Rodrigues Alves, em meados de 1905, e que resultou na eleição do mineiro Afonso Pena. À época, vários Estados uniram-se em uma Coligação a fim de evitar a monopolização do poder nas mãos do Estado de São Paulo⁶¹. Assim, em um discurso proferido no ato de lançamento da candidatura Pena, representante dessa união conjuntural de Estados, “as críticas de [Joaquim] Murinho à política econômica do Encilhamento levaram Rui Barbosa a ameaçar desligar-se da Coligação”, o que não aconteceu devido à intervenção de Pinheiro Machado (VISCARDI, 2019, p.107-108). Um ponto importantíssimo desse fato é

⁶¹ Segundo Cláudia Viscardi, uma das regras fundamentais da Primeira República seria a não monopolização do poder nas mãos de um só estado. Segundo a tradição política do período, o “Catete” (como instituição) deveria se manter à parte das sucessões, afastando-se de “lobbies” favoráveis a este ou aquele candidato. Durante os processos sucessórios de Rodrigues Alves e Afonso Pena, que tentaram escolher seus sucessores, essa regra teria sido quebrada, e por isso reações diversas se originaram a partir de diferentes estados e atores políticos (VISCARDI, 2019, p. 110; 160).

que o próprio Rui Barbosa havia sido cotado para a presidência em 1905, como representante da Bahia.

O Governo Provisório durou 15 meses, terminando com a aprovação da Constituição de 1891 e a eleição indireta dos dois maiores cargos do modelo republicano presidencialista: Deodoro da Fonseca foi escolhido para ocupar a presidência, à medida que Floriano Peixoto acabou eleito como seu vice, eleito por uma chapa diferente. Rui tornou-se oposição a ambos os eleitos, cada um ao seu momento.

Deodoro apresentou pouca ou nenhuma governabilidade, estando ao longo de seu único ano de mandato em disputa política aberta contra o Congresso. Segundo Elio Flores, “apenas alguns grupos isolados, entre civis e militares, ainda davam sustentação ao governo quando, no início de novembro, ocorreu a dissolução do Congresso e a decretação do estado de sítio” (FLORES, 2008, p. 56). Ainda como senador pela Bahia, Rui Barbosa foi um dos tantos parlamentares que se voltou contra Deodoro, apoiando Floriano Peixoto a desferir um contra-golpe. Após a crise política pender para o lado dessa oposição, Deodoro acabou por renunciar em novembro de 1891 (RÉ, 2016, p. 404).

O governo de Floriano Peixoto não seria menos belicoso, sendo “uma das primeiras medidas foi nomear novos presidentes dos estados, diminuindo a influência deodorista nos meios políticos e nas máquinas estaduais” (FLORES, 2008, p. 60). Essa investida serviu como motivo de rompimento entre Rui Barbosa e o novo governo, visto que o senador baiano havia solicitado uma não intervenção sobre o Estado da Bahia, governado por seu aliado José Gonçalves, o que não foi atendido (RÉ, 2016, p. 404; SARMENTO, 2009, p. 31).

No início de 1892, após o desmonte de uma rebelião de militares, políticos e jornalistas opositores ao florianismo, o Congresso autorizou a concessão de plenos poderes ao então presidente para manter a ordem e o sistema republicano, alegadamente em perigo⁶² (FLORES, 2008, p.60-61). Ao mesmo tempo, surgiram contestações acerca da legitimidade de Floriano Peixoto continuar no poder com base na legalidade constitucional: Rui “proclamou a necessidade de ser eleito novo presidente, nos termos da Constituição, que previa novas eleições em caso de vacância da presidência da República antes da metade do mandato” (RÉ, 2016, p. 404). Em abril, “13 generais, nove oficiais superiores do Exército e quatro da Armada, enviam carta, datada de 31 de março, na qual pediam eleições presidenciais” (FLORES, 2008, p.61). A resposta do governo foi dura, reformando os

⁶² É válido ressaltar, também, que logo no início de seu mandato Floriano decretou estado de sítio de 72 horas no Distrito Federal, uma manobra política para controlar manifestações deodoristas (FLORES, 2008, p.61)

membros da carta — isto é, aposentando-os à força e tirando sua autoridade sobre tropas — e até mesmo decretando o “desterro” de parte dos generais envolvidos (SARMENTO, 2009, p. 31). Parlamentares e outros civis opositores⁶³ ao governo de Floriano também foram forçados a sair do país, sem data definida para retorno. Rui Barbosa atuou na defesa dos deportados, impetrando *habeas corpus* junto ao STF (SARMENTO, 2009, p. 31; RÉ, 2016, p. 404). Para Angela Alonso, “quem carregava na carga ao governo tinha dois destinos, a prisão, onde foram parar Patrocínio e sua trupe, ou o exílio[...]” (ALONSO, 2016, p. 44).

Para Rui, as consequências desse tipo viriam somente em 1893, devido a suas ações jurídicas e a seus posicionamentos na imprensa. Rui defendeu a constitucionalidade e atacou as atitudes do governo por meio do *Jornal do Brasil*⁶⁴, periódico do qual se tornou sócio e dirigiu desde o ano anterior (BORGES, 2011, p. 93; RÉ, 2016, p. 405). Em 21 de maio de 1893, foi publicada como editorial do *Jornal do Brasil* a seguinte mensagem: “Agora só a República é praticável e não há escolha, senão entre a República degenerada pela ditadura ou a República regenerada pela Constituição.” (FLORES, 2008, p.67) Ao mesmo tempo em que as ações oposicionistas de Rui se faziam valer nas tribunas e jornais, outros agentes se movimentavam à própria maneira.

Uma crise institucional intestina do governo acirrava rivalidades⁶⁵ entre o Exército e a Armada, havendo a demissão do Almirante Custódio José de Melo do cargo de Ministro da Marinha por supostos “custos excessivos da guerra no sul” (FLORES, 2008, p. 66). A resposta do almirante veio a público condenando o apoio do governo ao grupo de Júlio de Castilhos na guerra civil⁶⁶ que acontecia no sul do país, o que intensificou as disputas entre as

⁶³ É válido lembrar que justamente durante esse período de revoltas contra Floriano é que Luiz Bartolomeu de Souza e Silva, fundador d’*O Malho*, acabou preso por oposição ao governo.

⁶⁴ Segundo Vera Lúcia Bogéa Borges, “o *Jornal do Brasil* foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em abril de 1891 pelo conselheiro Rodolfo de Sousa Dantas e por Joaquim Nabuco” (BORGES, 2011, p.92), passaria pelas mãos de Rui e outros associados (Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo, Tobias do Rego Monteiro, dentre outros), e, após o exílio de Rui Barbosa, seria adquirido pela firma Mendes e Cia. Pouco a pouco, Rui perderia sua influência sobre este veículo, a ponto de, em 1909, o *Jornal do Brasil* ter apoiado a candidatura Hermes da Fonseca à presidência (BORGES, 2011, p. 92-94).

⁶⁵ Conforme José Murilo de Carvalho, “Não tendo participado da conspiração nem recebido bem a proclamação da República, a Marinha foi menos aquinhoadada que o Exército após a vitória, razão de descontentamento entre seus chefes” (CARVALHO, 2006, p. 52).

⁶⁶ A Revolta Federalista, também conhecida pelo nome “Revolta da Degola”, foi uma guerra civil que começou em 1893 e se encerrou oficialmente em 1895, apesar de haver reminiscências de suas práticas até pelo menos o ano de 1899. O conflito dividiu o estado do Rio Grande do Sul, opondo o grupo que seguia Júlio de Castilhos (republicanos) ao grupo comandado por Gaspar Silveira Martins (federalistas). Uma característica marcante desta guerra foi a prática da degola, que vitimou centenas de pessoas (combatentes ou não). Em dado momento, a guerra seria levada também aos demais estados da atual Região Sul do país, Santa Catarina e Paraná, onde receberam reforços dos revoltosos da Revolta da Armada (WEIMER, 2008, p. 183-189). Antes mesmo destes territórios serem incorporados ao conflito, a Revolta Federalista já era vista como um dos principais problemas a serem resolvidos pelo governo Floriano Peixoto, que apresentou posição favorável ao

corporações. Em 4 de junho de 1893, Eduardo Wandenkolk, ex-Ministro da Marinha do Governo Provisório e opositor declarado de Floriano Peixoto — ele fez parte dos oficiais perseguidos pelo governo, fato que citamos acima — assumiu a presidência do Clube Naval e, retornando ao Brasil, rumou em direção a cidade de Rio Grande com a intenção de tomar o porto gaúcho das mãos de governistas (FLORES, 2008, p. 66-67). Sua tentativa falhou, e Eduardo acabou preso junto de seus comandados em Santa Catarina (BORGES, 2011, p. 123). Com a escalada de tensões, a Marinha do Rio de Janeiro deu início à Revolta da Armada sob o comando do supracitado almirante Custódio de Melo. Em agosto, Rui Barbosa impetrou novo *habeas corpus*, agora em defesa somente de Eduardo Wandenkolk, que jazia preso desde junho. Juntamente aos discursos de oposição publicados no *Jornal do Brasil*, a petição “apresentada por Rui Barbosa ao Supremo Tribunal Federal provocou a ira do presidente da República que intimou o senador a deixar o país” (BORGES, 2011, p.93; RÉ, 2016, p. 405). Desta forma, “acusado de ser o mentor civil da sedição e de pactuar com os revoltosos, Rui Barbosa entra na lista dos inimigos da República” (FLORES, 2008, p. 68). Em setembro, cerca de quinze dias após o pedido de *habeas corpus*, Rui embarcou para a Argentina e foi morar em Buenos Aires, primeiro destino de seu exílio que acabaria somente em 1895, depois de ter vivido também em Lisboa e Londres (RÉ, 2016, p. 405).

O retorno de Rui foi marcado, já em 1896, por sua reeleição ao cargo de senador, agora sob o governo civil de Prudente de Moraes. Segundo Silvia Noronha Sarmento, “os aliados do presidente desejavam eliminar Rui do Senado, para evitar que ele se tornasse, mais uma vez, um opositor incômodo”, porém o “medo de desagradar Rui foi mais forte do que a vontade de agradar ao presidente” (SARMENTO, 2009, p.32-33). As expectativas gerais foram cumpridas, e Rui Barbosa voltou a se tornar oposição “não somente no Senado, mas também na imprensa e nos tribunais, advogando em causas contra os interesses do governo” (SARMENTO, 2009, p. 33).

O governo de Campos Salles também foi alvo de constantes críticas de Rui Barbosa. Segundo Silvia Sarmento, nesse período Rui “fundou um jornal, *A Imprensa*, que se tornou

grupo castilhistas. A Revolta da Armada em si eclodiu durante a prisão de Eduardo Wandenkolk. Sob o comando de Custódio de Melo, os marinheiros travaram combate contra as forças florianistas até meados de 1894, em visível oposição aos posicionamentos do presidente. O Rio de Janeiro e a cidade de Niterói foram os principais alvos dos bombardeios do conflito, que aconteceu a bordo de embarcações tomadas pelos revoltosos e em fortes costeiros das tropas florianistas. Em determinado momento, no entanto, declarações monarquistas vindas do oficialato revoltoso minaram a já frágil imagem da rebelião. Através de estratégias políticas e diplomáticas, Floriano Peixoto solicitou apoio a embarcações estrangeiras para dar cabo dos “monarquistas restauradores” presentes nos navios da frota inimiga. Com o fim do conflito, muitos participantes da Revolta da Armada ingressaram nas forças federalistas (FLORES, 2008, p. 66-71).

sua tribuna preferencial para atacar o governo, mas o veículo teve dificuldades financeiras e fechou” (SARMENTO, 2009, p. 34). A partir do sucessor deste presidente, no entanto, a trajetória de Rui mudou. O seu próprio nome “já estava simbolicamente vinculado à idéia de oposição, de crítica, [...] Porém, a continuação dessa atitude vinha colocando em risco sua sobrevivência política” (SARMENTO, 2009, p. 35). Assim, Rui, que já pensava em competir pelo cargo de presidente no futuro, aderiu ao governo de Rodrigues Alves, iniciado em 1902. Durante o processo sucessório de Alves, em 1905, Rui experimentou a primeira possibilidade de ascensão à presidência. Isso porque antes do consenso ao redor do nome de Afonso Pena, Rui foi um dos cotados para o cargo, apesar das ameaças de rompimento que citamos anteriormente. Segundo Cláudia Viscardi, o lançamento do nome de “Rui Barbosa foi estratégico, pois era a expressão do descontentamento dos baianos em relação aos critérios de divisão de poder em curso” (VISCARDI, 2019, p. 85). A Bahia deixava de ter relevância dentro do cenário político nacional, portanto a candidatura Rui viria para retomar um espaço que se acreditava estar sendo perdido. A principal estratégia para alavancar Rui Barbosa foi justamente investir em sua imagem legalista, liberal e erudita: dizia-se que, caso ele fosse eleito, anistiaría os presos políticos envolvidos em revoltas durante o governo de Rodrigues Alves. Apesar de não ter sido uma escolha unânime em nenhum momento, Rui acabou desistindo do pleito em função da adesão baiana à Coligação que garantiría a vitória de Afonso Pena. (VISCARDI, 2019, p.93-94) Os argumentos utilizados para justificar sua escolha, no entanto, não retrocederam: durante a Campanha Civilista, a propaganda sobre seu grande intelecto deu embasamento para colocá-lo como um “salvador da pátria” legalista. Analisaremos esses e outros aspectos em breve.

A imagem pública de Rui Barbosa, entretanto, não foi construída somente por seus feitos nacionais. Como uma retroalimentação de sua figura dentro das fronteiras, suas atitudes fora do país coroaram sua ascensão política nas primeiras décadas republicanas. A primeira delas ocorreu durante o exílio na Inglaterra, quando Rui Barbosa opinou a respeito do Caso Dreyfus, evento marcante da política francesa.⁶⁷ Rui Barbosa enviava suas análises ao *Jornal do Comércio* e a periódicos de Buenos Aires. Pensando o caso “baseado em matérias

⁶⁷ Alfred Dreyfus era um militar francês originário da região da Alsácia-Lorena, área de disputa constante entre franceses e alemães. A Guerra Franco-Prussiana marcou a vitória alemã sobre o território e o Caso Dreyfus expôs as consequências internas disso promovidas na França. Dreyfus, sendo judeu, foi injustamente acusado de traição em prol dos rivais alemães, o que instaurou um debate balizado por antissemitismo, forte participação da imprensa e disputas discursivas entre militares e civis franceses (BORGES, 2011, p. 78-81). Uma maior discussão sobre o caso será feita em nosso terceiro capítulo, mais especificamente em seu subcapítulo “4.1 A sucessão de Afonso Pena e as Convenções (1909)”, onde demonstramos as aproximações de tal situação com o momento histórico brasileiro posto sob análise.

veiculadas na imprensa da época e na sua experiência de jurista”, Rui defendeu a inocência de Dreyfus (BORGES, 2011, p. 81).

Sua segunda e mais efetiva participação internacional, no entanto, ocorreu em 1907: Rui foi o representante do governo brasileiro na Segunda Conferência de Paz de Haia, na Holanda. É válido notar que nesse momento Rui já havia adotado a nova postura de agir por dentro da máquina pública, e não na oposição. A sua escolha para representar o Brasil no evento, contudo, não foi tão rápida e simples. José Maria Paranhos Júnior, já conhecido como Barão do Rio Branco, era o ministro das Relações Exteriores do Brasil, e, sendo responsável pela nomeação do delegado a Haia, optou primeiramente por Joaquim Nabuco, político de grande projeção nacional e então embaixador brasileiro nos Estados Unidos. Diante de uma campanha feita pelo *Correio da Manhã*, a escolha de Rui Barbosa cresceu junto ao público brasileiro, o que gerou indisposições e uma recusa de Joaquim Nabuco. Rio Branco tentou criar uma “delegação águias” para contemplar ambos, porém não pôde mudar a posição de Nabuco⁶⁸ (SILVA, 2009, p. 97; BORGES, 2011, p. 187). Apesar dessas tensões, Rui aceitou o convite e foi nomeado embaixador extraordinário e plenipotenciário por Afonso Pena (BORGES, 2011, p. 187).

Os principais objetivos da Conferência eram: “aprimorar os mecanismos internacionais para resolução pacífica de conflitos entre as nações [...] abordar a temática dos direitos de países beligerantes e de nações neutras, além da criação de tribunais internacionais” (BORGES, 2011, p. 186-187). Rui Barbosa tentou participar do máximo de discussões possível, porém sua principal atuação se deu ao redor da Doutrina Drago⁶⁹ e do Tribunal Permanente de Arbitragem (RÉ, 2016, p. 43). Na primeira delas, votou contra os interesses latino-americanos, pois a doutrina ia contra a intervenção militar de países credores sobre países devedores. Segundo Leandro de Almeida Silva, a orientação dada a Rui por parte do governo visava agradar os credores internacionais do Brasil, daí o voto contrário (SILVA, 2009, p. 99). Nas discussões sobre o Tribunal Permanente de Arbitragem, no entanto, Rui teve atuação exemplar. Ao contrário da proposta inicial, que visava dar os cargos

⁶⁸ Joaquim Nabuco participou mesmo com a recusa. Segundo José Almino de Alencar, “no dia 13 de junho, Nabuco envia de Paris um documento a Rui Barbosa, ‘Notas Confidenciais’, em que traça perfis dos delegados à Conferência e faz comentários sobre as tendências entre as delegações. A partir de então, segue-se, entre os dois, uma série de comunicados sobre o desenrolar dos debates e decisões.” (ALENCAR, 2016, p. 72)

⁶⁹ Segundo Vera Lúcia Bogéa Borges, a doutrina criada pelo argentino Luis Maria Drago “foi elaborada em repúdio ao emprego da força por um Estado credor contra o Estado que lhe deve reparações pecuniárias motivadas por empréstimos externos e danos provenientes da guerra” (BORGES, 2011, p. 187). Para Leandro de Almeida Silva, “os demais países da América Latina, altamente endividados, uniram-se em defesa dessa doutrina, que aliás surgira de uma intervenção européia na Venezuela para cobrar dívidas desse país.” (SILVA, 2009, p. 98-99).

do referido tribunal de forma proporcional às qualidades militares dos países — o que privilegiaria os EUA e certos países europeus —, Rui defendeu ostensivamente uma divisão mais igualitária dos assentos. Segundo Ré, “o presidente da Conferência foi obrigado a convocar uma comissão de sete delegados para solucionar esta questão” (RÉ, 2016, p. 43). O resultado dessa intervenção de Rui foi positiva para o Brasil, que colaborou a tomar as decisões sobre o assunto junto com as demais potências envolvidas, evitando uma monopolização decisória nas mãos de potências estrangeiras (SILVA, 2009, p. 99).

Rui Barbosa de Oliveira retornou ao Brasil muito mais popular do que saiu: voltou sob o epíteto de “Águia de Haia”, representante nacional que encarou de frente as maiores nações do mundo, e que levou o nome do país ao exterior de maneira louvável. Em parte, essa construção se deu devido ao forte investimento feito por Rio Branco, que frequentava redações de periódicos nacionais a fim de moldar uma narrativa favorável aos feitos de Rui Barbosa em Haia (BORGES, 2011, p. 135; SILVA, 2009, p. 101). Contudo, concordamos com Flávia Maria Ré ao dizer que isso não bastou para a construção do imaginário heróico ao redor da figura do senador baiano (RÉ, 2016, p. 45). Como tentamos demonstrar ao longo das últimas páginas, a trajetória política de Rui foi fundamental para sua ascensão pública, assim como suas participações jornalísticas e intelectuais, que iam contra o *status quo*⁷⁰ político sempre que necessário. Rui se tornou “o homem que falava todas as línguas do mundo” não devido a uma natureza intrínseca a sua *persona*, mas sim por causa de atribuições externas dadas a sua biografia e a seus feitos políticos (RÉ, 2016, p. 42).

A título de conclusão deste subcapítulo, gostaríamos de ressaltar, em primeiro lugar, que não pretendemos estabelecer um texto apologético ou acrítico à figura de Rui Barbosa. Ele foi um agente político dotado de contradições, digno de análises complexas, que, aliás, são feitas por várias das obras de nossa bibliografia. Nossa intenção é arrolar os aspectos centrais que levaram à elaboração mítica de Rui como o principal erudito do Brasil, e um de seus políticos mais influentes. Não nos cabe negligenciar, por exemplo, a existência de boatos acerca de seu suposto enriquecimento ilícito quando membro do Governo Provisório (FREYRE, 2013a, p. 4139-4141). Levando em conta a crise que elevou o custo de vida do país logo no início da República, o envolvimento de Rui com aquisições vistas como

⁷⁰ Dentro dos limites político-institucionais da época, claro, e conforme as ideologias que guiaram o pensamento de Rui Barbosa ao longo de sua vida pública. Não é possível desligar o personagem dos limites existentes ao seu agir e pensar, que não era alheio aos seus contemporâneos.

duvidosas⁷¹ seria uma afronta e tanto para o povo (SCHULZ, 1996, p.85-95). Outro exemplo notório se refere justamente a sua participação em Haia, criticada por seus pares estrangeiros que viram a retórica excessiva de Rui como algo enfadonho (RÉ, 2016, p. 43). Apesar disso, o crescimento de seu nome se deu por muitas das características trazidas até aqui, embalando-o dentro da política institucional brasileira, e conferindo-lhe autoridade suficiente diante da sociedade ao ponto de ser um dos principais candidatos à presidência.

O último aspecto que gostaríamos de trazer aqui é o que dialoga com a masculinidade da figura de Rui Barbosa. Liberal, jornalista, opositor erudito e um constitucionalista: o homem Rui Barbosa teve a imagem atrelada à cultura⁷², o que foi feito de forma a contrabalancear seu porte físico e constituição “pouco viril”. As narrativas produzidas por nossas fontes — e também por outros veículos de imprensa — usaram de aspectos de sua masculinidade para discutir sua legitimidade de ocupar o cargo de Presidente da República. A construção do mítico Águia de Haia também foi feita a partir de concepções de gênero, o que pretendemos desenvolver mais no próximo capítulo, tendo como enfoque o período da Campanha Civilista, sobre a qual também pretendemos nos debruçar adiante.

3.2 Hermes da Fonseca, o Verdadeiro Militar

Hermes Rodrigues da Fonseca nasceu em 12 de maio de 1855, na cidade de São Gabriel, na então província do Rio Grande do Sul. Sua figura aparece como um contraponto interessante ao nosso outro personagem, Rui Barbosa (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 52; SANTOS, 2005, p. 23; McCANN, 2009, p. 138). Ao contrário desse, Hermes não desenvolveu uma sólida carreira intelectual ou política ao longo dos anos. Seu foco, como veremos, foi a trajetória militar. Obviamente isso não isenta a atuação de Hermes sobre os demais aspectos citados, porém percebemos como sua biografia se pautou pela participação no Exército. Assim como buscamos no subcapítulo anterior, pretendemos aqui desenvolver a pesquisa quanto à imagem de Hermes que chega em 1909, quais seus elementos públicos tidos como notórios, além de trazer já alguns aspectos que podem tê-lo impulsionado a

⁷¹ Segundo John Schultz, a associação do governo republicano com o ex-conselheiro do Império e banqueiro Francisco Mayrink se deu através de Rui Barbosa. Essa conexão teria rendido uma posição de diretoria de Rui Barbosa em uma das companhias geridas por Mayrink. Ofertas de residências de alto valor também teriam acontecido, elementos que colocaram em suspeição a posição de Rui Barbosa em relação a Mayrink e seus empreendimentos — o banco do qual era dono ganhou uma série de incentivos durante a segunda fase do Encilhamento, por exemplo (SCHULTZ, 1996, p. 83-95).

⁷² Usamos a expressão cultura a partir de Raymond Williams, que ao discutir os desenvolvimentos do conceito ‘cultura’, percebe que “no uso mais geral, houve grande desenvolvimento do sentido de ‘cultura’ como cultivo ativo da mente”(WILLIAMS, 2000, p. 11).

participar de um dos momentos mais decisivos para a política institucional brasileira do início do século XX.

Antes de atingirmos esse objetivo, no entanto, acreditamos ser preciso fazer uma ressalva. Sobre Hermes da Fonseca, não encontramos longos trabalhos dedicados à sua vida particular, e também não chegaram ao nosso alcance obras que centralizem aspectos político-ideológicos anteriores ao seu mandato presidencial. Dito isso, nossa pesquisa procura também reunir informações sobre esse personagem até o momento descentralizadas pela historiografia. Para dar um breve exemplo, a própria data de nascimento de Hermes da Fonseca é negligenciada dentro das referências que arrolamos para essa pesquisa. Os autores que mais se aproximam dela são Marcelo Henrique Pereira dos Santos e Frank McCann, abordando seu local de origem e ano de nascimento. Apesar disso, nada é dito a respeito do dia nem do mês. (SANTOS, 2005, p. 23; McCANN, 2009, p. 138). Confirmamos seu nascimento em 12 de maio através de fontes primárias⁷³, e dos verbetes sobre Hermes em dois dicionários históricos: no Dicionário de Estrela⁷⁴ (SCHIERHOLT, 2005), e no Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (LEMOS, 2010).

Filho de Hermes Ernesto da Fonseca⁷⁵ e Rita Rodrigues Barbosa, sabemos que foi único irmão de João Severiano Fonseca Hermes, mais conhecido apenas por Fonseca Hermes. Conforme o texto de Raimundo Lopes para o CPDOC, no entanto, Fonseca Hermes teria nascido apenas um mês após o irmão, algo que julgamos incoerente em termos de natalidade, caso seja filho da mesma mãe que Hermes (LOPES, 2010b, p.1). Tanto ele quanto

⁷³ Em telegrama de 14 de maio de 1914, Hermes da Fonseca agradeceu Setembrino de Carvalho pelas felicitações enviadas por ocasião de seu aniversário, o que indica uma aproximação da data do documento à data de nascimento de Hermes (FONSECA, 1914). Na edição d' *O Malho* de 22 de maio, está uma fotografia que registrou o aniversário do marechal no ano de 1909. Na legenda, é possível ler “Grupo tirado na residencia do Marechal Hermes da Fonseca, no dia da grande manifestação, 12 do corrente [mês], pelo seu aniversario natalicio” (O MALHO, 22/05, 1909. p. 7). Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa. O cruzamento dessas informações com as trazidas pelo *Dicionário de Estrela* nos levam a crer que é correta a data de 12 de maio como nascimento de Hermes Rodrigues da Fonseca.

⁷⁴ Publicado *on-line* em 2005, sob a supervisão do historiador José Alfredo Schierholt, o *Dicionário de Estrela* é a continuação da obra *Estrela Ontem e Hoje*. O dicionário foi feito como obra de consulta a pesquisadores do município gaúcho de Estrela, mas também diz pretender abarcar todos os estudiosos das demais partes do país. Em seu catálogo de verbetes — que foram registrados até 2003, para a posterior publicação *on-line* em 2005 — encontram-se os nomes de localidades, pessoas e instituições. Sua intenção é a de demarcar as origens de vários nomes oficiais, dizendo qual o “personagem histórico” deu origem ao nome de determinada rua ou praça pública, por exemplo (SCHIERHOLT, 2005).

⁷⁵ Apenas para organizar o nosso texto e não confundir o leitor: daqui em diante nos referiremos ao pai de Hermes da Fonseca sempre como Hermes Ernesto, a fim de não poluir o texto e de diferenciá-lo do filho, que se chama “apenas” Hermes.

Hermes tiveram ligação direta com seu tio Deodoro da Fonseca, talvez o mais notório dentre os membros masculinos da família antes de Hermes — voltaremos à sua figura em breve.

A vida de toda a linhagem de Hermes da Fonseca parece ter estado conectada ao Exército. Segundo Frank McCann, ele “cresceu ouvindo histórias de façanhas de seus parentes na Guerra dos Farrapos (1835-45) e na do Paraguai” (McCANN, 2009, p. 138). Quanto à participação durante o conflito separatista gaúcho, achamos pouco provável, e até mesmo um exagero da parte de McCann. Isto porque, de acordo com Celso Castro, a trajetória militar e política de Manuel Mendes da Fonseca, avô de Hermes, se deu nas províncias de Alagoas e Sergipe. A maior parte dos tios e tias de Hermes nasceu durante os anos de 1824 e 1839, em Alagoas, sendo também filhos de Rosa Maria Paulina da Fonseca (NUNES, 2017, p. 288). Seu pai, Hermes Ernesto, era o mais velho de sua geração, e tinha cerca de 18 anos em 1842, ano em que todos se mudaram para a Corte. Hermes nasceu no Rio Grande do Sul somente devido ao pai estar aquartelado lá, ou seja, por estar cumprindo obrigações da carreira militar (SANTOS, 2005, p. 23). Não soa plausível que existissem raízes suficientes entre os Fonseca para anunciar participações no conflito gaúcho, principalmente por terem vivido a maior parte do tempo no outro extremo do país. Por outro lado, a memória familiar não precisa, necessariamente, obedecer a uma lógica factual. Dito isso, em relação à visão dos Fonseca sobre sua própria trajetória no Rio Grande do Sul, consideramos como um ponto em aberto (CASTRO, 1995, p. 98). Em contrapartida, o vínculo de seus familiares com a Guerra do Paraguai seria muito mais palpável, visto que deixou marcas na geração imediatamente anterior a Hermes.

Hermes tinha apenas nove anos de idade quando o pai viajou para a guerra, na qual participou de diversos combates e foi até mesmo promovido; primeiro por antiguidade, a major, e depois, por bravura, a tenente-coronel (NUNES, 2017, p. 289). Com a exceção de apenas um dos irmãos homens de Hermes Ernesto, todos seus outros sete combateram na Guerra do Paraguai, sendo que três deles jamais retornaram⁷⁶ (CASTRO, 1995, p. 99-100).

⁷⁶ Segundo Antonietta Nunes, “No combate de Curuzu, em 3 de setembro de 1866, faleceu seu irmão Afonso Aurélio, alferes do 34º Batalhão de Voluntários da Pátria, sem completar ainda 21 anos. [...] Em Curupaiti, 22 de setembro de 1866, morreu outro irmão seu, o capitão Hipólito Mendes da Fonseca, do 36º Batalhão de Voluntários da Pátria (v.I;70). Continuavam na luta os outros irmãos Fonseca: Hermes, Severiano, Deodoro, João Severiano e Eduardo Emiliano. [...] Em 6 de dezembro de 1868 Hermes, comandando a 8ª Brigada, e Manuel Deodoro, ficaram feridos no combate de Itororó, onde faleceu-lhes o terceiro irmão, Eduardo Emiliano da Fonseca, comandante do 40º batalhão de voluntários da Pátria” (NUNES, 2017, p. 289).

Entre 1874 e 1880, já com o fim do conflito, o pai de Hermes da Fonseca cresceu na carreira de militar, tornando-se marechal⁷⁷, além de ingressar na política institucional através de sua governança da província de Mato Grosso (1874-1878) e do cargo de Comandante das Armas da Província da Bahia (1880-1890). Entre ambos os cargos, ocupou liderança na Província do Pará, apesar da data ser incerta (NUNES, 2017, p. 290; McCANN, 2009, p.138).

Estes elementos nos são caros por contextualizarem o círculo familiar do qual Hermes fazia parte durante ao longo do período imperial. Praticamente todos os seus referenciais masculinos eram militares de prestígio, veteranos da Guerra do Paraguai e/ou membros atuantes da política nacional. O próprio Hermes Rodrigues da Fonseca, no entanto, só entrou para o Exército quando seus parentes já haviam retornado do conflito internacional. Antes disso, Hermes vinha sendo educado em casa até 1866, quando ingressou no Colégio Saint Louis, e posteriormente, adentrou no tradicional Colégio Dom Pedro II⁷⁸, no Rio de Janeiro, e no curso noturno do Liceu de Artes e Ofícios (LEMOS, 2010, p.1; BORGES, 2011, p. 224; McCANN, 2009, p. 138). Vale observar a importância da instituição de ensino, já que, conforme Jeffrey Needell, era

ali [que] os filhos dos grandes latifundiários provincianos, dos magnatas do comércio, dos estadistas e dos políticos imperiais se conheciam, recebiam sua instrução e conviviam em pequenas turmas. Não raro travavam amizade justo com os indivíduos e as famílias com os quais conviveriam nos anos seguintes (NEEDELL, 1993, p. 80).

Se Hermes chegou a estabelecer laços de amizade com colegas célebres⁷⁹, não conseguiremos precisar nesse estudo. Ainda assim, vale assinalar como desde cedo ele pôde circular por meios de comum acesso aos futuros “bacharéis” de sua sociedade, bem como deve ter tido experiências compartilhadas com futuros membros dos altos escalões do governo. Pode não ter sido um dos mais destacados estudantes da instituição, mas é possível

⁷⁷ Para fins de explicar a cronologia dos eventos, de acordo com Antonietta Nunes, “no dia 15 de abril de 1890, pelo decreto nº 350 que modificou os postos da hierarquia militar [Hermes Ernesto] foi [...], considerado Marechal do Exército, último posto a que se podia atingir” (NUNES, 2017, p. 291). Essa última patente foi conquistada, portanto, já durante a República.

⁷⁸ O Colégio Dom Pedro II foi a principal instituição de ensino secundarista do período imperial, tendo sido inaugurado em 1837, na Corte. Tornou-se rapidamente *locus* privilegiado para as elites políticas, tendo um currículo apurado em ciências humanas e ensino de línguas estrangeiras (grego, latim, inglês, francês, dentre outras). Também concedia bolsas de estudo, principalmente para filhos de funcionários e filhos de burocratas. Foi uma escola muito respeitada, e dentre as principais características organizacionais estavam a rígida disciplina, a uniformização dos alunos e o respeito às hierarquias. O modo de pensar calcado em uma defesa da ordem social seria influenciado por essa instituição, ainda que não tenha surgido aqui (NEEDELL, 1993, p. 76-79; 293).

⁷⁹ Seis anos antes, por exemplo, haviam se formado ali Rodrigues Alves e Joaquim Nabuco. Para saber mais a respeito das inúmeras famílias de posses que matricularam seus membros no Colégio Dom Pedro II, recomendamos a leitura de: (NEEDELL, 1993).

que tenha conhecido alguns deles. O seu trajeto voltou-se para o Exército após sua formatura em ciências e letras, no ano de 1871. Já no ano seguinte ocupava a posição de cadete, sinal de um crescimento ligeiro na incipiente carreira (NEEDELL, 1993, p. 79-80; LEMOS, 2010, p.1; BORGES, 2011, p. 143).

De acordo com Renato Lemos, ele “matriculou-se na Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, onde foi aluno de Benjamin Constant, um dos divulgadores da filosofia positivista no Brasil, que influenciou sua formação intelectual” (LEMOS, 2010, p.1). Sayonara Sisquim defende que Hermes foi um adepto de pelo menos alguns princípios do positivismo⁸⁰, algo que teria influenciado sua carreira e feito com que ele atuasse pelo viés da ordem, e não da imediata participação política (SISQUIM, 2017, p. 88). Essas aferições podem ser feitas com base em sua trajetória na Escola da Praia Vermelha, o fato de ter estudado nas classes ministradas por Benjamin Constant Botelho Magalhães, e claro, por pertencer à geração de militares imediatamente após a Guerra do Paraguai. São todos elementos que podem ter colaborado para sua formação, e quiçá, influenciado em suas posturas diante das tensões que levariam à República — das quais falaremos em breve.

Primeiramente, observamos semelhanças entre Hermes da Fonseca e a categoria criada por William Dudley de *postwar generation*, isto é, “geração do pós-guerra”, no que se refere ao seu ingresso na carreira militar em comparação com a Guerra do Paraguai⁸¹. Hermes

⁸⁰ Segundo Celso Castro, “‘positivismo’ é o nome atribuído por Auguste Comte (1798-1857) a seu sistema filosófico, que pode ser sintetizado em três temas básicos”, que seriam: 1) o caráter linear de progressão da sociedade até um estado científico, em que a supremacia da observação da ciência seria a norteadora das coisas; 2) a existência de uma “hierarquia” entre as ciências, com um destaque para a matemática e a sociologia, esta última baseada em noções de ordem e progresso; e 3) o reformismo das instituições, e não a pregação de uma revolução violenta (CASTRO, 1995, p.63-64). Evidentemente, ainda que a teoria tenha contribuído para a assimilação de várias práticas políticas, não podemos atribuir a ela efetivamente todas as concepções que nortearam os pensamentos dos agentes históricos. Os jovens militares da Praia Vermelha aderiram ao positivismo devido à convergência de interesses particulares do grupo ao discurso da filosofia, interpretado como uma justificativa plausível para o protagonismo militar na República (CASTRO, 1995, p. 67). Como observa também Angela Alonso, a doutrina positivista seria interpretada e adaptada conforme as necessidades e ideias dos agentes políticos gaúchos excluídos do poder. Membros de elites agrárias - como Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos - que, diante da incompatibilidade de referências com o sistema imperial, observaram *seletivamente* o positivismo como norma para se pautar (ALONSO, 2002, p.155-156). O próprio ideal reformista e anti-militar do positivismo foi abandonado por muitos praticantes brasileiros, a título de concretizar outras parcelas da filosofia - ou para alcançar objetivos outros.

⁸¹ Conforme explica Celso Castro, as divisões feitas pelo autor Dudley tomaram por base correlações percebidas por ele entre os cargos hierárquicos dos militares e suas atuações ao longo dos anos. Tomando a Guerra do Paraguai como baliza, existiriam três gerações: *prewar* (pré-guerra), *war generation* (geração de guerra), e *postwar generation* (pós-guerra). Os da geração “pré-guerra” teriam ingressado no Exército nos anos 1830, participado de conflitos regenciais e contra a Argentina, chegando ao Paraguai com idade e carreira avançadas. O segundo grupo, “geração de guerra”, teria entrado nos anos 1850, e o combate a Solano López teria sido sua principal experiência de guerra. A geração “pós-guerra” seria a de 1870, da qual fazia parte Hermes. Os termos em inglês são do original, enquanto suas traduções foram feitas, de maneira livre, por nosso próprio trabalho. De uma maneira mais geral, a geração de 1870 seria extremamente heterogênea, com grupos civis

e seus colegas não tiveram a experiência de combater em campo de batalha internacional, e isso teria também impactos formativos: o seu foco, a longo prazo, seria o da política interna. (CASTRO, 1995, p. 22). Em segundo lugar, não podemos deixar de ressaltar as diferenças internas dos alunos militares: de um lado, os “tarimbeiros” ou “*troupiers*”, ligados diretamente às forças de infantaria e cavalaria; e de outro, os “científicos”, grupo formado por estudantes focados nas engenharias, matemáticas, e demais estudos teóricos (CASTRO, 1995, p. 42-50). Esse tipo de oposição seria um verdadeiro divisor ideológico dentro do Exército, visto que determinava os currículos das instituições militares com formações diferenciadas entre as duas linhas — na Praia Vermelha, os “científicos” estudavam dois anos a mais que os “tarimbeiros”, e foi o que aconteceu com Hermes (CASTRO, 1995, p. 42-50; 56). Focado no curso de Artilharia, isso o fez um “científico”, que se formou no “nível inicial” (infantaria e cavalaria) em 1876, e seguiu os estudos para se formar em artilharia em 1878 (CASTRO, 1995, p. 42-50; LEMOS, 2010, p. 2; McCANN, 2009, p. 138). Apesar disso, concordamos que “podem ser adotadas linhas de ação variantes, não previstas ou recomendadas - que a ação social envolve o exercício da escolha, da tomada de decisões” (CASTRO, 1995, p. 13), o que percebemos em Hermes e sua trajetória.

Isso porque, mesmo diante das similaridades com a categoria de “científico”, Hermes não aparenta ter se dedicado a alimentar a rivalidade com os “tarimbeiros” — até porque esse grupo seguia, em grande parte, o seu próprio tio Manuel Deodoro da Fonseca. Deteremos-nos mais à frente sobre a atuação de Hermes durante a República, mas é possível adiantar que sua postura em relação ao Exército acabou por conjugar os elementos técnicos e práticos, e não seu afastamento, visando uma postura mais “profissional”. Acreditamos que, por ser de uma família tradicional de militares — José Murilo de Carvalho comenta como surgiram “dinastias” dentro do Exército a partir da segunda metade do século XIX (CARVALHO, 2006, p. 17) —, sua oposição aos bacharéis não seria tão determinante ao ponto de lançá-lo para os lados cientificistas dos ditos “bacharéis fardados”⁸² (CASTRO, 1995, p. 56). Sua proximidade com a família, aliás, se evidenciou logo após sua formatura, já que ao sair da Praia Vermelha, Hermes engajou no Exército em companhia do próprio pai:

também atuando em prol de mudanças no regime, pois esse os marginalizava: “Todos amargaram a mesma insatisfação com um regime fechado, que não se modernizava, com a falta ou de perspectiva de carreira ou de espaço para empreender projetos econômicos próprios” (ALONSO, 2002, p.161).

⁸² Nome pejorativo usado pelos militares da linha “tarimbeiro” para se referir aos “científicos”, pelo fato de até mesmo a Escola Militar classificar seus formandos como bacharéis em matemáticas, ciências e letras. O ensino científico da Escola da Praia Vermelha, de acordo com Celso Castro, era menos experimental e mais teórico, daí mais uma semelhança entre o bacharel militar e o civil (CASTRO, 1995, p. 55-56).

Em fins da década de 1870 foi ajudante de seu pai, então general comandante da província do Pará; após um período como comandante de bateria, foi ajudante do conde d'Eu, marido da princesa Isabel e comandante-geral da artilharia do Exército imperial, durante uma viagem de inspeção às províncias setentrionais (McCANN, 2009, p. 38).

É também no final dessa década, em 1877, que houve seu casamento com a prima Orsina da Fonseca, filha de seu tio Pedro Paulino. Quando o casal foi morar no Rio de Janeiro, compartilharam residência com os sogros, mas não sabemos se isso se deu devido a condições financeiras ou decisões afetivas (CARVALHO, 1990, p. 144). Orsina foi esposa de Hermes até pouco depois da eleição de 1910, visto que faleceu em 1912, completando, portanto, trinta e cinco anos de união. Esse relacionamento resultou nos seis filhos de Hermes, sendo que destes, três seguiram carreira militar: Leônidas Hermes da Fonseca, que se tornou coronel; Mário Hermes da Fonseca, que além de militar também se tornaria político; e Euclides Hermes da Fonseca, um dos principais envolvidos na Revolta Tenentista de 1922⁸³ (LEMOS, 2010, p. 8; 16; McCANN, 2009, p. 290). Os demais filhos não ganharam tamanha projeção, o que prejudicou a pesquisa de seus percursos. Ao que tudo indica, Hermes da Fonseca Filho, autor de obras sobre Hermes Rodrigues da Fonseca e sobre o México, também seria seu filho⁸⁴, apesar de não ter seguido carreira militar. As relações familiares de Hermes foram importantes ao longo de toda sua vida, como já percebemos pelo que foi exposto até então, e pelo que falaremos no decorrer do presente subcapítulo.

A década de 1880 serviu de palco para várias tensões entre militares e civis, o que, somando-se a outras questões, acabou por resultar na Proclamação da República. O elemento central que queremos debater foi a chamada Questão Militar de 1886-1887, mas não podemos

⁸³ Revolta militar liderada por um grupo de tenentes durante o ano de 1922, também chamado de Segundo Tenentismo, visto que fez parte de outros levantes de tenentes da Primeira República. Em linhas gerais, o tenentismo foi uma onda de reivindicações políticas feitas por militares que visavam moralizar a política e, ao menos na retórica, acabar com as oligarquias que na visão deles corrompiam o país (LANNA JR, 2008, p. 316-317; CARVALHO, 2006, p. 48). Em 1922, o evento estopim para a revolta foi a divulgação de cartas atribuídas ao civil Artur Bernardes, então candidato à presidência. As cartas (que mais tarde foram confirmadas como falsificações) desferiam ataques à honra dos militares e do próprio Marechal Hermes da Fonseca, o que teria servido como motivo para a rebelião (McCANN, 2009, p. 301; CARVALHO, 2006, p. 47-48). O momento mais crítico da rebelião de 1922 foi a Marcha dos Dezoito do Forte, em que dezoito militares partiram do Forte de Copacabana a fim de dar combate às tropas legalistas na avenida Atlântica (LANNA JR., 2003, p. 317-318). Euclides teria participado como um dos revoltosos do Forte de Copacabana, já que era comandante da fortaleza. Não sabemos, no entanto, se ele teria participado da Marcha (CARVALHO, 2006, p. 49; McCANN, 2009, p. 290). Antes disso tudo, Euclides também teve passagem pela Revolta do Contestado (1912-1916), atuando, porém, ao lado das tropas legalistas (McCANN, 2009, p. 212).

⁸⁴ Devido à pandemia de Covid-19 decretada pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020, muitas instituições públicas se tornaram de difícil acesso, dadas as restrições sanitárias. Até o presente momento, não foi possível entrar em contato com a obra *Marechal Hermes: dados para uma biografia*, biografia de nosso personagem que foi escrita por Hermes da Fonseca Filho e que se encontra no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Acreditamos que se trata de uma pesquisa feita pelo filho sobre o próprio pai.

passar por cima do histórico conflituoso das relações entre civis e militares que promoveram outras tantas “questões” anteriores, sobre as quais também falaremos brevemente (COSTA, 1999, p. 482, CASTRO, 1995, p. 85).

Em 1879 — ano de entrada de Rui Barbosa na Câmara, e de atuação de Hermes como ajudante de ordens do pai no Norte do país — as tensões já se apresentavam, com tentativas parlamentares de reduzir as verbas destinadas ao Exército e à Marinha. A indignação pública das duas forças não deixaram que o processo continuasse, mas demonstraram uma série de intenções políticas a respeito dos agentes sociais envolvidos (LEMOS, 2009, p. 419). A despeito disso, até 1889 o declínio de investimentos nas forças militares ficaria bem visível: “o efetivo do Exército também foi afetado, havendo redução do número de praças” (CASTRO, 1995, p. 23), sem falar na falta de aumento dos soldos e nas dificuldades em ascensão hierárquica, que figuravam entre os principais problemas enfrentados pelos militares, dentre outros tantos (LEMOS, 2009, p. 420). Em 1881, dois militares tentaram sem sucesso ser eleitos para a Câmara. Dois anos depois, uma proposta legislativa sobre possibilidades de uma reforma das forças militares recebeu endosso de estudantes da Escola da Praia Vermelha e do tenente-coronel Sena Madureira. Sob iniciativa dos alunos, Sena Madureira levou o debate à imprensa, o que gerou uma tensão a respeito do papel dos militares na política — surgia a pergunta “teriam os militares o direito a se expressar politicamente?”. O projeto de lei acabou sendo dado como inconstitucional, mas as tensões estavam longe de terminar (LEMOS, 2009, p. 420-421). Em 1884,

nova crise nas relações entre os militares e as autoridades do império. A Escola de Tiro de Campo Grande, comandada pelo agora coronel Sena Madureira, recebeu em festa a visita do jangadeiro Francisco do Nascimento, que se destacara na luta contra a escravidão no Ceará. Interpelado pelo ajudante-general do Exército, maior autoridade depois do ministro, Sena Madureira recusou-se a dar-lhe informações sobre o episódio, alegando que devia satisfações somente ao conde d'Eu, comandante-geral da artilharia, à qual a escola era subordinada. Demitido do comando e repreendido em ordem do dia, foi transferido para o Rio Grande do Sul (LEMOS, 2009, p. 421)

Esse era o clima político pré-estabelecido quando a Questão Militar *strictu senso* (para usar a expressão de Celso Castro) aconteceu. Ao longo desse período, Hermes da Fonseca foi promovido a capitão, além de nomeado comandante “da 1ª Bateria do 2º Regimento de Artilharia. Serviu, a seguir, como ajudante de ordens do conde d'Eu, genro de dom Pedro II e comandante-geral da artilharia do Exército imperial” (LEMOS, 2010, p. 2). Segundo Frank McCann, foi a partir dos anos 1880 que Hermes iniciou a lecionar na Escola

Militar do Rio de Janeiro, elemento que não conseguimos verificar em outras obras da bibliografia. Ainda assim, levando-se em conta as convergências dos trabalhos de Lemos e McCann, a presença de Hermes, nesse momento, era praticamente certa como no Rio de Janeiro, centro da ebulição política (LEMOS, 2010, p. 2; McCANN, 2009, p. 138). Sua atuação junto à Questão Militar demonstrou, contudo, que seu posicionamento seguiu ao lado dos familiares e dos colegas de corporação.

Segundo Celso Castro, “em viagem de inspeção à província do Piauí em 1885, o coronel Cunha Matos [...] registrou irregularidades administrativas cometidas pelo capitão comandante da Companhia de Infantaria daquela província” (CASTRO, 1995, p. 85). Cunha Matos, partidário do Partido Liberal, enquanto o capitão criticado era do Partido Conservador, e, por sua vez, detinha apoio de um membro do Parlamento. Na Câmara, tal aliado desferiu ofensas a Cunha Matos, acusando-o de ter traído o país enquanto esteve sob cativeiro na Guerra do Paraguai (CASTRO, 1995, p. 85). O coronel respondeu publicamente às acusações, e por isso foi repreendido pelo então Ministro da Guerra Alfredo Chaves: uma lei de 1859 proibia que militares se pronunciassem sobre pautas políticas, algo descumprido por Cunha Matos e que serviu de motivação para sua prisão por dois dias, sob ordem ministerial. (CASTRO, 1995, p. 85-86).

Em defesa de Cunha Matos, intervieram na Câmara o general e senador gaúcho José Antônio Correia da Câmara, o Visconde de Pelotas. Em 1886, o Visconde passou a atacar as decisões do governo, defendendo que a crise não era um evento voltado somente para a prisão de seu aliado Cunha Matos, mas sim uma ofensa à honra militar propriamente dita. O coronel tinha se manifestado contra os desagravos que tinham sido feitos contra ele, um representante do Exército. Para os defensores da atuação de Cunha Matos, “a questão da honra, dos ‘brios’ e do ‘pundonor’ dos militares sempre foi [...] o assunto realmente em pauta” (CASTRO, 1995, p. 86). A retórica sobre a honra dos militares será um dos elementos centrais não só para a Questão, como também para a Proclamação da República — e até mesmo para a eleição de Hermes, em 1910, dadas suas proporções e especificidades. Chamamos atenção sobre como essa discussão se imbrica com o debate da masculinidade: a honra militar trata-se de um bem simbólico, ligado à coragem, como uma oposição à covardia, à falha, à impotência. Um homem legítimo seria aquele que, mesmo capturado pelo Exército inimigo, jamais se voltaria contra o país, pois seria bravo o suficiente para preferir a morte. O Exército foi uma entidade masculina por excelência, em termos práticos e simbólicos: ferir sua honra equivaleria a ferir sua autoridade não somente militar, como

também masculina. Não descartamos, além disso, que “no Brasil, a obediência significava submeter-se à vontade do outro, aceitar um status inferior, o que era indesejável” (McCANN, 2009, p. 38). Podemos encarar os impactos dessa questão sob uma perspectiva alimentada por uma cultura marcada pelo asco à obediência (vista como sinônimo de escravidão), mas que também via no homem uma autoridade hierárquica inquestionável (SCHACTAE, 2020, p. 34; CONNELL, 2005, p.77; McCANN, 2009, p. 36; 132).

Dentre todos os militares envolvidos na Questão, Deodoro foi um dos principais. Era presidente da província do Rio Grande do Sul, e não tardou a entrar na arena de disputas. O tenente-coronel Antônio Sena Madureira — que estava comandando a Escola de Artilharia de Rio Pardo, ou seja, que era subordinado de Deodoro da Fonseca — voltou a se manifestar na imprensa⁸⁵, agora sobre as questões de 1886. Sua entrada nas discussões reavivou a ideia de que os militares não deveriam debater política, o que gerou nova advertência da parte do ministro Alfredo Chaves. Deodoro não se agradaria com isso, nem tanto por concordar com Sena, e sim por Chaves passar por cima de sua linha de comando para repreender o tenente-coronel (CASTRO, 1995, p. 86-87).

Como resposta, Deodoro permitiu a manifestação de militares gaúchos em defesa da honra do Exército, o que motivou outras declarações de apoio vindas da Escola Militar da Praia Vermelha. Os embates entre Deodoro e o governo levaram à destituição do presidente da Província do Rio Grande do Sul que, junto de Sena Madureira, viajaram ao Rio de Janeiro a fim de serem remanejados (CASTRO, 1995, p. 88-91). Os dois foram recebidos com alarde por um número alto de alunos da Escola da Praia Vermelha, bem como por outros militares, como o próprio Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro (portanto, sendo outro tio de Hermes). Severiano havia recebido ordens para evitar a participação dos estudantes da Praia Vermelha no evento, porém ao falhar nisso, bem como devido sua própria presença na recepção, Severiano acabou pedindo demissão (CASTRO, 1995, p. 92). A chegada de Deodoro e Sena Madureira ao Rio não encerrou a Questão Militar, e sim colocou mais lenha na fogueira política. Agora no epicentro das discussões, Deodoro manteve posição e tentou se comunicar com o imperador para defender a “hombridade” do Exército. Outros termos também seriam usados por ele no documento enviado a Dom Pedro II: “honra”, “dignidade”, “pundonor”, “brios”. O imperador não intercedeu a seu favor nesse primeiro momento, mas

⁸⁵ Válido destacar que o periódico que publicou suas opiniões era o *A Federação*, órgão de cunho positivista e de propriedade do político gaúcho Júlio de Castilhos, que posteriormente seria uma das lideranças da já citada Revolta Federalista. Durante a campanha de 1909-1910, o periódico se colocou ao lado de Hermes da Fonseca, em parte, devido à sua concordância com Pinheiro Machado (SANTOS, 2005, p. 66).

isso demonstra, mais uma vez, o caráter generificado que observamos nas demandas políticas dos militares (CASTRO, 1995, p. 94). Ao falar em “hombridade”, Manuel Deodoro estava falando de uma relação *entre homens*, uma disputa simbólica entre modelos diferentes de ser homem.

Apesar de não auxiliar Deodoro em suas correspondências diretas, ao receber o pedido do Ministro da Guerra em reformar o marechal, Dom Pedro II protegeu-o. Não é segredo que Deodoro e Pedro mantinham uma relação amigável, talvez daí a resposta negativa à sua aposentadoria compulsória. O ministro acabou por entregar o cargo em seguida, e seu sucessor na pasta aceitou o cancelar as advertências que manchavam as fés-de-ofício de Sena Madureira e Cunha Matos, caso esses solicitassem seu cancelamento. Tudo parecia se desenrolar para um desfecho, porém “o ânimo dos jovens oficiais republicanos era diferente” (CASTRO, 1995, p. 94).

A participação de Hermes nesse assunto reaparece aqui, sendo um dos jovens oficiais — já que era capitão— engajados em não finalizar a Questão Militar daquela forma. Diante do fato de que o governo não cancelaria as advertências que “sujavam a ficha” dos militares envolvidos, tanto Sena Madureira quanto Cunha Matos foram incisivos em rejeitar a proposta. Queriam que o governo admitisse o erro e tirasse por conta própria as notas feitas (CASTRO, 1995, p. 95). Junto de seu primo Clodoaldo da Fonseca⁸⁶, Hermes convenceu Deodoro a não dar a Questão Militar como encerrada. Ouvindo também a outros colegas de farda, o líder do movimento acatou a ideia e manteve a disputa em aberto. Sua solução viria em meados de 1887, após conversas entre militares e civis que pretendiam pôr em prática ações golpistas contra a monarquia:

O governo, contudo, recuou, diante de uma fórmula conciliatória aprovada no Senado em 20 de maio: o governo era convidado a suspender os efeitos dos avisos considerados inconstitucionais pelo Conselho Supremo Militar e de Justiça. Aceito o convite, foram canceladas as notas, o que resolvia a pendência com os militares (LEMOS, 2009, p. 425).

⁸⁶ Segundo José Murilo de Carvalho, já então com a posição de general, Clodoaldo da Fonseca participaria do Movimento de 1922 “levado à rebelião em parte por solidariedade familiar” (CARVALHO, 2006, p. 49). Dois elementos nos levam a crer que Clodoaldo e Hermes tinham certa proximidade: ambos participaram de vários eventos em conjunto, como a Questão Militar, a Proclamação, e a Revolta de 1922; e Clodoaldo era filho de Pedro Paulino, ou seja, era também cunhado de Hermes e irmão de Orsina da Fonseca (LEMOS, 2010, p.1). É válido destacar que Hermes teria certa participação em 1922, sendo alçado à liderança por parte dos revoltosos por causa das cartas falsas de Artur Bernardes. Hermes chegou até mesmo a ser preso durante a revolta tenentista, elemento em que não nos aprofundaremos neste trabalho. Para saber mais a respeito disso, recomendamos a leitura de: (McCANN, 2009; CARVALHO, 2006).

Dali em diante, porém, as relações entre o Exército e o Império apenas estremeceriam. Em 26 de junho de 1887, surgiu o Clube Militar, que teve como objetivos estatutários “estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais do Exército e Marinha e defender, pela imprensa e junto aos poderes do Estado, os direitos e legítimos interesses da classe militar” (LEMOS, 2009, p. 426). Hermes não engajou nessa iniciativa, pelo menos não ao ponto de ser elencado como relevante pela historiografia sobre o tema.

Em meio a todo esse “caldo cultural”, precisamos destacar as possibilidades dentro das quais Hermes poderia estar envolto. Já no início da década de 1880, ele teria se filiado à maçonaria:

foi, em 6 de outubro [de 1876], iniciado na Loja Ganganelli do Rio, então sob a jurisdição do Grande Oriente Unido – ao qual era ligado Joaquim Saldanha Marinho, um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870 –, mas que acabaria sendo incorporada em 1883 ao Grande Oriente do Brasil. Mais tarde, se tornaria membro efetivo da Loja Amor ao Trabalho e filiando livre da Loja 2 de Dezembro, também no Rio de Janeiro (LEMOS, 2010, p.1).

Como vimos também durante a exposição anterior sobre Rui Barbosa, a maçonaria apresentaria um espaço flexível a contribuições para a pauta abolicionista. Hermes associou-se à Loja Ganganelli justamente durante o período de maior influência de Saldanha Marinho sobre a Ordem Grande Oriente Unido, que estimulava as lojas sob seu comando a aderir às pautas abolicionistas⁸⁷ (FRANCISCO, 2018, p. 14; 32). O Exército em si, após a Questão Militar, passou a discutir sua função em relação à captura de escravizados fugitivos: “Enviados para operações de captura de escravos fugitivos, os militares passaram a boicotar as missões e manifestavam publicamente repugnância pelo papel que se lhes impunha” (LEMOS, 2009, p. 427). Se ele próprio seria um entusiasta da Abolição, não é possível precisar, mas que os lugares pelos quais ele circulava permitiam uma relação com essas ideias, é inegável.

⁸⁷ Segundo Renata Ribeiro Francisco, “como numa relação mutualista, maçons abolicionistas, como Luiz Gama, Saldanha Marinho e Antonio Bento, acreditaram que a organização maçônica pudesse fornecer um ponto de solidez física recursos financeiros e logísticos às suas ações” (FRANCISCO, 2018, p. 14). Ainda de acordo com esta autora, o pernambucano Joaquim Saldanha Marinho foi um maçom republicano e abolicionista, e assim como muitos de seus contemporâneos da política, foi advogado e jornalista. Trabalhou como redator chefe e co-proprietário do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1860. Na década seguinte, fundou *A República*, além de colaborar com o *Manifesto Republicano de 1870*. Curioso observar como Joaquim Saldanha Marinho atuou sob o pseudônimo de Ganganelli, mesmo nome da Loja a qual Hermes se associou. Para saber mais a seu respeito, bem como sobre a maçonaria em tempos de Império, recomendamos a leitura de: (FRANCISCO, 2018).

No tocante ao grupo dos jovens militares do qual fazia parte, “alguns deles tinham sólidas convicções republicanas [...] convencidos de que resolveriam os problemas brasileiros liquidando a Monarquia e instalando a República. A ideia de que aos militares cabia a salvação da pátria” (COSTA, 1999, p. 459). Sobre este aspecto, pretendemos nos debruçar sobre sua participação em si, que passa uma vaga ideia de suas inclinações sobre o regime.

Dentre todas as motivações que levaram à Proclamação de República, algumas já foram mencionadas no subcapítulo anterior. Lembramos aqui da heterogeneidade do grupo que destituiu a monarquia: apesar de uma importante participação militar, portanto, vários foram os atores que contribuíram para a queda do governo de Dom Pedro II. Os ideais republicanos estavam em ascensão, o federalismo aparecia como uma das principais pautas políticas, e o abolicionismo afetava a imagem da Coroa e de seus parlamentares. As mudanças sociais e econômicas também contribuíram para o enfraquecimento monárquico, até mesmo devido a dificuldades das elites tradicionais em se adaptarem à dinamização econômica que vinha junto da incipiente urbanização (COSTA, 1999, p. 463-469).

Pensando a partir da perspectiva militar, a essas limitações da monarquia se somaram as dificuldades em se ascender socialmente, seja pelas disputas com os bacharéis, seja por causa da imobilidade institucional do próprio regime⁸⁸. Conforme Castro, “a ideia é a de que nossa monarquia não evoluía: sem progredir, sem energia própria, movia-se circularmente, ao impulso inercial da tradição, presa de um tempo social lento, estagnado” (CASTRO, 1995, p. 143). As demandas por modernização tanto das forças armadas quanto da política nacional fizeram parte dessa crise que culminaria na República (CASTRO, 1995, p. 101). Os interesses militares nunca foram um monólito, porém suas convergências se fizeram valer a outros setores da sociedade para estabelecer outro regime.

A principal participação de Hermes se daria na reta final do movimento. Deodoro nunca foi um republicano convicto, muito pelo contrário: ainda em 1888 via na instauração republicana uma possibilidade de divisão do território, que perderia sua unidade interna (LEMOS, 2009, p.429). Mesmo durante a semana do golpe, em 10 de novembro, Deodoro parecia relutante ao perguntar a Benjamin que fim seria dado ao imperador. Com a intenção de mobilizá-lo contra a monarquia, vários foram os nomes que argumentaram com Deodoro

⁸⁸ Os bacharéis também viam dificuldades nesse processo de ascensão social, apesar dos militares os verem como privilegiados. Em decorrência de todas as relações de antiguidade e clientelismo que se formavam nas esferas políticas e do funcionalismo público, muitos jovens civis também se sentiriam excluídos das tomadas de decisões. Seria esse outro motivo para o enfraquecimento do regime. Citando Angela Alonso, “vários grupos sociais marginalizados pelo arranjo político imperial adquiriram condições para expressar publicamente seus dissensos e projetos” (ALONSO, 2002, p.42), e dentre esses estavam também os bacharéis.

em prol da república: Major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro, Benjamin Constant, e claro, seus dois sobrinhos Hermes da Fonseca e Clodoaldo da Fonseca (CASTRO, 1995, p. 184-185; LEMOS, 2009, p. 429-431; McCANN, 2009, p. 30). Se para Celso Castro, “esses sobrinhos de Deodoro parecem ter tido importante papel no sentido de conseguir sua adesão ao movimento” (CASTRO, 1995, p.185), Renato Lemos ainda atribui que Hermes foi “elemento de ligação com Deodoro da Fonseca, das articulações político-militares que resultaram [...] na deposição da monarquia brasileira e na instalação do governo provisório da República” (LEMOS, 2010, p.2). Frank D. McCann vai ainda mais longe, e diz que “Hermes da Fonseca foi uma figura fundamental na conspiração republicana, atuando como filtro para os que pressionavam Deodoro a agir” (McCANN, 2009, p. 138).

Preferimos não colocar essa relação de maneira tão contundente, ainda que seja compreensível um bom relacionamento entre Deodoro e seu sobrinho, que o acompanhou ao em viagem “quando o governo imperial, querendo afastá-lo [Deodoro] do cenário político no Rio, despachou-o para Mato Grosso”⁸⁹ em fins de 1888 (McCANN, 2009, p. 138). De uma forma ou de outra, Hermes Rodrigues da Fonseca colaborou para discutir a questão com seu tio, sendo um dos responsáveis por convencê-lo a engajar definitivamente na Proclamação da República⁹⁰. Durante os arranjos finais antes do “grande dia”, Hermes estaria presente na casa de Deodoro junto do primo Clodoaldo e vários republicanos civis. (CASTRO, 1995, p.185) Entre eles esteve o nosso outro personagem, Rui Barbosa, que muitos anos depois faria o seguinte relato a respeito das impressões que teve de Hermes durante o final do Império:

Bem antigas são as relações de mútuo afeto entre mim e o marechal Hermes. Datam elas da fundação da República. Naquela época... vi sempre destacar-se, entre os parentes e amigos de Deodoro, um tipo que me chamava a atenção e me cativava a simpatia pela sua discrição, pela sua modéstia, pelo seu desinteresse, pela sua severidade precoce, pela correção de sua atitude

⁸⁹ As tensões internacionais entre Bolívia e Paraguai teriam servido como pretexto para que o governo enviasse Deodoro em direção à província do Mato Grosso, da qual foi nomeado Comandante de Armas, caso fosse necessário agir para a proteção da fronteira. De acordo com Castro, “na realidade, tratava-se de um desterro mal disfarçado” (CASTRO, 1995, p. 134). A intenção, evidentemente, era diminuir os impactos políticos de Deodoro sobre a sequência de embates entre os militares e o governo.

⁹⁰ A historiografia trava diversos debates a respeito das intenções de Deodoro da Fonseca, se teria sido ou não uma de suas pretensões derrubar a monarquia e instaurar a República. Em vista do que apresentamos até aqui, como as rixas estabelecidas entre os âmbitos militar e civil, não nos soa plausível dizer que Deodoro foi convencido após a derrubada do Gabinete Ouro Preto, por exemplo. Ao mesmo tempo, não parece que Deodoro tivesse forte espírito republicano, algo mais próximo a Benjamin Constant e à mocidade militar. Uma percepção que consideramos mais adequada é a de que o futuro primeiro presidente da República não nutria ódios contra o sistema em si, mas sim em relação às suas limitações que resultavam em ofensas ao Exército. O resultado disso foi a Proclamação da República, ainda que não vejamos um consenso a respeito de determinados aspectos seus (CASTRO, 1995; COSTA, 1999).

civil e do seu porte militar. Era o jovem oficial a quem não conheci uma pretensão, nem soube jamais envolvido numa intriga (BARBOSA apud SANTOS, 2005, p. 24).

Para além dos julgamentos descritos por Rui Barbosa — que estão, sem dúvida, inseridos já em um contexto diferente, envolvidos com a Campanha Civilista —, comparando sua fala às características dadas a Hermes por nossa bibliografia, ele reaparece como um daqueles que circundava Deodoro, e mais do que isso: como parte de uma rede de sociabilidade que se formaria com o advento republicano. Válido destacar, no entanto, que Hermes atuou sempre como militar, pois “estava com Deodoro na praça defronte ao Ministério da Guerra no 15 de Novembro” (McCANN, 2009, p. 138) durante o processo de derrubada da monarquia.

Durante o Governo Provisório, os militares ligados ao novo presidente tiveram visíveis progressos nas carreiras: “seu sobrinho e agora ajudante-de-ordens Hermes, por exemplo, capitão em 1889, foi promovido a major em janeiro e a tenente-coronel em outubro de 1890” (CASTRO, 1995, p. 196). Com a nova patente, também assumiu novas responsabilidades, sendo nomeado pelo tio comandante do 2º Regimento de Artilharia de Campanha, no Rio de Janeiro (LEMOS, 2010, p.2). O termo utilizado por Renato Lemos para se referir ao cargo de Hermes é secretário-militar, e não ajudante-de-ordens, mas atribuímos esse fato ao seu texto ter caráter sintético, ao contrário da obra de Castro, aprofundada nas questões militares (CASTRO, 1995, p. 196; LEMOS, 2010, p. 1-2).

Essa não seria uma exclusividade de Hermes, visto que seu irmão, Fonseca Hermes, ascendeu à posição de secretário geral mesmo não sendo militar. O que hoje vemos como um tipo de nepotismo, bem da verdade, foi uma característica comum no governo deodorista:

João Severiano da Fonseca chegou a general, foi médico, é considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército, e foi também senador constituinte pelo Distrito Federal de 1890 a 1891; Pedro Paulino da Fonseca reformou-se como tenente, mas recebeu a patente de coronel honorário e foi governador de Alagoas de 1889 a 1890 e senador de 1891 a 1893 (LEMOS, 2010, p. 1).

O pai de Hermes também teve uma rápida proeminência: de Comandante das Forças Armadas na Bahia, passou ao cargo de Governador do Estado após a saída de Manoel Vitorino, médico e político que havia sido inicialmente nomeado, mas que pediu demissão após tensões internas ao Estado (NUNES, 2007, p. 292). Sua ascensão, porém, durou pouco. Hermes Ernesto adoeceu em 1890, o que o forçou a ir até o Rio de Janeiro. De lá jamais

voltaria com vida, e Hermes da Fonseca e João Severiano Fonseca Hermes perderam o pai⁹¹ em 1891. (NUNES, 2017, p. 292)

A ascensão política e de carreira militar também abarcou muitos dos militares “científicos”, que alcançaram postos institucionais antes reservados às elites bacharelescas do Império (CASTRO, 1995, p. 196). De início, “a título de recompensa por serviços prestados à República, foram amplamente beneficiados oficiais” (LEMOS; 2010, p. 2) ligados tanto a Benjamin Constant, quanto a Deodoro. No entanto, as disputas por cargos e favorecimentos reavivaram as contradições internas do Exército, demonstrando ao longo dos meses seguintes mais uma de das rixas entre “tarimbeiros” e “científicos” (CASTRO, 1995, p. 197).

Como mencionamos no subcapítulo anterior, o governo de Deodoro da Fonseca seria marcado por uma falta efetiva de governabilidade, disputas de poder com o Congresso e uma enorme crise política. Sua queda não tardou a acontecer, o que também impactou a posição de Hermes dentro do regime. O governo de Floriano Peixoto passou a destituir deodoristas de seus cargos nos governos estaduais, como forma de proteção política para seu mandato. Segundo Fábio Luís Tavares, a política parlamentar também teria influenciado nas quedas dos governadores da oposição, visto que o Congresso não era favorável às escolhas feitas por Deodoro (TAVARES, 2013, p. 137). Seja como for, os questionamentos sobre a legitimidade de poder de Floriano não demoraram a chegar, e o país se veria em uma conturbada gestão marcada por revoltas, estados de sítio, censura e perseguições políticas.

Em meio às destituições de governadores, Hermes da Fonseca se manifestou contrariamente ao governo de Floriano no caso do Amazonas, conduzido até então por Gregório Taumaturgo de Azevedo⁹², que havia sido escolha de Deodoro. Por essa oposição, Hermes foi preso em 1892, e, em sua companhia estava, mais uma vez, seu primo e cunhado Clodoaldo da Fonseca (LEMOS, 2010, p.3). Sua reclusão não durou muito tempo, e em seguida Hermes “assumiu o cargo de diretor do Arsenal de Guerra da Bahia, que exerceu até setembro de 1893, quando foi transferido para o comando da guarnição de Niterói” (LEMOS, 2010, p.3). Ali, participou da Revolta da Armada ao lado das tropas legalistas, ou seja, indo contra os revoltosos que visavam tirar Floriano Peixoto da presidência. McCann afirma que

⁹¹ Curiosamente, Hermes Ernesto “foi de início a favor da manutenção da monarquia, tendo mudado de posição depois de receber telegrama explicativo de seu irmão Deodoro.” (NUNES, 2017, p.291)

⁹² De acordo com Raimundo Helio Lopes, “Em janeiro de 1892 chegou a ser formada uma junta governativa com a intenção de afastá-lo, mas conseguiu reagir e decretar o estado de sítio por 30 dias. Foi afinal intimado a deixar o cargo no dia 26 de fevereiro, por ordem do poder central, passando o governo no dia seguinte a José Inácio Borges Machado. Acusado de conspirar contra Floriano Peixoto, esteve preso na Fortaleza de São Joaquim do Rio Branco” (LOPES, 2010a, p.2)

Hermes teve essa atuação a contragosto, antipatizando com o governante que pouco tempo antes havia contribuído para sua prisão (McCANN, 2009, p. 138).

Uma observação válida se refere justamente às posturas de Hermes: a partir de 1892, o militar que se engajou em oposições aos governos só voltaria a aparecer em 1922, com o incidente das cartas falsas de Bernardes⁹³ (SILVA; SIMILI, 2011, p.130). Como veremos em breve, as subseqüentes participações de Hermes seriam voltadas para manutenção da ordem, e não para confrontá-la, como ele próprio fizera durante a Questão Militar, a Proclamação, e até mesmo com a oposição inicial ao florianismo. Depois da revolta que ajudou a conter, foi “promovido a coronel em março de 1894, comandou até 1896 o 2º Regimento de Artilharia Montada, na capital federal” (LEMOS, 2010, p. 3). Se a promoção tem ligação direta com seu envolvimento na repressão da Revolta da Armada, é difícil de precisar, visto que o momento coincidiu com a transição de governo de Floriano a Prudente de Moraes. O que frisamos é a mudança de postura que, através do que nos é mostrado pela historiografia, parece ter acontecido a partir daqui.⁹⁴

Neste momento, mais uma divergência historiográfica. Se para Frank D. McCann, em 1896 “Hermes tornou-se chefe da Casa Militar da Presidência, cargo que o pôs em contato regular com líderes civis e lhe deu crescente visibilidade política” (McCANN, 2009, p. 138), Marcelo Henrique Santos defende que sua notoriedade e ascensão no meio político vieram somente em 1904, após sua participação na Revolta da Vacina (SANTOS, 2005, p. 23). Renato Lemos também adere à visão expressa por McCann, afirmando que o cargo na Casa Militar foi “o que o colocou em contato com o meio político nacional” (LEMOS, 2010, p. 3). Vera Lúcia Bogéa Borges, por sua vez, atribui o crescimento de popularidade de Hermes após 1899, com sua “projeção como comandante da brigada policial da capital federal” (BORGES, 2011, p. 143). Não pretendemos aqui julgar as disparidades como inverdades, e

⁹³ Segundo Ivanete Silva e Ivana Simili, “Em junho de 1921, [Hermes] tomou posse da presidência do Clube Militar e, em outubro do mesmo ano, o jornal *Correio da Manhã* publicou, durante a eleição presidencial, cartas falsas supostamente de autoria de Artur Bernardes contra Hermes da Fonseca, onde era chamado de ‘sargento sem compostura’. Mesmo sendo falsas, as cartas causaram um imenso tumulto. O marechal acabou sendo repreendido severamente [...] Ferido nos seus brios de militar, Hermes repeliu a injusta penalidade. Diante disso [...] o presidente Epitácio Pessoa mandou fechar o Clube Militar e determinou sua prisão, em 2 julho de 1922” (SILVA; SIMILI, 2011, p. 130). Observamos nesse caso mais demonstrações de tensões entre os âmbitos civis e militares, visto que Hermes reagiu publicamente às ofensas recebidas pelas cartas supostamente feitas por Bernardes, mas quem acabou sendo punido foi o próprio marechal.

⁹⁴ Mesmo que estejamos traçando determinados elementos cronológicos da trajetória de Hermes, não pretendemos colocar sua história como uma linha unívoca, pré-determinada ou como se dispusesse de um sentido lógico. O que tentamos trazer ao longo deste subcapítulo é uma discussão sobre o conjunto de possibilidades que podem ter contribuído para as ações de nosso personagem, bem como para a construção de sua imagem, assim como fez Natália Pietra Méndez ao escrever sobre as trajetórias de importantes feministas dos anos 1960 (MÉNDEZ, 2018, p. 31-33).

sim como evidências do crescimento de prestígio de Hermes *ao longo dos anos*. Mais do que um marco específico, observamos sua ascensão através do tempo, tendo origem em suas múltiplas relações e atitudes.

O ingresso no cargo de 1896 sem dúvida colaborou para um maior contato com políticos civis, inclusive devido ao seu papel ligado à presidência, então exercida pelo vice-presidente civil Manoel Vitorino.⁹⁵ Apesar disso, o contato frequente com políticos civis deve ter precedido ao cargo da Casa Militar, visto que desde o processo da Proclamação Hermes circulava em meio a nomes como Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva e Rui Barbosa. O que lhe faltava era notoriedade, influência. Sua participação, em 1897, na “comissão redatora do primeiro regulamento do Estado-Maior do Exército (EME)[...], medida de modernização operacional e administrativa da força militar” (LEMOS, 2010, p.3) foi outro elemento que possibilitou uma ascensão na opinião política, ainda que tenha voltado a comandar o 2º Regimento de Artilharia após o retorno de Prudente de Moraes à presidência. A imagem de Hermes passou, daqui em diante, a estar relacionada ao profissionalismo militar e à modernização do Exército.

Mas o que é o militar profissional? Segundo José Murilo de Carvalho, para os próprios militares renovadores do Exército o “pré-requisito dessa profissionalização [é] o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos” (CARVALHO, 2006, p. 40). Isto porque “o Exército devia ser o órgão de defesa nacional, sob a direção dos comandos superiores, por sua vez submetidos ao presidente da República” (CARVALHO, 2006, p. 41). Comparando essas ideias aos cargos que Hermes assumiu, podemos perceber como ele só exerceu cargos propriamente militares até ocupar o Ministério da Guerra sob o governo Afonso Pena, em 1906. Falamos aqui sobre algo “propriamente militar”, mas é claro que sua atuação efetiva jamais escapava à esfera política. Parece-nos interessante ressaltar como o seu crescimento de prestígio se deu mesmo com o dito “profissionalismo” de sua figura, ou seja, Hermes ascendeu à popularidade política mesmo não sendo político — ou melhor, agindo de maneira que o deveria estar afastando dos assuntos políticos, não aproximando. Esse é um elemento crucial para compreendermos que tipo de imagem os demais agentes políticos teriam sobre ele. Tal característica motivou posicionamentos favoráveis e contrários a Hermes, que ora teria a imagem “esvaziada” como um simples militar, ora enaltecida, por ser

⁹⁵ O mesmo Manoel que anos antes passou o cargo de presidente do Estado da Bahia a Hermes Ernesto da Fonseca, pai de Hermes Rodrigues, após tensões internas que desestabilizaram sua governabilidade durante o pouco tempo em que assumiu o estado (NUNES, 2017, p. 292).

justamente alguém com a capacidade “na medida certa” para levar adiante a nação. Deteremos-nos novamente sobre os referidos aspectos no próximo capítulo, ao falarmos da campanha eleitoral hermista.

Importa-nos observar, além disso, que as posturas e cargos de Hermes deixaram de corresponder a um soldado interventor — como o conceito de soldado-cidadão, sobre o qual também falaremos no capítulo três —, sem alcançar, ainda, a posição “moderada” de soldado-corporação (que veria o engajamento de militares na política como necessário, porém seguindo determinados limites e intenções), outro conceito sobre o qual nos debruçaremos mais adiante (CARVALHO, 2006, p. 38-42).

Hermes exerceria os cargos sob o comando de civis e militares hierarquicamente superiores, sem gerar novos “tumultos” após a Revolta da Armada. Baseado na obra foucaultiana, Celso Castro nos diz que “a disciplina da caserna não deve de forma alguma ser isolada historicamente da disciplina nas prisões, nas escolas, nos hospitais” (CASTRO, 1995, p.40). Na virada do século XIX para o XX, “a principal função dos exércitos em suas sociedades durante esse período era garantir a ordem política e social”, ou era o que deveria acontecer para se considerar uma boa corporação (BORGES, 2011, p. 74). Assim sendo, o que é levado em conta como um militar profissional, é sua atuação que não destoe da implementação da ordem vigente, e de uma disciplina que não prejudique as hierarquias presentes na sociedade (MISKOLCI, 2013, p. 209; 2628). Não se condenava, portanto, a intervenção militar em si, mas sim uma intervenção desfavorável às elites político-econômicas do país⁹⁶. Para a manutenção da exclusão social e do *status quo*, “o uso da força seria utilizado em sua plenitude” (BORGES, 2011, p. 132).

Essa imagem “ordeira” de Hermes deve ter contribuído para “sua nomeação a comandante da Brigada de Polícia do Distrito Federal em 1899, posto que ele manteve até assumir o comando da escola preparatória do Realengo em agosto de 1904”, visto que Campos Sales o teria considerado um “defensor confiável” do regime republicano. (McCANN, 2009, p.138-139). Sua promoção a general ocorreu nesse ínterim, no ano de 1900. Enquanto comandante da Escola Preparatória e Tática de Realengo⁹⁷, Hermes alterou o teor do plano de ensino da instituição, tornando-o “mais voltado para a prática militar,

⁹⁶ Aqui, relembramos as ideias de autoritarismo do ponto de vista do liberalismo político que comentamos na nota de rodapé nº 58 dessa dissertação, presente em nosso subcapítulo anterior.

⁹⁷ Segundo José Murilo de Carvalho, a Escola de Realengo teria sido aberta somente em 1911, elemento que não observamos nas demais leituras feitas para tratar do tema. Sua existência remonta aos primeiros anos de República, ainda no século XIX, sendo uma instituição preparatória para a Praia Vermelha, e passa pelos acontecimentos supracitados de 1904 (McCANN, 2006, p. 120; LEMOS, 2010, p. 4).

revertendo a tendência à orientação científica” (LEMOS, 2010, p.4). Segundo Marcelo Henrique Santos, foi durante sua gestão da escola que Hermes alcançou os holofotes, elemento que concordamos, apesar de considerarmos como parte de uma jornada gradual: “Hermes da Fonseca ganhou notoriedade por ter debelado a revolta, em 1904, dos cadetes da Escola Militar do Realengo”(SANTOS, 2005, p. 23). O já general Hermes conseguiu impedir os seus estudantes de ingressarem no conflito que posteriormente seria chamado de Revolta da Vacina:

Desencadeado na cidade do Rio de Janeiro pela imposição, por parte do governo federal, da obrigatoriedade da vacina contra a varíola, a rebelião catalisou outras tensões, envolvendo setores populares e militares de várias patentes. De imediato, o governo suspendeu a obrigatoriedade da vacina e decretou o estado de sítio, mas, depois de conter a rebelião, fazendo mortos, feridos e presos, retomou a vacinação, que conseguiu erradicar a doença na cidade. (LEMOS, 2010, p.4)

A Escola da Praia Vermelha, por sua vez, conseguiu aderir ao movimento revoltoso. Após o controle do conflito pelo governo, essa instituição foi fechada para evitar novas insurreições por parte de seus alunados.⁹⁸ No ano seguinte, Hermes seria mais uma vez promovido, agora por Rodrigues Alves, para “comandante do 4º Distrito Militar, com sede na capital federal e jurisdição sobre os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás” (LEMOS, 2010, p. 4). Segundo Marcelo Henrique Santos, “foi nesta condição que Hermes da Fonseca iniciou sua contribuição para a reestruturação do Exército Brasileiro” (SANTOS, 2005, p. 23). Isso pôde ser observado tanto pelos políticos, quanto pela sociedade como um todo, já que “no comando de uma divisão composta de elementos de artilharia, cavalaria e infantaria, [Hermes] realizou exercícios em Santa Cruz de 16 de setembro a 8 de outubro” (LEMOS, 2010, p.4). Segundo McCann, “seus soldados viveram em barracas, treinaram ataques simulados, marcharam e posaram para fotógrafos, esforçando-se para parecer soldados” (McCANN, 2009, p.139). A análise feita por Hermes não foi das melhores, sendo que, em seu relatório sobre as práticas, muita coisa estava deixando a desejar: “fardamento, barracas, alimentos e equipamentos disponíveis eram insuficientes e de má

⁹⁸ Segundo Francisco Benchimol, a Revolta da Vacina conjugou dois movimentos diferentes, porém que eclodiram ao mesmo tempo: “o grande motim popular contra a vacina e outras medidas discricionárias e segregadoras impostas em nome do “embelezamento” e “saneamento” da cidade, e a insurreição militar deflagrada dias depois, com o objetivo de depor o presidente Rodrigues Alves. [...] Na madrugada do dia 15 [de novembro de 1904], deflagraram o golpe. Sob chefia do general Travassos e de Lauro Sodré, cerca de 300 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha marcharam em direção ao Palácio do Catete. Esperavam convergir com as forças provenientes de Realengo e da fortaleza de São João, onde a revolta fora, porém, neutralizada.” (BENCHIMOL, 2003, p.273-275)

qualidade. Também o material humano apresentou problemas, em especial nos combates simulados” (LEMOS, 2010, p. 4).

Essas conclusões, no entanto, não surtiram efeito negativo fora da corporação: “os civis mostraram-se empolgados, ao menos com as exibições militares, fundaram tiros-de-guerra, alistaram-se como voluntários para manobras anuais”(McCANN, 2009, p. 139).



O GENERAL HERMES DA FONSECA, commandante do
4º districto militar

Honrando hoje estas columnas com o retrato do distincto general que tanto brilho tem dado á guarnição da capital da Republica, temos certeza de que nos referimos a um militar de comprovado valor, pelos seus estudos, pelo seu character e pela sua actividade.

E' de recente data o acto de lealdade e valentia que praticou, em o famoso «14 de novembro», na qualidade de commandante da Escola Tactica do Realengo; são de perfeita actualidade os seus intelligentes e corajosos esforços para movimentar as forças federaes aqui aquarteladas, inoculando-lhes o verdadeiro espirito marcial, em exercicios de campanha, tão necessarios á instrucção do soldado.

Hermes da Fonseca não tem sómente os bordados que a sua alta patente lhe assegura : tem tambem os que a opinião publica enxerga no seu peito e no seu espirito de verdadeiro militar.

Observando nossas fontes de 1906, Hermes é retratado positivamente em comentários sobre as manobras daquele ano (CARVALHO, 2006, p.27; ver Imagem 41). Além de ser chamado pelo cargo que ocupava, Hermes é mencionado como “*militar de comprovado valor, pelos seus estudos, pelo seu caracter e pela sua actividade*”. (O MALHO, 12/05/1906) Observamos uma exaltação de sua figura em atributos como “valentia” e “lealdade”, justamente por sua participação de manter a ordem nos acontecimentos de dois anos antes. Isso indica a notoriedade pública que Hermes adquiriu após tais acontecimentos, como também sua figura passou a ser agradável para *O Malho* devido a atributos típicos de uma honra masculina⁹⁹, e pelo profissionalismo de sua parte. A revista extrapola, e diz que a opinião pública é que estaria vendo em Hermes o *verdadeiro militar*. (O MALHO, 12/05/1906).

Ainda em 1906, Hermes ingressou como Ministro da Guerra no governo Afonso Pena, além de ser promovido a marechal neste mesmo ano. Sua participação política mais efetiva na República do século XX começaria aqui. Em um primeiro momento, o que podemos destacar é a continuidade de atividades que vinculavam o teórico e o prático, havendo uma expansão das manobras militares e um aumento considerável de clubes de tiro. Por ser uma modernização, o general Hermes estaria fazendo a coisa certa (McCANN, 2009, p. 141).

A importância atribuída às atitudes de Hermes enquanto um reorganizador devem ser levadas em consideração a partir de dois elementos. Em primeiro lugar, a imagem do Exército era cotidianamente afetada de forma negativa devido ao comportamento de seus soldados de menor patente — “brigas, roubos e bebedeiras eram frequentes nos quartéis” (CARVALHO, 2006, p. 21) —, ainda que não se verifique o mesmo sobre os oficiais

⁹⁹ Falando em honra masculina, nos referimos ao valor de um homem perante sua sociedade e a si próprio, um bem simbólico que é medido por seus comportamentos, tomadas de posição, ideais, e outras normas sociais, como as vestimentas. (MISKOLCI, 2013, p. 1186; MACHADO, 2007, p. 42; BOURDIEU, 2002, p. 13;50) Não acreditamos que a honra masculina seja, porém, um valor estanque: é móvel, acompanhando as mudanças e disputas ao redor de categorias de gênero como masculinidades e feminilidades. Na concepção que nos referimos aqui, características como retidão, coragem, inteligência, e qualidades marciais são indicativos positivados, honoráveis, de uma masculinidade que se adequa à disciplinarização interna pela qual passava o Exército. Mais do que uma constatação de mudanças, o discurso da revista *O Malho* demonstra uma legitimação desses valores: um homem dotado de tais características, portanto, seria um homem honrado. (BOURDIEU, 2002, p. 28) A busca pela honra, em plena Primeira República, será um dos motivos por casos de duelos entre homens (para defender a honra através da violência), como justificativa para suicídios (para limpar a própria honra e provar coragem), e até mesmo como embasamento para assassinatos contra mulheres (o que atualmente chamamos de feminicídio, crimes que visavam legitimar a autoridade masculina perante as mulheres) (MISKOLCI, 2013, p. 1542-1547; CHALHOUB, 1986, p. 155-164).

superiores. Isso se justifica pelo nosso segundo elemento, que era o formato de alistamento eleitoral vigente. Citando Peter Beattie, Vanderlei Machado relata que

durante o Império os recrutadores, a polícia e os juízes, extraíam a maioria dos recrutados das fileiras dos vadios, ex-escravos, órfãos, criminosos, migrantes, trabalhadores sem qualificação e desempregados. Não raro, o serviço militar era identificado com marginalidade e cativo (MACHADO, 2013, p. 129)

Em outras palavras, “era considerado um castigo usar uma farda de soldado” (MACHADO, 2013, p.130). Modernizar a organização também seria recuperar sua imagem diante da sociedade, algo que seria feito a partir da Proclamação da República, e mais especificamente, a partir das ditas reorganizações do Exército que teriam efeitos graduais ao longo dos primeiros anos do século XX.

É válido destacar, contudo, que as reorganizações e manobras propostas pelo ministério da Guerra não seriam exclusividade da capital. Em Santa Catarina, já em 1908, os exercícios eram reproduzidos na imprensa como um sinal de progresso cívico, trazendo “imagens positivas do Exército, como disciplinador e formado por jovens ordeiros e saudáveis.” (MACHADO, 2013, p. 132). A ordem, o respeito à autoridade e a disciplinarização dos corpos passaram a nortear as adequações feitas durante o período republicano, visto que o desenvolvimento institucional do Exército vai trabalhar sobre as normas sociais voltadas para o gênero masculino. Para ser um homem produtivo, dentro da “nova” sociedade capitalista, a disciplinarização se faz necessária: o mesmo vale para a instituição mantenedora das hierarquias, que antes de exercer sua função plenamente precisaria de uma ordem interna — um princípio de autoridade — levada a sério (CASTRO, 1995, p. 40; MACHADO, 2013, p. 124-135).

Nesse sentido, também em 1908, uma das principais pautas sobre a modernização da corporação seria o seu método de alistamento, o que resultaria na chamada “Lei de Sorteio de 1908”, principal bandeira levantada pelo Ministro da Guerra. Nela, “os alistados passavam por um sorteio que indicaria quem iria formar as fileiras do Exército. Tal medida deveria substituir a forma como o recrutamento militar vinha sendo até então realizado” (MACHADO, 2013, p. 129). Além disso, a promessa era de “suprimir os castigos corporais a que os soldados estavam sujeitos e previa severa punição para quem os aplicasse”¹⁰⁰, bem

¹⁰⁰ Segundo Frank D. McCann, “as punições ficavam ao sabor de caprichos” dos militares superiores, podendo variar desde palmatórias até espancamentos coletivos. Além disso, estavam entre as práticas possíveis a prisão em solitária, com alimentação apenas feita a pão e água por 21 dias; o “marche-marche”, uma marcha realizada sobre pátio juncado de telhas; e o “estaqueamento”, em que os indivíduos eram amarrados a estacas

como aprimorar o ensino em instituições preparatórias de todos os níveis. (MACHADO, 2013, p. 130; CARVALHO, 2006, p. 22). Segundo José Murilo de Carvalho, Hermes da Fonseca conseguiu aprovar a lei de sorteio, porém sua efetivação plena não veio a acontecer tão cedo. Indo em outro sentido, Marcelo Henrique Santos afirma que as boas relações estabelecidas entre Hermes e o senador gaúcho Pinheiro Machado seria uma das razões para que o apoio financeiro dado ao programa de reformas surtisse efeito¹⁰¹ (SANTOS, 2005, p. 24). McCann questiona os investimentos feitos a partir de 1910, afirmando que seriam baixos o suficiente para impossibilitar o financiamento das reformas (McCANN, 2009, p. 229). A implementação de todas as reformas seria algo alcançável somente em 1916, já que o alistamento só passaria a ser efetivamente executado a partir desta data. Nesse meio tempo, as reorganizações foram feitas paulatinamente, ao sabor das conveniências orçamentárias e dos interesses dos diferentes agentes políticos (LEMOS, 2010, p.6; CARVALHO, 2006, p.22; McCANN, 2009, p. 165).

As marchas, manobras militares e estandes de tiro, porém, continuariam como elementos úteis de propaganda, e como pontos importantes para a discussão da modernização necessária ao Exército. Mesmo durante o período compreendido pelas eleições de 1909-1910 a sociedade acompanhou a inauguração de inúmeros Clubes de Tiro, alguns contando até mesmo com a participação de Hermes (CARVALHO, 2006, p. 22). Sua popularidade entrou em um sentido crescente a partir dessas práticas, concedendo-lhe até mesmo a alcunha de *kaiser sul-americano*. Esse título não se dá a toa: em 1908, Hermes foi convidado pelo kaiser alemão Guilherme II “para assistir às manobras do Exército alemão em Postdam, que contou com vasta cobertura jornalística favorável à viagem do ministro da Guerra”¹⁰² (BORGES, 2011, p. 143). Observamos essa postura também na revista *O Malho*, que publicou fotos da partida de Hermes, de sua observação de manobras *in loco* na Alemanha, e de seu evento de retorno, lotado de pompas (Ver Imagens 41, 42 e 43).

cravadas no chão, como se seus corpos fossem barracas. Isso visava mantê-los em posição desconfortável, com os membros esticados (McCANN, 2009, p. 112).

¹⁰¹ Válido destacar a aproximação de Hermes da Fonseca de João Gomes Pinheiro Machado, senador pelo Rio Grande do Sul e um dos principais políticos da Primeira República. Desde 1906, ambos nutriam uma boa relação, sendo Hermes o “padrinho” de Pinheiro Machado quando este duelou contra Edmundo Bittencourt, jornalista do *Correio da Manhã*. Segundo Santos, “a intimidade dos dois gaúchos foi importante inclusive para o sucesso do programa de reforma do Exército, pois, precisando da aprovação de verbas no Congresso Nacional, Hermes da Fonseca pôde [...] ‘valer-se largamente da ajuda de Pinheiro Machado’” (SANTOS, 2005, p. 24).

¹⁰² A viagem fazia parte de uma aproximação entre a organização militar brasileira e a alemã. Três turmas de oficiais brasileiros foram enviadas para estudos na Europa, “uma em 1906, outra em 1908 e a última em 1910, absorveram, por dois anos cada uma, o espírito da organização militar alemã” (CARVALHO, 2006, p. 27).

Daremos por encerrada a trajetória de Hermes por enquanto, tendo em vista que os próximos elementos de sua biografia fazem parte das tensões eleitorais que envolveriam o seu nome e o de Rui Barbosa.

Antes disso, ressaltamos como foi dada a crescente popularidade de Hermes da Fonseca. Em um primeiro momento, atuou de maneira coadjuvante em importantes processos históricos do país, como a Questão Militar e a Proclamação da República. Apesar de sua atuação não ser tão destacada, podemos dizer que sua circulação entre os meios políticos civis e militares fizeram parte de uma jornada que o colocaria no imaginário nacional da época como um *verdadeiro militar*, reformador das instituições pelas quais passou, um homem defensor da ordem e do regime. Isso se consolidaria a partir de 1904, à medida que seu ingresso no governo Afonso Pena o lançaria como um dos principais nomes da política nacional. Ao contrário de Rui Barbosa, vulto político de longa data, Hermes cresceu na imprensa e na política institucional poucos anos antes de seu lançamento como candidato à presidência. Sua figura, vista como ordeira, correta e profissional, também esteve eivada por uma série de elementos de gênero. É sobre isso que falaremos no próximo capítulo.

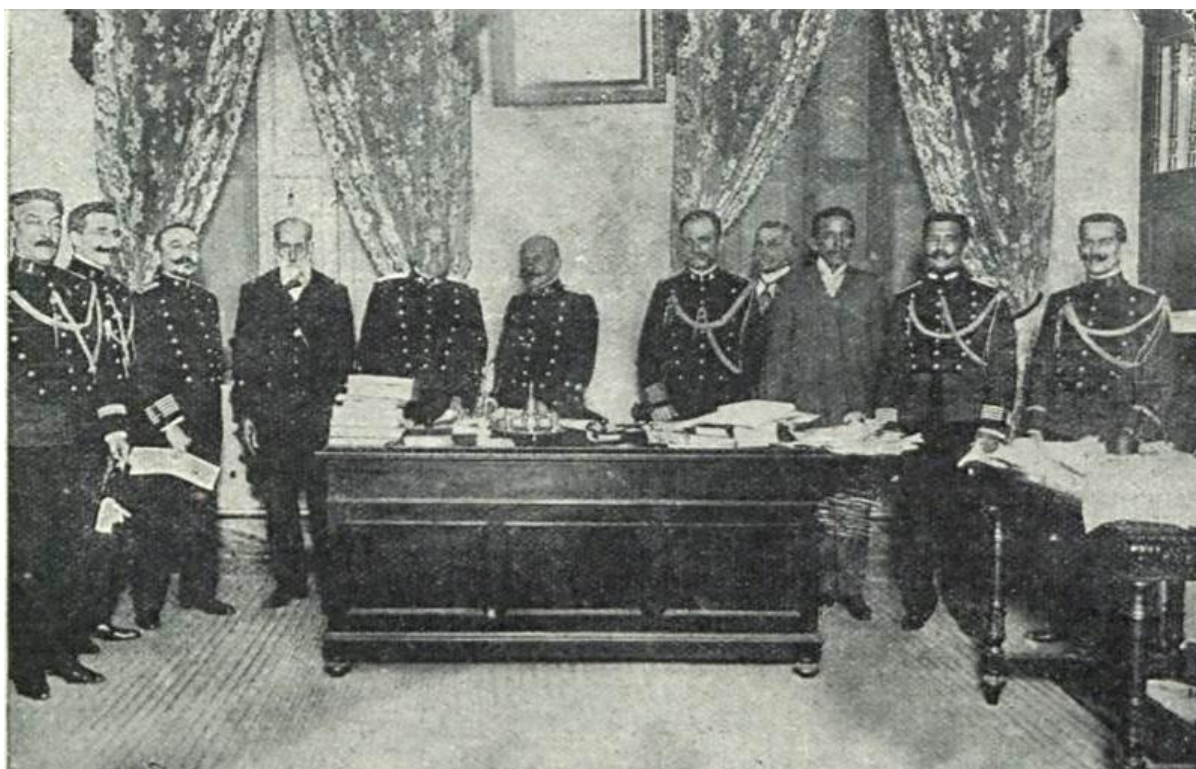


Imagem 41 - Quadro histórico. O MALHO, 12/09/1908, n.313, p.25. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Na legenda desta foto, lê-se: “O marechal Hermes da Fonseca, ministro da guerra, entregando a pasta ao marechal Xavier da Camara, na véspera de sua partida para a Alemanha. (N. da R. - Não é photographia de quadro a oleo, mas pôde servir para original do futuro quadro.)” Hermes está no centro.



Imagem 42 - Sem título, O MALHO, 07/11/1908, n. 321, p. 15. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Hermes deve ser um dos militares no centro da foto, a baixa qualidade do registro não nos permite ter certeza.



Imagem 43 - *O regresso do Ministro da Guerra*. O MALHO, 07/11/1908, n. 321, p.9. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Na legenda desta foto, lê-se: “Em pé no carro e, visivelmente commovido, o marechal Hermes da Fonseca agradece ao povo a g

4 CAPÍTULO TRÊS: Em busca de masculinidade hegemônica: entre o militar e o bacharel

Neste capítulo, faremos um apanhado geral a respeito do processo eleitoral do período em análise, procurando situá-lo diante das dinâmicas sociais, políticas e de gênero comuns à Primeira República. Os elementos específicos referentes ao funcionamento das instituições políticas republicanas serão abordados gradualmente ao longo do texto, na medida em que julgarmos condizente com a argumentação. Após essas considerações iniciais, partiremos para a análise passo a passo da disputa eleitoral, que optamos por dividir cronologicamente em três subcapítulos: 4.1) A sucessão de Afonso Pena e as Convenções (1909), em que apresentamos as disputas ao redor da sucessão do governo Pena, já trazendo representações que abordam o processo eleitoral sob a perspectiva de gênero, além das abordagens feitas pelas fontes sobre as duas convenções que escolheram os candidatos; 4.2) Civilismo versus Militarismo: debatendo política, República e masculinidades (1909-1910), espaço que dedicamos às principais discussões do capítulo, analisando as fontes a fim de compreender como as masculinidades dos dois personagens enfocados na dissertação foram representadas, defendidas e atacadas; e 4.3) O resultado das urnas: a conquista da hegemonia? (1910), onde abordamos as repercussões das urnas, assim como as representações das mulheres que participaram das eleições e se é possível falarmos na consolidação de uma masculinidade hegemônica já no período recortado.

A primeira coisa que precisamos ter em mente ao nos debruçarmos sobre o processo eleitoral em questão é o quanto seu desenrolar impactou o cotidiano político da Primeira República. Até 1909, a escolha dos presidentes era resultante de discussões feitas internamente pelas elites dos estados da federação. O princípio dos debates era o de encontrar um nome conciliatório, que trouxesse equilíbrio para as disputas políticas entre as oligarquias dos diferentes estados¹⁰³. Mesmo entre esses havia discrepâncias nas forças e possibilidades de ação dentro do regime, pois “o grau de participação de cada estado nos processos de decisão era proporcional ao seu tamanho” (VISCARDI, 2019, p. 32). Seriam os “maiores” estados “os que possuíam associadamente bancadas numerosas [no Congresso] e economias

¹⁰³ As alianças resultavam em obtenções de cargos ministeriais, cedidos a políticos dos estados que haviam apoiado o candidato vencedor; ou em “aprovações” por parte do governo aos nomes eleitos por seus apoiadores na Câmara. Sobre este último aspecto, já mencionado na nota de rodapé nº 21, acrescentamos que em alguns anos, coincidia a eleição presidencial com a eleição parlamentar, o que tornava todo o processo mais acirrado, já que o vencedor do pleito presidencial teria grande influência em quem seria “autorizado” a ocupar um cargo legislativo (VISCARDI, 2019, p. 63).

relativamente autossuficientes; os médios os que possuíam um dos dois elementos; e os pequenos os que não possuíam nenhum deles”¹⁰⁴ (VISCARDI, 2019, p.52). Apesar da aparente imobilidade, contudo, se tratava de um dinâmico sistema político, marcado pelas alianças pragmáticas e suas devidas reviravoltas. Concordamos, portanto, que “a lógica da Primeira República era muito mais complexa e dinâmica do que parece à primeira vista” (BORGES, 2011, p. 157).

Os candidatos à presidência costumavam ser “referendados” por uma pequena parcela de votantes. Em parte, a exclusão de diversos grupos do direito de votar contribuía para os baixos índices de votantes em si: “não podiam alistar-se como eleitores as mulheres, os estrangeiros, os clérigos, os militares de baixa patente e os menores de 21 anos”, sem falar nos analfabetos, excluídos do processo desde o Império (UEÓCKA, 2004, p. 55). No entanto, nunca todos os que detinham o poder de voto de fato o exerciam. Podemos considerar múltiplos fatores como responsáveis por isso. O método utilizado para determinar quais eram os candidatos é um deles, visto que normalmente os presidenciais concorriam sozinhos, já tendo seu nome sido escolhido previamente pelo delimitado círculo político envolvido. Sem a devida urgência em referendar o nome da chapa única, a mobilização era pequena (VISCARDI, 2019, p. 65). Outro elemento crucial para isso era a fraude recorrente, em que se contavam votos falsos (muitas vezes em nome de eleitores já falecidos), manipulavam-se as apurações, desaparecia-se com urnas repletas de cédulas ou até mesmo se fechavam locais de votação sem mais nem menos. A utilização do voto aberto também soava como forma de amedrontar os eleitores, visto que não era incomum a contratação de capangas armados para rondar os locais de votação e garantir o sucesso dos candidatos aliados aos seus contratantes (SANTOS, 2005, p.135; 149; BORGES, 2011, p. 355-356; 373). Em outras palavras, “disseminava-se no país uma cultura política autoritária que desconsiderava preceitos democráticos ao fortalecer a elite política e colocar em segundo plano as questões das classes subalternas”¹⁰⁵ (BORGES, 2011, p.73).

¹⁰⁴ Assim, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram “grandes”, à medida que a Bahia de Rui Barbosa, um estado de “médio” porte, devido à sua economia em declínio, mas numerosa bancada no Congresso (VISCARDI, 2019, p.52; SARMENTO, 2009, p.36). Os demais estados atualmente relacionados ao Nordeste, no entanto, seriam majoritariamente “pequenos”, à época tendo suas oligarquias locais mantidas sob influência do gaúcho Pinheiro Machado (SANTOS, 2005, p.214; VISCARDI, 2019, p.59).

¹⁰⁵ Segundo Vera Lúcia Bogéa Borges, “Podemos considerar que a cultura política se forma essencialmente nas crenças, nos hábitos, na linguagem, nos costumes que se repetem e muitas vezes se fixam na ordem social, nas práticas, nas formas de negociação e, também, nas relações que nos permite observar as demonstrações do exercício de poder existente” (BORGES, 2011, p.60). Apostamos, assim como essa autora, em uma noção plural do conceito, ou seja, estamos aqui falando de *culturas políticas*, visto que os diferentes grupos sociais

A fratura provocada durante o processo sucessório de Afonso Pena, no entanto, resultou no desenvolvimento de duas candidaturas paralelas: a de Hermes da Fonseca, o marechal em ascensão pública; e a de Rui Barbosa, o histórico defensor do liberalismo e do Direito. Mesmo que o processo de escolha dos candidatos tenha sido feito também por pequenos círculos políticos, a oposição entre as duas forças políticas configurou o surgimento de uma nova prática política na República Brasileira, pois agora “os dois candidatos [...] tiveram que buscar o voto dos eleitores através das excursões eleitorais, como eram então chamadas as viagens de campanha” (BORGES, 2011, p. 322-323). A mobilização proveniente dessa nova postura, portanto, pode ser encarada como uma verdadeira “ocupação das ruas” por parte do eleitorado nacional, até então apartado das disputas decisórias (BORGES, 2011, p. 300-301).

O engajamento causado por esse processo eleitoral serviu como propulsor de encontros políticos, discussões acaloradas, festas e recepções em estações ferroviárias, assim como vaías, depredações e brigas entre os grupos chamados à época de militaristas e civilistas (BORGES, 2011, p. 365; UEÓCKA, 2004, p. 362-372). O resultado também pôde ser sentido nas urnas, visto que em 1910

do total da população de pouco mais de 23 milhões de habitantes, estavam aptos para votar poucos mais de um milhão de eleitores (5%) e destes apenas cerca de 800 mil compareceram às urnas, isto é, 60% dos eleitores e 3% dos habitantes (BORGES, 2011, p. 353).

Pode não parecer muito, porém é válido ressaltarmos a diferença entre os percentuais de votos dos presidentes eleitos antes do pleito de 1910: em sua maioria, 90% ou mais dos eleitores votavam no nome vencedor. Hermes, por sua vez, venceu com somente 57,1% — considerando, evidentemente, os votos considerados válidos à época, oriundos dos baixos índices de participação de eleitores. Como as fraudes eleitorais eram comuns, o número exato nos escapa (BORGES, 2011, p. 350; UEÓCKA, 2004, p. 249; VISCARDI, 2019, p. 51).

Apesar disso, as práticas fraudulentas que citamos acima, assim como os esquemas de afugentamento de eleitores, não foram práticas extintas ao longo da eleição de 1909-1910. Contemplaremos isso ao final do capítulo, quando falarmos da vitória de Hermes e suas consequências imediatas, já que os problemas eleitorais serviriam inclusive como base para a

do período tinham formas próprias de se relacionar com a política. Se tratando da forma com que o grupo dialoga com a política, podemos entender sua cultura política também como um campo de significações, espaço a partir do qual as noções são articuladas simbolicamente para dar sentido às suas ações políticas (BORGES, 2011, p. 61).

contestação do resultado do pleito. A título de exemplo, determinado “colégio eleitoral” do Ceará “enviou antecipadamente pelo correio no dia 17 fev. o resultado da eleição que só aconteceria em 1º mar.” (BORGES, 2011, p. 373).

O entusiasmo com as excursões eleitorais foi grande, estando o momento histórico revestido por uma aura de novidade: os candidatos não circularam por todo o país, mas por onde passaram atraíram multidões (UEÓCKA, 2004, p.19; p. 146-188). Nesse sentido, a imprensa foi fundamental para construir a mítica ao redor de todo o processo, bem como para o desenvolvimento de debates e ataques contra ambos os lados. Nas palavras de Borges, “os jornais e as revistas devem ser compreendidos como o lócus por excelência em que se desenrolou a primeira disputa à Presidência com campanha eleitoral” (BORGES, 2011, p.185). Como afirma Lorayne Ueócka, “A construção social dessa campanha no imaginário social se tornou possível devido a uma intensa propaganda política articulada e veiculada pela imprensa” (UEÓCKA, 2004, p. 266). Dos dispositivos imagéticos dentro da imprensa foram fundamentais para o desenvolvimento das narrativas sobre as duas candidaturas: as fotografias e as charges. As fotos eram utilizadas pela imprensa a fim de criar uma aura de realidade, uma tentativa de moldar a opinião de seus consumidores sobre a efervescência causada pela Campanha Civilista (UEÓCKA, 2004, p. 266). Não consideramos arriscado afirmar que o mesmo se daria com o lado hermetista da eleição, até mesmo devido à cobertura de nossas fontes a seu respeito.

As charges, por outro lado, apresentam caráter opinativo mais evidente, voltado também para construir a realidade através do riso (VIDAL, 2009, p. 14). Segundo Vinicius Liebel, “o humor aliado à imagem abre possibilidades que o texto escrito não tem, possibilitando um ataque, uma crítica ou uma ironia em um nível mais sutil do que as palavras podem alcançar” (LIEBEL, 2017, p. 85). Em outras palavras, “podemos concluir que esses caricaturistas representavam por meio das caricaturas a própria idéia de República e a deteriorização do sistema eleitoral” (UEÓCKA, 2004, p. 68-69). Indo mais além do que a crítica à esfera política em si, consideramos que através do humor é possível humilhar e/ou normatizar práticas, indivíduos, grupos e saberes, e é, por isso, um elemento essencial para a compreensão também das construções sociais e de gênero na história (LIEBEL, 2017, p. 98; MOREIRA, p.573, 2019). Verificaremos isso em nossas fontes ao longo deste capítulo, em especial, a respeito das figuras dos dois candidatos à presidência e suas masculinidades.

As eleições de 1909-1910 trouxeram, portanto, um caráter de abertura de possibilidades, como se elas próprias se tornassem espaços para redefinições na sociedade

brasileira — era o momento de se decidir qual era o *melhor projeto de país*. Já após vinte anos de regime republicano, o país passava por uma disseminada desilusão política. Segundo Guilherme Tenório, a dita *desilusão republicana* “estaria relacionada ao fato de que a República manteve uma cultura política voltada para a subordinação, o que ia de encontro aos desejos de um regime político mais igualitário” (TENÓRIO, 2009, p. 43). A quebra de expectativas causada pelas fraudes eleitorais recorrentes, pelos desmandos oligárquicos e seu sistema excludente de atuação política levaria ao desenvolvimento de diversas formas negativas de se encarar a República. Segundo José Murilo de Carvalho, “os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos” (CARVALHO, 1990, p. 33). Para a classe trabalhadora, “os novos horizontes abertos pela República revelavam-se sombrios, tornando a primeira Constituição republicana uma ilusão para o operariado, pois dificultava a criação de qualquer forma de organização sindical” (SISQUIM, 2017, p. 34). A juventude masculina civil “já fazia duras críticas à própria República, por, em grande medida, não ter representado aquela ruptura com as práticas políticas e econômicas do próprio Império” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 54). Em termos de raça e gênero, a exclusão se mantinha através de decisões governamentais de embranquecimento da população e delimitação dos espaços de atuação feminina. Como já observado no primeiro capítulo de nossa dissertação, a eleição do deputado negro Monteiro Lopes para a Câmara, e a participação de mulheres dentro e fora do processo eleitoral de 1910, quanto na criação do Partido Republicano Feminino, apareceram dentro dessas dinâmicas como algumas das tantas formas de se disputar o regime existente, a fim de expandir seus horizontes e efetivar suas pretensões igualitárias. Tais novidades eram muitas vezes “vistas como ameaças ao casamento, à família burguesa e, principalmente, às fronteiras entre os sexos e suas posições hierarquizadas que demarcavam toda uma ordem social, econômica e simbólica” (MISKOLCI, 2013, p. 1166).

Diante da desilusão republicana, a população brasileira encarava os desvios do sistema como um dos tantos elementos a serem reformados. Mesmo fazendo parte de determinadas oligarquias, os dois candidatos arrogaram para si a prática de combatê-las em um futuro governo, elemento retórico que embalaria as excursões e a imprensa. Devido aos embates entre as ideias de militarismo e civilismo, as pautas que realmente tiveram grande

exposição¹⁰⁶ foram voltadas para a natureza do regime, para sua democratização ou evolução para o autoritarismo. Segundo Vera Lúcia Borges, por exemplo, Rui Barbosa defendeu “que a União cessasse de ser o guarda-costas das oligarquias locais, e estas naturalmente seriam asfixiadas na sua impopularidade” (BORGES, 2011, p. 154). Esse tipo de proposta foi discutida como parte da Revisão Constitucional ensejada por Rui Barbosa, que alterou alguns tópicos a fim de reorganizar aspectos legais quanto a intervenções nos Estados por parte da União¹⁰⁷. Hermes da Fonseca, por outro lado, defendeu os interesses do Rio Grande do Sul e foi contra a revisão, ao mesmo tempo em que se colocou como defensor dos direitos individuais dos cidadãos, como garantidor do respeito ao voto popular, além de reconhecer as desigualdades sociais entre as diferentes regiões do país (SANTOS, 2005, p. 131-133).

Em decorrência dessas disputas, observamos como os embates políticos e discursivos precederam até mesmo as divulgações oficiais dos programas de ambas as chapas. Não cabe aqui listarmos todas as pautas das plataformas políticas dos dois candidatos, mas é válido ressaltar como foram tardias as divulgações de ambas plataformas. Hermes da Fonseca anunciou seu plano de governo somente em dezembro de 1909, ou seja, sete meses após sua oficialização como candidato pela Convenção de Maio. Rui Barbosa levou a mesma quantidade de meses, divulgando sua própria plataforma em janeiro de 1910 (SANTOS, 2005, p. 127; BORGES, 2011, p. 150). Ainda que as propostas em si tenham sido formuladas pelos grupos políticos tradicionais, a inserção de muitas pautas nos discursos públicos, visando angariar apoio do eleitorado, traria uma carga de novidade mesmo a esses programas. O que chamamos aqui de enfrentamento às oligarquias, aliás, pode ser compreendido como um espectro de posicionamentos que engloba várias frentes — seria combater as fraudes

¹⁰⁶ Quanto às pautas econômicas, por exemplo, os setores mais interessados eram os dos círculos políticos, agro-exportadores e industriais. Não observamos nem na bibliografia, nem nas fontes primárias indicativos de que a discussão econômica tenha tido grande destaque nos discursos e agitações populares.

¹⁰⁷ A questão de interferência nos estados se dá diante do contexto da prática política adotada a partir do governo de Manuel Ferraz de Campos Sales, presidente da República entre 1898 e 1902. A fim de garantir uma estabilidade dentro do Legislativo com a qual o Executivo poderia manter relações estáveis, Campos Sales instituiu a “*política dos estados*” ou “*política dos governadores*”. Segundo Maria Efigênia Resende, “O compromisso recíproco entre Campos Sales e os governadores pressupõe que ele não interfira em assuntos da política estadual e que os governadores providenciem, em seus estados, resultados eleitorais que permitam a composição e um legislativo federal compatibilizado com a políticas de governo do presidente.” (RESENDE, 2008, p. 117) Desde a Constituição de 1891, o artigo 6º “visava proibir a intervenção federal nos estados, mas abria exceções para ‘manter a ordem e a tranqüilidade’ e ‘cumprir leis e sentenças judiciais’, entre outras, que o tornavam fácil de burlar” (SARMENTO, 2009, p. 85). Basicamente, as intervenções eram pautadas por decisões políticas relacionadas a quem o Catete intencionava favorecer do que para manter, de fato, uma ordem social pacífica. A plataforma de Rui visava, portanto, tornar o texto menos dúbio e - ao menos em teoria - aumentar a autonomia dos estados da federação perante o poder central (SARMENTO, 2009, p. 85).

eleitorais, os desmandos locais, as desigualdades de oportunidades de acesso a postos públicos, a falta de exercício de cidadania por parte dos brasileiros.

Chegamos agora em um ponto nevrálgico de nossa análise, visto que nenhum dos processos supracitados esteve desprovido de sua dimensão de gênero — como temos acompanhado desde o primeiro capítulo, onde também analisamos charges e gênero. Retomando o desenrolar da Proclamação da República e seus primeiros anos, percebemos vários esforços simbólicos de legitimação do novo regime. Um deles investiria na apropriação da imagem feminina como sendo análoga à República¹⁰⁸, isto é, a nova forma de governo seria uma República-Mulher (CARVALHO, 1990, p.14). Uma influência direta de uma simbologia adotada primeiramente pela República romana, na Antiguidade, e depois pela República Francesa, a República-Mulher teria passageiras representações como guerreira, sendo que o enfoque de sua adoção imagética seria justamente a de pontuar a fragilidade feminina, seu valor altruísta e sua maternidade como características que definiam a pátria (CARVALHO, 1990, p. 78-81). Em outras palavras, “o Império era homem, a República era mulher. O movimento republicano seria um movimento de machos em busca da mulher ideal, insatisfeitos com um Império e um imperador já sem energia, desvirilizado, senil”¹⁰⁹ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 83). Observando sob esta ótica, a mulher ideal corresponderia a uma República ideal, elementos que os homens responsáveis pela instauração do sistema republicano teriam dificuldades em encarar (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 87).

As tentativas em se estabelecer uma imagem virginal ou heroica dessa República-Mulher, no entanto, se perderam com o decorrer dos anos (CARVALHO, 1990, p. 87). Segundo Elias Thomé Saliba, “será a versão paródica, sob forma de caricatura visual ou

¹⁰⁸ Em determinado momento, até mesmo um personagem masculino surgiria, agora para representar o Brasil — e não a República, a pátria, etc. Segundo Elias Thomé Saliba, “em 1908, a revista Fon-Fon! veiculou, nas suas páginas ilustradas, um debate sobre qual seria a melhor ‘representação caricatural do Brasil’. Vários caricaturistas e desenhistas participaram, enviando cartas, caricaturas e ensaios visuais” (SALIBA, 2006, p. 307). Apesar do concurso não promover um consenso, não raro observamos até mesmo em *O Malho* a utilização do homem ‘calunga’ criado por J. Carlos, vestido com chapéu de penacho, blusa azul com o Cruzeiro do Sul e calças justas de listras verde-amarelas (SALIBA, 2006, p. 308).

¹⁰⁹ Em fins do Império, Dom Pedro II ficou doente e precisou ir à Europa para tratar de suas enfermidades. As apreensões a respeito de sua capacidade de seguir governando foram parcialmente embasadas por isso, mas não podemos deixar de lado as constantes acusações contra o imperador de ser pouco viril devido ao seu ar intelectualizado e pouco afeito a demonstrações de força. Sua postura mais civil teria sido julgada por parte dos efetivos militares que o depuseram em 1889. Pedro seria representado comicamente ora como Pedro Banana, ora como Pedro Caju, ou ainda como um dorminhoco no trono. Ou seja, era um homem sem ação, pouco enérgico, pouco *macho* (FREYRE, 2013a, l. 5962-5966; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.85; MARTINS, 2012, p.47). É sempre importante destacar a leitura crítica que fazemos dos autores que trabalham esse período, incluindo Gilberto Freyre, em vista de suas narrativas sobre as diferenças entre os regimes estarem elas próprias imbuídas de concepções de gênero.

verbal, da mulher elegante ou mundana, solene ou doméstica, corrompida ou sedutora, que irá predominar” (SALIBA, 2006, p.313). A desilusão republicana dará vazão à visão de gênero que transformava a república-virgem em uma república-prostituta, em uma *mulher pública* — ideia misógina que rebaixa a mulher, a coloca como sexualmente promíscua (CARVALHO, 1990, p.89). No entanto, sua representação não seria única e exclusivamente como mulher prostituída: a imagem feminina da República continuaria sendo usada em charges também de outras formas, podendo ser apresentada inclusive no papel de *vítima*. Na charge abaixo, de *O Malho*, a República sofre várias lesões denominadas “oligarquia”, motivo pelo qual ela recorre ao então presidente Afonso Pena em busca de ajuda (ver imagem 45). Afonso responde que não tem condições de curar “*feridas antigas e profundas!*”, por estar se dedicando a tirar a ferrugem de outro lugar: a Capital Federal. Em outras palavras, a recusa do presidente se demonstrava como uma escolha, como uma opção de abandonar a feminina República à própria sorte — uma atitude masculina nada protetora, e até mesmo covarde.

Vítima das práticas oligárquicas, portanto, a República precisava de um salvador. O momento de efervescência política provocado pelo processo eleitoral de 1909-1910 trouxe à tona a necessidade — e possibilidade — de se legitimar um nome capaz de exercer a árdua tarefa de defender a República dos ataques que a corrompiam. Enquanto as bandeiras do civilismo e da candidatura militar foram erguidas para se defender preceitos de democracia ou liberdade, observamos também a busca por uma resposta quanto ao *homem* ideal para a condução da pátria no quadriênio seguinte.

Assim, não podemos deixar de ressaltar o caráter generificado da disputa eleitoral que analisamos, pois os sujeitos envolvidos também apresentavam gênero: o masculino. Concordamos com a afirmativa de que “é provável que a hegemonia seja estabelecida apenas se houver alguma correspondência entre o ideal cultural e o poder institucional, coletivo, se não individual”¹¹⁰, daí outra necessidade em se discutir a disputa eleitoral também sob o prisma de gênero e masculinidades (CONNELL, 2005, p.77). Nesse sentido, a partir do próximo subcapítulo nos debruçaremos sobre as fontes a fim de discutir as construções feitas pelas representações acerca das masculinidades de Hermes da Fonseca e Rui Barbosa.

¹¹⁰ Tradução livre do trecho: “[...] hegemony is likely to be established only if there is some correspondence between cultural ideal and institutional power, collective if not individual” (CONNELL, 2005, p.77).



Imagem 44 - *Não tem mãos a medir*, O MALHO, 23/01/1909, n.332, p.32. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Válido notar que Afonso Pena é chamado de Sr. Conselheiro, uma alusão crítica ao seu papel prévio como político civil durante o Império.

4.1 A sucessão de Afonso Pena e as Convenções (1909)

A sucessão de Afonso Pena mobilizou o cenário político, já que ele tentou, por si só, driblar as práticas políticas e escolher o nome que o sucederia. Sua atitude, no entanto, ia de encontro a pilares políticos importantes da Primeira República, a saber: a não interferência do Catete na escolha do próximo presidente, e a não monopolização do poder nas mãos dos mesmos estados (VISCARDI, 2019, p.110; 160). Em uma primeira empreitada, “o primeiro possível candidato era o contrerrâneo do presidente, João Pinheiro, que ganhou projeção nacional no governo de Minas ao defender a criação do “*Jardim de Infância*”¹¹¹ Essa pretensão tornou-se irrealizável em 1908, em decorrência do falecimento de João Pinheiro em

¹¹¹ Grupo político que “teve seu apogeu durante os anos de 1907 e 1908. [...] Era composto, em sua maioria, por mineiros, mas acoplava, em seu interior, cariocas, nordestinos e gaúchos” (VISCARDI, 2019, p. 166). O Jardim de Infância era formado por uma série de jovens e emergentes políticos, representantes de uma nova intelectualidade republicana (VISCARDI, 2019, p.164). Alguns foram nomeados para os ministérios do governo Pena, o que “caiu no desgosto das lideranças estaduais, que esperavam que a escolha do ministério fosse baseada em critérios de hierarquia e prestígio” (PAES, 2007, p.78). Daí a origem do apelido pejorativo de Jardim de Infância, dado por um dos aliados políticos de Rui Barbosa que havia sido boicotado nesse jogo político (UEÓCKA, 2004, p. 92). No entanto, acreditamos que o apelido não se deu somente por causa de sua pouca idade, sofrendo influências também de aspectos de masculinidades. Conforme Lorayne Ueócka, eram suas “figuras mais expressivas: Calógeras, Davi Campista, João Luís Alves, Gastão da Cunha, Estevão Lobo, Celso Bayma, Alcindo Guanabara, James Darcy, Miguel Calmon e Carlos Peixoto” (UEÓCKA, 2004, p. 93).

outubro daquele ano (BORGES, 2011, p.141). O nome adotado a seguir por Afonso Pena também pertencia ao grupo “Jardim de Infância”: David Campista, seu Ministro da Fazenda (BORGES, 2011, p. 141).

O movimento de colocar David como sucessor de Afonso Pena passou a ser chamado de Candidatura Campista, seja no cenário político, seja na imprensa. Sua recepção, porém, não foi nada boa, pois segundo Vera Lúcia Borges, “políticos experientes, entre eles Rui Barbosa, Bias Fortes e Francisco Sales [...] não enxergavam nele experiência, maturidade e autoridade para ocupar o cargo máximo do Executivo” (BORGES, 2011, p. 141). Logo de cara “contrariamente à candidatura de Campista se colocaram os estados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, além do Exército” (VISCARDI, 2019, p. 160). Rafael Lopes Paes também destaca o impacto da candidatura na imprensa como um todo:

A idéia de um candidato imposto politicamente pelo presidente foi vista com repúdio. A imprensa trabalhava o conceito de que um candidato oriundo de manipulações políticas estaria somente colaborando, independente do caráter de suas futuras ações, para a manutenção de uma tradição política que classificava como *uma doença que estaria corroendo a República* (PAES, 2007, p.83, grifo nosso).

Se pararmos para encarar as primeiras manifestações quanto ao nome de David Campista, perceberemos como elementos relacionados à sua constituição masculina foram evocados para deslegitimar sua candidatura — não era *maduro*, não tinha *autoridade*, e até mesmo fazia parte da *doença republicana*. A oposição foi também demarcada contra Afonso Pena, que ficaria notório pela frase “*Quem faz política sou eu!*”. Conforme Viscardi, “A aludida frase, de fato, nunca foi pronunciada. A imprensa a teria divulgado como forma de expressar as intenções autonomistas do novo governo em relação à tutela de Pinheiro Machado” (VISCARDI, 2019, p. 161).

Na charge de capa da edição nº 331 de *O Malho*, “Lição e aviso”, vários elementos se combinaram na crítica a “feitura política” de Afonso. O contexto da charge é a ida do presidente até Petrópolis — localização típica de veraneio desde o Império, devido aos ares “europeus” de sua arquitetura (NEEDELL, 1993, p. 178) —, e o fato de comandar a nação a partir dali, forçando os ministros a viajarem até a cidade para receber suas ordens e assinaturas. Ao fundo, os ministros se aproximam, caracterizados por símbolos distintivos — David Campista é o primeiro da fila, carregando o óculos pincenê que o acompanha em todas representações chárgicas; enquanto Hermes é um dos últimos da fileira, fardado e baixinho

—, à medida que no primeiro plano Zé Povo¹¹² conversa, de maneira humilde, com Afonso Pena. O presidente tem postura relaxada, olha para cima enquanto se abana com um leque. Sua roupa faz alusão a alguma veste indeterminada da cultura chinesa, enquanto o leque imita o fundo amarelo e o círculo vermelho da bandeira da Dinastia Qing, que à época governava a China. Sua postura corporal indica que Afonso Pena é um arrogante, evitando encarar Zé e aproveitando seu dia de relaxamento enquanto os demais se aproximam para servi-lo (Ver imagem 45).

Na legenda, Zé Povo critica Pena quanto à atuação administrativa a partir da cidade de veraneio, afirmando que “*O Imperador não fazia isso: descia ao Rio para os despachos do Paço...*”. Em resposta, Pena questiona: “*Ora, meu amigo! Então você quer ensinar isso a um professor de direito constitucional?! Então você não sabe que eu é que sou a Constituição? Onde eu estiver, está ella!*”. Para além da referência à Carta Magna, o presidente responde à comparação com D. Pedro II, dizendo “*Então que diabo vale um homem ser presidente da República, se não pode fazer mais alguma coisa que um monarca?*” (O MALHO, 19/01/1909, capa).

¹¹² Segundo Vera Lúcia Borges, “o personagem [Zé Povo] reclamava de sua situação social, do desrespeito aos seus direitos e tinha, ainda, leitura crítica da realidade à sua volta. Em linhas gerais, pobreza, carência e sentido crítico em todos os sentidos eram as suas marcas. Diante da opressão, o humor servia de denúncia aos vícios e astúcias que marcavam aquela sociedade da Primeira República” (BORGES, 2011, p.279-280). Segundo Guilherme Teixeira, Zé Povo se tornaria um símbolo do “Outro” para a burguesia brasileira, representando toda a classe de despossuídos que deveria ser rejeitada. A origem do personagem, uma transposição do Zé Povinho de Portugal, assumiria, para muitos, conotação negativa à brasilidade (TEIXEIRA, 2001, p. 28-30). Se trata, bem da verdade, em mais uma das dificuldades de definição do tipo brasileiro, conforme discutido anteriormente a respeito do personagem “Brasil” (SALIBA, 2002, p.124-127; TEIXEIRA, 2001, p. 30). Na Careta, mesmo sendo retratado como um homem à parte das decisões políticas, observamos como sua inserção nas charges visa sintetizar a posição do povo, ou dar-lhe voz, isso, claro, sob a perspectiva do que o periódico acredita ser (ou quer que seja) a opinião popular. Concordamos com Marcos Silva, de que “os significados do personagem, de maneira geral flutuaram entre a simbolização da impotência da população ante os governantes, o fascínio pelo poder e a oposição aos desmandos do Estado republicano” (SILVA apud TENÓRIO, 2009, p.20).

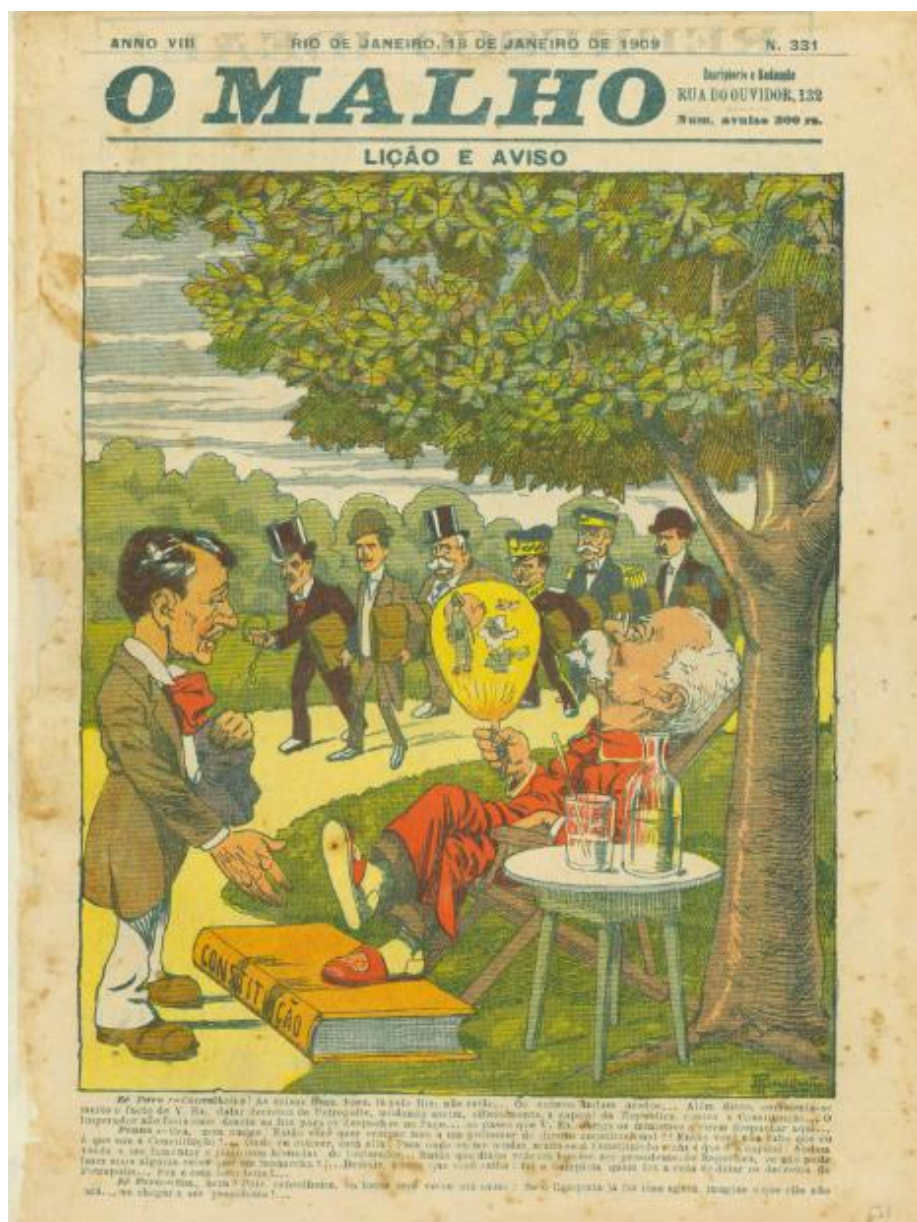


Imagem 45 - *Lição e aviso*, O MALHO, 19/01/1909, n.331, p.1. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Reproduzimos parte do texto da legenda acima, no corpo de nosso trabalho.

Criava-se “uma espécie de demonização da imagem do presidente, dando a ele a imagem de articulador despreocupado com os compromettimentos que deveria ter com a República e a democracia” (PAES, 2007, p. 82). No caso específico da charge acima, notamos como há uma tentativa em classificar as atitudes autoritárias de Afonso Pena como oriundas de sua arrogância como bacharel, visto que o personagem argumenta suas escolhas arbitrárias a partir de seu título de conhecedor de Direito, como professor de estudo constitucional — além de ser chamado de conselheiro o tempo todo. Afonso Pena, de certa forma, estaria exemplificando o deslumbramento pelo poder que uma “classe bacharelesca” poderia ter. O emprego das cores da Dinastia Qing, bem como de sua indumentária, também

não são elementos desprovidos de sentido. Podemos interpretar seu uso como uma brincadeira referente à ideia de perpetuação de Afonso Pena no poder (estaria ele inaugurando uma dinastia); assim como é possível analisarmos a caracterização como uma intenção de feminizar o personagem de Afonso Pena, visto que em outras charges, a veste chinesa seria comparada às saias femininas, questionando a virilidade do homem amarelo¹¹³ (O MALHO, 23/10/1909, p.27; OKABAYASHI, 2019, p.10).

A oposição ao nome Campista foi tamanha em *O Malho*, que a revista criou um concurso literário satírico para discutir uma possível presidência do referido candidato. O lançamento do concurso se deu na edição 344, sendo aberto aos “cultores das musas, para que nos digam em versos de um só ou vários metros o que sucederia ao Brazil Si “Seu” Campista fosse presidente” (O MALHO, 17/04/1909, p.26). Os prêmios seriam dados em dinheiro do primeiro ao quarto colocado, e como regra principal estaria enviar os versos até a data de 16 de Maio, data de encerramento do recebimento de correspondências referentes ao concurso. Aqui observamos mais um ataque a David, que apesar de ser doutor é satirizado pela expressão informal e popular “Seu”, ao contrário do respeitoso título de “Dr.” comumente utilizado diante dos nomes de bacharéis¹¹⁴ (HOLLANDA, 2005, p.379).

Outro elemento nos chama a atenção é a descrição do concurso, que rotula David Campista como *smart*:

O thema ou motte é por si só bem sugestivo e com certeza vai arrebatar as lyras aos pinaros da arte de prever o futuro do paiz, si elle tivesse de ficar subordinado por quatro annos á presidência *smart* do compadre e ministro do Sr. Affonso Penna (O MALHO, 17/04/1909, p. 26, grifo do original).

¹¹³ Segundo Hugo Katsuo Okabayashi, “a racialização de homens amarelos é complexa configurando-se, sobretudo, em sua emasculação, ou seja, na privação de uma masculinidade branca ocidental, na ideia de que o homem amarelo é castrado e, portanto, menos homem que os demais [...]” (OKABAYASHI, 2019, p.10). Para Todd Reeser, um conceito importante nesse sentido é o de construção analógica: devido a características físicas ou imaginadas atribuídas a pessoas não-brancas, estabelece-se um caráter desviante, excessivo ou deficitário. No caso de homens amarelos, a assimilação do estereótipo de que eles são mais delicados, dóceis e menos masculinos também resulta em uma oposição que coloca os homens brancos como “automaticamente” menos delicados, indóceis e justamente por isso mais masculinos (REESER, 2010, p. 147-148). Assim, a branquitude se interliga com a masculinidade hegemônica, em vista que ambas se pretendem não demarcadas: o homem branco é o homem-padrão, à medida que o homem não-branco é estereotipado como desviante (e subalterno) por si só (REESER, 2010, p. 148-149).

¹¹⁴ Pelo menos durante o Império, ser bacharel concedia uma legitimidade social dada à titulação de “doutor” proveniente de sua formatura, o que trazia dignidade e importância ao seu portador (HOLLANDA, 2005, p. 379). Nas palavras de Lucas de Freitas, “portar o diploma de bacharel, especialmente o de bacharel em Direito, era como conseguir-se alçar a uma classe política, que se legitimava por meio da posse desse título, como forma de distinção e estratégia de legitimação de dominação e de poder” (FREITAS, 2010, p. 84). O título era socialmente visto como um *status* positivo, então retirá-lo passaria a ser uma estratégia de se satirizar sua figura.

Ao se referir a David Campista por *smart*, o que queria dizer a revista *O Malho*? Como observado no primeiro capítulo desta dissertação, o modelo masculino *smart* foi mais uma das formas de se ser homem durante a Primeira República. O chamado à época “homem *smart*” era aquele adepto da modernidade, dos costumes ditos civilizados (aos moldes europeus), e que, em decorrência disso, estava integrado a novas formas de agir, sentir e até mesmo de se vestir (MACHADO, 2007, p.90; FREYRE, 2013a, p.17131-17134). Podemos encarar a masculinidade *smart*, portanto, como aquela tipicamente urbana, nascida já na República. Como observado por Natália Peçanha, essa masculinidade teria, no entanto, certos limites quanto às adesões a modernidade — os homens adeptos dela deveriam se manter heterossexuais, evitando a homossexualidade e, assim, a própria feminilidade (PEÇANHA, 2013, p. 26).

Como já mencionado no primeiro capítulo, a perspectiva sobre a masculinidade *smart* trazida pela revista *O Malho* era bem negativa. Quanto à autoria dos poemas publicados no concurso *Si “Seu” Campista fosse presidente*, poderíamos questionar sua autenticidade, se de fato foram correspondências enviadas para a redação da revista, ou até mesmo se não passaram por uma minuciosa revisão antes de serem publicadas. Seja qual for a possibilidade, observamos como a revista se valeu das palavras publicadas a fim de estabelecer uma comicidade contrária a David Campista, permitindo aos leitores — ou fazendo parecer assim — que atacassem o candidato através do humor, em especial, o humor que atacava sua masculinidade.

Pensando no que aconteceria caso Campista fosse eleito, o envio de Leonildo Flores rimava que “*Do thesouro o arame fugiria / P’ra as mãos dos perfumistas tão somente / E o Brazil na indigencia ficaria / Si seu Campista fosse presidente...*” (O MALHO, 12/06/1909, p.21). O termo “arame” era recorrente para se referir ao lugar onde se guardavam as contas: o dinheiro do Tesouro seria roubado para pagar perfumistas, justamente devido a interesses escusos de David Campista para com esses artigos (SANT’ANNA, 2013, p. 261). O país correria o risco de ficar na indigência caso o homem que exagerava em seu autocuidado fosse eleito. A questão da indumentária também é alvo de deboches do autor O. Coelho Barbosa, do Rio de Janeiro: muito “*pó de arroz*” seria vendido, enquanto “*a pomada faria sua vida*” e o povo passaria fome (O MALHO, 29/05/1909). Sendo a pomada e o perfume objetos associados à noção de feminilidade — até mesmo anúncios de periódicos veiculavam tais produtos especialmente voltando-se para mulheres —, a sua utilização como deboche seria

uma feminização da figura de Campista, uma desvirilização de sua masculinidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 45).

Na edição 352, por sua vez, a publicação dos versos de Manoél Pulquerio traz uma retratação mais explícita quanto ao que se poderia pensar das atitudes de David Campista, principalmente após a bajulação política:

Adispois os chaleiristas graudo / Vendo infeitado e xerozo o Canpista /
Eram capas de se alembrá / Dos mau costume dos sodomista / Porque sendo
elle um efeminado / Cumforme vancês já tem falado / Pode provocá os mau
dezejo / De quem já é mal incrinado (O MALHO, 12/06/1909, p.21).¹¹⁵

David Campista é referenciado como adepto dos “*maus costumes dos sodomitas*”¹¹⁶, como um “*efeminado*”, ou seja, um homem que é pouco viril e mais feminino do que masculino; se tornando um perigo social ao provocar o desejo àqueles chamados de “*mal inclinados*”, que veriam nele uma figura passiva. Entendemos essa passividade, aliás, como o tal “*mau desejo*”, considerando que homossexualidade era vista como uma “inversão sexual”, uma falta de autocontrole masculino que poderia “aparecer” a qualquer momento, além de ser elemento atribuído como característico das classes abastadas e urbanas devido a seu refinamento (MISKOLCI, 2013, p. 1759-1770). A menção às práticas homoeróticas - ainda mais aquelas vistas como “passivas” — aparecem aqui como um recurso de cinho moralizante e ridicularizante (PEÇANHA, 2013, p. 70). É importante associarmos essa questão à dimensão política, visto que, como afirma Pierre Bourdieu, ao se relacionar a sexualidade ao poder, a homossexualidade “passiva” ganha contornos duplamente negativos, já que o passivo seria sinônimo de dominado, isto é, trata-se daquele “que se deixa dominar por outrem”, categoria não encarada como masculina (BOURDIEU, 2002, p. 134).

¹¹⁵ Utilizando um português repleto de abreviações e letras fora do lugar, é visível a intenção de se criar um texto que remete a alguém do interior, que se vale do sotaque ou da cultura campeira para se expressar. Aqui, podemos compreender também outro elemento do humor presente nos versos: a tentativa em se atribuir uma coloquialidade interiorana no vocabulário do texto contrapõe o homem do campo, viril, ao homem urbano, menos viril e até mesmo feminino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 53). Esse tipo de linguagem também foi vista em versos da *Careta*, que usaria esse recurso para descrever o vocabulário do personagem Tiburcio d’Anunciação, mineiro do interior que se mudou para a Capital Federal. Há a possibilidade, ainda, de se pensar nesse tipo de escrita como uma forma de preconceito, como visto no primeiro capítulo de nossa dissertação.

¹¹⁶ A expressão “sodomita” se voltava pejorativamente para a relação sexual entre dois homens, tendo como base a visão religiosa. Nesse sentido também seriam usados outros termos, como “sodomia”, “pederastia” e “pederasta” (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 95). Aos poucos, o discurso religioso foi sendo suplantado pelo discurso médico, que patologizaria a homossexualidade: são freqüentes os usos de “homossexualismo”, “homossexual”, “uranista” e “uranismo” (GOMES JÚNIOR, 2019, p. 89-95).

No tocante ao perigo moral que Campista carregaria consigo, observamos como a suposta homossexualidade do político entra no rol de “ameaças à coletividade”, sendo ele feminino e incapaz de conduzir o país “feito homem” (MISKOLCI, 2013, p. 2262).

A revista *Careta*, por sua vez, investiu principalmente em piadas de cunho político-institucional — como questões de alianças políticas e pautas econômicas, como a relação de Campista com a Caixa de Conversões¹¹⁷ —, ainda que tenha satirizado também as “extravagâncias” do político mineiro. Nesse sentido, as concepções de *O Malho* e *Careta* parecem convergir, ainda que devido a diferentes motivos, como veremos adiante. Na charge de J.Carlos “Conversão da Chaleira” há uma mistura dessas questões, durante uma conversa entre dois personagens civis no meio da rua. O termo “chaleira” do título da charge remete à expressão “pegar no bico da chaleira”, ou “chaleirismo”, expressões humorísticas da época que significavam bajulação, em especial, a bajulação política (SALIBA, 2006, p. 310). No diálogo dos dois personagens, um falsamente diz ser “*um amigo sincero*” de Campista, ao que outro responde: “*estás pegando no biquinho do lança perfume...*” (CARETA, 10/04/1909). Desta forma, a bajulação sobre David Campista não era pela tradicional chaleira, e sim através de suas perfumarias.

Com a recepção negativa à Candidatura Campista, outros nomes passaram a ser cotados para ocupar o posto de candidato. O primeiro a ser mencionado foi o então Ministro da Guerra, Hermes da Fonseca. A escolha de Hermes para a pasta ministerial veio tanto por ser “elemento muito bem aceito entre seus pares”, como pela confiança que sua figura passava às autoridades institucionais, como demonstramos no capítulo anterior (VISCARDI, 2019, p. 161). Seu prestígio foi ascendente, porém junto dele, renovou-se o temor do militarismo, isto é, das interferências arbitrárias do Exército na política como havia sido feito durante o governo Floriano Peixoto¹¹⁸ (BORGES, 2011, p. 141). Com base nisso, muitas oposições seriam novamente lançadas, porém o cenário já era outro. Hermes, ao contrário de David Campista, teve o apoio de um dos grandes articuladores políticos de sua época: Pinheiro Machado.

¹¹⁷ Segundo Cláudia Viscardi, “A entrada de volumoso capital estrangeiro no mercado poderia causar grande elevação cambial, o que provocaria a absorção de todos os eventuais lucros derivados da valorização, pela conversão monetária. Para evitar esta eventual perda, foi criado um instituto regulador do câmbio, conhecido como ‘Caixa de Conversão’, para garantia da estabilidade cambial. Este ponto foi objeto de controvérsias, principalmente por parte das elites políticas convertidas à ortodoxia econômica. Como se pode perceber, o Convênio, nos termos em que foi proposto, não poderia prescindir da participação da União.” (VISCARDI, 2019, p. 142)

¹¹⁸ Falaremos sobre a ideia de militarismo mais adiante, no subcapítulo 4.2., mas é possível adiantar que a interpretação do militarismo como uma “arbitrariedade militar” não seria a única feita sobre o conceito.

As negociações políticas ao redor do nome de Hermes partiram de seu padrinho político João Gomes Pinheiro Machado, senador gaúcho interessado em aumentar o poder de influência do Rio Grande do Sul no cenário nacional. Reuniões foram feitas na casa do próprio senador, na presença de outros tantos nomes políticos, a fim de definir que seria realizada uma convenção para a oficialização da candidatura hermista (SANTOS, 2005, p. 33). O que Pinheiro Machado pretendia fazer, portanto, era manter o controle das instituições, e da nomeação da chapa feita pelos *seus* pares da elite política (VISCARDI, 2019, p. 181). Os militares, contudo, entraram no jogo político e passaram também a exercer papel de influência sobre Hermes da Fonseca: sua candidatura ganhou, já em 1909, apoio de “expressivos nomes militares como Mena Barreto, Joaquim Inácio, Caetano de Faria, entre outros” (BORGES, 2011, p. 141). O papel de Pinheiro Machado acerca da candidatura Hermes foi alvo de muitas charges e críticas políticas, tornando-se, além disso, um dos pilares das críticas direcionadas ao próprio Hermes da Fonseca. Segundo Marcelo Henrique Santos, “o senador Pinheiro Machado exerceu uma influência muito grande sobre o presidente Hermes da Fonseca”, elemento que ganharia destaque durante a gestão hermista de 1910-1914 (SANTOS, 2005, p. 15). Acreditamos aqui que a relação entre Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, apesar de fundamentada na preponderância política do primeiro sobre o segundo, não deixava de servir como um estereótipo a ser usado contra Hermes, principalmente por seus críticos, dado o esvaziamento da “vontade própria” de Hermes e sua transformação em reles marionete de Pinheiro. Em nossas fontes, as narrativas tomadas a respeito de ambos os personagens do cenário político seriam variadas, apesar de haver certo nexos entre elas.

Diante da emergência da candidatura hermista, as figuras de David Campista e Hermes da Fonseca seriam colocadas em extremos opostos pela revista *O Malho*. Na charge de capa “Destruição da espiga”, de J.R. Lobão, a Candidatura Campista é atacada por Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado e seu canhão identificado como “vontade popular” (Ver imagem 46). Vários são os elementos dignos de nota nesta charge. Em primeiro lugar, os elementos feminizantes taxados como característicos de David Campista reaparecem, sendo o alvo do canhão manejado por Pinheiro Machado e Hermes. A própria Candidatura Campista - a charge é publicada no contexto de desistência da empreitada de David e Afonso Pena - é destruída, com o pó de arroz, o espelho, e os perfumes sendo explodidos pelos homens fardados. Na legenda, Hermes é chamado de “*escravo da República e seus concidadãos*”,

além de “*chefe da peça*”. É ele quem ordena a Pinheiro Machado para estourar a candidatura oposta, contrariando a ideia de que Hermes seria manipulado pelo senador gaúcho.

Separando a legenda e o traço, nos deparamos com a tranquila e vitoriosa expressão de Hermes, que não condiz com a violência do disparo — ela transparece calma, com o olhar sereno encarando o horizonte, vislumbrando o futuro glorioso (PAES, 2007, p. 126). David Campista, por outro lado, aparece como o busto decapitado e repleto de ódio nos traços faciais. Retomamos a ideia de polifonia discutida por Guilherme Tenório: aqui, podemos cogitar que a arte em si seria a participação do chargista (aqui, o J.R. Lobão) na representação, enquanto o texto condiz com as intenções da redação dando “vazão aos ‘motivos’ do proprietário da revista ou de outro agente responsável pela produção do desenho de humor” (TENÓRIO, 2009, p. 38). De uma maneira ou de outra, a percepção segue a mesma: Hermes é colocado como sujeito ativo em ambos elementos da charge, sendo o comandante na legenda, e aquele que acompanha o disparo certo de sua vitória sobre o outro homem no traço. A expressão de tranquilidade do personagem de Hermes também nos remete a outra questão: o seu autocontrole masculino, diretamente relacionado a um comedimento militar necessário ao seu papel de reorganizador do Exército (MACHADO, 2007, p. 290; McCANN, 2009, p. 142-159; 211). Se, por um lado, os estereótipos criados sobre a figura de David Campista seriam veiculados a fim de estigmatizá-lo como “afeminado” demais para o cargo, por outro, serviriam como reforço da necessidade em se estabelecer um homem forte para sanar tanto a crise política criada por Afonso Pena, quanto a degeneração estrutural que vinha acometendo a República (PAES, 2007, p. 147-148).



Imagem 46 - *Destruição da espiga*, O MALHO, 22/05/1909, p.1. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ainda pensando nas representações da relação entre Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, observamos as disparidades entre as edições da *Careta* e de *O Malho*. Enquanto a segunda buscou ressaltar a aliança estabelecida entre os dois gaúchos, a primeira não perdeu tempo ao representar a relação como conflituosa. Na charge de J.Carlos “Consequencias”, por exemplo, a revista veiculou a imagem de Hermes da Fonseca enfiando uma espada identificada como “candidatura presidencial” na goela de Pinheiro Machado. (Ver imagem 47)



Imagem 47 - *Consequencias*, CARETA, 05/06/1909, n.53, p.11. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Enquanto Hermes está de pé exercendo o ato de enfiar a espada em seu adversário, Pinheiro Machado está de quatro no chão, de boca aberta e expressão raivosa. Notamos, também, que a expressão de Hermes traz uma instabilidade à sua figura: ele tem a face contraída, o punho cerrado, e até mesmo o peito estufado induz a uma movimentação agressiva. Pensando em um sistema de oposições homólogas que contrapõe como masculino/feminino as diferenças alto/baixo, cima/embaixo, entrar/sair, entendemos o posicionamento corporal dos personagens como uma alusão de submissão de Pinheiro Machado (vítima da humilhação) e Hermes (homem viril, autor dela) (BOURDIEU, 2002, p. 9). Ao contrário da representação da charge anterior, de *O Malho*, Hermes não está comedido em seu ato. O gesto de enfiar a espada nos remete a uma simbologia de agressão em que a arma desempenha um papel fálico, ao simbolizar potência e virilidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 223; BOURDIEU, 2002, p. 19-20). Em outras palavras, a apresentação dos personagens na charge retrata Hermes em uma posição ativa, de comando e autoridade, mas também fora de seu lugar de autocontrole. Na legenda, Hermes afirma que “*Agora é tarde,*

Pinheiro, has de leva-la toda”, em uma dupla referência: o senador teria que apoiá-lo até o fim da candidatura, ao passo que também teria de “engolir a espada”, expressão que remete também a um “ter engolir algo a contragosto”. Pode também ser uma alusão à prática de sexo oral, como um ato sexual que feminiza o outro e o leva a manter a posição submissa. O contexto ao qual a disputa da charge se refere é o das hesitações em adesão ao hermismo por parte de Pinheiro Machado. Hermes teria ido a público acusar que se sentia usado por políticos civis apenas para derrubar a candidatura Campista, o que motivaria um maior engajamento da parte dos políticos em aderir ao seu nome, a esta altura já oficializado pela Convenção de Maio (BORGES, 2011, p. 304). Assim, espada e seu manejo podem ser vistos como signos de defesa (ou retomada) da honra, elemento masculino por excelência e que podemos relacionar ao contexto de produção da charge (OLIVEIRA, 2004, p. 23-25). Um último elemento, no entanto, nos salta aos olhos: a presença de Zé Povo ao fundo da charge, em uma postura defensiva e assustada - os braços cobrem o corpo, em retração, à medida que a expressão do rosto demonstra surpresa. Entendendo o personagem Zé Povo como uma representação-síntese do povo nacional, sua atitude diante da cena envolvendo Hermes apresenta uma significação possivelmente negativa. A expressão de autoridade do marechal, mais do que ser representada de maneira máscula, leva Zé a temer por uma futura posição autoritária de sua parte. Receio, este, que podemos interpretar como oriundo da descompostura do marechal.

Podemos compreender que as representações acerca de David Campista e sua suposta delicadeza - entendida como típica do feminino - foram construídas de maneira conjunta pelas revistas, que não encaravam nele uma figura de autoridade masculina suficiente. Contudo, quando passamos a analisar a relação entre o marechal e seu articulador político, as características atribuídas ao candidato começam a guiar por caminhos diferentes. Ambas as representações reconhecem em Hermes categorias como virilidade, potência, autoridade e força, porém destoam quanto à sua postura. Se para a *Careta* havia um destempero perigoso em Hermes, para o *O Malho* o militar não passava de um exemplar da disciplinarização moderna. Da mesma forma, *O Malho* atribuía uma união a Pinheiro Machado e Hermes, enquanto a *Careta* realça as diferenças entre um e outro.

Um dos eventos de maior relevância política quanto à candidatura de Hermes seria seu pedido de demissão do ministério afonsino. Até então, dada a emergência do nome do marechal como possível candidato, Afonso Pena passou a pressioná-lo por um posicionamento público se era ou não pretendente ao cargo. Conforme Vera Lúcia Borges,

isso “gerou um fato militar. As Forças Armadas sentiram-se hostilizadas por serem cerceadas ao aspirarem exercer a presidência da República, uma vez que a Constituição de 1891 não estabelecia qualquer incompatibilidade” (BORGES, 2011, p. 142). As antigas tensões institucionais do Império vinham à tona mais uma vez, com os militares sentindo-se cerceados quanto à sua liberdade de expressão por parte de uma autoridade civil. Assim, “em sua carta de demissão da pasta da Guerra [...] o marechal declarou que não era ‘absolutamente candidato à Presidência da República’”, mas que discordava da candidatura Campista e que defendia a participação militar na coisa pública, por ser também o militar um cidadão com direitos (SANTOS, 2005, p. 36). Podemos observar aqui a influência do histórico de tensões entre civis e militares, que, mesmo diante da mudança de regime, se manteria como um espectro pairando acima das relações entre ambos os grupos - até mesmo devido ao caráter bélico dos dois primeiros governos republicanos, de Deodoro e Floriano. Veremos melhor essa questão em breve, porém fica evidente que as acusações de militarismo articuladas pela oposição à candidatura de Hermes tomaram por base as atuações prévias de militares quando estes integraram as forças políticas. Ao mesmo tempo, sob a perspectiva do Exército, seus direitos poderiam estar correndo risco novamente, reanimando a ideia de que a República deveria sair das mãos dos antigos conselheiros do Império (BORGES, 2011, p. 141).

Entre os opositores imediatos ao nome de Hermes estaria Rui Barbosa, que à época ainda não era candidato, a despeito de seu nome ser cotado desde o início do ano. A princípio, porém, o posicionamento de Rui seguiria determinada lógica: ele colocava-se contra a candidatura hermista, apesar de não atacá-la como militarista; ao mesmo tempo em que não via outra justificativa para ela existir a não ser o fato de Hermes ser militar. O problema não estava na farda, pois Rui Barbosa interpretou que a vitória da eleição seria dada ao cidadão vencedor, e não ao militar. Se Hermes “fosse membro do Congresso, de um partido, ou tivesse um passado político, a sua candidatura seria um fato natural e, portanto, acolhida pelo senador baiano” (SANTOS, 2005, p. 38). O problema, portanto, residia na falta de histórico político na ficha de Hermes, até então — como observamos anteriormente — tendo ocupado somente cargos da carreira militar. Nas palavras do próprio Rui: “*Se na escolha não entra como razão determinante a consideração da classe a que ele pertence, escapa ao meu entendimento o motivo da preferência, que a faz recair pelo seu nome.*” (BARBOSA apud SANTOS, 2005, p.40, grifo nosso) Para Rui, estava explícito que a escolha de Hermes se dava em decorrência de sua figura militar, o que seria um “retrocesso do

sistema político brasileiro, que há tempos deixara os governos militares da transição republicana (Deodoro e Floriano) em direção a governos civis” (SARMENTO, 2009, p. 81). Mesmo diante da aparente diferenciação entre militarismo e participação de Hermes na política feita por Rui, a carta em que ele havia divulgado suas oposições seria considerada por seus apoiadores “uma carta de bronze”, e um dos marcos na defesa civilista contra a nova ameaça do militarismo (SARMENTO, 2009, p. 81). Seus detratores, no entanto, enxergariam na carta um motivo de deboche.

Em um dos quadros da charge “Saulo, Saulo, por que me persegues?”, publicada em *O Malho* e desenhada por Alfredo Storni, Rui aparece rodeado de cartas (Ver imagem 48). Percebemos como sua caracterização aumenta o tamanho de seu crânio, já procurando ridicularizar sua situação a partir disso (UEÓCKA, 2004, p.74). A cena busca colocar Rui como uma figura hesitante, que precisa pensar demais a fim de tomar alguma atitude: as cartas aparecem como signo de suas intenções, mas a caneta está servindo de apoio ao seu queixo e o tinteiro está bem distante de sua mão. A charge por completo aborda os posicionamentos do estado de São Paulo quanto à candidatura hermista, já depois de sua oficialização. Sendo assim, na legenda do quadrinho lemos que São Paulo deveria, em vez de fazer campanha contrária à candidatura, adotar “*o processo modesto da oposição platônica por meio de cartas*”. A associação dessa legenda à imagem hesitante de Rui configura uma tentativa de deslegitimação de sua posição. A opção de enviar cartas de desagravo seriam símbolos de fraqueza, de oposição platônica e pouco enérgica. Aqui, o humor “busca o riso como desmerecimento, através da inserção no personagem de elementos como a inércia, a melancolia [...] A ideia divulgada é a de um Rui Barbosa que só preza pela oratória,” não sendo, portanto, um homem de ação (PAES, 2007, p. 26).



Imagem 48- *Saulo, Saulo, por que me persegues?*, O MALHO, 12/06/1909, n.352, p.33. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Tais elementos são ampliados nos dois quadros subsequentes. No primeiro deles, Hermes é representado usando dois trajes: um militar, e o outro, civil. Ao contrário da figura fisicamente distorcida de Rui Barbosa, observamos um “par de Hermes” que tem o corpo bem proporcional, com ombros largos e uma posição de autoridade ao cruzar os braços. A

sombra projetada pelos dois personagens iguais, bem como seus olhares no horizonte ressaltam sua visão no futuro, no aguardo do sucesso (PAES, 2007, p.126). Na legenda, o sentido do traço é expandido: “[...] *o facto do Marechal Hermes da Fonseca vestir com reconhecida nobreza a farda de militar, não impede que, despindo-a, seja um excelente civil. Quanto bacharel ha por ahi indigno de envergar o uniforme do nosso glorioso Exercito?*” (O MALHO, 12/06/1909, p.33). Hermes não perderia em nada em sua constituição (física e moral) ao deixar a farda para exercer um cargo civil, mas o mesmo não seria atribuído por *O Malho* aos bacharéis, *indignos* de vestir a farda. Para John Harvey, “o vestir é a complicação de nossa vida social em forma visível, a menos que seja preferível dizer [...] que o vestir, como a pintura, consiste de *valores* tornados visíveis” (HARVEY, 2003, p.23, grifo do original). Com isso em mente, o “envergar o uniforme” se torna símbolo distintivo para o apoio de *O Malho* a Hermes, sendo um signo de sua honra, retidão e masculinidade viril.

O último quadrinho reafirma isso, ao colocar uma espada como “lealdade”, e a caneta civil como responsável pela “intriga”. Ainda nesse sentido, outros são os elementos gráficos que condicionam a uma interpretação de masculinidade positiva sobre o militar, e não sobre o bacharel: a mão que segura a espada é mal cuidada, com muitos traços indicando ser uma mão rústica e forte. Brandir a espada, além disso, pode ser encarado sob a lógica do símbolo fálico, erguendo-se, *erecto*. A mão civil, por outro lado, além de cuspir as intrigas, é representada com traços mais delicados, com uma mão em posição descendente e *mole*.

A legenda deste último quadro ainda sentencia:

A vida militar através de todas as graduações é feita *a custa de actos dignos e nobres*, onde ressaltam o *brio e a coragem cívica*. E se a nossa Republica, como todos confessam, se acha em estado de grande decadencia moral, por que não *ha de ser o Marechal Hermes o seu regenerador?* É preferível manejar a espada da lealdade, que a penna da intriga! (O MALHO, 12/06/1909, p.33, grifo nosso)

A revista *Careta* utilizaria a carta de oposição como um movimento afirmativo de Rui Barbosa, que não engoliria a espada de Hermes, como supostamente vinha fazendo Pinheiro Machado – aspecto que trabalhamos há pouco, na charge “Consequencias” (Ver imagem 10). No texto, Rui é associado a Pinheiro Machado e Antônio Azeredo como parte da “*grande trindade política do paiz*”, e segue dizendo:

[...] Os três chefiaram a campanha contra a candidatura Campista. [...] Dá-se a batalha, e agora é que se verifica que foi uma verdadeira *journalée* des dupes. Porque surgiu victoriosa no dizer unanime dos jornaes a candidatura do marechal Hermes, esposada pelos principaes elementos politicos do paiz.

Foram estes que a inventaram, é o que se afirma. Os políticos a escolheram dizem os seus órgãos oficiais. Entretanto, *agora o dr. Ruy Barbosa em carta longa como em geral os seus discursos, as suas obras, os seus artigos e agora as suas cartas, manifesta-se inteiramente contrario a candidatura do marechal*. Commo foi então? Como se explicar o facto? O dr. Ruy não teria sido consultado? Impossível. Raciocínio lógico: a candidatura Hermes nunca entrou no plano dos políticos que combatiam a candidatura Campista. *A espada do marechal se destinava unicamente a amedrontar o Cattete*, varrer o caminho que outro viria tranquilamente palmilhar e depois mettida na sua bainha dormiria socegradamente. [...] Mas nem por isso os jogadores ganharam a partida porque foram por sua vez bluffados. O dr. Ruy Barbosa menos accomodaticio respingou. *O Azeredo porem e o Pinheiro, preferiram engolir a espada. Que não lhes indigeste* (CARETA. 29/05/1909, p.9, grifo nosso).

Consideramos importante reproduzir esse texto, pois ao contrário do humorismo das charges e piadas, ele traz uma crítica direta e mordaz às intenções dos políticos ao redor de Hermes.¹¹⁹ Os civis são contrapostos ao militar, um homem *usado* para colocar *medo* no Catete. A potência está do lado do marechal, ainda que observemos como Rui Barbosa não é colocado como “engolidor de espadas” - ele, ao contrário dos outros dois citados, não estaria se curvando perante a candidatura de Hermes. Um elemento novo, então, é que mesmo a verborragia de Rui sendo alvo de críticas, considerada pedante, sua postura é identificada como “menos acomodática”, isto é, menos acomodada. De certa forma, se reconhece na atitude do baiano uma intenção masculina de enfrentamento, visto que respingar, de acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa¹²⁰, é sinônimo de confrontar.

A carta de Rui Barbosa havia sido endereçada aos senadores Francisco Glicério e Antônio Azeredo, que intermediavam as relações entre o baiano e o marechal gaúcho. Como vimos, Hermes se colocava como “não candidato”, algo que ele se prontificaria a mudar caso obtivesse o aval tanto de Rui, quanto de José Maria Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (SANTOS, 2005, p.37). É curioso observar que, apesar de constatada pela historiografia, essa postura de Hermes não passou ainda por grande escrutínio: quais teriam sido as razões do marechal? Seria um movimento incentivado por Pinheiro Machado, ou algo autônomo de sua parte? Infelizmente também não teremos espaço para discutir essa questão, mas os seus

¹¹⁹ Além disso, uma das questões importantes a se fazer no processo de análise desse texto é o de sua disposição interna na página da *Careta*. Acima dele, ganhando enorme destaque ao ocupar toda a parcela superior da página, está uma fotografia intitulada “O aniversario de Tuyuti”, um registro de evento militar que contou com a presença de Marechal Hermes da Fonseca e vários outros militares de alta patente (CARETA, 29/05/1909, p.9). Tomando por base a noção de que a posição das imagens influencia na leitura da revista, bem como caracteriza um grau de relevância ao leitor, que tende a ver a foto primeiro, concebendo julgamentos a seu respeito antes da leitura do texto, acreditamos que essa disposição de elementos não se dá de forma acidental (TENÓRIO, 2009, p. 95-96; PEÇANHA, 2013, p. 144-145).

¹²⁰ Respingar. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Lisboa: Priberam Informática S.A. 2008-2021, Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/respingar>. Acesso em 23 jun. 2021.

resultados viriam de maneira diversa. Rui havia divulgado sua oposição, ao contrário de Rio Branco, que procurou se manter neutro.

Concordamos com Marcelo Henrique Santos ao afirmar que “o nome do ministro das Relações Exteriores foi bastante discutido na época”, sendo ele um dos principais cotados para o cargo de presidente. Até mesmo Rui Barbosa teria recomendado¹²¹ seu nome a Afonso Pena, poucos dias antes da Convenção que escolheria Hermes como candidato oficial (SANTOS, 2005, p. 34). Segundo Silvia Noronha Sarmiento, a mesma visão que recaiu sobre Hermes e Rui atingiria a imagem de Rio Branco: a de que ele seria um homem descolado da política oligárquica, pairando como um novo nome diante do sistema em decadência (SARMENTO, 2009, p. 79). Como resposta à consulta feita por Hermes (se deveria ou não concorrer), Rio Branco preferiu o silêncio. Quanto às tentativas de emplacar o seu próprio nome como candidato, o então Ministro das Relações Exteriores não moveu um músculo sequer - pretendeu visivelmente ficar de fora de todo o processo sucessório (SANTOS, 2005, p. 34-35). Através da análise de nossas fontes, constatamos que a empolgação ao redor do nome de Rio Branco também não foi desprovida de características de gênero. Destacamos a seguinte charge de janeiro de 1909.

Em “O tratado de arbitragem”, de J.Carlos para a *Careta*, Rio Branco aparece no topo da cena como ventríloquo manipulador das três personagens femininas abaixo: as Repúblicas do Brasil e da Argentina, e a própria Arbitragem. (Ver imagem 49) Sua posição no alto denota sua superioridade, bem como a expressão astuta e o manuseio das cordas de manipulação. Na legenda, lemos “*Gloria ao Barão nas alturas. Paz na Terra entre as mulheres*”, o que destaca a percepção de que são mesmo mulheres sob ele, sendo apaziguadas em suas tensões. O descontrole, valor considerado como típico do feminino, estava sendo contido pela racionalidade e autoridade do homem presente na cena (CONNELL, 2005, p. 90; ENGEL, 2004, p. 333). Retomamos, assim, a questão da representação passiva do feminino e da República-Mulher, colocada como dócil, frágil e submissa (ANDRADE, 2006, p. 75-77; CARVALHO, 1990, p. 78-81; CHALHOUB, 1986, p.118).

¹²¹ Isso foi alvo de críticas por parte de Carlos de Laet, jornalista do *Jornal do Brasil*, veículo opositor do civilismo e forte defensor do hermismo em 1909-1910. A posição de Rui Barbosa foi considerada uma hipocrisia, já que, assim como Hermes da Fonseca, Rio Branco não tinha trajetória política — seu cargo diplomático, à época, não era visto como um cargo político, e sim uma posição neutra (BORGES, 2011, p. 169).

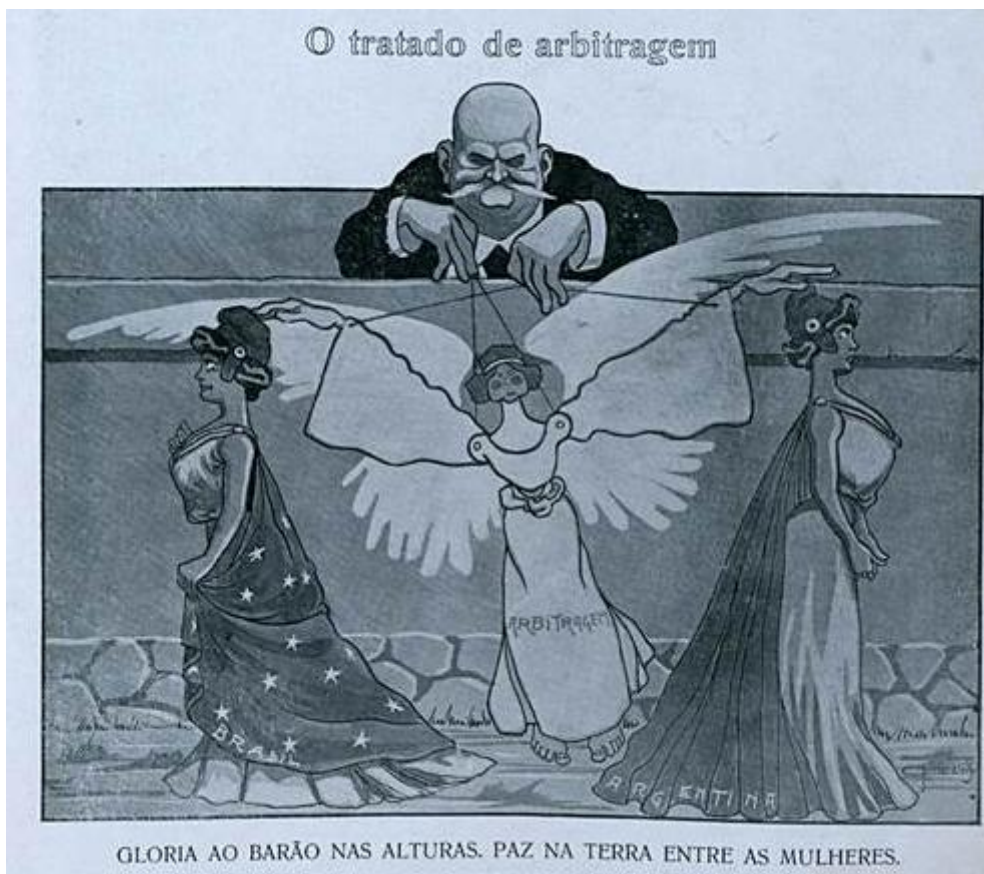


Imagem 49 - *O tratado de arbitragem*, CARETA, 30/01/1909, n.35, p.5. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O contexto da representação está nas tensões diplomáticas e militares entre os dois países (Brasil e Argentina). Não cabe ao nosso trabalho uma ampla análise dessas relações internacionais¹²², mas consideramos válido ressaltar como as preocupações de Rio Branco envolveriam a preparação militar do país caso fosse necessário entrar em conflito bélico com a Argentina (DORATIOTO, 2014, p. 86-90). Suas sugestões de reorganização dos efetivos, bem como a aquisição de novos navios e equipamentos para o Exército e a Armada, colocavam a imagem de Rio Branco no mesmo tom da de Hermes da Fonseca. Nesse sentido, a revista *O Malho* também traria uma visão positiva de Barão do Rio Branco, em mais um movimento de concordância com a *Careta*. Se Campista seria motivo de chacota por parte do humor de ambas as revistas, Barão seria o contrário, sendo exaltado pelas duas, ainda que por motivos diferentes¹²³.

¹²² Para uma melhor compreensão dessas questões, sugerimos a obra de Francisco Doratioto (DORATIOTO, 2014).

¹²³ Curioso observar, além disso, como o fato de Rio Branco ser um homem gordo não foi um fator determinante para minar os apoios à sua pessoa. Ao contrário do que vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, ele não é julgado como parte do rol de personagens gordos, e que por isso, seriam indesejáveis.

Outra representação ainda extrapola o papel de Hermes como defensor da República, estendendo-o também à Constituição, está na charge “O abutre do Cattete”, de Storni. (ver Imagem 50) Ela é apresentada após uma notícia “dos jornaes”, que narra as posturas tidas como autoritárias de Afonso Pena ao impor a candidatura Campista, tentando forçar adesões a esta através de manipulações e pressões no Legislativo. Aqui acompanhamos de maneira mais explícita do que nas outras charges elencadas, a função de síntese de um momento político que a charge pode incorrer, justamente ao tentar colocar no desenho um resumo da crise política (VIDAL 2015, p.54). Ao mesmo tempo, é possível dizer que não estamos diante de uma charge que mobiliza o leitor através do humor: trata-se de uma violência direta, que “não busca qualquer apoio na dinâmica do prazer proporcionado pelo humor [...] Sua intenção, antes, é a de produzir sentimentos negativos e, através deles, delimitar claramente o alvo formal e seus apoiadores” (LIEBEL, 2017, p. 97). O sentimento que a charge visa passar é o da raiva, ou quiçá o da ojeriza: Afonso Pena, traçado com um corpo de abutre (portanto, sendo ele uma ave abjeta), viola o corpo de uma mulher identificada como Constituição. A posição dela, de braços abertos, olhos fechados e seios à mostra dão visibilidade ao seu papel de vítima da situação, além de relacioná-la à defloração simbólica pela qual passava. Se retomarmos a mensagem passada apenas pelo traço, os elementos demonstram que a República chora o abuso do abutre Pena, à medida que Hermes se posiciona à direita, apontando para o solo, junto de Pinheiro Machado. Sua intenção é a de ficar, sinalizando sua permanência através do gesto (TENÓRIO, 2009, p. 38).



Imagem 50 - *O abutre do Cattete*, MALHO, 08/05/1909, n.347, p.3. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na legenda da charge, as falas vão nessa direção, com Zé Povo pedindo ajuda de Hermes e Pinheiro Machado: “*esse abutre presidencial arranca as entranhas do cadáver! E aquella pobre mãe que alli chora, afflicta, não terá quem a defenda?*”. A mãe em questão é a República, fragilizada pela violência do presidente e precisando de um salvador. Hermes e Pinheiro respondem: “*Sim! Juramos que encontrará não só quem a defenda, como quem a vingue de tantos ultrajes!*”. Hermes se transforma aqui em vingador de ultrajes, em uma visível comparação com elementos morais e de honra — a violação da Constituição, assim como a visão corrente sobre o defloramento, seria uma conspurcação de sua honra feminina, tal qual um desafio aos homens responsáveis por sua proteção. Não podemos deixar de ressaltar como a honra masculina aparecia nesse tipo de contexto, já que parte de suas atribuições quando a relacionamos com o crescente nacionalismo do início do século XX

seriam vinculadas aos ideais coletivos de proteção nacional (MISKOLCI, 2013, p. 1484). A despeito da expressão forte (vingança), no traço da charge observamos mais uma vez a figura calma de Hermes, que, ao misturarmos com sua indumentária (farda militar e espada sob o braço) entendemos seu comedimento militar, voltado à defesa.

Na charge “Apotheose do 3º ano”, de J. Carlos, Hermes adota posição de guarda diante de um cercadinho que prende o emburrado presidente Afonso Pena (Ver imagem 51). A expressão de Hermes é neutra, visto que até mesmo seus olhos estão cobertos pelo óculos, tornando sua face inexpressiva. A farda que o marechal veste não condiz com o cargo, e sim com a usada pelos corpos militares que passavam pelo processo de reorganização militar em andamento, o que interpretamos como passível de análise sob duas óticas: 1) é uma busca por associar a imagem de Hermes ao apelo popular, visto o sucesso do processo de reorganização militar, ou 2) uma tentativa de atribuir ao marechal um rebaixamento, colocando-o como guarda e em vestes típicas daqueles que recém estavam se formando.

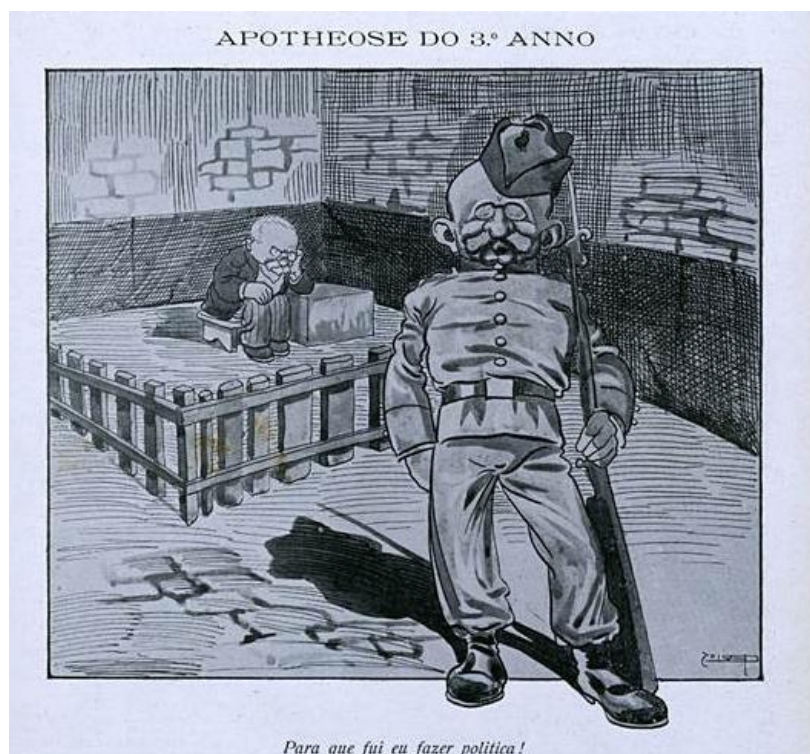


Imagem 51 - *Apotheose do 3º ano*, CARETA, 22/05/1909, n.51, p.9. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para os fins deste trabalho, vinculamos nossa argumentação à segunda possibilidade aventada. Em outras representações de Hermes vindas da mesma *Careta*, e até mesmo do mesmo chargista, observamos um humor que se pauta por debochar das capacidades do

candidato Hermes da Fonseca. Nesse caso, sua neutralidade e posição de sentido, bem como a caracterização de guarda o colocam como um reles soldado, e não como um imponente marechal. Dizendo de outra maneira, seu comedimento é utilizado para “esvaziar” sua figura. Na legenda, a frase *“Para que eu fui fazer política!”* subverte o sentido da afirmação original, já popularizada em diversos periódicos, em uma busca de extrair novos significados tanto para a frase, quanto para a posição do presidente. O cômico está, então, na inversão de postura e no fato inusitado de ser aquele inexperiente guarda, o responsável por barrar sua política (VIDAL, 2009, p. 81).

Após manifestações pró-Hermes no dia de seu aniversário, dia 12 de maio, David Campista tirou seu nome do páreo logo no dia seguinte (PAES, 2007, p. 117). Assim, evento definitivo que colocou a candidatura hermista como oficial aconteceu poucos dias mais tarde: “Realizou-se no Senado, em 22 de maio de 1909, a Convenção de Maio presidida pelo adversário político do presidente Afonso Pena, o mineiro Francisco Sales. Os representantes dos estados indicaram a chapa Hermes-Wenceslau (BORGES, 2011, p. 142). Segundo Santos, “Votaram contra apenas os Estados de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro”, sendo que dois desses estados formariam a chapa adversária, meses depois (SANTOS, 2005, p. 47).

Observamos como essa saída de Hermes do governo Pena apresentou mais de uma interpretação dentro do cenário político. Por um lado, a demissão do ministério foi “explorada como demonstração de coragem e sinal de um possível futuro governo, que fosse de pulso e acabasse de vez com os abusos no país” (BORGES, 2011, p. 156). Já para os opositores da candidatura, cada vez mais interpretada como uma empreitada do militarismo, os eventos seriam elementos vexatórios para a biografia de Hermes da Fonseca. A revista *Careta*, em crônica de Vol-Taire, discute a suposta repercussão da demissão na imprensa argentina. Vários periódicos argentinos teriam publicado versões alarmantes do evento, então o cronista decidiu opinar sobre a real versão dos fatos. Vol-Taire escreve que

o Sr. Affonso Penna com seu claro bom senso de estadista civil, chamou o seu leal ministro da guerra, e disse-lhe: -Hermes, prepara-te para um sacrifício. O candidato de Minas é o Campista, mas o Pinheiro não o aceita. Quero que sejas o candidato do Pinheiro. O marechal, coçando a careca, teria respondido: -O sacrifício é grande, Ex. Vou pensar, e recolheu-se à sua residencia... (CARETA, 26/06/1909, p. 5)

A partir do excerto da crônica e por meio da charge anterior, percebemos como o humor desqualifica vários elementos de Hermes: 1) Hermes como sujeito ativo, já que o coloca como manipulado pelos jogos políticos de Afonso Pena e Pinheiro Machado, 2) as

visões argentinas sobre a situação brasileira, e 3) a própria ideia de militarismo, considerando a candidatura de Hermes uma união entre as Forças Armadas, o Povo e a politicagem pinheirista, visto que *o nobre marechal Hermes nada impoz, submeteu-se, a contra-gosto, à dura imposição do general Pinheiro, que lh'a fez em nome do Exercito, da Armada e do Povo.*” (CARETA, 26/06/1909, p. 5) A palavra “submeteu-se” aqui merece destaque, afinal, quem estaria com as rédeas da candidatura era Pinheiro. Nesse sentido, a crítica à candidatura sobressai à ideia de militarismo, focando na questão da politicagem pinheirista (“corrupta”) e na passividade de Hermes.

Em discurso eleitoral proferido em dezembro de 1909, Rui Barbosa retomou essa questão ao chamar a carta de demissão de Hermes uma afronta a Afonso Pena (SANTOS, 2005, p. 92). Aí, no entanto, outro elemento já havia se somado à equação: a morte do presidente em pleno mandato. No início de junho, o presidente adoeceu, “portando um quadro de acessos de febre e sintomas de afecção gastrointestinal” (PAES, 2007, p. 112), o que o levaria à morte no dia 14 do mesmo mês. Diante do ocorrido, “os periódicos que atacavam o presidente mudam o tom” (PAES, 2007, p. 112). *O Malho* publicaria as fotos do velório do presidente, assim como uma nota oficial de pesar dedicada à família, além de um texto “editorial” assinado por J.Bocó e uma breve biografia do falecido. No texto “Chronica”, de J.Bocó, é que conseguimos extrair alguns significados importantes dados pelo periódico à morte do presidente. Em dado momento, lemos:

Morto o presidente da Republica, no exercício da sua alta investidura, *no seu posto de combate e de honra* [...] si, por um lado desapareceram todos os resentimentos, porventura existentes, augmentou, por outro, o grau de apreço em que se estimavam *os serviços do grande cidadão à sua pátria* [...] (O MALHO, 19/06/1909, p.4, grifo nosso.)

A *Careta* também escreveu sobre o patriotismo de Afonso Pena, destacando sua biografia e seus feitos como presidente. Sobre sua masculinidade, diz que Pena “*tinha energias de moço o velho presidente que o povo, com ironia e carinho, denominara o Tico Tico, appellido esse que em verdade condizia com a sua figura pequena e nervosa*”, apresentando uma versão mais debochada quanto ao próprio presidente, apesar de tê-lo como querido pelo povo devido a suas características diminutas. De toda forma, o texto afirma que “*empossado a 15 de novembro do mesmo ano [1906] exerceu o governo até o dia 14 de junho de 1909, em que falleceu de traumathismo moral*” (CARETA, 19/06/1909, p.5, grifo do original). Eis o ponto crucial para a disputa ao redor da morte de Afonso Pena: a questão moral que teria sido motivo de sua morte, agravada pela carta de demissão de Hermes da

Fonseca. Em plena sessão do Senado Rui Barbosa anunciaria o falecimento do presidente, atribuindo como sua causa um “choque moral” (BRASIL, 1909, p.83-84).¹²⁴ No ato III da peça humorística “Os Levitas do Alcorão (Dramalhão do Frack e da Espada)” publicada na *Careta*, de autoria de Vol-Taire, o cenário é a frente do Catete, onde os personagens discutem a morte do presidente Pena:

UM POPULAR: Não é só com punhal que se faz morticínio.
 OUTRO: Esta morte é uma espiga!
 OUTRO: Um crime!
 OUTRO: Um assassinio!
 OUTRO: Traumatismo moral! Isso parece léria!
 O 1º: Escute, sua besta, e veja como é séria a cousa. Escute, Diz, na Camara, o Barbosa Lima, numa explosão de raiva generosa: (*lendo*) Enleiado na trama funeraria / De política infanda, o Presidente Penna / Tombou, exhaine, na arena / Aos golpes da perfidia partidaria!
 O 2º: E disse Ruy Barbosa, o genio, no Senado, / Que aquelle coração tinha alento vital / Para lustros viver, e parou fulminado / Pela sideração de um abalo moral.
 O 5º: Mas então era um fraco!
 O 3º: Um bom!
 O 4º: Um nobre!
 O 1º: Um justo!
 [...]
 O 4º: A espada não lhe poz na face a côr do susto / Mas venceu-o a traição dos que suppoz amigos!
 O 5º (*vehemente*): A quem você accusa?
 O 4º: Accuso...
 O 5º: A quem accusa?
 O 4º (*com energia, attrahindo as atenções*): Ao paiz, à nação, ao povo brasileiro / Que humilde, ao peito as mãos covardemente cruza, / E espera o ferreo captiveiro.
 O 5º (*vehemente*): Que devia fazer esse povo, afinal?
 O 1º (*approximam-se outros populares*): Do extremo norte ao sul erguer-se, de repente, / E vencer ou morrer com a ordem legal, / Como morreu o Presidente!
 O 5º: De um abalo moral?
 O 2º (*com energia*): Sim! Abalo do brio, / Que sacode à consciência e, privado de acção / Silencioso, a reagir num desespero frio, / Imobilisa o coração!
 [...]
 (CARETA, 04/09/1909, p.26, grifos do original)

Somente um dos personagens (o Outro nº 5) duvida da morte por traumatismo moral, enquanto os demais concordam com a ideia de que “*os golpes da perfidia partidária*” é que tinham matado Afonso Pena. Rui Barbosa é aqui caracterizado como gênio ao colocar-se ao

¹²⁴ Posteriormente, em 18 de junho, correspondências foram enviadas pelo senador baiano a membros do alto escalão do governo (Davi Campista, Almirante Alexandrino de Alencar, Barão do Rio Branco) visando confirmar o laudo de “traumatismo moral” e defender seu posicionamento (BARBOSA, 1909a, 1909b, 1909c).

lado do falecido presidente. Os defensores de Pena rejeitam que ele fosse um fraco, pregando o contrário: seu valor é ressaltado por noções de justiça (bom, nobre, justo), não precisando da marcialidade para se legitimar. Dizem que “*A espada não lhe poz na face a côr do susto / Mas venceu-o a traição dos que suppoz amigos!*” O personagem que critica essa visão provoca, querendo saber quem seria o amigo traidor: o período de hesitação, colocado na repetição das palavras “acuso”, dá margem para que o leitor interprete a resposta, conduzindo-o a entender que se trata de Hermes o amigo traidor. A demissão de Hermes havia sido, portanto, também uma afronta à honra e à moral masculina do presidente Afonso Pena: um *abalo do brio*, sendo atrelada à traição, à desonra e à insubordinação. Mas como há essa condução ao nome de Hermes? (CARETA, 04/09/1909, p. 26)

O “accuso” se torna uma expressão central para a compreensão desse elemento. A expressão “Eu acuso!” (do original em francês “J’accuse!”) tornou-se célebre por ter sido utilizada pelo literato Émile Zola na intenção de defender Alfred Dreyfus de sua condenação, em fins do século XIX, por traição à França. Dreyfus era judeu, originário da região da Alsácia e membro do Estado-Maior francês. Dadas as rivalidades entre franceses e alemães, que disputaram a Alsácia e Lorena durante a Guerra Franco-Prussiana¹²⁵, o antisemitismo francês se misturou às inseguranças nacionalistas quanto à integridade de informações sigilosas da Nação (SILVA, C., 2013, p.1-7). O Caso Dreyfus ganhou grande repercussão na imprensa, seus “defensores fundamentavam-se na justiça e na verdade, já os críticos levantavam a bandeira da ordem e da autoridade” (BORGES, 2011, p. 79). Como citamos durante a descrição biográfica de Rui Barbosa, ele teve também sua cota de participação nesse evento, visto que estava exilado em Londres devido à sua oposição ao governo Floriano Peixoto. A partir de lá, o baiano analisou o caso e enviou seus pareceres para a imprensa brasileira, destacando “a falta de motivações concretas na trajetória de vida de Alfred Dreyfus para justificar qualquer ato seu de traição”, e considerando as provas insuficientes¹²⁶

¹²⁵ Em resumo, o conflito foi desastroso para o lado francês, que foi derrotado e perdeu a posse da região da Alsácia e Lorena. Sobre essa temática, recomendamos a leitura da obra: (WAWRO, 2003).

¹²⁶ O único documento que embasou a condenação se chamava borderô, uma carta de comunicação que teria sido supostamente escrita por Alfred Dreyfus para os prussianos (SILVA, C., 2013, p.5). Já em 1896, com a intercepção de outras correspondências de militares, uma reviravolta no caso traria para o posto de suspeito na conspiração contra Dreyfus outro militar francês, o major Ferdinand Walsin-Esterhazy (SILVA, C., 2013, p.6). Outras reviravoltas tornariam o caso célebre ao longo dos anos, mantendo também a aura de disputa acirrada ao redor dos temas de traição, militarismo e política civil. Conforme Silva, em 1899 Dreyfus foi novamente condenado, porém com uma pena reduzida. Isso levou-o a deixar a prisão no mesmo ano (SILVA, C., 2013, p.10-11). Contudo, o reconhecimento de que sua condenação havia sido injusta viria somente em 1906: a essa altura, Dreyfus já estava morto havia quatro anos (SILVA, C., 2013, p.11).

(BORGES, 2011, p.81). Não consideramos à toa a atribuição de *genialidade* dada a Rui nessa peça, um enaltecimento que não é dado a Barbosa Lima, outro político citado.

O “accuso” da peça de teatro retoma significados desse momento histórico, reinterpretando suas categorias para indicar a traição de Hermes e seus apoiadores. Zola havia escrito ao presidente francês, acusando-o de permitir que um inocente fosse falsamente condenado; já a peça traz a acusação de golpe moral contra o presidente brasileiro, fulminado pela traição de um daqueles com quem ele julgou ter amizade (SILVA, C., 2013, p. 7). Depois da hesitação que dá destaque ao “accuso”, observamos uma exortação da participação popular contra o *cativo* — sugestão de que a candidatura militar, em última instância, defenderia a repressão. O povo deveria “*vencer ou morrer com a ordem legal*”, o que evoca um discurso bélico e combativo, mas foca na defesa da lei e da ordem. A insubordinação nos quartéis, como já observamos em outras oportunidades, e reiteramos aqui, era vista como uma precariedade do Exército e uma mácula para sua imagem. Era o problema da autoridade hierárquica dentro da corporação, e contrariava a imagem pública que vinha sido construída sobre Hermes, visto como “*verdadeiro militar*”, como já mencionamos antes.

No lugar de Afonso, subiria ao poder Nilo Peçanha, seu vice e representante do Rio de Janeiro no Executivo Federal. Durante o funeral de seu predecessor, Nilo comprometeu-se com Rui a manter neutralidade sobre a sucessão. No entanto, em diversos eventos sociais e políticos, ministros de Nilo apareceram como signatários da candidatura militar, demonstrando a real posição do novo presidente (BORGES, 2011, p. 153). Ao longo de sua gestão, aliás, a oposição paulista (então adepta do civilismo) cogitou até mesmo que Nilo estivesse fazendo “*vista grossa*” para as intenções militaristas dos partidários de Hermes, apoiando seu suposto autoritarismo (SANTOS, 2005, p. 118; BORGES, 2011, p. 180-181). Essa retórica seria mais um símbolo das tensões eleitorais do que uma real possibilidade de golpe, como bem exploram Marcelo Henrique Santos e Silvia Noronha Sarmiento em seus trabalhos (SANTOS, 2005, p. 117-118; SARMENTO, 2009, p. 81).

Para *O Malho*, no entanto, o governo de Nilo Peçanha era uma boa coisa para o país, visto que sua gestão seria encarada como focada na administração, alheia à politicagem. Na charge “Abrindo o caminho”, de Leonidas, a mensagem a ser dada começa já em seu título — Nilo estaria preparando o terreno para a vitória hermista, mostrando a ele como se faz. (Ver imagem 52) À esquerda, vislumbramos um Nilo Peçanha ativo, erguendo um facão curvo para desmatar os galhos que estão à sua frente. Relembramos aqui o caráter fálico da simbologia da espada (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.223). É através dessa

espada/facção que ele avança no cenário, composto pelas flores das árvores que já foram derrubadas por seus esforços: o caminho estava sendo trilhado através da virilidade, capaz de suplantar a passividade (valor feminino) representada pelas flores (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p.437).



Imagem 52 - *Abrindo o caminho*, O MALHO, 21/08/1909, n.362, p.21. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

À direita, Hermes aparece fardado sobre um cavalo, sinal também distintivo de masculinidade — o cavalo se tornaria símbolo de uma masculinidade viril, heroica, que remeteria à vida árdua da batalha e da conquista, e sendo, por isso, marco da autoridade masculina (BOSCATTI; ADELMAN, 2020, p. 224-226). Zé Povo o acompanha, e daí partimos para uma análise da legenda, onde se lê: “*Marechal! Veja como Nilo abre a picada no espesso mattagal do governo! Veja bem! Quem quiser andar direito é seguir este caminho!*” (O MALHO, 21/08/1909, p.21). O povo estaria indicando, então, a forma de condução esperada da parte de Hermes. Seu sucesso como presidente viria da obstinação na condução pública, através de sua virilidade e ação, mas também graças a uma racionalidade administrativa (CONNELL, 2005, p. 90; OLIVEIRA, 2004, p. 55-56). Nilo, apesar de ser um civil, teria uma representação positiva por atuar de maneira racional, “disciplinada”, ao supostamente evitar intrigas políticas. O fato dele aderir ao hermismo obviamente influenciaria a postura da revista, porém o fato de sua capacidade “neutra” de gerir ser realçada demonstra o caminho que de fato a revista queria que fosse seguido.

Enquanto isso, a oposição civil à candidatura Hermes ganharia forças, desde cedo embalada pela oposição de Rui Barbosa, que ainda nem sequer se via como candidato. Entre a Convenção de Maio, que anunciou Hermes como candidato, e a Convenção de Agosto, que

colocaria o nome do senador baiano também como concorrente, os discursos inflamados viriam dos dois lados, discutindo se havia uma candidatura militarista em andamento, se a oposição civilista teria condições de conduzir o país, dentre outras coisas. Os aspectos centrais desses debates serão analisados abaixo, no tópico seguinte, então aqui nosso foco se manterá na escolha do candidato civil em si. Pela sugestão do próprio Rui, outros nomes poderiam ser lançados, desde Pinheiro Machado até Nilo Peçanha. Dentre todos os nomes aventados, porém, Barão do Rio Branco e Rodrigues Alves seriam suas principais sugestões (SANTOS, 2005, p. 39). Nas palavras de Vera Borges, “durante os meses de junho e julho prováveis candidatos foram cogitados como forma de buscar um nome que servisse à resistência”, algo que seria acompanhado de perto pela imprensa e por suas especulações (BORGES, 2011, p. 311). Pensando em como “o humor é um ataque, é uma opinião que utiliza de recursos lógicos e/ou lingüísticos para atacar seu objeto, expondo suas falhas e modificando o ponto de vista do leitor” esse momento de indecisão quanto ao nome do candidato civil seria a oportunidade perfeita para as troças vindas dos apoiadores do hermismo (VIDAL, 2009, p. 62).

O Malho investia em charges que satirizavam a incerteza da candidatura civilista. Certas charges colocariam um X ou um sinal de interrogação (?) em corpos masculinos, argumentando que dada a ausência de um nome definido, o que viria a seguir seria um mistério. Rui Barbosa é mencionado em algumas representações, mas não é o único a construir tal chapa. Assim, a imprecisão quanto ao nome do candidato civil serviu de argumento para *O Malho* de que a candidatura civilista era hesitante, negativa, sem pulso firme.

Em “Instantâneo na Avenida”, charge assinada por Storni em *O Malho*, a temática da Convenção de Agosto aparece vinculada à falta de um nome certo (Ver imagem 53). Em uma análise inicial, podemos acompanhar uma fileira de políticos seguindo uma mulher gorda e muito alta. Ao fundo, o cenário é composto por uma árvore recém-plantada, ainda guarneçada por uma proteção de ferro. No topo, à direita, um menino escreve na parede, o que é caracterizado como uma outra cena, fora do primeiro quadro, apesar de se relacionar com ele (LIEBEL, 2017, p.101-103).



Imagem 53 - *Instantaneo na Avenida*, O MALHO, 07/08/1909, n.360, p.21. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

A planta de fundo é coerente com o título, já que “instantâneos na avenida” seriam fotos regularmente tiradas na Avenida Central — símbolo das reformas urbanas feitas durante o governo Rodrigues Alves, e um dos sinais de modernização estrutural da cidade do Rio de Janeiro, portadora de árvores recém-plantadas (NEDELL, 1993, p. 55-60) —, transformando-se em um signo de distinção social. Através da paródia à prática de tirar fotos na avenida, a charge debocha dos personagens que estão trafegando pelo cenário. Segundo Elias Thomé Saliba, “agora, a sátira, verrinária e irreverente, se dirige ao cosmopolitismo, à ‘pátria dos almofadinhas’ e aos ‘costumes de Avenida’” (SALIBA, 2006, p. 332). Além de inseri-los nessa questão por colocá-los na Avenida, observamos que os políticos homens estão seguindo a mulher grande que os precede.

Essa mulher tem na roupa a identificação “Convenção de Agosto”, elemento que a caracteriza como representação encarnada do evento. Em sua barriga, lemos “Candidato”, em uma analogia feita entre a gestação de um candidato e a gestação de um bebê. A aparência da personagem é representada dentro de uma perspectiva “pautada na associação entre saúde, elegância e magreza, que começava a hostilizar o excesso de peso” (JUSTO; BOUSFIELD, 2020, p. 167), algo que observamos desde as representações das sogras e mulheres idosas, em nosso primeiro capítulo. Trata-se de uma figura indesejável, e por vezes, que mina a

autoridade masculina, fato observado no capítulo um. Nessa charge em específico, é possível observar uma arrogância da sua parte, estando ela com o queixo erguido, segurando um livro e, além disso, conduzindo a caminhada do grupo. Rachel Soihet aponta como esse tipo de representação buscava diminuir a imagem das feministas das primeiras décadas do século XX, como se seus *papeis estivessem sendo invertidos* (SOIHET, 2003, p. 11-12).

Os personagens masculinos, por sua vez, a seguem de forma entristecida. Rui Barbosa, o primeiro da fila, tem uma expressão amuada perceptível pelo nariz franzido e a boca desenhada junto ao bigode. Pedro Moacir olha para o lado, enquanto é seguido por Irineu Machado, que carrega um porrete e traz uma expressão insatisfeita. José Marcelino¹²⁷, anda com os ombros arqueados, cedendo diante do peso do grande chapéu que usa. Galeão Carvalhal, o último da trupe, tem apenas o rosto revelado, mas desde já apontando seu olhar para o chão. Na legenda, lemos “*Mme. Zemargaleão Moacyrineu, vulgo — D. Convenção — prestes a dar à luz e seguida dos pais prováveis da criança incógnita*” (O MALHO, 07/08/1909, p. 21). É, evidentemente, uma alusão à escolha ainda por vir do nome do candidato civilista. A dubiedade quanto ao pai da criança que está na barriga da mulher, no entanto, coloca em xeque a honra dos personagens masculinos representados, já que “os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio” (D’INCAO, 2004, p. 229).

Os políticos civilistas, dada a posição de menor autoridade com que são apresentados, o que se mescla com suas posturas cabisbaixas e o estigma da desonra, podemos concluir que suas figuras estão sendo aqui rebaixadas quanto à própria masculinidade — a candidatura civil não seria uma candidatura viril. Coroando a charge está a criança do quadro superior, que escreve: “*De como se prova que não tem razão os que dizem que ‘quem se mette com crianças amanhece... chovido!’*” (O MALHO, 07/08/1909, p. 21). A frase “quem se mette com crianças amanhece chovido” era um ditado popular da época, e que normalmente era associado a algo dar errado no final, caso se confiasse em crianças. A charge estaria confirmando a eficácia do ditado, e não o desmentindo, como o menino parece tentar querer

¹²⁷ José Marcelino (1848-1917) governou o estado da Bahia entre 1904 e 1908; logo em seguida foi eleito senador, cargo que ocupou até sua morte. Assim como outros políticos baianos, José exerceu cargos políticos na época do Império, sendo um conservador oriundo de família tradicional e abastada da região do Recôncavo Baiano. Em termos de formação, José Marcelino foi bacharel em Direito, tendo se formado pela Faculdade de Recife (JANUÁRIO, 2015, p. 25; 31-32). Dentro da Bahia, Marcelino se opôs a Severino Vieira e a J. J. Seabra, permanecendo sempre aliado aos interesses de Rui Barbosa, especialmente em relação às eleições presidenciais. Nesse sentido, José Marcelino teve grande participação na escolha de Rui como candidato da Bahia nas eleições de 1905-1906 e 1909-1910 (JANUÁRIO, 2015, p. 29-34; 38).

dizer, já que todos os demais elementos da charge comprovariam que a situação não está boa (VIDAL, 2009, p. 81).

A *Careta* também debochou da convenção adversária e de seu candidato. Em uma de suas charges, “As Convenções”, J.Carlos colocou lado a lado um Zé Povo alegre e festivo, carregando um papel com a palavra “voto”, e Francisco Sales, opositor de Afonso Pena e articulador da candidatura hermista, amarrado com cordas em uma árvore. Na legenda, lemos “*A Convenção do terror, realizada em 22 de Maio convocada e presidida pelo genial Chico Salles. A futura Convenção, convocada pelos Estados de S. Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. (Estudos de política comparada)*”. A contraposição entre os dois personagens¹²⁸, situados em um cenário vazio, elenca a intenção de comparar os tons de ambas as candidaturas: a da Convenção do Terror (Convenção de Maio) e que viria mais adiante, a Convenção de Agosto. A expressão “estudos de política comparada”, assim, se torna um texto explicativo ao leitor, caso haja uma falha na compreensão do contexto expresso pela charge (CARETA, 03/07/1909, p. 1 ; VIDAL, 2009, p. 63). Em outra página da mesma edição, a Convenção que escolheu Hermes é chamada de Contravenção de Maio: “*Sabemos que o dr. J.J. Seabra no seu próximo meeting parlamentar vae ler à Camara todos os telegrammas passados a presidentes de Estado recalcitrantes, convidando-os a adherir à Contravenção de Maio...*” (CARETA, 03/07/1909, p.42) Percebemos, assim, uma deslegitimação do evento que escolheu Hermes da Fonseca, relacionando-o a conceitos próximos ao autoritarismo (terror) e à insubordinação (contravenção).

Em “As espadas dos paisanos”, o marechal aparece rodeado de mãos que, com seus dedos indicadores, apontam para ele (Ver imagem 54). A diferença já se encontra nas proporções da charge, que colocam Hermes como um personagem pequenino em meio às enormes mãos que lhe apontam. A composição das mãos em uma perspectiva maior as aproxima do leitor, definindo seu ponto de enfoque como se o leitor estivesse encarando Hermes a partir do alto, junto delas (VIDAL, 2009, p. 35-36). Conforme Will Eisner, “a função primária da perspectiva deve ser a de manipular a orientação do leitor de acordo com o plano narrativo do autor”¹²⁹, e uma perspectiva gráfica colocada a partir de cima insere o

¹²⁸ Francisco Sales era o principal opositor do presidente dentro da política mineira, sendo, inclusive, acusado de ser um dos responsáveis pelo traumatismo moral de Afonso Pena. Nas palavras da própria *Careta*, contudo, Francisco Sales é chamado de Chico, em vez de Francisco ou de Dr. Francisco, em um movimento parecido de *O Malho* com “Seu” David Campista. Fica visível, assim, como os apelidos em vez do título visavam realçar uma visão negativa do político, tirando sua honra.

¹²⁹ Tradução livre de: “The primary function of perspective should be to manipulate the reader's orientation for a purpose in accord with the author's narrative plan” (EISNER, 2000, p.89).

espectador em uma posição de superioridade, distanciamento emocional (EISNER, 2000, p. 89). Assim, o tom acusatório e superior das mãos transforma o leitor, caso seja contrário a Hermes, em alvo solidário da charge, isso porque “o alvo solidário encontra na mensagem da charge a reafirmação e a corroboração de sua própria opinião” (LIEBEL, 2017, p. 95). Caso o leitor esteja envolvido favoravelmente com o objeto da troça, verá na representação uma inferiorização de seu posicionamento.



Imagem 54 - *As espadas dos paisanos*, CARETA, 26/06/1909, n.56, p.7. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ao contrário do Hermes de olhar sonhador e postura ereta que observamos anteriormente, aqui ele está com os braços em posições retorcidas, assim como sua faceta retraída — indicativos gráficos de desconforto, ou até mesmo medo, segundo escreve o autor Will Eisner em sua obra sobre as formas de se representar através do traço (EISNER, 2000, p.105-109). Ele não marcha, *tropeça*: seu corpo está inclinado para frente em uma caminhada irregular. A espada está caída, apesar de atada à cintura, ao mesmo tempo em que o chapéu militar está quase saindo de sua cabeça, deixando à vista sua careca. Através das roupas bagunçadas, da perda de controle quanto à espada e até mesmo pela expressão de Hermes, a charge estabelece uma descompostura de sua parte, contradizendo a ideia de que seria ele um homem disciplinado.

As mãos são comparadas com espadas desde o título, sendo as também “armas dos paisanos” expressas na legenda da charge. O apontar com o dedo indicador, desta forma, pode ser visualizado como uma reprodução da arma fálica, só que em contraste à sua belicosidade — apesar de ser um *falo*, o apontar não apresenta a capacidade do corte, da perfuração. É, portanto, uma expressão de uma violência que não é física, mas mantém a ideia de poder. Mesmo assim, o próprio uso de mãos como símbolos de superioridade civil parte de uma concepção em que a mão é um signo de dominação, de autoridade, de mando (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p.589-591). A quantidade desproporcional de mãos, somada aos seus enormes tamanhos em relação a Hermes, brinca com o exagero e transforma em cômica a situação ao ironizar o poderio militar, apresentando a surpresa do personagem-alvo e seu desamparo ao ser confrontado com tamanha resistência (VIDAL, 2009, p. 77).

Voltaremos à batalha retórica das charges adiante, visto que muitos de seus argumentos tinham relação com os debates sobre militarismo e civilismo. Na noite de 22 de Agosto aconteceu a Convenção de Agosto, no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro. O evento movimentou as ruas cariocas, havendo uma grande aglomeração diante das portas do teatro (BORGES, 2011, p. 315-316). No lado de dentro de suas portas, os responsáveis pela oficialização da candidatura também encheram o recinto. Ao contrário da Convenção que definiu o nome de Hermes, porém, os representantes da classe política ali presentes não eram vinculados aos governos estaduais, e sim aos municipais, totalizando o número de 350 (CARONE apud SANTOS, 2005, p. 77). A repercussão do evento na *Careta* foi dada a partir de fotografias, e aqui concordamos com Lorayne Ueócka ao notarmos a utilização do registro fotográfico como uma ferramenta de legitimação da candidatura que se iniciava ali, no Teatro Lírico: “Constata-se numa fotografia que a imagem se equivale a um fato verídico, incontestável” (UEÓCKA, 2004, p.266; Ver imagem 55). Em vez de termos mais específicos, a revista deu o título de Convenção Nacional ao evento retratado, de forma a transparecer seu caráter de consenso e de importância no país todo.



Imagem 55 - *Convenção Nacional*, CARETA, 28/08/1909, n.65, p.9. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A candidatura civilista suscitou também outras abordagens, as quais pretendemos abordar no subcapítulo a seguir. Em suma, observamos que desde o início da disputa eleitoral, *O Malho* trabalhou na oposição entre Hermes e vários políticos civis, caracterizando estes últimos através de representações que remetiam à feminilidade. O ponto fora da curva talvez tenha sido Afonso Pena, que de início simbolizava a arrogância civil, passou pela violação da Constituição, para então se tornar mártir republicano ao ter tentado atuar de maneira viril na condução do país. Enquanto os civilistas foram associados à incerteza, à falta de pulso firme, ao mando feminino e à falta de virilidade, Hermes foi apresentado como homem viril, “de ação”. Ao mesmo tempo um defensor do feminino (da República-Mulher, da Constituição-Mulher), ele seria o seu oposto, sendo militar e disciplinado, além de tender para a racionalidade.

A *Careta* atribuía os extremos à figura de Hermes, ora colocando-o como um homem desequilibrado, ora como um homem sem essência, “vazio” em termos de escolha e autoridade. A primeira das opções da *Careta* demonstra a necessidade de se contrapor à fama

recente do candidato militar, tido como defensor da ordem e da disciplina. O segundo extremo procurou debochar também dessa marcialidade ordeira, já que, através da falta de personalidade, Hermes seria só uma marionete do jogo político. As duas formas de representá-lo convergem em negar a Hermes as características então desejáveis à masculinidade, e mesmo que pareçam representações contraditórias, estão pautadas pelo embate político que também é, por si só, uma arena de disputas de constante mobilidade. Por fim, a *Careta* ainda traria o questionamento quanto à lealdade de Hermes, apresentando-o como um traidor do governo Afonso Pena e, portanto, um homem sem palavra, sem honra.

Para entendermos melhor como essas duas revistas irão trabalhar as questões de gênero sobre Rui Barbosa - que, dentre os dois candidatos, seria o com menos aparições entre as fontes — e sobre qual dos dois nomes seria o melhor para *regenerar a República*, pretendemos nos debruçar, a seguir, nas discussões concernentes à participação militar na República, o militarismo, e as acusações feitas por ambos os lados sobre as fraquezas do adversário.

4.2 Civilismo *versus* Militarismo: debatendo política, República e masculinidades (1909-1910)

Como já mencionamos anteriormente, a manifestação pública de Rui Barbosa como contrário à candidatura Hermes levou à arena do debate público a ameaça do militarismo para o país. Ao longo das páginas desta pesquisa, temos abordado de maneira superficial a ideia de militarismo, o que pretendemos definir melhor agora. Junto a isso, precisaremos discutir o conceito de soldado-cidadão, já que sua definição faz parte, também, de uma visão específica sobre como o soldado deve se portar em relação à política e à sociedade - bem como deve ser essa sociedade, e inclusive, como deve ser o soldado. Assim, poderemos observar como as charges se apropriaram dos valores civilistas e dos valores “militaristas”, colocando em debate tais categorias e visando enaltecer a mais condizente com sua perspectiva de masculinidade. Os civilistas também sofreriam ataques retóricos, e a própria pauta das candidaturas seria avaliada como um empecilho à nação (BORGES, 2011, p. 71-72).

Como pretendemos abordar o militarismo, acreditamos ser necessária uma breve observação quanto às dinâmicas nacionais e internacionais do período sob análise. A ideia de militarismo não emergiu do nada, sendo também uma construção histórica: “na passagem do século XIX para o XX, a corrida armamentista envolvia as diferentes nações e, por conseguinte, a questão do militarismo estava presente no debate internacional” (BORGES,

2011, p. 74). Sua prática se deu em meio aos debates crescentes de nacionalismo e imperialismo, dadas as redefinições de força que aumentavam tanto no cenário europeu, quanto nas Américas e demais continentes — agora sob influência do neocolonialismo (McCANN, 2009, p. 140). Os exércitos passaram por reformulações em questões ideológicas, sendo que suas funções passariam também a ser de manter a ordem política e social interna de seus países de origem, ao mesmo tempo que se tornavam forças de defesa nacional e de influência externa (CASTRO, 1995, p. 41; BORGES, 2011, p. 74; McCANN, 2009, p. 104). A ascensão militar, o belicismo, fez parte de uma onda crescente de acirramento de tensões que desembocaram na Primeira Guerra Mundial — que, apesar de ser um marco importante, não está dentro dos limites de nosso trabalho.

Se tratando da situação nacional, não perdemos de vista a noção de diálogo estabelecida entre o Brasil e o cenário internacional, ainda que não estejamos “diante da simples absorção de algo que vinha do exterior sem qualquer tipo de processamento interno [...]” (BORGES, 2011, p. 85). Assim, o caráter dialógico das ideias estrangeiras às necessidades nacionais não pode ser descartado em relação aos preceitos ideológicos civis, o que pode ser dito também para as visões militares.

Conforme já vimos anteriormente ao falarmos das representações de Rio Branco, as preocupações de uma intervenção estrangeira em território brasileiro seriam um dos argumentos utilizados para a reorganização militar nacional (DORATIOTO, 2014, p. 74-75). A aquisição do Acre pelo Brasil, para além das questões platinas, foi um exemplo explícito da necessidade de uma modernização logística e de efetivos, dada a necessidade de se mobilizar o Exército Brasileiro para a concretização da posse em 1903 (BORGES, 2011, p. 83). Em cartas do próprio ministro das Relações Exteriores, lemos que o uso das tropas não passou de um blefe: “É preciso que nos mostremos fortes e decididos a tudo. Deus nos livre de uma guerra, desmantelados, empobrecidos como estamos”, escreveu Rio Branco (McCANN, 2009, p. 125). A tática utilizada, mais uma jogada política do que um investimento militar propriamente dito, foi a demonstração da escassez técnica que motivaria as reformas de Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra nos vindouros anos de 1906 e 1909. Verdade seja dita, a ideia de reorganizar o Exército precedia a gestão de Hermes, já existindo desde cerca de 1899, mas foi isso que o alçou na política, como já mencionamos (McCANN, 2009, p. 106-110).

Em termos estruturais, o Exército Brasileiro precisava de uma enormidade de reformas: não havia alojamentos suficientes para os efetivos, o deslocamento de tropas era

precário, os equipamentos militares eram sucateados, o fardamento deixava a desejar, o abastecimento de forças era mal planejado, faltava armamento moderno e até mesmo munição, dentre outras coisas (McCANN, 2009, p. 107-110; 137-139). Tudo isso se apresentava ainda mais como urgência dado o crescimento no número de efetivos, duplicado com a chegada da República, e que dobraria mais uma vez a partir da efetivação do alistamento por sorteio (CARVALHO, 2006, p. 30). O militarismo do período recortado pode ser encarado, em partes, conforme as palavras de Décio Saes:

[...] por militarismo entendemos a política de um grupo no sentido de reorganizar a sociedade em função de valores primordialmente militares (segurança nacional, vontade de prestígio no cenário internacional, expansionismo, patriotismo, apologia da guerra etc.) (SAES apud BORGES, 2011, p. 71).

Além disso, o soldado em si precisava passar por remodelações, isto é, o *homem* envolvido com a função militar tinha de ingressar nas ondas reformistas. Já abordamos tal questão no subcapítulo 3.2, quando tratamos especificamente das reformas gerais feitas por Hermes da Fonseca, mas é válido retomarmos a importância das mudanças dos quartéis como também voltadas aos homens militares enquanto sujeitos. Até o final do século XIX o alistamento não era obrigatório a todos os cidadãos, então as fileiras do Exército eram preenchidas majoritariamente pelos setores masculinos menos valorizados dentro da sociedade, como os enquadrados como vadios, os negros, os desempregados, e até mesmo criminosos condenados. Isso levava a desordens e ao desprestígio da farda, pelo menos se estivermos pensando nos níveis mais baixos da hierarquia militar (IZECKSOHN, 2013, p.293). Até mesmo alguns membros do baixo oficialato (como sargentos) “formavam uma sociedade hermética na qual o excesso de álcool, o jogo e a violência familiar irrompiam com frequência” (McCANN, 2009, p. 116).

Assim, os homens que compunham as forças militares necessitavam passar por uma remodelação de conduta a fim de conseguir concretizar não só as reformas estruturais do Exército, como também suprir as demandas da sociedade quanto a suas novas funções masculinas. As mudanças sobre o militar “foram direcionadas para a identificação deste como um *dever cívico varonil* em substituição às concepções punitivas que haviam prevalecido até então” (IZECKSOHN, 2013, p. 294, grifo nosso). Como ressalta Celso Castro, o processo de racionalização do Exército fez parte de uma relação de individualização de seus membros aos moldes capitalistas, colocando-os como parte de uma coletividade pautada pela ideia de progresso, ordem e produtividade. O militar precisava, desta forma, ser

disciplinado a fim de atingir as expectativas postas sobre ele. Nesse sentido, o Exército detinha poder *civilizador* (CASTRO, 1995, p. 40-41; MACHADO, 2007, p. 131).

Pensamos que o militarismo pode ser encarado como um conjunto de reformas técnicas, de cunho logístico, como um processo histórico de acirramento de tensões - havendo uma forte relação com valores como nacionalismo e patriotismo, e com prática expansionista dos imperialismos - , mas também como elemento catalisador de uma reforma da maneira de se ser homem, em vista de seus preceitos normatizadores: disciplina, ordem, racionalidade, autocontrole, virilidade, força, dominação masculina, autoridade, etc. Não à toa seria dado ao alistamento militar a visão de rito de passagem, “que permitiria transformar um garoto em homem”¹³⁰ (BORGES, 2011, p. 75).

Isso tem relação direta com as concepções dadas quanto ao papel do militar na sociedade da Primeira República, e aqui teremos de discutir novamente os conceitos de soldado-cidadão, soldado profissional e soldado-corporação trazidos pelo historiador José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2006, p. 38-41).

Para Carvalho, a ideia de *soldado-cidadão* “servia de instrumento de afirmação militar”, defendendo sua participação nas decisões políticas que conduziriam a nação, sendo, por isso, iguais em direito aos civis (CARVALHO, 2006, p. 38-39). Observamos, em grande parte, a ideia de soldado-cidadão como propulsora dos descontentamentos militares durante a Questão Militar, ainda durante o Império, e mesmo no decorrer dos eventos da Proclamação da República — a honra militar, os *brios* que supostamente estavam sendo afrontados pelos civis, fazem parte, de certo modo, da ideia de soldado-cidadão. Outro elemento extremamente importante para a compreensão desse conceito é o fato de que o soldado-cidadão seria um homem de mérito, que teria sua ascensão através de suas qualidades pessoais, e não por causa de vantagens e privilégios (CASTRO, 1995, p. 45; 59; 80-83). A adesão da juventude militar – da qual Hermes da Fonseca fez parte, dadas as ressalvas trazidas anteriormente nesta dissertação – à ideia de soldado-cidadão seria devido à meritocracia que o conceito pregava, justamente a fim de se oporem aos homens civis, principalmente os bacharéis (BORGES, 2011, p. 82).

¹³⁰ A relação entre guerra e masculinidade não necessariamente surge nesse contexto, sendo uma construção histórica em si. O aburguesamento dos costumes, o nascimento dos Estados-Nação e a criação de uma ideia de individualidade como devedora à coletividade, no entanto, seriam inovações implementadas gradualmente até o período que nos é caro nessa pesquisa (OLIVEIRA, 2004, p.23-28). Já “no final do século XIX, o campo de batalha era considerado a arena mais importante para a modelação do corpo e do espírito de um legítimo varão” (OLIVEIRA, 2004, p.28).

Como já observado no capítulo anterior, não devemos homogeneizar o Exército. Internamente, a corporação apresentava suas próprias fraturas¹³¹, expressa mais significativamente pela divisão entre “tarimbeiros” e “científicos”. Ainda assim, o fator que os unia, mesmo que parcialmente¹³², era o rechaço aos bacharéis, vistos pelos militares como corruptos, incompetentes e excessivamente retóricos, desprovidos de qualquer pulso firme. A juventude militar via os bacharéis civis como rivais diretos, tanto na aquisição de cargos públicos, como em termos de prestígio social. Mesmo se formando em cursos parecidos, os “científicos” não gozavam do mesmo *status* adquirido pelos bacharéis civis – estigmatizados por serem soldados, alguns não conseguiam efetuar negócios, outros eram preteridos pelas famílias das moças, mais desejosas em estabelecer relacionamentos com civis bacharéis (CASTRO, 1995, p. 51). Eis um dos motivos para a “repaginada” na imagem do Exército e de seus membros, como estamos abordando nesse subcapítulo.

Desta forma, tanto “tarimbeiros” quanto “científicos” demonstravam uma urgência em se participar politicamente mesmo na condição militar, o que os levou a alimentar a rivalidade entre militares e civis. Ainda durante os momentos finais do Império, Benjamin Constant declarou, em homenagem ao seu grupo de jovens estudantes da Escola Militar: “sob a farda de cada soldado, pulsa o coração de um cidadão e de um patriota!” (CASTRO, 1995, p. 168) Quando se deu a Proclamação da República, os militares não perderam tempo: em decreto de 1890, Marechal Deodoro da Fonseca escreveu que “o soldado deve ser, de hoje em diante, o cidadão armado, apoiando e promovendo as instituições republicanas” (IZECKSOHN, 2013, p. 293).

Sendo assim, a ideia era propagar, em meio à sociedade, um novo papel a ser executado pelo Exército e seus membros — algo que misturava a defesa da honra militar a valores como virilidade, autoridade, disciplina, ordem e progresso, ao mesmo tempo em que arrogava para si a responsabilidade de salvar a pátria. Daí a urgência em reformular os homens partícipes da corporação, cada vez mais vistos como os bastiões defensores dessa

¹³¹ Essa divisão, no entanto, se esfumaria ao longo do período republicano, devido às reorganizações militares feitas a partir do início do século XX e a ascensão dos modelos profissional e corporativo. As experiências dos soldados nos primeiros anos, a participação do Exército na política nacional, e até mesmo o desenvolvimento de uma nova masculinidade (como trataremos a seguir) seriam elementos que também influenciariam as mudanças de comportamento e de organização interna da corporação.

¹³² Observamos essa questão no subcapítulo 3.2 Hermes da Fonseca, o Verdadeiro Militar. Entre os dois grupos, as ofensas seriam mantidas acima de tudo: os “tarimbeiros” viam os “científicos” como meros “bacharéis fardados”, não sendo, portanto, tão soldados quanto eles; já os “científicos” viam a participação dos “tarimbeiros” na Guerra do Paraguai como uma vergonha, pois o conflito “não teria levado a nada” (CASTRO, 1995, p.141). Após a Proclamação da República, as duas linhas ideológicas disputaram os cargos políticos do novo regime, estando os “tarimbeiros” alinhados a Deodoro da Fonseca, e os “científicos” a Benjamin Constant (CASTRO, 1995, p.197).

República-Mulher, ameaçada por todos os lados (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 83). Nesse sentido, “a masculinidade brasileira ganhava novas feições e a promessa de se disseminar irmanando homens de todas as classes no ideal do homem viril, pronto para assumir seus compromissos coletivos [...]” (MISKOLCI, 2013, p. 2631).

O ideal de soldado-cidadão, de início uma forma de intervenção dos militares na sociedade, passou a ser um modelo almejável para todo e qualquer homem pertencente a essa mesma coletividade. Mais do que uma função, se torna em um modelo de masculinidade com pretensões de conquistar hegemonia (CONNELL, 2005, p. 71-77). O primeiro significado, no entanto, jamais seria abandonado — o soldado-cidadão era, por excelência, o símbolo do militarismo, como um motor de mudança na nação a partir dos ideais disciplinados oriundos das Forças Armadas.

A categoria de *soldado profissional*, como observamos no capítulo anterior, era o extremo oposto à ideia de soldado-cidadão. Ao contrário desse, o militar profissional deveria se manter à parte da política, respeitando a hierarquia militar e política, respondendo, em última instância, ao Presidente da República. Segundo essa premissa, portanto, “o envolvimento político dos oficiais desviava sua atenção e quebrava o princípio da disciplina” (CARVALHO, 2006, p. 41). Já discutimos, no subcapítulo 3.2, que devido a essa postura que Hermes da Fonseca ganhou notoriedade, afinal de contas, sua participação política na República havia se encerrado ainda na própria Proclamação, o que voltaria a mudar somente com sua candidatura à presidência.

O último ideal de intervenção — e modelo de militar — trazido por José Murilo de Carvalho é o *soldado-corporação*, que

divergia da ideologia do soldado profissional por admitir abertamente a intervenção na política, embora com ela concordasse quanto à necessidade de preparação profissional do Exército. Concordava com a ideologia do soldado-cidadão quanto à legitimidade da intervenção do militar na política, mas dela discordava quanto à natureza da intervenção (CARVALHO, 2006, p. 41).

Essa ideia se alinhava à função moderadora do Exército, que como acabamos de citar, se tornava dispositivo de controle interno das nações em busca de uma manutenção da ordem. Evidentemente, todas as três categorias citadas são elaborações teóricas que sistematizam processos e ideais desenvolvidos ao longo de anos, de forma até mesmo contraditória ou repleta de fronteiras esfumadas. Mobilizamos tais conceitos, no entanto, a fim de dar conta de uma complexa operação social feita justamente nesse período, que era a de legitimar a

masculinidade militar diante de outras formas de se ser homem. A disciplina e o condicionamento físico, por exemplo, não são características específicas do soldado profissional, e sim elementos compartilhados entre os três modelos. O que os diferenciava, portanto, eram as intenções de intervenção junto à realidade e ao sistema republicano. E como podemos ligar essas discussões às representações de Hermes da Fonseca pelas revistas *O Malho* e *Careta*?

Se retomarmos as representações já elencadas em nossa pesquisa, por exemplo, observamos como *O Malho* trazia a figura de Hermes da Fonseca como profissional por um certo tempo, seguindo a linha de raciocínio que o fez crescer em prestígio e popularidade política — ou seja, atribuindo a ele um papel principalmente “ordeiro”, de mantenedor da disciplina e como reformador das instituições militares de maneira desapaixonada. Ao traçar seu perfil abaixo de sua fotografia, a revista elogiou a participação de Hermes nas necessárias mudanças *marciais* que demandava o Exército: seria, graças a isso, um “*verdadeiro militar*”. (Ver imagem 40). Durante a cobertura de sua viagem à Europa, como Ministro da Guerra encarregado pelas relações entre os exércitos Alemão e Brasileiro, lemos a exaltação do evento de partida de Hermes: “*Não é photographia de quadro a oleo, mas pôde servir para original do futuro quadro*” (O MALHO, 12/09/1908, p.25; Ver imagem 41). Em vez do “simples” registro fotográfico, o texto que é identificado como Nota da Redação dá um ar de importância ao evento, sendo uma solenidade tamanha que demandaria um quadro. Segundo José Murilo de Carvalho, apesar da diminuição na importância das pinturas no início da República - se comparado com o período imperial —, o seu registro não perderia o papel de tentar representar heróis nacionais em grandes momentos (CARVALHO, 1990, p.86).

O Malho passou a mobilizar outro discurso quando o assunto se transformou na candidatura hermista. Quando Hermes apareceu destruindo a efígie de David Campista, sua representação misturava autoridade, disciplina, autocontrole e proeza militar viril — elementos necessários para ir à luta pela nação. Quando Afonso Pena aparecia violando a figura feminina da Constituição, para a tristeza de uma República-Mulher impotente, Hermes prometia vingança em texto, à medida que sua imagem de salvador da pátria era mais amena, porém ainda presente no traço do chargista (Ver imagem 50). Se contrastarmos isso à heroica defesa branca de Hermes contra os revoltosos negros da marinha, já após sua posse (Ver imagem 9), vemos não um homem agressivo, mas que sabe a hora de realizar o “Gesto necessário” que dá título àquela charge.

Em “O momento”, charge de capa feita por J. R. Lobão, Hermes aparece conversando com Zé Povo — ou, melhor dizendo, Zé aparece conversando enquanto Hermes o encara com expressão sonhadora (Ver imagem 56).

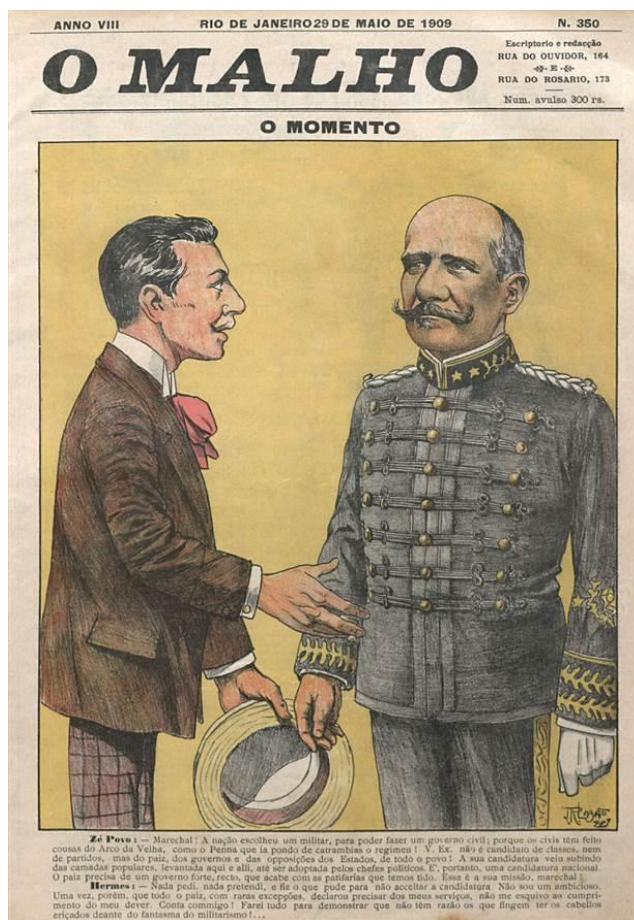


Imagem 56 - *O momento*, O MALHO, 29/05/1909, n.350, p.1. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O primeiro elemento que destacamos desta charge é a composição do traço de Lobão, que trabalha os personagens de maneira realista, evitando um tom mais satírico que possa desvirtuar a aura triunfal de Hermes¹³³ (VIDAL, 2009, p. 48). Os detalhes de sua farda são reproduzidos à risca, assim como os principais traços faciais de Hermes, à excessão do nariz, que tem seu tamanho aumentado de maneira discreta. A imagem, por si só, transparece uma

¹³³ Sendo a simplificação e o exagero de traços uma característica usada para gerar riso, o realismo implica outra forma de representação chárstica (VIDAL, 2009, p. 48). Uma forma de se pensar a caricatura de “grandes momentos” e “grandes personagens” foi aquela praticada pela *Revista Ilustrada*, por exemplo, que retratou os proclamadores da República como mais belos do que de fato eram, em uma tentativa de enaltecer a mudança do regime. O traço mais afeito ao realismo, herança de um academicismo artístico, demonstraria também parte dessas intenções de se manter uma aura positiva e/ou séria na mensagem a ser passada (LUSTOSA, 2008, p. 293-294).

figura preocupada de Zé Povo, que dialoga com o austero e tranquilo marechal. A legenda, por sua vez, traz o diálogo, que reproduziremos abaixo:

Zé Povo: -Marechal! *A nação escolheu um militar*, para poder fazer um governo civil, porque os civis têm feito cousas do Arco da Velha, [...] V. Ex. não é candidato de classes, nem de partidos, mas do paiz, dos governos e das oposições dos Estados, de todo o povo! A sua candidatura veio subindo das camadas populares, levantada aqui e alli, até ser adoptada pelos chefes políticos. *É, portanto, uma candidatura nacional. O paiz precisa de um governo forte, recto, que acabe com as patifarias que temos tido. Essa é a sua missão, marechal!* Hermes: -Nada pedi, nada pretendi, e fiz o que pude para não acceitar a candidatura. Não sou um ambicioso. Uma vez, porém, que todo o paiz, com raras excepções, *declarou precisar dos meus serviços, não me esquivo ao cumprimento do meu dever*. Conta commigo! Farei tudo para demonstrar que não têm razão os que fingem ter os cabellos eriçados deante do fantasma do militarismo!... (O MALHO, 29/05/1909, p.1, grifo nosso)

A mistura de elementos aqui apresenta duas conotações da charge à figura de Hermes: por um lado, seria ele o homem nacional, com uma missão de salvar o país com uma gestão forte e de retidão militar, o que estaria demandando um sacrifício de sua parte em prol da pátria; por outro, Hermes é um profissional que está prestando serviços, e que justamente para cumprir seu dever é que se candidata à presidência. Mais do que isso: pretende desbancar a ideia de militarismo, e fazer um governo justo. A ideia de militarismo a que ele se refere será abordada nas próximas páginas, então foquemos na questão que aqui nos é cara — o marechal é tido como um homem símbolo da nação, o resultado da necessidade viril de um povo que precisa de seus sacrifícios “nada ambiciosos”.

Em outra charge, de título “Profissão de Fé” e autoria de Heronio, uma personagem identificada como “Política Nacional” carrega uma lanterna, à noite, com a qual ilumina Zé Povo, que jaz com as mãos nos bolsos. O personagem popular comenta que *“Também é só o que a tua lanterna mágica encontra firme no seu posto: sou eu! E fica sabendo que, a bem da segurança e da gloria do Brazil republicano - voto no marechal Hermes da Fonseca!”* (O MALHO, 05/06/1909, p.17). Os termos das falas da charge são bem específicos: o cidadão comum, popular, se mantém *firme no seu posto* (ideia que remete à guarda feita pelos militares), além de declarar voto no marechal em defesa da *segurança e da gloria do Brazil republicano*. Hermes seria o bastião dessa glória, tanto ao ser o signo da segurança que traria em tempos de insegurança (de fronteiras geográficas, de modernidades, de gênero), também seria a salvação do modelo republicano. A postura relaxada de Zé é mais um indício dessa segurança.

Tais posições são realçadas na charge “Quem vai a Penha, apanha...”, de Storni (Ver imagem 57). Em formato de história em quadrinhos, a charge dita três momentos distintos. No primeiro, os personagens civilistas se dirigem à festa da Penha, tradição do Espírito Santo, aqui simbolizada por uma Igreja encarapitada no topo de um morro. No horizonte, o Sol prenuncia o 1º de Março, data marcada para o pleito que escolheria entre Rui e Hermes. Através das representações carnavalescas dos personagens, podemos notar um tom de deboche quanto à postura dos civilistas, um grupo de *Divertimento sem limites e sem preocupações*. Rui Barbosa aparece como um adereço festivo em formato de cabeçorra, segurada por uma mulher negra que seria a Convenção de Agosto. Nenhum desses símbolos aparece ao acaso, visto que, sem sequer possuir um corpo, Rui é apresentado como mero fantoche, sem a qualificação viril necessária para ser valorizado. Em um país marcado pelo ingresso de ideias eugenistas e políticas de branqueamento, a Convenção de Agosto ser caricaturada como uma mulher negra de coroa traz à tona aspectos indesejáveis para a lembrança republicana — a coroa enquanto representante do atraso monárquico, e a mulher negra como retratação do perigo moral trazido pelo civilismo. Além disso, a representação do estado da Bahia seria frequente como sendo uma mulher negra, “em clara referência à grande mestiçagem e presença de negros nessa parte do país” (JANUÁRIO, 2015, p. 94). Entendendo a personagem Convenção de Agosto como uma extensão do arquétipo da Bahia, podemos perceber como sua representação enquanto mulher negra e gorda também buscava agredir a parcela branca da elite baiana através da lembrança de seu vínculo com a população de origem africana.

No segundo momento da história, os personagens se encontram embriagados, festivos, ignorando as normas sociais com barrigadas¹³⁴, passos de dança e uso de instrumentos musicais. As festividades, no entanto, aqui são utilizadas como recurso de humor, o que se demonstra não apenas pelas posições dos personagens, como também pela legenda, que após relacioná-los às tarefas religiosas do evento da Penha, narra: “*atira-se de corpo e alma às libações, aos sambas, à Canninha-Verde, dando àquele pittoresco local, uma alegria e uma animação só comparadas ao carnaval!*” O consumo de álcool e o

¹³⁴ Destacamos, mais uma vez, como a condição física de gordura corporal reaparece como motivo de crítica. Segundo Vanderlei Machado, “A falta de moderação inscrevia-se no corpo através do desenvolvimento da ‘pança’, da feiúra e da fraqueza. Ter barriga passava a ser percebido como um sinal de desleixo. Para a manutenção da saúde do corpo era necessária também uma atenção especial para como asseio tanto do corpo quanto dos trajes.”(MACHADO, 2007, p. 269) As roupas dos dois políticos baianos também são usadas como chacota, dada a indumentária tradicional da mulher baiana usada por José Marcelino, e o traje campestre usado por Galeão Carvalhal — ambas caracterizações que os destacam em meio aos demais personagens (SARMENTO, 2009, p. 71).

desregramento quanto ao local e hora de sua ingestão demonstram o caráter de julgamento moral dado ao humor da charge, que ironiza a postura dos participantes daquele evento (CHALHOUB, 1986, p. 173-175; MACHADO, 2007, p. 175). Aliás, o próprio samba apresenta um caráter negativo – aqui, extravasado pelo humor —, visto que por muito tempo as práticas culturais negras seriam encaradas com maus olhos tanto pelas autoridades policiais quanto pelos demais responsáveis por uma moralização pública (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 235-238; 261). O samba era um símbolo da falta de moral, uma “questão de polícia”. E isso nos leva ao terceiro quadrinho.

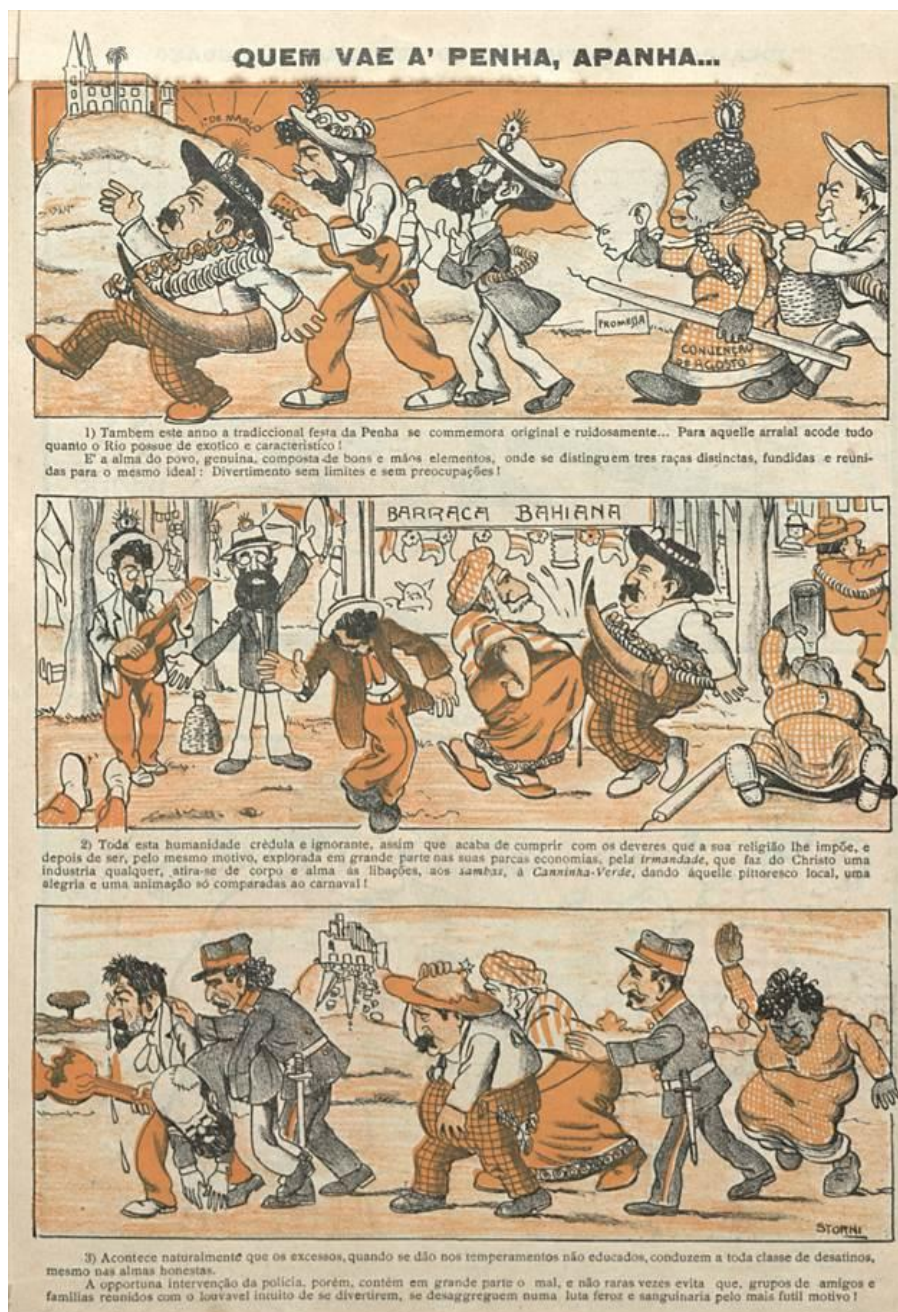


Imagem 57 - *Quem vae a Penha, apanha...*, O MALHO, 09/10/1909, n. 369, p.35. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Nele, os pândegos são conduzidos pela polícia após a farra. Os dois responsáveis pela lei e a ordem são Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, que surgem como representantes da disciplina e do anti-alcoolismo. Apesar de representados usando uniformes de policiais, a associação de Pinheiro e Hermes é feita com a ordem, valor máximo a ser empregado pelo Exército. O cenário caótico dá o tom da charge, como em uma explicitação da desordem causada por tal tipo de comportamento — e tal tipo de pessoa, isto é, pelos civilistas —, com

a igreja, ao fundo, estando destruída, bem como os instrumentos musicais. Praticamente todos os personagens estão cabisbaixos, abatidos, deixando apenas para a mulher negra o tom ainda festivo e ébrio. Ao contrário de Pinheiro, que tem a coluna arqueada por carregar o personagem de Barbosa Lima, Hermes da Fonseca aparece em postura normal, tranquila, conduzindo José Marcellino e Galeão Carvalhal. Na legenda, lemos:

Acontece naturalmente que *os excessos*, quando se dão nos temperamentos não educados, conduzem a *toda classe de desatinos*, mesmo nas almas honestas. A *oportuna intervenção da polícia*, porém, contém em grande parte o mal, e não raras vezes evita que, grupos de amigos e famílias reunidos com o louvável intuito de se divertirem, *se desagreguem numa luta feroz e sanguinária* pelo mais fútil motivo (O MALHO, 09/10/1909, p. 35, grifo nosso).

A crítica é direta aos excessos causados pelo consumo de bebida, um dos empecilhos à regularização do trabalhador nesse início de República. A intervenção policial, aqui representada por Hermes, surge como algo oportuno, como tendo o intuito da segurança, da união familiar: valores típicos de um “panteão republicano” ao qual a própria pátria se identificava (TENÓRIO, 2009, p. 68). Assim como desenvolvemos em nosso primeiro capítulo, o alcoolismo foi visto como uma degeneração terrível, um mal à saúde não só do homem, como de sua família (MACHADO, 2007, p. 231; TENÓRIO, 2009, p. 68). A ação de Hermes refletia a oposição a tudo isso, sendo ele um dos protetores dos vínculos sociais, dos próprios indivíduos envolvidos e dos valores pátrios como um todo.

Indo mais longe no caráter protetivo de regenerador de Hermes, em “Reacção Nacional”, de Alfredo Storni, acompanhamos a representação do candidato militar como um remédio ingerido pela República (Ver imagem 58). Segundo a legenda do primeiro quadro, “*a alma doentia e neurasthenica da nossa Republica acaba de reagir desassombradamente. Devemos a isso um poderoso reactivo, composto de pura essencia republicana: Marechalite*” (O MALHO, 29/05/1909, p.29). Uma explícita referência ao cargo de Hermes da Fonseca, o remédio teria muito ferro e seria a causa da potência republicana observada na charge. Ainda que a neurastenia fosse combatida por medicamentos que não se limitavam aos homens, no traço de Storni, a República-Mulher aparece masculinizada ao ser forte e repleta de músculos, “atributos prestigiantes do corpo masculino” (MACHADO, 2007, p. 64-66). A “inversão sexual” que a colocava com qualidades viris (consideradas, além disso, militares) a tornava capaz de quebrar os frascos ao seu redor, derrotando-os (SALIBA, 2006, p. 313). Enquanto a

República-Mulher jazia ativa, de pé¹³⁵ e com os braços musculosos à mostra, observamos como seus adversários se fragmentavam ao seus pés: pennol (em referência a Afonso Penna), oligarchol (alusão às oligarquias), pomada (indireta ao *smartismo* e a David Campista), e carolite (indireta à expressão “carola”, que se refere ao fanatismo religioso, um dos aspectos que seriam mobilizados contra Rui Barbosa).¹³⁶ Ao contrário da representação observada na charge “Instataneo na Avenida” (ver Imagem 53), aqui a “inversão sexual” é encarada de maneira legítima, pois foi proporcionada pela ação masculinizante do elemento associado ao marechal Hermes da Fonseca. A “*a alma doentia e neurasthenica*”, associada à fraqueza e à falta de vigor físico seria sanada pela rigorosa república hermista, em uma “instrumentalização da virilidade” (MACHADO, 2007, p.77; SANT’ANNA, 2013, p.261; MOREIRA, 2021, p. 286).

No terceiro quadro, diferentes personagens populares gritam nomes de diferentes candidatos, visto que o debate das candidaturas “*absorvem hoje em dia, todas as classes sociais*”. Segundo a charge, as oposições ao hermismo seriam *platônicas*, indicando seu caráter de idealismo — em um sentido ilusório, desapegado da realidade. Os oligarcas do Norte são retratados como que virando as casacas em prol da candidatura do marechal, que, por fim, também é representado ao final da charge — fardado, Hermes anda acompanhado por uma mulher magra, branca, de cabeça grande que leva um enorme barrete frígio vermelho (símbolo republicano de excelência) sobre os cabelos pretos (CARVALHO, 1990, p.78). Trata-se da Presidência em pessoa, aqui sem qualquer característica masculinizante, afinal de contas, ela é o objeto de desejo do marechal. Além disso, a contraposição feita entre o desfile do casal Hermes-Presidência à dupla São Paulo-Bahia também pode ser analisada com base nas expectativas viris do momento: ao contrário da oposição, que é representada por um idoso santo (portanto, velho e casto, em vez de viril) e por uma mulher negra e gorda (indesejável), Hermes cumpre o papel varonil de andar alinhado com a mulher branca, magra

¹³⁵ Conforme Albuquerque Júnior, “o feminino é constantemente associado [...] à horizontalidade. A mulher no próprio ato sexual representaria esta posição, enquanto o homem, o poder, o domínio, o ativo, representaria a verticalidade, a ordem hierárquica que não deveria ser ameaçada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 29). Nesse sentido, a associação do personagem feminino à posição e às características anatômicas consideradas à época como masculinas demonstram uma masculinização positivada, momentaneamente, devido a sua aproximação com Hermes.

¹³⁶ Segundo Flavia Maria Ré, “Após o seu exílio, Rui começou a acreditar na possibilidade da conciliação da religião, sobretudo a doutrina católica, com a razão. [...] ele acatou a hipótese de que por meio da religião, o povo inculto poderia receber as ‘luzes’ da moralidade política e social que a instrução não lhes havia fornecido” (RÉ, 2016, p.414-415). Acreditamos que isso seria mal visto pela revista *O Malho* dado o caráter técnico de seu candidato, Hermes da Fonseca, o que o aproximava das posições positivistas vistas na juventude militar republicana (da qual, inclusive, o proprietário de *O Malho* fizera parte). Sob essa perspectiva, a religião católica seria um estágio a ser superado, e não reiterado (CASTRO, 1995, p.63-64;67).

e esbelta (tida como legítima para ser conquistada pelo homem viril moderno) (MISKOLCI, 2013, p. 490; 2509; PEÇANHA, 2013, p. 139).

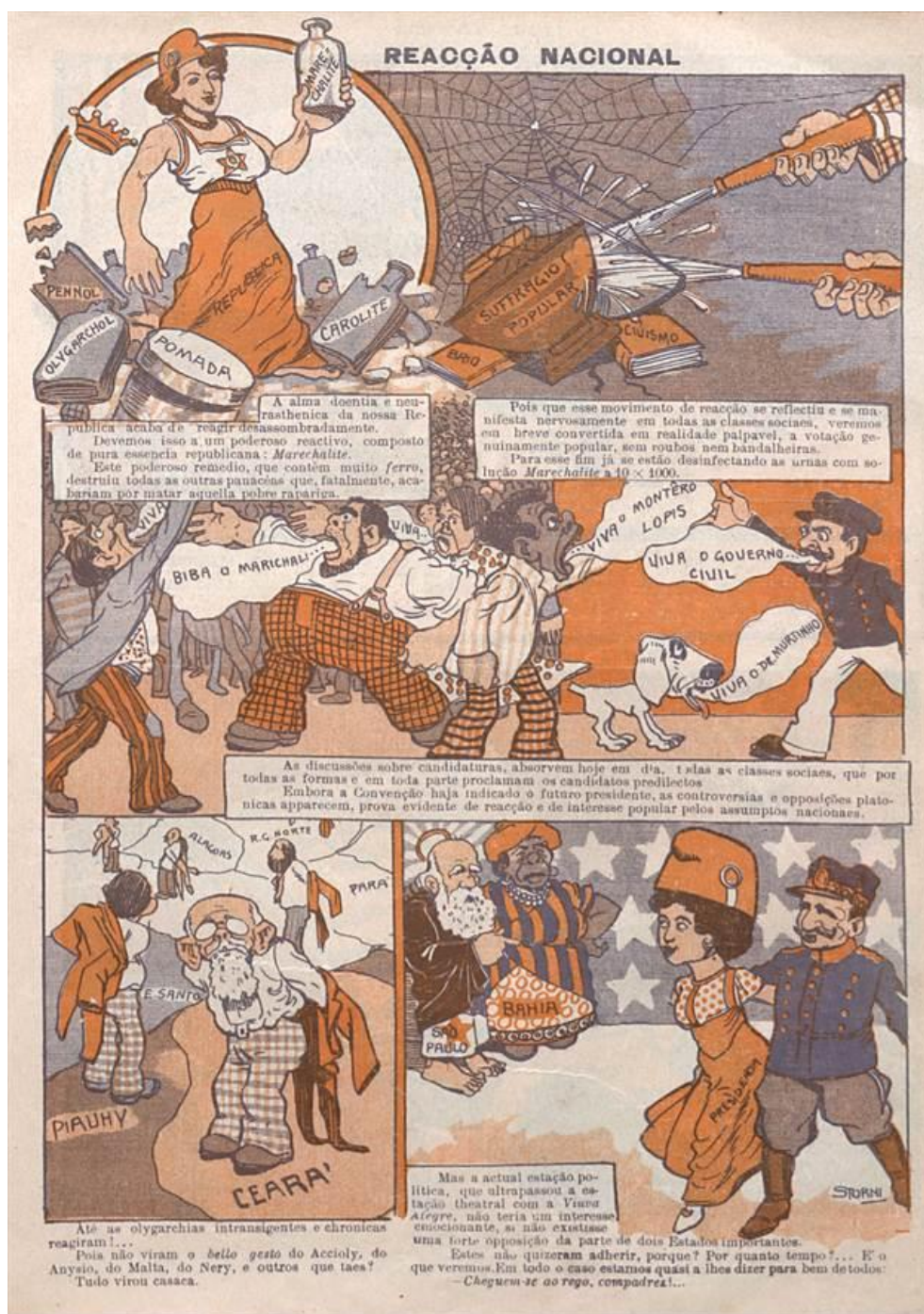


Imagem 58 - Reacção Nacional, O MALHO, 29/05/1909, n.350, p.29. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Com estas questões em mente, observamos como a construção da masculinidade de Hermes articulou as ideias de soldado-cidadão e soldado profissional, cruzando suas especificidades a fim de estabelecer uma maneira legítima de se portar enquanto homem. Em

um primeiro momento, o profissionalismo é mantido como principal característica do marechal. Diante de sua participação política, o seu lado profissional não é apagado, antes vira o argumento para justificar seu lugar de “salvador da pátria”. É válido ressaltar que um dos principais argumentos usados pelos opositores de Hermes foi sua falta de preparo político, o que visivelmente tentavam compensar, pelo menos em *O Malho*, por meio de sua faceta profissional militar. A defesa de uma masculinidade ligada ao ideal de soldado-cidadão era feita por meio de um discurso revestido por suas características técnicas — a disciplina, a ordem, sua capacidade de reorganização do Exército, seu suposto distanciamento das oligarquias, sua retidão, sua falta de ambições. Através dessas ideias (que também se apresentam como necessárias e parte do ideal, não sendo meramente retóricas ou ilusórias, visto que se qualificam como os méritos individuais conquistados por Hermes), construiu-se uma visão técnica e lógica para a figura heroica, legitimando-o como um interventor na política por ser um homem viril, cumpridor de seu dever e motivado pela missão regeneradora da República.

O atravessamento de tais aspectos nos apresenta uma tentativa de se legitimar, em termos de masculinidades, os ideais trazidos pelas duas dimensões do militarismo: a material-técnica, e a retórica. As reformas militares brasileiras, o nacionalismo crescente, as disputas internas ao território com as ascensões do urbanismo, dos espaços femininos e das populações negras, bem como rejeição da masculinidade *smart* (julgada como feminizante pela *O Malho*), todos são elementos que nos levam a pensar que essa masculinidade tinha por norte as práticas militaristas *stricto sensu*, tanto materiais quanto apologéticas em questões discursivas. O homem ideal precisaria ser um *homem de ação*, e, portanto, capaz de acatar e dar ordens quando necessário, tendo pulso firme: ser disciplinado, ordeiro, viril e marcial, dedicado à coletividade, honrando seus deveres e funções, contrário à feminilidade, à falta de potência, à indisciplina, à letargia e ao atraso. Dadas essas características fundamentais ao que é desenvolvido por nossa fonte, chamaremos a masculinidade que é atribuída ao personagem Hermes da Fonseca como sendo um modelo de *masculinidade hegemônica de cunho militarista*, ou simplesmente um modelo de *masculinidade militarista*. É importante ressaltar que não nos referimos propriamente à masculinidade de Hermes, mas às representações da revista *O Malho* a seu respeito: as estratégias narrativas humorísticas fizeram parte do próprio mote da revista, que pretendia fazer parte do processo regenerador da moral republicana por meio do riso (TENÓRIO, 2009, p. 62-64).

Atribuir a essa masculinidade o adjetivo de *militarista* também nos auxilia a compreender o processo de sua crítica. Os opositores do militarismo o viam de outra forma, seja em termos de construção do masculino, seja a respeito dos processos político-institucionais, econômicos e sociais que seriam responsáveis por sua ascensão. Elio Chaves Flores afirma que “o militarismo na política advém não precisamente dos quartéis, mas sobretudo das raízes autoritárias da estrutura social, do isolamento dos agentes produtivos e da atomização das classes sociais” (FLORES, 2008, p. 56). Maria Efigênia Resende, por outro lado, classifica o militarismo como a intenção das Forças Armadas em se manter como “depositárias do poder” (RESENDE, 2008, p. 112). Apesar de demasiado vagas, as duas constatações apresentam parcialmente as concepções que foram trazidas à tona pelos adversários políticos de Hermes e de sua candidatura: a de que o militarismo era, em última instância, a prática do autoritarismo e da interferência militar na esfera civil. Esse conceito de militarismo, usado para a crítica, é aquele que foi rebatido pelo personagem de Hermes da Fonseca na charge “O momento” (Ver imagem 56). Os civilistas utilizaram dessa narrativa a fim de classificar Hermes “como o representante do poder militar, das forças retrógradas da nação, constituindo-se numa ameaça à Constituição e o poder civil” (UEÓCKA, 2004, p.135).

O antimilitarismo utilizado pelos civilistas, no entanto, não deve ser encarado como uma proposta meramente difamatória, e sim como um recurso político válido dentre as possibilidades observadas no período. Assim como afirma Denise Jodelet, as representações “apoiam-se em valores variáveis — segundo os grupos sociais de onde tiram suas significações — e em saberes anteriores, reavivados por uma situação social particular” (JODELET, 2001, p. 21). Os valores liberais utilizados pelos civilistas para a defesa de uma candidatura civil, bem como a evocação de momentos em que os militares foram protagonistas do cenário político funcionaram como elementos catalisadores para a indignação contra o dito militarismo, construído a partir de referenciais diferentes daqueles usados por Hermes e o próprio Exército. Afiançamos, também, que as ideias trazidas do exterior eram apropriadas seletivamente pelos veículos favoráveis aos civilistas — assim como pelos próprios políticos civilistas — dadas suas necessidades e às interpretações que davam aos debates internacionais (ALONSO, 2002, p. 241). Observamos isso também com base nas dinâmicas que aconteciam dentro e fora do país.

No caso estrangeiro, é marcante a polarização política causada pelo já citado Caso Dreyfus, que esteve no centro dos debates entre os favoráveis e os contrários à militarização

da sociedade: o que contrapunha a ordem e a ação dos militares, à suposta retórica e acomodação dos civis bacharéis. Segundo Vera Borges,

É importante observar que o Exército da Terceira República [Francesa] diante do debate antimilitarista apresentava-se como defensor da ordem com simpatia pelos regimes de autoridade, portanto *fortes*, e críticos das instituições parlamentares, do governo dos bacharéis, assim como de tudo que pudesse inspirar os possíveis ideais revolucionários (BORGES, 2011, p.81, grifo do original).

Ao contrário do cenário brasileiro, no entanto, a situação militar francesa procurava se afastar das opiniões políticas, visto que a “insatisfação e a desaprovação às instituições republicanas podiam existir, mas nem por isso significavam a ideia de conspiração contra o regime” (BORGES, 2011, p. 81). O impacto desse acontecimento esbarra em nosso trabalho, seja por se inserir nas discussões prementes do período analisado, seja pela participação que o próprio Rui Barbosa teve nesse processo. As discussões — dentro e fora do Brasil — giravam ao redor do militarismo e sua relação com a política civil desde a virada do século XIX para o século XX.

A partir de sua estadia na Inglaterra Rui também redigiu sobre toda a questão militar-civil desenvolvida no Brasil (SANTOS, 2005, p.41), já falando em militarismo no país e de como suas práticas “desnaturam as leis, corrompem as ideias, transpõem a lógica, e invertem o nome às coisas, preparando o naufrágio dos direitos populares, em cujo nome se anunciam as suas conquistas” (BARBOSA apud SANTOS, 2005, p.41).

Nesse sentido, o militarismo foi lido como sendo o rompimento das relações políticas democráticas, como a intervenção das Forças Armadas com os fins de se manter no poder autoritariamente, desrespeitando a liberdade de imprensa e de agência política da oposição — elementos observáveis durante o governo de Floriano Peixoto, por exemplo. Para Maria Efigênia Resende, assim como Deodoro, o segundo presidente do país apresentou “um projeto político antiliberal e militarizante”, sendo, portanto, o contraponto às políticas civis e “bacharelescas” (RESENDE, 2008, p. 109). Conforme Borges, “a discussão em torno da democracia desenvolveu-se principalmente através de uma das doutrinas dominantes daquele tempo, o liberalismo”, uma linha de pensamento que se apresentava como fortemente calcada nos preceitos de liberdade de expressão, crença, reunião, etc. Como já discutimos no início desse subcapítulo, a questão era bem mais complexa do que isso, porém a política civil, embasada pelo liberalismo em voga no período, classificava as posturas de subordinação e hierarquia oriundas do meio militar como uma extrapolação dos direitos democráticos

(BORGES, 2011, p. 84). Assim sendo, as oposições ao modo de ser militar foram utilizadas como argumento para o seu cerceamento no campo político, ainda que se visse com bons olhos a participação militar subordinada ao poder civil (como foi o caso de Hermes da Fonseca em 1904, por exemplo).

A retórica utilizada por Rui Barbosa foi apropriada, em parte, pela revista *Careta*, que criticou e debochou do futuro da nação caso o vencedor fosse o candidato militar. A defesa da lei e do Estado de Direito foi a tônica dessas representações, à medida que o pensamento militarista foi classificado com base em noções de autoritarismo e opressão. Segundo Lorayne Ueócka, “esse jogo de dualidade lei/autoritarismo contra letras/democracia foi um recurso estratégico de propaganda do candidato largamente usado pelos jornais civilistas [...]”, inclusive pela *Careta*, que lhe apoiou, de certa forma (UEÓCKA, 2004, p. 137).

Em “Themis temível”, de J.Carlos, uma personagem feminina que usa trajes militares aos moldes da antiguidade clássica, segura em uma mão uma espada em riste, e na outra, uma balança composta por pilares também militarizados: uma espada, um quepe militar e um capacete de estilo germânico (Ver imagem 59). Na legenda, lemos que se trata de “*a justiça no futuro*”. A mulher que segura todos os objetos é a personificação do título da charge, a deusa grega Têmis. Sua figura simboliza a Lei, o eterno equilíbrio, servindo como uma personificação da própria Justiça (GRIMAL, 1987, p. 26-27; 62; CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p.526-527). A balança e a espada segurada em riste representam os atributos da Justiça, sendo, respectivamente, as ideias de equilíbrio diante do social, e a implacabilidade da lei (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p.527). Na charge, a própria balança é modificada, sendo feita não por pesos, e sim por chapéus militares e outra espada. Assim, percebemos a intenção da charge em representar como os valores da aplicação da justiça seriam alterados no futuro governo militarista, partindo exclusivamente para a força, para a “implacabilidade”. A própria deusa parece surpresa, de olhos arregalados para o que está segurando: a Têmis “temível”, portanto, seria aquela que tem a própria natureza distorcida, que se assusta com a própria capacidade de pender para um dos lados, isto é, o lado militar.



Imagem 59 - *Themis temivel*, CARETA, 02/04/1910, n.96, p.15. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A representação da Justiça reaparece em outra charge, publicada na edição seguinte da *Careta*, só que agora servindo ao lado civilista. Sob o título “A cruzada”, a charge já reivindica para os personagens a ideia de “guerra justa”¹³⁷, como se fizessem parte de um conflito de caráter sacrificial em nome de toda uma comunidade¹³⁸ (Ver imagem 60). Os elementos que compõem a charge concordam com o tom do título, inserindo Rui Barbosa como líder de um grupo de cavaleiros. Cada um dos cavaleiros possui em sua armadura uma

¹³⁷ “A teoria da ‘guerra justa’ desenvolvida pelos canonistas, estabeleceu que *a guerra deveria ser sustentada por leigos em prol de uma causa justa e necessária que não pudesse ser vitoriosa por outros meios.*” (LOYN, 1997, p. 426, grifo nosso)

¹³⁸ Em termos gerais, uma cruzada é a “Guerra proclamada pelo papa em nome de Cristo e travada como iniciativa do próprio Cristo para recuperação da propriedade cristã ou em defesa da Cristandade contra inimigos externos ou internos. O movimento das Cruzadas, que era num certo sentido uma extensão da guerra que estava sendo travada contra os muçulmanos na Espanha e na Sicília, foi muito influenciado pelo conceito de Santo Agostinho de Hipona de violência divinamente autorizada [...]” (LOYN, 1997, p. 272). Nos interessa aqui o simbolismo dado a esse evento. De acordo com o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa, seu sentido figurado é “Esforços em favor de uma ideia generosa”, elemento que podemos observar como formador da autoimagem civilista. Cruzada. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cruzada>. Acesso em 07 jun. 2021.

identificação diferente, se referindo a diversos periódicos favoráveis ao candidato civilista: *Diário de Notícias, A Notícia, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias e O Século* (BORGES, 2011, p. 95-99; UEÓCKA, 2004, p. 130). A imprensa sempre serviu de tribuna a Rui Barbosa, sendo um dos principais meios para sua crítica política e participação na vida pública. De certa forma, a revista *Careta* reconhecia isso ao colocar aqui a imprensa como seu exército, tendo organizado a disposição dos cavaleiros a fim de destacar a presença frontal de Rui, como ponta-de-lança da formação (LIEBEL, 2017, p. 106-108). No entanto, destacamos também como esse exército não utiliza nenhuma espada, e sim lanças — evitando, assim, a associação com os símbolos construídos como típicos de Hermes.



Imagem 60 - *A cruzada*, CARETA, 09/05/1910, n.97, p.15. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na ponta do grupo, junto de Rui, estão em sua companhia duas mulheres: “Paz” e “Justiça”. A primeira delas é retratada como um ser angelical¹³⁹: sua representação traz um

¹³⁹ Uma das noções acerca da feminilidade de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX era que a mulher seria o “anjo tutelar” da família e do homem (KARAWEJCZYK, 2013, p. 54; 110). Contudo, notamos como a representação da mulher como ser angelical remetia a características vistas como positivas para a

vestido branco, símbolo de sua pureza e ar virginal, mesmo com a caracterização realçando sua silhueta por detrás do vestido (HARVEY, 2003, p. 20; ALVES, 2020, p.87). A “Justiça” aparece do outro lado, agora também com outro diferencial: a venda nos olhos, que oculta os alvos do julgamento e a tornam verdadeiramente imparcial (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p.935). Sua balança, por ser mais justa e civil que a da charge anterior, não traz somente espadas, e sim pesos comuns. São representações de mulheres brancas, magras e esbeltas, delicadas em traços e em postura, acompanhando Rui sem ofuscá-lo. Em outras palavras, são representações de um ideal de feminilidade, visto como positivo e legítimo ao não retirar do candidato civil o protagonismo da cena (MALUF; MOTT, 2006, p. 390-392). Assim, Rui Barbosa regeneraria o sistema, retomando as idealizações do início do período republicano (CARVALHO, 1990, p. 81-95).

O discurso do “império da lei” foi a tônica principal da abordagem da *Careta*, tomando por base os próprios preceitos de Rui Barbosa. Desta forma, ele é representado aqui como um homem baixinho e mirrado, tendo como única característica marcante uma grande cabeça. Notamos em suas representações correntes a acentuação de sua cabeça como sendo um traço comum, visando, por um lado, estabelecer uma fácil identificação do público com o personagem, e por outro, destacar uma característica física em detrimento das outras (JODELET, 2001, p. 36). A enorme cabeça de Rui Barbosa seria utilizada tanto para atacá-lo quanto para enaltecê-lo (assim como a posição de Hermes enquanto profissional serviu como argumento pró ou contra ele). Entre seus apoiadores, a utilização de tal característica significava um apoio à sua capacidade intelectual, à sua racionalidade (SOARES, 2012, p.4-5; UEÓCKA, 2004, p. 118).

Outros elementos corroboram esse enaltecimento: Rui está representado com uma Constituição sob o braço, e uma coroa de louros na outra mão. Esta última leva a identificação de “Haya”, uma referência à participação do político baiano durante o evento da Conferência de Paz de Haia, de onde conquistou o apelido de “Águia de Haia” (RÉ, 2016, p.43).

feminilidade burguesa como um todo, para além do positivismo: o comedimento, a pureza, a passividade, a boa moralidade (baseada em um ar virginal, pudico e higiênico), bem como seu papel doméstico, e apoio às práticas masculinas (em especial, aos maridos). Todos são símbolos distintivos para a sociabilidade entre os gêneros e motivo de interesse na hora de adquirir uma pretendente a casamento (MALUF; MOTT, 2006, p. 373-375; 386-390; D’INCAO, 2004, p. 229; 240). Mesmo a Igreja Católica, no início dos anos 1920, se referiria às mulheres como “anjos do lar” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 313). Essa noção, motivada pelas expectativas quanto às condutas femininas, apresentavam aqui sua faceta junto à chapa civilista, representada pela charge como adepta da frase “atrás de um grande homem, há uma grande mulher”.

A popularidade alcançada em sua atuação internacional ganha destaque nas memórias dos entrevistados por Gilberto Freyre em sua obra *Ordem e Progresso*.¹⁴⁰ Um dos testemunhos “apresenta-se com alguma coisa de folclórico em seu entusiasmo pelo triunfo brasileiro alcançado na Haia, graças à eloquência do notável baiano: [...] o seu discurso preliminar durou seis horas a fio [...]” (FREYRE, 2013a, p. 8418-8421). Assim, Rui Barbosa “tornou-se parte de todo um complexo mito nacional: o de exaltação da figura do nativo ‘amarelinho’, do caboclo franzino e até feio, do brasileiro ‘pequeno em tamanho’, mas ‘grande em inteligência’” (FREYRE, 2013a, p.8408-8412). De volta à charge, trazer essa fama através da coroa de louros faz bastante sentido, em vista que o símbolo remete à glória e à imortalidade de ideais, valores atribuídos a tal objeto desde a Antiguidade Ocidental (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p. 561). A Constituição, por outro lado, aparece em uma encadernação grossa para ressaltar sua densidade. O livro, por si só, pode servir como indicativo de que seu portador é um “homem de cultura”, já que, segundo Williams e Fabre, em sociedades marcadas pelo analfabetismo o manejo de um livro se apresenta como mais um demarcador social (WILLIAMS, 2000, p.11; FABRE, 2011, p.203). Ao chamá-lo de Constituição, a charge acrescenta ao público alfabetizado a possibilidade de se recordar que Rui Barbosa havia sido um dos principais autores da Carta Magna do país, sendo, justamente por isso, capacitado para ser presidente e para defendê-la diante de eventuais abusos militares.

O valete joga rosas diante de Rui, indicando-lhe o caminho da vitória. O pequenino personagem é ainda menor que o político, e traz consigo o chapéu de onde tira as rosas. Atrás dele, dois outros elementos chamam a atenção: uma pena e um lápis. Interpretamos¹⁴¹ essas características como uma forma encontrada para se representar a *Careta* como parte da cena,

¹⁴⁰ Na apresentação da 1ª edição digital de *Ordem e Progresso*, Nicolau Sevcenko fala sobre o corpo de fontes da obra. Freyre utilizou 183 entrevistas autobiográficas, feitas por escrito a pessoas nascidas entre 1850 e 1900, de várias origens, “de ambos os sexos, de diferentes regiões, graus de educação, profissão, convicções, etc.” (SEVCENKO, 2013, p. 13993). A elas foram acrescentadas entrevistas orais, feitas sobretudo com analfabetos, além de outros conjuntos de fontes escritas, como diários e cartas, por exemplo. O foco do livro é a passagem do Império para a República, então as memórias dos entrevistados são trabalhadas nesse sentido.

¹⁴¹ Felipe B. Corrêa atribui as primeiras aparições da personagem feminina “Careta” como datadas de 1911, fato que observamos estar incorreto, pois a edição nº82, de 1909, já traz em sua capa essa mascote (CORRÊA, 2012, p.84; CARETA, 25/12/1909, capa). Foge ao escopo de nosso capítulo debater essa questão, porém ressaltamos como suas representações apresentariam uma variabilidade: ela usaria roupas do homem *smart*, mas também casacos da moda burguesa mais tradicional, além de ser representada com diferentes cores de cabelo ao longo do tempo. No tocante ao personagem desenhado na charge acima, interpretamos sua dubiedade, em termos de representação de gênero, dado o caráter incerto de sua permanência enquanto símbolo, elemento que Felipe Corrêa traz em seu trabalho, ao afirmar que a falta de uma mascote desde o início da publicação da revista se dera graças às intenções de Jorge Schmidt, seu editor, em lançar logo o produto no mercado revisteiro sem uma identidade visual completamente definida (CORRÊA, 2012, p.84).

reverenciando Rui Barbosa e abrindo alas para seu grupo. O próprio fato de o desenho do personagem ser menor que o Rui Barbosa, já diminuto em suas proporções, indica uma postura humilde da revista, que não se igualaria em tamanho à grandeza do político baiano. O valete apresenta uma ambiguidade sobre seu gênero, pois apesar do físico pretensamente masculino, é traçado com as principais formas atribuídas à personagem feminina que foi mascote da *Careta* desde fins de 1909.

Assim sendo, o caminho da glória, prenunciado pelas rosas lançadas pela *Careta*, é o que tem à frente a pena, e não a espada. Os cavaleiros da charge aparecem somente atrás do civil, sendo liderados por ele e por seus valores igualmente civis. A charge também brinca com isso em sua legenda, afirmando que aquele seria o Estado-Maior¹⁴² do Conselheiro: os militares seriam administrados, portanto, pelo civil. Como mencionamos no capítulo dois, o título de Conselheiro era concedido durante o Império, e Rui Barbosa o recebeu de D. Pedro II ao final de sua atuação política como parlamentar, “em reconhecimento aos seus trabalhos em prol da educação pública” (RÉ, 2016, p. 244). Assim, o título remetia ao passado imperial, elemento que seria encarado como negativo por seus opositores, mas realçado por seus apoiadores ao dar-lhe justamente um caráter prestigioso (NEEDELL, 1993, p.91; 294; BORGES, 2011, p. 138).

O valor do sacrifício e sua postura trágica diante da campanha civilista foram motivos também de outra representação de Rui Barbosa, agora em “Cyrano de Bergerac”, charge de autoria de J. Carlos (Ver imagem 61). A charge traz o personagem trajado com vestes tradicionais do século XVII, com gorro emplumado, gibão de mangas bufantes, calção curto e também bufante, sem falar na rapieira¹⁴³, nas luvas e nas botas (RASPANTI, 2013, p.186). Desta vez, outra característica física é acentuada nessa representação: é o seu nariz, que além de escurecido, encontra-se maior do que o normal. O cenário também parece “voltar no tempo”: é o meio de uma mata, com árvores, grama e outras folhagens de média estatura. O

¹⁴² O Estado-Maior foi o órgão do Exército criado em 1889 para cumprir suas principais funções administrativas. Segundo Frank D. McCann, os oficiais membros do Estado-Maior “eram muito mais afeitos a lidar com a burocracia e criar tarefas desimportantes do que a planejar os exercícios de treinamento para as tropas, os procedimentos de mobilização, a obtenção de armas e as campanhas” (McCANN, 2009, p. 143). As reformas militares promovidas por Hermes da Fonseca também afetaram tal parte da corporação, pois em 1909 “as tarefas administrativas rotineiras que lhe restaram foram entregues a sargentos e a civis para permitir que os oficiais se concentrassem em supervisionar a educação dos oficiais e o recrutamento dos soldados” (McCANN, 2009, p. 143). Ao falar de tarefas “sem importância”, o autor está se referindo à visão de Hermes e de todo o seu processo de reorganização militar.

¹⁴³ Tipo de espada que tem lâmina comprida e estreita, mais leve que a espada de duas mãos, e que seria bastante utilizada de meados do período medieval até aproximadamente o século XVII. O guarda-mão, que protege o portador da espada e separa a lâmina do punho, variava entre armações de ferro ornamentadas e simples estruturas metálicas em formato de taça — como é a que observamos na charge (Ver imagem 24).

personagem posa em uma clareira, mas é inegável que se encontra em um local não urbanizado. Em um momento em que as redefinições dos espaços rurais e urbanos os transformavam também em lugares simbólicos para a construção de masculinidades, o âmbito rural passaria a ser encarado como cenário duro, o oposto do urbanismo e das modernidades facilitadoras da vida (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.118-125; SANT'ANNA, 2013, p. 246-247). A associação do personagem, de peito estufado e rapieira em mãos, junto a tal localidade, parece estar direcionando a charge a uma concepção sim “de volta no tempo”, mas também em termos de símbolos de autoridade masculina.

Consideramos relevante essa caracterização, inclusive, devido aos valores que são trabalhados ao redor da figura do *bacharel* Rui Barbosa. Os bacharéis enquanto grupo foram construídos, desde o princípio, como homens que circulavam pelo ambiente citadino, representando uma mudança de costumes e de lugares sociais mesmo diante da sociedade oitocentista. Certamente que o prestígio do título de bacharel alcançou os recantos rurais, porém seu crescimento a partir da urbanidade foi uma marca da categoria (FERREIRA, 2016, p. 100-101). Como veremos adiante, a união desses valores não se deu por acaso, sendo, inclusive, uma característica importante na construção da masculinidade legítima do bacharel na *Careta*.



Imagem 61 - *Cyrano de Bergerac*, CARETA, 05/03/1910, n. 92, p. 15. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Hercule-Savinien de Cyrano de Bergerac (1619-1655) de fato existiu como personagem histórico, porém não foi graças a sua trajetória pessoal que observamos sua simbologia nessa charge. Foram suas características desenvolvidas pelo autor oitocentista Edmond Rostand¹⁴⁴, na peça *Cyrano de Bergerac*, que ficaram notórias: seu temperamento difícil, sua fama de duelista, suas excentricidade aliada à paixão e, em termos físicos, seu grande nariz (SPYROPOULOU, 2014, p.339; SILVA, 2015, p.126-127). Segundo Areti Spyropoulou, na peça, apesar do sucesso militar, o protagonista não conseguiu anunciar seu amor por sua prima por achar que ela o rejeitaria devido ao seu nariz (SPYROPOULOU, 2014, p. 340). O sofrimento de Cyrano se intensificou ao saber que a prima tinha sentimentos por outro homem: ela só viria a descobrir sobre o amor do primo no fim da obra, quando Cyrano se encontrava prestes a morrer (SILVA, 2015, p. 137).

¹⁴⁴ Edmond Rostand nasceu em 1868, em Marseille, França, e ocupou seu espaço junto ao cenário literário francês desde a juventude (SPYROPOULOU, 2014, p.338). Sua obra de maior sucesso, a peça *Cyrano de Bergerac*, obteve estrondosa recepção, em parte devido ao heroísmo do protagonista, tópico sensível por causa da Guerra Franco-Prussiana e por causa do Caso Dreyfus (SPYROPOULOU, 2014, p.337-338; SILVA, 2015, p.131). A peça não foi desconhecida no Brasil, tampouco em nossas fontes, em vista que outras menções ao personagem (e ao autor, Edmond) aparecem em outras edições da *Careta*.

Assim como no caso de Cyrano, observamos aqui uma representação de personagem em que há uma tentativa de trazer à tona uma ponderação sobre a beleza interna contra a beleza externa (SILVA, 2015, p. 131-132). Cyrano, apesar de exímio duelista, optou por abdicar do grande amor, favorecendo (e até mesmo auxiliando) o outro pretendente de Roxane, demonstrando sua beleza interna, seu altruísmo (SILVA, 2015, p.136). Rui Barbosa, colocado como Cyrano, ecoa a questão da falta de “beleza física” — seja pelo nariz característico do personagem de Edmond, seja pela constituição física mirrada —, ao mesmo tempo em que também seria belo “por dentro” devido seu comprometimento público (UEÓCKA, 2004, p. 110). O fato de ser ele um duelista também é importante, dado seu tom de enfrentamento. Ao ser adotada pelos costumes burgueses, a prática do duelo passaria para fins mais contratualistas, já que “a ênfase na bravura, na ousadia e o destemor desloca-se paulatinamente para a questão da firmeza, do autocontrole e da contenção” (OLIVEIRA, 2004, p. 25), valores que parecem ser conjugados na representação em questão. A charge é de quatro dias após a eleição, momento em que a derrota civilista já havia sido constatada. Assim sendo, *O genio narigudo*, como diz a legenda, seria viril em decorrência dos atributos morais, ainda que fosse caricato em termos físicos. Sua confrontação pautada pela moral e pelo altruísmo aparecem aqui em sua caracterização como Cyrano de Bergerac, o que também o leva a um outro fim — o de constatar a frustração da derrota, de perder a amada (nesse caso, a vitória eleitoral) mesmo estando correto e sendo sincero em seus posicionamentos.

A lógica de que a candidatura civilista era um ato de devoção, de sacrifício pessoal e de movimentação em prol de uma grande causa foi trabalhada, inclusive, pela retórica política dos próprios envolvidos na candidatura. Em diálogo de José Marcelino com João Mangabeira, por exemplo, o primeiro teria narrado a forma com que abordou Rui, convencendo-o a ser o candidato civil:

É uma derrota certa, mas não morreremos no ridículo. É mais um dos seus sacrifícios. Com a bandeira na sua mão, ao menos ela se salvará. E ele [Rui Barbosa] respondeu: Você tem razão. Eu sou dos sacrifícios. Se fosse para a vitória não me convidariam, nem eu aceitaria, mas, como é para a derrota, aceito. A ideia não morrerá pelo meu egoísmo. Perderemos, mas o princípio da resistência civil se salvará. E vencerá (MANGABEIRA apud SANTOS, 2005, p. 79).

A apresentação da plataforma civilista também foi revestida de uma aura sacralizada. Pouco antes da conferência acontecer no teatro Politeama Baiano, em 15 de janeiro de 1910,

o periódico *A Bahia* publicava posicionamento favorável ao civilismo, com destaque para certas expressões:

Debalde lhe solicitaram essa incomparável distinção e honraria o cultíssimo povo da capital da República e as populações libérrimas do grandioso Estado de São Paulo, *em cujos lábios seu nome laureado anda como o do salvador da Pátria, como o Messias do governo civil*, neste momento soleníssimo em que o tigre do militarismo (...) à semelhança da fera do Apocalipse, afia, destende e ensaia as garras aduncas (...), para estraçalharnos as energias morais e as liberdades civis nobremente conquistadas, entregando-nos (...) à sanha incorporadora das grandes potências mundiais, das nações imperialistas do mundo contemporâneo (...). *A Bahia deveria ser o Sinai do Moisés brasileiro. Do alto desta montanha gloriosa deveriam descer, com as tábuas da Lei, os mandamentos sagrados da democracia que saneia, purifica e regenera.* (A Bahia, 14 jan.1909) (SARMENTO, 2009, p.83, grifo nosso).

Se o militarismo era um tigre, um ser bestial do Apocalipse, Rui Barbosa era laureado em São Paulo como salvador da pátria, um Messias. Seu estado de origem, a Bahia, seria seu Monte Sinai — a missão última seria a regeneração republicana. Toda a sacralidade, o enaltecimento, e o comprometimento com a oposição ao militarismo suscitariam críticas por parte de *O Malho*, que acreditava nem mesmo existir movimento militarista.

Em “O Martyr da Convenção”, de Storni, *O Malho* aborda o calvário que seria a candidatura para o próprio Rui Barbosa (Ver imagem 62). Sua representação aqui é a de Jesus Cristo, sendo caracterizado pela coroa de espinhos (feita apenas com linhas de ferimentos na grande cabeça), uma auréola, uma túnica clássica, e claro, a cruz do martírio. Desde já podemos ressaltar como Rui aparece em sofrimento, a expressão tormentosa tendo a contribuição da postura corcunda, que se segura para não sucumbir ante o peso da enorme cruz “candidatura”.

Os apoiadores políticos da candidatura civilista — Galeão Carvalho, José Marcelino, Barbosa Lima, Carlos Peixoto — aparecem aqui como os soldados romanos responsáveis pelo martírio, causadores de todo o sofrimento de Rui Barbosa. Ainda que Galeão (à esquerda) e José (à direita) o auxiliem com a enorme cruz, os seus posicionamentos corporais não indicam um grande esforço de sua parte, deixando todo o peso para o candidato. A própria Convenção de Agosto cumpre o papel de chorar o sacrifício cristão de Rui, jazendo de joelhos e com os cabelos compridos virados para o leitor da charge. Não é possível ver sua expressão, porém suas mãos também não estão visíveis, indicando que se encontram no rosto. Assim, o simbolismo cristão do choro de Maria (mãe de Jesus, assim como a Convenção seria a mãe de Rui) é evocado pela charge. O percurso a ser seguido no martírio é

notadamente repleto de pedras, um problema para o homem de pés descalços que é Rui. Pedro Moacir, outro adepto do civilismo, demanda ação de Rui Barbosa, tendo o braço erguido e apontando (entre lanças e cruzes) em direção à urna do *suffragio popular*, objetivo final de todo o momento retratado.

Na legenda, Rui Barbosa pede ajuda: “*Em verdade vos digo: já que tivestes a impiedade de me dar esta Cruz, ajudai-me a carregar-a!*” (O MALHO, 28/08/1909, p.33). Os demais políticos são chamados de judeus, e afirmam que “*Nós seremos o vosso Cyreneu até ao cimo do Golgotha!*” (O MALHO, 28/08/1909, p.33), uma referência ao personagem bíblico Simão de Cirene, que carregou a cruz de Cristo até o monte Gólgota.¹⁴⁵ A oposição entre a classificação dos políticos como judeus, ao mesmo tempo que são traçados como soldados romanos na charge nos parece interessante: ainda que os romanos fossem opressores de Cristo e dos judeus durante o processo de crucificação, observamos aqui uma sobreposição de culpa aos personagens através da mescla dos dois caracteres (ser soldado romano e ser judeu), visto que

é preciso pontuar que os judeus já foram acusados [...] pela morte de Cristo, que foi considerado falso profeta e inimigo dos judeus. Esse foi um dos maiores mitos contra os judeus, utilizado pela igreja Católica como a principal fonte de desinformação para espalhar esse fato, e principalmente, por interesses próprios (CARVALHO, 2017, p. 18, grifo nosso).

Desta forma, os políticos aliados ao civilismo seriam duplamente os carrascos de Rui Barbosa, impondo a ele o sacrifício de transportar a pesada cruz. Justamente por isso soa improvável que eles sejam os Simões de Cirineu de Rui, pois não estariam, de fato, dispostos a se colocar em seu lugar. Os civis, portanto, não teriam um verdadeiro comprometimento, uma verdadeira *lealdade* com seu candidato. Moacir evoca uma “*redenção da cultura*” na legenda, uma referência direta à ideia de “*reação da cultura*”¹⁴⁶.

Fora dessa cena, mas ganhando bastante destaque, estão dois personagens vestidos com trajes tradicionais gaúchos, um deles chorando enquanto o outro guarda uma viola dentro de um saco. Suas falas aparecem na legenda, identificando-os como Assis Brasil e Fernando Abbott. O primeiro diz ao segundo: “*Patrício gaúcho! Em vez de mão na cumbuca,*

¹⁴⁵ Conforme a *Bíblia Online Versão Católica*, tal passagem se situa em Matheus 27:32. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/mt/27/32>. Acesso em: 08/07/2021.

¹⁴⁶ A ideia de que a candidatura civilista foi uma reação ao militarismo aparece na historiografia e nas fontes. Segundo Santos, o próprio Rui Barbosa colocou a Convenção de Agosto e suas decisões como uma reação ao militarismo renascente (SANTOS, 2005, p. 94). Borges acrescenta que até mesmo sua plataforma parecia um manifesto de resposta à candidatura militar (BORGES, 2011, p. 152). Essa ideia de que a candidatura civil era uma reação pautada pela erudição e pelo histórico de Rui Barbosa (um *homem de cultura*), desembocaria nos deboches contra a dita “*reação da cultura*”, indireta da revista *O Malho* para se referir ao civilismo.

viola no sacco! Nada temos que fazer nesta... via-dolorosa.” (O MALHO, 28/08/1909, p.33). Isso é uma troça diretamente voltada à falta de unidade ao redor de um partido político, de um programa específico, pois “na convenção civilista (22 ago. 1909), a inexistência da plataforma servira de pretexto para a debandada do grupo gaúcho de Assis Brasil” (SARMENTO, 2009, p. 83). Os civilistas, além de desleais natos, não teriam um projeto coeso para o país – mesmo que Hermes também tenha demorado a apresentar uma plataforma, isso foi motivo de chacota pela oposição ao civilismo (SANTOS, 2005, p.127; BORGES, 2011, p.150). Rui Barbosa, ainda que visto como o candidato escolhido, é representado também como um coitado, um mártir a sofrer as penúrias por causa das decisões políticas de seus aliados.

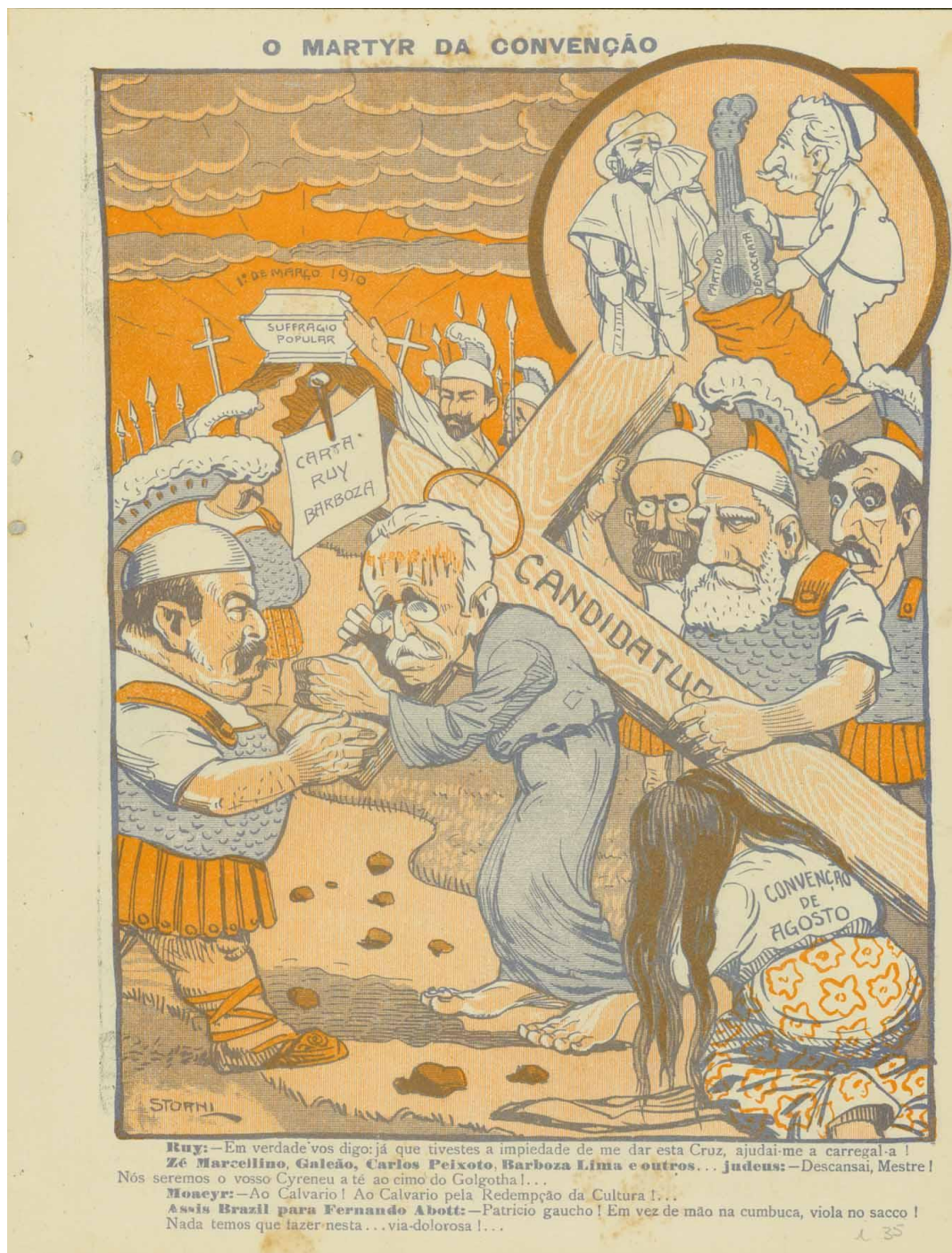


Imagem 62 - *O Martyr da Convenção*, O MALHO, 28/08/1909, n.363, p.33. Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa.

O pedaço de papel acima de sua cabeça com os dizeres “*carta Rui Barboza*”, no entanto, nos oferece outra margem de interpretação para a charge. O posicionamento de Rui por meio da carta contrária à candidatura militarista não era encarada de forma positiva pelas representações de *O Malho*, como já discutido sobre a imagem 11. Os pregos foram os meios usados pelos romanos para prender Jesus na cruz, sendo, portanto, a marca da definitiva

punição de Cristo. Relacionando um elemento ao outro, podemos entender a carta pregada à cruz como a razão da punição a Rui Barbosa, o elo que o fixaria àquela cruz da candidatura. Segundo Silveira, “A crucificação era a punição mais humilhante, considerada maldita entre judeus e romanos. Todos os que cometiam graves delitos eram colocados no madeiro. Jesus, ironicamente, *sendo justo*, sofreu a maldição para que se cumprisse a profecia” (SILVEIRA, 2016, p. 120, grifo nosso).

O sacrifício de Rui Barbosa estaria se dando graças às suas tentativas de se manter fiel ao papel que ele próprio criava para si como um democrata convicto e antimilitarista civil. O humor, nesse sentido, reside no fato de que aquele fardo estava sendo causado, em parte, pelo próprio personagem de Rui Barbosa, que agora pedia ajuda para carregar a candidatura. Não podemos deixar de mencionar, também, que a visão política do candidato passava pela aceitação de uma moral católica, algo visto como jocoso nessas representações.

Enquanto a ideia de Hermes ser um salvador da pátria não constrangia *O Malho*, o mesmo argumento não valeria para Rui Barbosa e seu sacrifício. Em “Morte Política”, charge de capa elaborada por J.R. Lobão, vemos a abordagem dos discursos de Rui Barbosa em suas excursões eleitorais como uma demonstração de *hybris*, isto é, um orgulho desmedido que o leva à queda moral¹⁴⁷ (RÉ, 2016, p. 64-65). O quadro no topo direito da charge narra:

Os discursos do Sr. Ruy Barbosa, na excursão ao Estado de Minas, foram uma diatribe constante contra o governo da União, contra o Exército, contra o marechal Hermes, contra o Dr. Wencesláu Braz, contra tudo e contra todos que lhe contrariam politicamente a candidatura. (*Memoria publica*) (O MALHO, 26/02/1910, capa, grifo original).

Notamos como o político baiano já é desqualificado nesse texto ao ser chamado de “Sr.” (senhor), e não de “Dr.” (doutor), como o candidato à vice-presidência da chapa hermista, o político mineiro Venceslau Brás. Os ataques que estariam sendo feitos por Rui seriam indícios de sua posição tresloucada, arrogante, fora do lugar. A despeito desse texto, a charge por si só carrega significados importantes (Ver imagem 63).

¹⁴⁷ Para Flávia Maria Ré, *hybris* é sinal de “uma mente orgulhosa, passional ou que ocasiona a sua própria queda miral [...]” (RÉ, 2016, p.65). Existem diferentes interpretações acerca da *hybris* e sua relação com o humor. Tomando por base o texto de George Minois, o riso pode aparecer aqui como uma forma de contenção dos “oradores pomposos”, como uma ferramenta de diminuir sua *hybris* e contrabalancear o seu lugar na sociedade (MINOIS, 2003, p. 329). É o que observamos nas representações chárgicas de Rui Barbosa feitas por *O Malho*, agora exemplificadas pela charge “Morte Política”.



Imagem 63 - *Morte Política*, O MALHO, 26/02/1910, n.389, capa. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Na charge, o primeiro plano é ocupado por uma representação bem proporcional e realista da figura do Zé Povo, retratado com as tradicionais vestes amarronzadas, mas que se encontram em bom estado e são adornadas pelo lenço vermelho sob o pescoço. Zé tem os braços abertos e olha diretamente para o leitor, em uma postura de entrega e que denota um diálogo sincero. O cenário do último plano é composto por montanhas e pelo entardecer. O que chama mais atenção entre esses dois planos é a dimensão do centro, composta por uma elevação de terra em que Rui Barbosa aparece disparando uma arma de fogo contra uma águia negra. A cabeça de Rui Barbosa, como em outras representações, é grande demais para o corpo. Aqui, porém, vemos o acréscimo da palavra “despeito” sobre seus cabelos,

ilustrando que o que jaz dentro daquele crânio não é o conhecimento, a cultura, nem a erudição, e sim o despeito, característica negativa. Nesse sentido, concordamos com Rafael Paes quando ele afirma:

A efígie do paladino brasileiro, defensor das nações fracas e oprimidas perante as grandes nações teve, então, que ser primeiramente desconstruída pela imprensa hermista. É erguido o conceito do desequilíbrio, onde a grande inteligência do senador, representada através de sua enorme cabeça, torna-se antes de uma qualidade, um problema (PAES, 2007, p. 149).

A charge retoma a “Águia de Haia”, repertório conhecido pelo público como sendo Rui Barbosa, a fim de colocá-lo na posição de atirador e agressor da própria reputação (VIDAL, 2009, p. 52; 81). A espingarda é identificada como “ vaidade”, enquanto o contraste do cenário pacífico e natural ressalta a negatividade do tiro de Rui, uma ação violenta e mecânica (SALIBA, 2006, p. 305-306). Na legenda, lemos apenas a frase de Zé Povo, único personagem da charge a “se comunicar” com o público: “*Não se assustem e reparem bem: Não é um assassinato - é um suicídio!...*” (O MALHO, 26/02/1910, capa). Antes de mais nada, o ato de matar a si próprio aparece aqui pelo simbolismo do disparo contra a Águia, signo representativo de Rui Barbosa. Em uma primeira dimensão de análise, portanto, o ato mecânico do tiro é o mote da sátira, como um suicídio político — morte à *carreira* política, causada pelas ações do ator em si. Além do ataque simbólico, no entanto, percebemos como a fala de Zé Povo visa acalmar o leitor, afirmando não ser um assassinato, e sim um suicídio — ou seja, não haveria com o que se preocupar, já que seria uma *coisa menor*.

A partir de 1910, pelo menos, Albuquerque Júnior observa como existiria um expressivo aumento de casos de suicídio publicados na imprensa¹⁴⁸, em especial, o de casos masculinos, que passam a ser observados com preocupação e como mais um argumento de que os homens estavam perdendo sua virilidade, sua capacidade de “enfrentar a vida” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 109-110). O suicídio político de Rui Barbosa, homem representado várias vezes como pouco viril e de retórica excessiva, aqui surge como mais um símbolo de sua masculinidade indesejável: além de não ter a capacidade corporal, já que o

¹⁴⁸ Interessante trazer as observações de Túlio Glüer Carracho, feitas durante sua análise das publicações do *Correio do Povo* (1925-1926) quanto aos suicídios masculinos. Elementos de classe foram determinantes para as tomadas de abordagem do dito periódico, que noticiavam os suicidas por termos mais ou menos nobres dada sua condição social (CARRACHO, 2012, p.31-37). No caso das revistas analisadas em nosso trabalho, o suicídio masculino foi mais um dos temas parodiados pelas charges. No entanto, na *Careta* identificamos nota de pesar pelo suicídio do filho de João do Rio, em uma abordagem que mistura comicidade e respeito, dada a posição social ocupada pelo pai do suicida. No geral, porém, seja em *O Malho*, seja na *Careta*, o suicídio aparece como motivo de escárnio. Esse é, aliás, mais um indicativo da postura de *O Malho* quanto ao uso de suicídio para ferir Rui Barbosa, inserindo-o no rol de suicidas cômicos.

bacharel seria “frágil” por apenas cultivar a mente, Rui Barbosa também estaria pecando nesse sentido, ao descontrolar-se em sua suposta arrogância política. A falta do autocontrole o desvirilizava, pois tirava de Rui sua racionalidade “típica” do que deveria ser masculino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 110; OLIVEIRA, 2004, p. 55-56; MACHADO, 2007, p. 147).

Se a campanha de Rui seria mal vista por *O Malho*, servindo como símbolo do que não fazer, a *Careta* veria nela uma forma de se comparar o político aos seus valores, aproximando-o do povo que – de acordo com a revista – estaria percebendo a luta incansável do bacharel em prol do país. Como já mencionamos anteriormente, para além das charges a revista também abordou a Campanha Civilista em fotografias, dentre as quais destacamos duas nesse momento. Em primeiro lugar, a capa da segunda edição do número 91B traz uma fotografia do rosto de Rui Barbosa (Ver imagem 64). Foi a única capa da *Careta* a estampar uma foto em 1910: a última vez que isso aconteceu foi quando Afonso Pena faleceu, em meados de 1909. Dentre todos os significados que as fontes fotográficas podem nos apresentar, observamos como esse movimento praticamente de caráter exclusivo visou uma exaltação das figuras públicas dos dois políticos — um em morte, o outro, em vida (MACHADO JÚNIOR, 2006, p.45). A revista em si publicou uma explicação nessa edição:

Em vista dos continuos pedidos que, d’este numero da *Careta*, estamos recebendo dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes e da avidéz com que o acolheu a população desta Capital, resolvemos tirar esta segunda edição, á qual adicionamos as photographias e a capa que por falta de tempo não foi possível estampar na primeira (CARETA, 26/02/1910, p.7).

Além de pretender dar uma noção de que a revista estaria esgotada, tamanho o engajamento do público em adquiri-la, a *Careta* justificou a ausência do retrato de Rui Barbosa na primeira tiragem do número 91 como se isso fosse uma *falta* cometida. Não podemos dissociar esse investimento da *Careta* de seu público-leitor, pois “no caso das fotografias que compõem o espaço da imprensa ilustrada, não bastaria que tivessem apenas um perfil estético atrativo, mas que possuíssem um conteúdo que fosse de encontro aos interesses de seus consumidores” (MACHADO JÚNIOR, 2006, p. 13). Assim, até mesmo o aumento de fotografias sobre a campanha de Rui Barbosa nessa reimpressão aparece como um indicativo de manter o apelo do público, aparentemente interessado em acompanhar o candidato civilista. Dada toda importância atribuída ao registro fotográfico na Primeira República, notamos também como esse espaço oferecido a Rui Barbosa reiterava o caráter de distinção social do político (MACHADO JÚNIOR, 2006, p. 33).

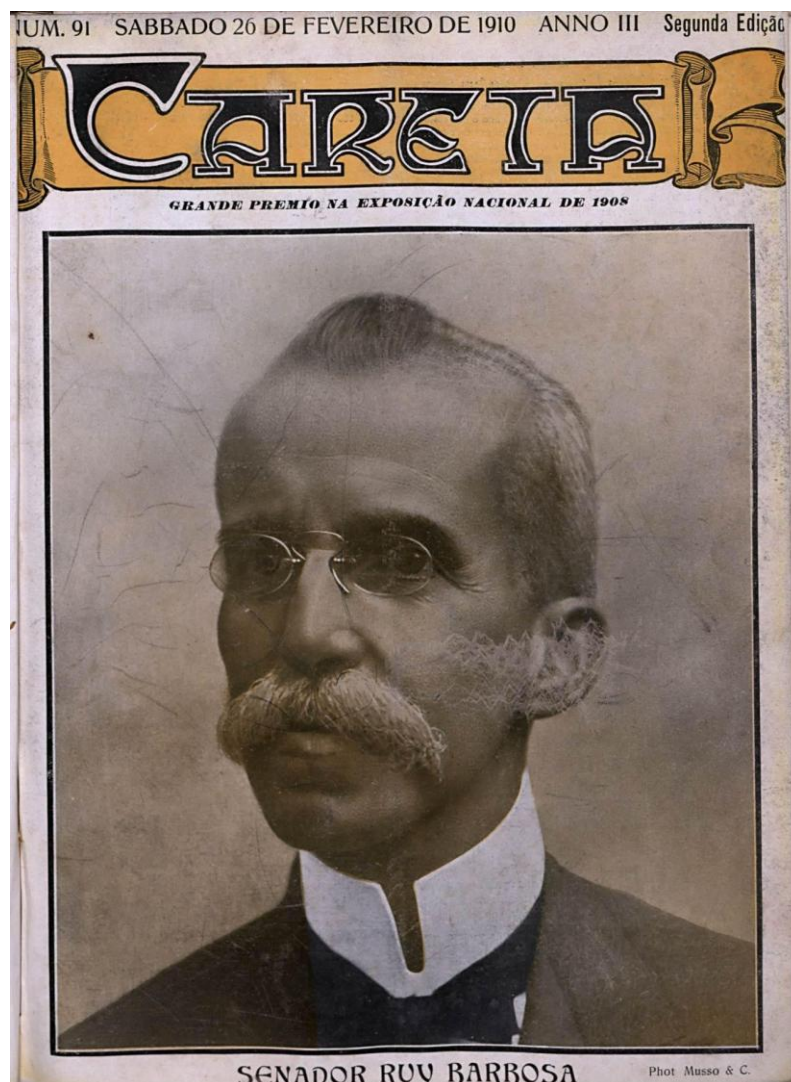


Imagem 64 - *Senador Ruy Barbosa*, CARETA, 26/02/1910, n.91B, capa. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Fotografia de Musso & c. O arquivo é identificado como 91B pois é a segunda edição do número 91, precedido por um arquivo 91A (primeira edição).

Indo ainda mais longe, em outra fotografia a revista se vale do humor para satirizar as críticas feitas a Rui Barbosa e sua campanha (Ver imagem 65). Na legenda, lemos o seguinte: *“O povo, no cães Pharoux, esperando o Senador Ruy Barbosa. Como os leitores poderão facilmente verificar os civilistas são só uns 6 ou 7. Os milhares de pessoas restantes estavam no cães, com aquelle barbaro calor, de 2 horas da tarde... tomando fresco.”* (CARETA, 29/01/1910, p.25). O contraste entre a paisagem lotada de pessoas e a suposta pouca quantidade de apoiadores do civilismo se torna o mote do cômico, sendo que a multidão estaria ali presente em um dia de grande calor por motivos improváveis, e não esperando Rui. O comprometimento do povo com o político também é um elemento a ser notado, visto que o dia era calor e desconfortável, porém ali se encontrava o público.

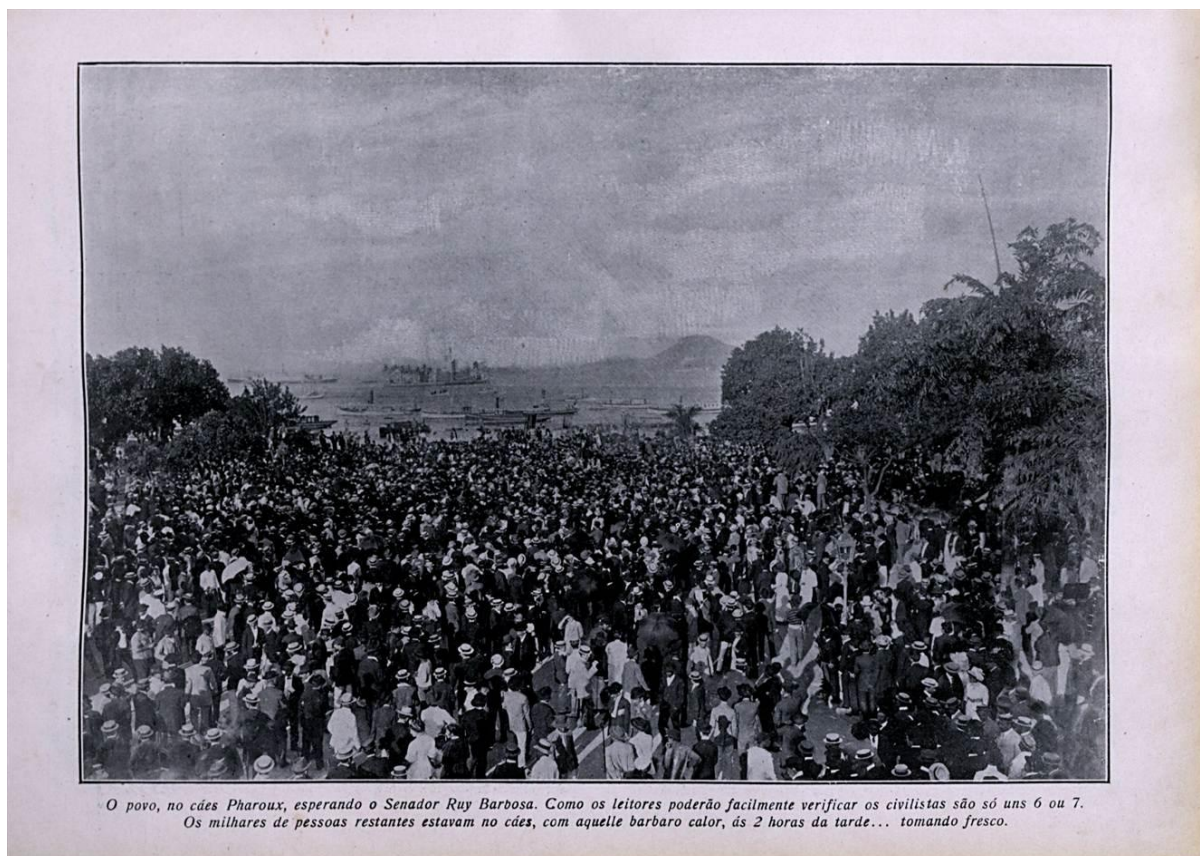


Imagem 65 - Sem título, CARETA, 29/01/1910, n.87, p.25. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Além do humor típico da revista, observamos a veiculação da fotografia em si como forma de destacar a atuação civilista no processo eleitoral e, além disso, de aproximar Rui Barbosa da imagem do povo. Em outras fotos, por exemplo, é possível ler na legenda que Rui é o “candidato do povo”, ou “seu candidato”, apresentando aglomerações de pessoas à espera da chegada do político em lugares públicos¹⁴⁹. Observamos como “a fotografia possuiu o papel de alavancar a campanha nas ruas, dando o efeito de sua materialização, veiculando para a sociedade o clima de intensa agitação que se vivia na época” (UEÓCKA, 2004, p.129). Aliadas a essas representações, as charges que utilizamos neste trabalho também refletem sobre a autoridade do personagem masculino Rui Barbosa. As mãos que confrontam Hermes da Fonseca em “As espadas dos paisanos” podem até não serem do próprio Rui, mas são

¹⁴⁹ No entanto, como avalia Willan Januário, os enquadramentos das fotografias, seu ângulo de proximidade e a disposição dos retratados poderiam indicar diferentes interpretações a respeito dos acontecimentos fotografados. Isso variaria de periódico a periódico, de um registro fotográfico a outro (JANUÁRIO, 2015, p.150-155). Na cena exibida pela imagem 28, o distanciamento em relação ao grupo de pessoas demonstra como a intenção do fotógrafo era ressaltar o número de apoiadores do civilismo, e não *quem eram especificamente*. Não interessava, portanto, se os presentes eram membros notórios da comunidade, se eram populares mal vestidos ou se eram mulheres marginalizadas do poder. Assim, a categoria ‘povo’ se transforma em um conceito manejável pela revista.

mãos civis (Ver imagem 54). Se, como salienta Miskolci, a adesão do homem aos ideais coletivos como o nacionalismo era uma questão de grande importância, a defesa do poder civil na figura de Rui Barbosa (o mais culto e capaz dos homens brasileiros) era uma demonstração de que o patriotismo — isto é, a proteção da coletividade nacional — também podia ser desenvolvido pela via civil (MISKOLCI, 2013, p. 1484). Isso não significa, no entanto, que a defesa da masculinidade através da imagem de Rui Barbosa se voltasse para todos os bacharéis de maneira indistinta.

Desde as críticas à candidatura militar, até as últimas charges analisadas, um aspecto que consideramos fundamental para o entendimento das representações de Rui Barbosa é a noção de *continuidade*. O que queremos dizer com isso? A candidatura civilista por si só era a continuidade do poder nas mãos dos políticos civis, pelo menos como protagonistas do Executivo nacional. Por certo, figuras civis estavam ao lado de Hermes da Fonseca, porém a candidatura de Rui exaltava o homem civil como cabeça da chapa¹⁵⁰, e não somente como agregado: “Para Rui Barbosa, a solução devia ser jurídica, assegurando-se a continuidade do movimento inaugurado com a República e defendendo o princípio da legalidade, assim como a ordem civil” (BORGES, 2011, p. 156). Em um segundo momento, observamos como o nome de Rui Barbosa se tornou uma espécie de “sucessor espiritual” de uma possível candidatura do Barão do Rio Branco. Já discutimos como o diplomata procurou se manter à parte das disputas eleitorais de nosso recorte, mas isso não impediu a *Careta* em estimular seu nome rumo ao Catete. Conforme Rafael Paes,

Em um plebiscito organizado pela revista *Careta* a respeito da disputa pela presidência, em junho de 1909, Rio Branco terminaria em primeiro lugar na preferência dos leitores, ficando Rui Barbosa somente com o sétimo lugar, e o marechal Hermes em vigésimo quinto. É verdade que não podemos considerar tal plebiscito como fonte de grande confiança, mas é importante ressaltar que a revista nessa ocasião ainda não apoiava Rui Barbosa—a sua candidatura ainda não havia se instituído (PAES, 2007, p.114).

Dada a escolha de Rui Barbosa como candidato da Convenção de Agosto, a revista o alçou também como nome a ser favorecido por suas publicações. A ideia de continuidade, a partir daqui, ganhou outros contornos: deixou de ser “meramente” política, de um nome a outro, e passou a ser uma questão de continuidade moral. Rui Barbosa defendeu a própria candidatura devido ao seu longo passado político, “de lutas pela verdade constitucional, com

¹⁵⁰ A figura de Wenceslau Braz, por exemplo, foi vista pela *Careta* como negativa, pois ao tornar-se vice-presidente da chapa com Hermes, o político mineiro estaria traíndo a memória de João Pinheiro e de Minas Gerais, tornando-se assim, um homem desonrado e traidor.

o terrível sentimento da responsabilidade, que no seu espírito, se associava a todas as missões de ordem superior na vida pública [que] iria tornar a servir o nosso país” (UEÓCKA, 2004, p. 222). Em outras palavras, “para o senador baiano, sua ação era uma síntese perfeita de luta desinteressada, valorosa e constante pelo direito e pela liberdade”, elementos presentes não somente nos discursos de Rui, como também na imprensa civilista (BORGES, 2011, p. 150). Em meio ao bacharelismo típico da segunda metade do século XIX a noção de desinteresse seria associada à nobreza de caráter, transformando o bacharel dentro do discurso do campo jurídico, em uma figura que lutava de forma altruísta em prol dos despossuídos (FERREIRA, 2016, p.xxvi). Rui Barbosa, em pleno século XX, seria uma continuidade desse modelo de bacharel, então perdido pela degeneração da República. Segundo Sarmento, as excursões eleitorais “eram viagens exaustivas, especialmente para o sexagenário Rui, que nunca teve uma saúde muito boa. Ele compensava, no entanto, com uma força de vontade surpreendente, que o permitiu cumprir uma maratona cívica” (SARMENTO, 2009, p.82). Isso parece ter sido levado em conta pela revista, pois sua coragem, e dedicação viril à nação seriam elementos diretamente relacionados à sua prática moral durante a candidatura, à sua força de caráter. Era um duelista, mas que mesclava as ideias modernas às de destemor e ação (Ver imagem 59).

Essa ideia de continuidade, pautada pelos valores supracitados, nos leva a encarar as representações de Rui Barbosa a partir da contraposição com o “novo bacharel”, produto da República e da urbanização europeizante. Sendo o bacharelismo um “fenômeno social caracterizado pela predominância do bacharel na vida social do país, ocupando [...] posição preeminente na atividade política e exercendo funções alheias às suas especialidades” (FREITAS, 2010, p.83), a necessidade de se possuir um homem bacharel qualificado, honrado e detentor de valores patriarcais se fazia evidente, em vista da capilaridade estrutural do bacharel no mando social. Desde o século XIX esse bacharelismo era também uma prática eminentemente urbana, dados os processos de formação intelectual, sociabilidade e prática da administração pública, feita nas cidades. O rural, mesmo em tempos de Império, era um contraponto ao bacharel (FERREIRA, 2016, p. 96-97; CASTRO, 1995, p. 55). O próprio Rui Barbosa, dotado de sua formação liberal e extremamente cidadina, era parte desse movimento. Isso é importante de se notar, visto que a revista realizou uma associação entre ambos os espaços (rural e urbano), visando reuni-los, e não afastá-los, em uma masculinidade coesa. O que mudaria entre esse homem bacharel civil dos tempos de juventude de Rui Barbosa, para o bacharel *smart*, se este também é urbano? Vejamos a charge abaixo.

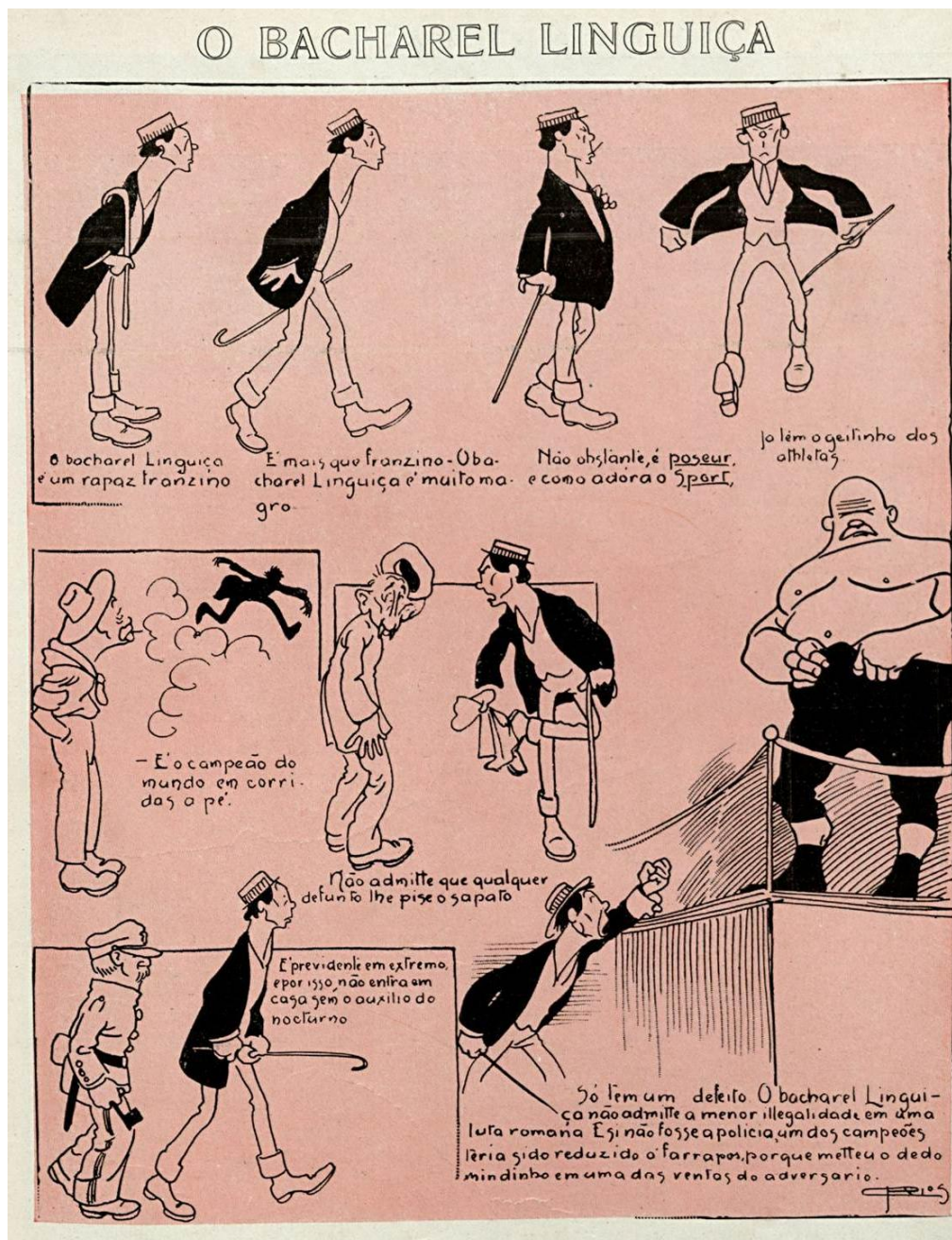


Imagem 66 - *O Bacharel Linguica*, CARETA, 14/08/1909, n.63, p.11. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na charge “O Bacharel Linguica”, de J. Carlos, acompanhamos as principais características de um bacharel *smart* (Ver imagem 66). O protagonista das cenas veste casaco preto, usa colete e gravata, um chapéu palheta e, além disso, carrega uma bengala. Desde o início da representação, observamos como Bacharel Linguica é magro, elemento que é ressaltado pelas legendas das duas primeiras cenas. Ao andar, o personagem não mantém a postura ereta, que adota apenas no terceiro momento, apenas para posar para algo. Esse é um indicativo já das mudanças sociais às quais o Bacharel Linguica vinha aderindo, visto que a

sociabilidade masculina e sua aparência social passam a ser elementos de relevância: “para ser reconhecido como honrado não bastava somente cumprir com as obrigações, era preciso *parecer ser*” (MACHADO, 2007, p. 78, grifo nosso). Na sequência, ele aparece andando na direção do leitor, os braços afastados do corpo e uma expressão irritada no rosto: a legenda nos conta que ele imita o *geitinho dos atletas*. A figura franzina, sem músculos ou qualquer outro sinal de virilidade, ao apresentar a posição de combate aos moldes dos atletas transforma a cena em cômica, dada sua inadequação ao papel que se dispunha (VIDAL, 2009, p. 70).

No quinto quadro, Bacharel Linguíça aparece como uma sombra, após alguns traços que indicam movimento. A perspectiva da cena o coloca de forma distanciada do personagem rural à esquerda, que pelos olhos caídos, cigarro na boca e mãos nos bolsos, parece se encontrar em absoluta tranquilidade. Na legenda, lemos que Linguíça é “*campeão do mundo em corridas a pé*”. Com o crescimento gradual de participações masculinas em esportes (corridas de cavalo, remo, etc.) entre o final do século XIX e início do século XX, novas importâncias seriam dadas às atividades físicas, vistas ora como elemento virilizante, ora como motivo de embrutecimento masculino (SANT’ANNA, 2013, p. 264). A prática de exercícios passou a estabelecer “parâmetros de comparações entre os homens, potencializando os constrangimentos acerca de sua performance pública” (MELO, 2013, p. 140). Assim, seja no momento anterior, seja agora, as atitudes de Bacharel Linguíça debocham de sua relação contraditória com os esportes, aspectos trazidos pelo crescimento urbano, mas que visivelmente não são do repertório desse personagem. Bacharel Linguíça é magro demais para ter um vigor de um atleta, então finge ser um, a não ser quando precisa correr (fugir), daí se torna o campeão.

Na sequência, o personagem reclama a outro homem enquanto passa um pano sobre o sapato. Segundo a legenda, “*não admite que qualquer defunto lhe pise o sapato*” (CARETA, 14/08/1909, p.11), em uma demonstração de extremo zelo pela aparência, típico aspecto *smart* que destacamos, em nosso primeiro capítulo, ser elemento diferenciador entre homens pobres e ricos (MACHADO, 2007, p. 42). Nos dois quadros inferiores, há outras relações com personagens masculinos. Primeiro, com um policial, que o estaria escoltando para casa devido a Bacharel Linguíça ser “*previdente ao extremo*” — trata-se de uma piada voltada às relações entre os gêneros masculino e feminino, já que sua mulher precisaria “aceitá-lo” de volta em casa, por ter voltado tarde da noite. É uma representação observada também em outras charges do tipo. A última cena estabelece sua relação com um lutador (de corpanzil

forte e vigoroso, acima do ringue), revelando a indignação do personagem bacharel. Seria aquele o seu “único defeito”: “*não admite a menor ilegalidade em uma luta romana. E si nao fosse a polícia, um dos campeões teria sido reduzido a farrapos, porque mettu o dedo mindinho em uma das ventas do adversário*” (CARETA, 14/08/1909, p.11). O preciosismo do bacharel é aqui alvo do deboche, porém o humor também reside no fato de que o uso do dedo mindinho por parte do lutador é considerado algo de extrema violência pelo protagonista. Nesse sentido, o preciosismo também se converte em delicadeza.

Tanto aqui, quanto nas diversas representações discutidas em nosso primeiro capítulo, entendemos como a figura do bacharel em si não é deslegitimada, e sim criticada pela forma com que estaria se conformando na República — *focando mais na aparência, e nem tanto no conteúdo*. Esse sim seria um perigo para a manutenção da autoridade masculina, visto que os homens estariam perdendo espaço social ao focarem no superficial (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 34). É feita também uma crítica, por parte do humor da *Careta*, à baixa qualidade de formação dos bacharéis, o que resulta em uma visão “desvirilizante” sobre esse grupo. Na crônica “As ideias de Mr. James Moris II”, o autor Manoel João busca satirizar o bacharel brasileiro ao contrastar suas experiências com as de um bacharel inglês. O bacharel brasileiro teria conhecido o outro ao acaso:

Foi por acaso que um dia, passeando eu pela floresta da Tijuca, tendo-me embrenhado pela matta, num desses acessos de sentimentalismo que me atiram á solidão, deparei a figura de um homem que bufava, vermelho, para atar uma gravata de laço em um collarinho duplo. (CARETA, 04/12/1909, p. 10)

O bacharel ser acometido pelo sentimentalismo desde já indica um tópico menos másculo. Após isso, o bacharel brasileiro ajudou o inglês a fazer o nó da gravata, e há aqui o início de uma série de representações delicadas do brasileiro. As palavras também brincam com a relação da cena: “*o formidável homem disse com um sotaque inglez: -Está fórrte! Eu murmurei gamenho: -Está catita!*” (CARETA, 04/12/1909, p.10). Essa relação se apresenta de forma homoafetiva: “*Duas naturezas antagonicas, uma que ama o que é forte e outra que ama o que é catita atrahem-se forçosamente: e foi por isto que ali, na floresta, os nossos corações se ligaram de uma vez*” (CARETA, 04/12/1909, p.10). O Mr. James Moris inquire se o personagem-narrador é bacharel, e após a confirmação tece vários elogios, dizendo que já suspeitava disso pois viu “*o senhor ler o letreiro do bonde e depois o título de um jornal. O senhor é um bacharel muito sabio!*” (CARETA, 04/12/1909, p.10). O ridículo da situação se faz evidente: chamando o brasileiro de culto por saber ler, o inglês demonstra uma visão

que rebaixa a posição arquetípica do bacharel oitocentista, demonstrando-a não como um grande trabalho intelectual, e sim como “o mais básico”. Enquanto o inglês é representado com características viris, o bacharel pouco instruído é feminizado, afirmando “babar de gosto” ao ouvir o estrangeiro, além de dar um “adeusinho”, e encarar o cumprimento do inglês como forte: “*senti a minha mão agarrada num formidável shak-hand por Mr. James Moris*” (CARETA, 04/12/1909, p.10). Em “As ideias de Mr. James Moris I”, o bacharel brasileiro se encanta com a sapiência do inglês,

Mr James é doutor em Mathematicas pela Universidade de Oxford, doutor em Philosophia pela Universidade de Cambridge, socio da Associação Historica de Vienna, escreveu dez livros sobre Religião, Moral, Artes e Sciencias, tem uma fortuna de dous mil contos uma força de oito rapazes de regatas sommados e eu, e eu que sou? Um simples bacharel pelo Caraça. Bacharel lymphatico (CARETA, 20/11/1909, p.26).¹⁵¹

Certamente os atributos físicos do bacharel estrangeiro não fazem coro à imagem de Rui Barbosa. Nesse reside toda a erudição e as qualidades morais que são vistas como legítimas (e desejáveis) pelo bacharel brasileiro, que ao não possuir nada disso, se tornaria um homem feminizado. Em outras palavras, o conhecimento o masculinizaria. Aliás, o fato de Rui ser um homem moral já contribuía para afastá-lo da feminilidade, visto que a homossexualidade era vista também como um desvio de moralidade (MISKOLCI, 2013, p. 478). Dessa forma, não havia a *necessidade* em se trabalhar sua virilidade nesse sentido, pensando-a mais a partir de noções de sua honra, sacrifício, erudição e figura paternal.

Assim sendo, observamos como foi feita uma reelaboração desse ideal de bacharel por parte da *Careta*, que ao evocar a imagem do bacharel Rui Barbosa, descartava o fato de que mesmo “nas décadas finais do Império, ser ‘bacharel’ tornou-se um ideal de vida. A juventude urbanizada procurava os diplomas dos cursos superiores mais em função do status social que conferiam do que por autênticas vocações” (CASTRO, 1995, p.55). Ao se valer do próprio Rui Barbosa, homem público de longa data, a revista demonstrou acreditar ser possível haver um bacharel másculo mesmo sem ser viril, ser honrado e patriarcal, ao contrário das feminilidades modernas. Se em outros tempos o próprio bacharel urbano

¹⁵¹ A instituição “Caraça” seria um local de formação bacharelesca da primeira metade do século XIX, um internato conduzido por homens religiosos, e que apresentava uma severidade extrema quanto a regras de convivência e até mesmo em relação à própria manutenção dos alunos (em termos de pouca comida, estadia, etc.) Não seria um local visto como de excelência (FREYRE, 2013b, p.182).

oitocentista poderia ser encarado como um sinal da feminilização dos costumes¹⁵², havia uma reinterpretação de seu papel por parte das representações de Rui Barbosa. A revista conjugava ideais populares e até mesmo rurais ao personagem civil, utilizando de categorias como “valor”, “obstinação”, “honestidade”, “simplicidade”, “intransigência”, “duelo” para transpassar os males do urbanismo que lhe eram contemporâneos, a saber, a feminilidade do jeito e do costume dos novos bacharéis, sua falta de formação adequada, e aparente perda de autoridade masculina. Observamos isso através da figura do “matuto” Tiburcio d’Anunciação¹⁵³, personagem humorístico criado pela *Careta* e que teria sua seção de crônicas específica na maioria das edições, a chamada “Cartas de um Matuto”. Nela, o personagem mineiro recém chegado à Capital estaria elaborando cartas para a família que, ainda no interior, corresponderia com ele a fim de saber das modernidades da cidade. Em uma das trocas de correspondências, Tiburcio escreve:

Porque, ancê tá cuidando / Que eu lá não tenho importância? / Nunca vi tantos amigo / Dos bão, dos de confiança:/ Fui na Escola de Direito, / Chamei um moço p’ra dança, /E dei elles meus conseio / Usando palavra mansa. / Os moço tão furioso / Com a tal candidatura; / Dão vivas ao Rio Branco / E dão morra á dita dura. / Eu mêmo fiz um discurso / Pondo o Barão nas altura, / E os rapaz da facurdade / Me applodia com loucura (CARETA, 19/06/1909, p.18).

A esta altura, o apoio de Tiburcio ainda era dado a Rio Branco, porém, o personagem migraria para a candidatura de Rui Barbosa. O que nos parece relevante aqui é o fato de que Tiburcio decide por confraternizar com bacharéis em formação, se tornando amigo deles e coadunando com suas posições políticas. Aliás, mais do que isso: homem mais velho, ele dá conselhos aos jovens bacharéis; ele profere um discurso que recebe aplausos *com loucura*. É a legitimidade da idade, do saber.

¹⁵² Mesmo durante o século XIX a constituição da classe bacharelesca passou por remodelações nas formas de se vestir, através de trajes que refletiam as modas europeias e visavam distinguir os homens bacharéis conforme seu *status* social. A utilização dessas novas formas de vestir poderiam ser mal vistas pelos patriarcas rurais (FERREIRA, 2016, p. 101).

¹⁵³ Tiburcio d’Anunciação é um personagem do humor revisteiro que merece certa atenção, dada a riqueza presente nas fontes e a parca produção historiográfica a seu respeito (FREYRE, 2013a, p. 13993). O criador de Tiburcio não é certo, sendo que sua autoria é atribuída, certas vezes, a José do Patrocínio Filho, e em outras, a Mario Bhering, diretor da revista *Careta* (SALIBA, 2004, p. 317). Para Gilberto Freyre, o personagem era fruto da imaginação de Mário Brant (FREYRE, 2013a, p. 13997). Ele seria um coronel aposentado da Guarda Nacional, apesar de ser republicano convicto. Suas desventuras normalmente envolvem seus familiares, como a filha Bibi, que se casa com um tenente oriundo da cidade grande. A linguagem do personagem, expressa por palavras erradas a fim de transparecer um desconhecimento da norma “cultura” da língua portuguesa, procura estabelecer sua figura como humilde.

Segundo Albuquerque Júnior, muitos discursos conservadores voltados para a constituição de uma masculinidade tipicamente nordestina (e brasileira) viram como desatinos as modernidades dos novos tempos. Sua ideia de civilização “remeteria à dimensão material, objetiva da existência e estaria sendo revolucionada pelos avanços internacionais nos campos da ciência e da técnica”, ao mesmo tempo em que seria “a ameaça de perda da identidade, a modernização e a modernidade”. A cultura, por sua vez, “era a manifestação do caráter, da personalidade, do espírito de um povo, que devia, portanto, ser a base da elaboração da identidade nacional ou regional”, sendo o campo da tradição, do costume e da memória (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 28). Ainda que levando em conta essas categorias, observamos nas representações da *Careta* uma visão parecida, porém que destoava desse dualismo tão estrito. Através de Rui Barbosa, a erudição e o valor moral seriam aspectos exaltados, assim como a questão da memória e do costume, dadas as manutenções da posição patriarcal do personagem e de sua colocação como um homem que, apesar de todos os pesares, *continuava* a batalhar em prol do Brasil. Ao mesmo tempo, a Campanha Civilista seria pautada pela ideia de civilização, “compreendida como uma manifestação ao esperar que os governantes percebessem as leis a fim de aplicá-las. Portanto, é pertinente a associação do civilismo (civilização) com a lei, sua forma e sua regulamentação” (BORGES, 2011, p.71). Seria possível, então, a manutenção de uma civilização sem ser necessária uma perda de masculinidade, nem de identidade, desde que se mantivesse pautada pela erudição e pela moral, elementos regeneradores atribuídos a Rui Barbosa.¹⁵⁴

Não acompanhamos uma simples mistura entre o rural e o urbano visando uma aproximação das dicotomias “atraso” e “progresso”, mas sim uma representação da dualidade “valores morais” e “avanço intelectual”. O fato de Rui Barbosa ser já idoso durante a campanha deve ter contribuído para essa conformação, afinal seria ele a prova viva de que a moralidade de “antigamente” poderia ser alcançada, mantida e alimentada na sociedade sem perder a noção de disciplina e ordem social. Um aspecto importante dessa moralidade, principalmente no que se refere aos bacharéis da segunda metade do século XIX, é a sua relação com o “espírito do progresso” vivido a respeito da escravidão, por exemplo. Uma

¹⁵⁴ A luta contra o analfabetismo, por exemplo, foi uma interessante pauta civilista a ser mencionada: segundo as propostas de Rui, a independência intelectual do cidadão só nasceria após sua devida instrução, proporcionando a este sua capacidade de participar politicamente, sendo, portanto, necessária a luta a favor da alfabetização popular (RÉ, 2016, p. 221-224; UEÓCKA, 2004, p. 220-223). A ideia civilizatória passava, portanto, também pelo programa político do candidato em termos educacionais.

tendência entre os bacharéis em Direito era a adoção da prática advocatícia com certa consciência social, transformando suas ações em códigos culturais próprios. Era a prática da profissão através de princípios liberais, à moda das ideias progressistas que emanavam da Europa. Assim, o reconhecimento social dado a esses bacharéis como “ilustrados” seria uma forma de se disputar os cargos públicos dentro da lógica imperial, galgando os degraus da vida social urbana. O afastamento desses bacharéis aos princípios e valores os distanciava, ao menos retoricamente, daqueles considerados gananciosos ou atrasados em costumes (FERREIRA, 2016, p.118-126; p. 206-207). O bacharel ilustrado era, antes de mais nada, um homem de valor que procurava defender ideais por meio do exercício de seu bacharelado, algo que vislumbramos nas representações de Rui Barbosa na *Careta*.¹⁵⁵

Se durante o século XIX os soldados se ressentiam do prestígio social que os bacharéis detinham em relação às disputas amorosas, a revista parece dar crédito à necessidade de a situação se manter assim também em tempos republicanos — caso contrário, o homem civil perderia sua autoridade como tal (CASTRO, 1995, p. 51). É um recorte que, em certa medida, afirma que o modelo carregado pelas representações de Rui Barbosa seja o almejavél para os dois grupos de bacharéis: para os corruptos, aliados às oligarquias que fraudavam a nação, e para os *smarts*, incapazes também de fazer uma regeneração quanto aos corruptos, visto que nem mesmo a autoridade masculina lhes era garantida.

É válido ressaltar como as discussões de masculinidades trazidas pelas duas revistas também trazem semelhanças. Ambas trouxeram os valores da lealdade e da honra como grandes argumentos para criticar o candidato adversário — para *O Malho*, Rui era traído pelos companheiros de “politicagem”, quando não era ele próprio orgulhoso demais e um traidor da civilidade; para a *Careta*, Hermes era também a própria traição às instituições e aos que lhe “julgaram como amigo” — assim como retomaram noções de feminilidade para pautar o local em que as mulheres deveriam ocupar diante de ambos os personagens. No entanto, se para *O Malho* o simples fato de ser bacharel já servia como elemento desvirilizante, para a *Careta* a conjugação de elementos civis em uma forma idealizada de

¹⁵⁵ Não pretendemos atribuir essa classificação de maneira anacrônica ou fora das intenções apresentadas pelo autor Daniel Ferreira, visto que a prática dos bacharéis “desinteressados” e “ilustrados” foi apresentada como tendo relação muito próxima com a defesa de ex-escravizados, libertos ou até mesmo escravizados durante o período imperial (FERREIRA, 2016, p.96; 206-207). O que fazemos notar aqui é como essa categorização de bacharel sofre uma releitura, através da figura de Rui Barbosa, para ser evocada pela revista como o almejavél dentro do novo cenário republicano. A defesa dos socialmente mais fragilizados, nesse sentido, também adere a uma visão liberal excludente, em que poucos homens (letrados e eruditos) deveriam conduzir a República, à parte da sociedade.

bacharel seria o suficiente, visto que um determinado tipo de bacharel é que seria o “feminino”.

O modelo que observamos ser construído ao redor da figura de Rui Barbosa visou congregar conceitos perceptíveis em ambos estereótipos, em uma verdadeira busca de síntese para regenerar a república: o homem pode ser bacharel e moderno, desde que não perca os valores adquiridos com a experiência e através de muito esforço. O homem idealizado passa a ser aquele detentor de *conteúdo* intelectual e moral, de onde partiriam todas as demais questões. Pensando a partir de Raewyn Connell, a masculinidade hegemônica é culturalmente relacionada às ideias de autoridade e racionalidade, duas características em falta nos novos bacharéis em ascensão. Esses homens, apesar de bacharéis, não estariam detendo o capital social e a autoridade que a profissão detinha em outros tempos, daí a necessidade de reformular os padrões de hegemonia (CONNELL, 2005, p.90). O bacharel ilustrado que seria Rui Barbosa se apresentou como carro-chefe para a condução dessas representações, visando legitimar que era o modelo intelectual, sábio, civil e patriarcal o que deveria ser tomado dali em diante. Encarando “as diferenciações culturais, não como a tradução de divisões estáticas e imóveis, mas como o efeito de processos dinâmicos” (CHARTIER, 1991, p.186), não precisamos discutir se a questão trazida pela revista era baseada em uma “verdade” sobre os bacharéis — até mesmo porque as representações fazem parte da constituição do real, e não como um mascaramento dele. A virilidade de Rui Barbosa não é trazida como exemplar, porém sua autoridade masculina é inquestionável justamente devido ao seu caráter e força moral. Não observamos, portanto, uma defesa de masculinidade hegemônica que passe pela marcialidade, ainda que também não se despreze a constituição de uma imagem de força — desde que seja, claro, civil. Os ideais ressaltados, nesse sentido, são os da coragem, da persistência, da lealdade aos princípios e aos seus. É uma masculinidade que passa a ideia de continuidade dos moldes bacharelescos idealizados ao longo do século anterior, pautando-se em interpretações dos prestígios que a posição emanava. Precisava-se regenerar também o cargo bacharel, a fim de redirecioná-lo para o caminho da defesa da coletividade, sem perder nem o seu caráter individual-liberal, nem seu tipo masculino. Se para *O Malho* o presidente precisava ser um *homem de ação*, para a *Careta* o presidente precisava ser um *homem de valor*, pois daí partiria a ação.

Esse seria o norte para a escolha do presidente, segundo a *Careta*, sendo também o caráter exemplar a ser adotado para a manutenção de uma autoridade masculina civil. No entanto, outro elemento importante de ser ressaltado se refere à construção dessa

masculinidade como exemplar diante da identidade da própria revista *Careta*. Voltada para as classes médias e altas, mas abrangendo um público variado, a revista seria símbolo das modernizações tecnológicas da Primeira República e entraria para o rol de publicações adequadas ao republicanismo e aos preceitos da sociabilidade burguesa (NOGUEIRA, 2012, p. 65-68; MACHADO JÚNIOR, 2006, p. 88). Com isso em mente, ao reinterpretar a *masculinidade bacharelesca* utilizando argumentos que exaltam valores morais do homem popular e rural, assim como o do dito bacharel ilustrado, não acreditamos que tenha sido feita uma veiculação de um resgate literal aos modelos rurais vistos na sociedade oitocentista. As ideias de progresso e civilização seriam norteadoras dessas noções, havendo, portanto, uma adaptação dessa autoridade aos moldes burgueses e republicanos de ser. Não se renega o futuro, o científico, a *belle époque*: visa-se sua criação, remodelação, a partir sim, de modelos *chics* e até *smarts*, desde que estes se baseiem nos preceitos elencados até aqui.

4.3 O resultado das urnas: a conquista da hegemonia? (1910)

As eleições aconteceram em 1º de março de 1910, como planejado. Na seção “Cartas de um Matuto”, a *Careta* veiculou a fictícia participação do personagem Tiburcio d’Anunciação nos eventos, colocando-o para narrar como se daria o seu voto (a crônica precede as eleições, apesar da edição ser posterior a elas):

Comade, hoje é segunda / Vint’óito de fevereiro / Em vespra de baruiada / De confusão e sarceiro; / As coisa tão boa nada / De pórvá já sinto cheiro, / Mas de nada tenho medo / Que eu sou matuto e mineiro / Meu voto já tá bem dado / Do fundo do coração, / A Ruy Barbosa, meu home, / Do Brasil a sarvação. / Haja o que havê pelas rua / Amenhá nas inleição / Mas eu voto é no meu home / Não acceito imposição (CARETA, 26/02/1910, p.18).

As previsões do personagem (de que as eleições seriam uma *barulhada*, *confusão e salceiro*, *com cheiro de pólvora* e cheias de *imposição*) são uma amostra da cultura política dentro da qual a revista acabava por se inserir, vislumbrando as tensões existentes no processo eleitoral como um turbulento e conflituoso evento. A coragem do personagem, no entanto, o impediria de não ir votar no salvador da pátria Rui Barbosa, emprestando sua devoção para que o candidato civilista ganhasse. O argumento da bravura também seria apresentado por *O Malho*, na charge “Quem tem razão e certeza d’uma cousa não precisa de barulho”, de Leônidas Freire (Ver imagem 67). Três civilistas tentam coagir um partidário de Hermes a mudar de opinião, afirmando que “*Hermes não presta... Não é preparado... Morra a espada!!! Abaixo a dictadura!! Viva Ruy Barbosa!!! Anda: falla! falla!!*” (O MALHO,

26/02/1910, p. 25). Em vista do silêncio do eleitor hermista, os civilistas se afastam e levam medo de seu posicionamento. O autocontrole em uma situação de disputa entre homens, a assertividade, o orgulho e a bravura em defender a candidatura Hermes: elementos representados pouco antes do pleito ocorrer.



Imagem 67 - *Quem tem razão e certeza d'uma coisa não precisa de barulho*, O MALHO, 26/02/1910, n.389, p.25. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Assim como mencionamos no início deste capítulo, a eleição de 1910 trouxe uma série de mudanças, porém não deixou de ser marcada pela habitual violência, fraude e fechamento de colégios eleitorais para o impedimento de votos. Segundo Rafael Lopes Paes, “em alguns dos distritos eleitorais onde muitas urnas não foram apuradas, como no 1º distrito, a vitória coube ao candidato civilista. Nos distritos que revelaram a vitória do marechal Hermes, poucas urnas não foram apuradas” (PAES, 2007, p. 139). Durante as análises posteriores de Rui Barbosa, que contestou o resultado eleitoral, a situação da capital (1º distrito) foi bem grave:

Das 96 seções eleitorais existentes nesse distrito, apenas 25 funcionaram. Nas outras 71 restantes, as mesas eleitorais não se formaram, segundo o candidato civilista, porque os livros de atas foram subtraídos pelos agentes dos Correios por determinação da administração geral e do governo (BORGES, 2011, p. 398).

Desta forma, “acreditando na força de sua participação, uma multidão dirigiu-se às seções eleitorais, mas não conseguiu votar, pois encontrou as portas fechadas” (UEÓCKA,

2004, p.201). O amedrontamento de eleitores também foi recorrente, com a violência levando a ataques físicos e até mesmo a óbitos (UEÓCKA, 2004, p. 202-205). Se para Paes a vitória de Hermes “não é de difícil compreensão, bastando entender que a seu dispor estava a máquina eleitoral do Estado” (PAES, 2007, p. 139), o movimento eleitoral como um todo trouxe novidades mesmo dentro das ilegalidades. Era “a convicção disseminada entre os civilistas das reais chances de vitória de seu candidato” (BORGES, 2011, p. 408), uma novidade causada pela concorrência eleitoral e por toda a conjuntura que se conformava ao seu redor. Levando em conta que “a assembleia verificadora podia reconhecer o presidente e o vice-presidente sem necessariamente considerar os dados apurados na eleição”, o resultado foi anunciado pela máquina política antes mesmo de avaliar por inteiro a situação eleitoral (BORGES, 2011, p. 367). Isso levou a críticas por parte dos civilistas, que acreditavam ter havido colaboração do presidente Nilo Peçanha com o lado hermista (PAES, 2007, p. 140). A indignação permaneceu após o anúncio da vitória de Hermes da Fonseca para o cargo de presidente, o que levou os civilistas - e, em especial, Rui Barbosa - a defenderem que a eleição havia sido fraudada. Entre março e novembro, quando Hermes tomaria posse, muita coisa ainda estava por vir, o que, em outras palavras, é dizer que “a polarização entre militarismo e civilismo continuava a ocupar as páginas dos periódicos” (BORGES, 2011, p. 369).

Um dos argumentos apresentados por *O Malho* para a desqualificação da defesa civilista na eleição de Rui Barbosa era que todos seus esforços seriam aspectos típicos do feminino, como observamos na charge de Ariosto “Saber d’experincia feito” (O MALHO, 12/03/1910, p. 42). Uma mulher idosa tem uma expressão debochada e superior no rosto, estando sentada em sua poltrona com uma tranquilidade régia. A moça mais jovem, magra, esbelta e delicada, anda em direção ao leitor enquanto olha para trás, prestando atenção em sua mãe. Aqui, a idosa evoca a imagem da sogra, não só pelos traços, mas pelo ar de superioridade sobre o genro. Na legenda, a moça diz acreditar nos jornais civilistas, que estariam pregando a vitória de Rui Barbosa na eleição. Além de criticar o homem civil (“*Eu não dizia que teu marido era um idiota?*”), a idosa ataca a persistência no nome civilista, sendo que “*Eleição nesses jornaes é ‘concurso de beleza’, que não fica bem a homens...*” (O MALHO, 12/03/1910, p.42). Muitos outros aspectos serviram como base de pilhéria sobre os civilistas, sempre se referindo a eles como corruptos, desordeiros, violentos, desleais, isto é, características de um modelo negativo de masculino.

No entanto, “a participação política da população superou em muito as restrições impostas pela Constituição ou mesmo pelas práticas eleitorais da época e buscou formas alternativas de compartilhar a disputa travada nas urnas” (BORGES, 2011, p. 396). Como já foi discutido anteriormente nesta dissertação, o engajamento feminino foi um dos desvios do padrão que demonstraram o acirramento de tensões e a urgência por participação política. Observando o apoio feminino à candidatura hermista, por exemplo, não é possível afirmar que as mulheres tenham se limitado a convencer os maridos (votantes) em optar pelo marechal. Mais do que isso, as esperanças de Leolinda e seu grupo, a Junta Feminil Pró-Wenceslau,

não se apoiavam no candidato e sim na sua esposa, D. Orsina da Fonseca, com quem a professora afirmava ter estabelecido *as melhores relações pessoais*, e de quem contava ter todo apoio para a implantação de seu *programma de emancipação social feminina* (ROCHA, 2002, p. 295, grifo do original).

Essa relação resultaria, inclusive, após a eleição de Hermes, em uma inauguração escolar voltada para a educação feminina no Rio de Janeiro. Apesar destes engajamentos “fora da curva” para o processo eleitoral, a ideia de que as peças do jogo político se mantinham as mesmas por muitas vezes era reforçada pelos periódicos.

A *Careta*, por exemplo, colocou ambos os candidatos como semelhantes, mas para fazer um movimento de crítica ao próprio processo eleitoral em si. Assim como afirma Vera Lúcia Borges, “em termos políticos, apesar da constatação da inovação introduzida pela campanha de 1909 e 1910, em determinados momentos a imprensa cristalizou a ideia da continuidade oligárquica com os lançamentos dos nomes de Rui Barbosa e Hermes da Fonseca” (BORGES, 2011, p. 319). Acompanhamos isso na charge sem título feita por J. Carlos presente na imagem 68. Os dois candidatos são representados como pequeninos, cada qual ostentando um par de asas angelicais atrás das vestimentas civis. Trata-se de uma das poucas vezes em que a revista caracteriza Hermes em seus trajes civis, desenhados com enorme semelhança à roupa tradicional do político Rui Barbosa. Acreditamos que se trata de uma representação em que visa homogeneizar os dois candidatos, colocando-os como iguais dentro do sistema (BORGES, 2011, p. 321).



Imagem 68 - Sem título, CARETA, 29/01/1910, n. 87, p. 11. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Acima deles, uma mulher gorda e gigante que segura duas varas finas, com a expressão denotando um prazer debochado de sua parte ao vê-los abaixo de seus pés é a personificação negativa da Politicagem. Rui e Hermes demonstram sua inquietação com a cena: ambos retraem a coluna na direção oposta à Politicagem, ao mesmo tempo em que seus passos indicam a direção contrária a tal mulher. São formas de representações gráficas que, de acordo com Will Eisner, indicam contrariedade e até mesmo medo (EISNER, 2000, p. 89; 102). Os membros retraídos, as expressões faciais de desagrado, tudo isso entra em contraste com o prazer jocoso da enorme figura logo atrás, que poderia estar usando os gravetos para agredi-los ou cutucá-los, forçando sua caminhada. Na legenda, essa informação é mais explícita, sendo dito que é “*o manejo de D. Politicagem*”.

Assim, ambos se tornavam iguais ao serem vítimas de um sistema degenerado. O fato de estarem sendo manejados pela politicagem (prática criticada, sendo a causa dos males observados na República) dentro de um espaço cercado remete à ideia de *limite*: os dois candidatos são determinados pela política nacional a ficarem circunscritos a suas práticas.

Nesse ponto, a revista *Careta* faz uma inflexão na figura dos dois concorrentes, visto que retira de Rui Barbosa a aura emancipadora, ao limitá-la, bem como reveste Hermes da Fonseca de uma incapacidade de agir energeticamente devido aos problemas do próprio sistema, e não de sua pessoa em si.

Em termos “conciliatórios”, *O Malho* trouxe os dois personagens (Hermes e Rui) como meros participantes da eleição. Em “Siga la broma”, de Storni, a revista pontua em seu segundo quadro as idas dos dois candidatos aos estados do Rio Grande do Sul e Minas, indicando, em sua legenda, como tais viagens acabavam por deixar para o povo da Capital “a bomba” das eleições: “*Na capital ficamos nós, com a bomba a nos rebentar nas mãos. Do que houver e acontecer, os verdadeiros responsáveis estarão livre da responsabilidade... por estarem ausentes.*” O quadro em questão mostra Rui indo para a esquerda, trajando preto e portando uma boina xadrez sobre a cabeçorra, à medida que Hermes aparece fardado, usa chapéu honorífico do posto de marechal e anda para a direita. (Ver imagem 69). No centro, duas mãos grandes indicam a perspectiva de proximidade que o leitor teria do sujeito que segura a bomba preta, que esfumaça o termo que divide ambos os personagens principais: “*eleições*”. Observamos como a revista questiona as excursões políticas, ainda que em outros momentos a envolva com retórica positiva. Ao se distanciar da capital, ambos estariam deixando o povo ao relento, sem proteção, livrando-se da responsabilidade de “aturar” as eleições que eles mesmos estavam disputando. A visão negativa sobre o processo eleitoral, na verdade, começa já no primeiro quadro, onde o personagem Carnaval passa Zé Povo (que está visivelmente triste) para as mãos da Política. No terceiro quadro, o mascote de *O Malho* aparece como indiferente aos ataques de animais peçonhentos (as oposições feitas ao posicionamento hermista da revista), traçando em uma folha o início de uma caricatura de Rui Barbosa. No último quadrinho, o anti-civilismo é retomado com toda a força, com uma peruca sendo retirada de uma grande cabeça careca (identificada pelos dizeres “*ambições, ódio pessoal, despeito*”), referência direta a Rui Barbosa.

Essa postura d’*O Malho* faz sentido se levarmos em conta que a revista deslegitimava o debate sobre as candidaturas, afirmando que isso seria um problema para a administração de Nilo Peçanha, um homem dedicado ao progresso do Brasil. Por outro lado, no que se refere às críticas mantidas pelos civilistas quanto ao resultado eleitoral, se destacou a questão da elegibilidade de Hermes da Fonseca. Segundo Borges,

Para os civilistas, uma vez que Hermes da Fonseca não se inscrevera no eleitorado - como sem a obtenção de seu título de eleitor ele não seria

considerado cidadão ativo - ele era inelegível. [...] Para os adeptos da candidatura civilista, o marechal não podia ser, não foi e não estava eleito (BORGES, 2011, p. 372).

Esse foi um dos elementos também trazidos pela *Careta* para debochar do vencedor da eleição. Na edição 94, a *Careta* publicou diversas charges intituladas “Os versos de Bilac”, cada uma delas fazendo referência a um trecho da obra de Olavo Bilac¹⁵⁶, literato notório do período que colaborava com a revista (GARCIA, 2005, p. 33). As menções a Bilac não se dão ao acaso, visto que nessa mesma edição ele foi homenageado com uma caricatura na capa, feita por J. Carlos (NOGUEIRA, 2010, p. 75). Ao que nos parece, a edição inteira se transformou em uma homenagem ao intelectual, conjugando seus versos às principais charges publicadas naquele número.

Assim sendo, a charge “Os versos de Bilac” da *Careta* publicada em sua página 11 se volta para a questão da elegibilidade do marechal (Ver imagem 70). Em um cenário que já se coloca como cômico dado ao formato do abajur utilizado, feito no formato de Pinheiro Machado. Isso é usado pela charge para reiterar duas coisas: 1) os civis eram serviçais do militar presente na chapa; 2) a relação entre Hermes e Machado não era harmoniosa, como a *Careta* visou apontar em várias de suas charges. Um terceiro aspecto pode ser aventado: a notória influência de Pinheiro Machado sobre Hermes, ao ser invertida aqui (ele é quem se torna o influenciado, o objeto), é transformada em um dos motes do humor.

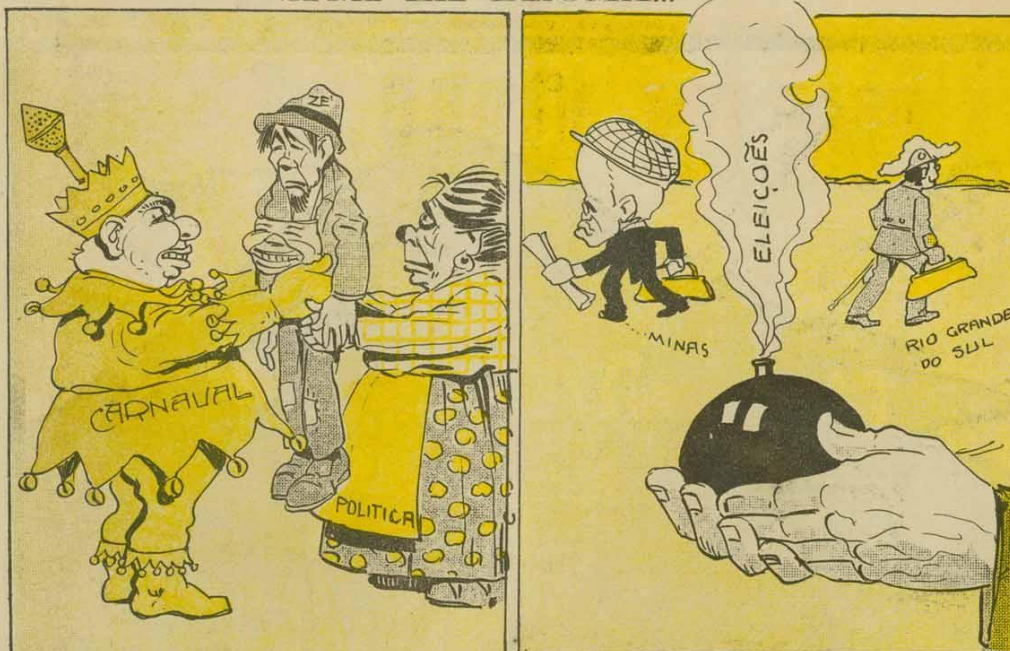
Seja como for, sob a luz desse abajur Hermes e uma moça magra e delicada leem um livro aberto. Encaramos suas características físicas a partir de Eisner, que menciona a importância da expressão facial e da posição de um corpo representado em cartuns (EISNER, 2000, p.109-111). A expressão dele é concentrada, até mesmo algo puxado para o desagrado: tem a testa franzida, os olhos vazios, à medida que a mão segura a página do livro como quem o folheia com ansiedade. Ao seu lado, a moça identificada como Opinião Pública está tranquila, com um sorriso sarcástico nos lábios. No livro, lemos as palavras “Constituição” e “Inelegibilidade” — ao serem associadas, sem quaisquer outros elementos capazes de desviar o foco, entendemos que a charge visa elucidar como a condição de “inelegibilidade” de

¹⁵⁶ Olavo Bilac (1865-1918) ganhou prestígio durante a Primeira República, sendo um dos principais jornalistas, literatos e intelectuais do período: “o chamado príncipe-poeta escreveu sobre muitos assuntos, grande parte deles se referiam ao Rio de Janeiro e às transformações pelas quais passava, registrando os desvãos do crescimento vertiginoso e demonstrando grande entusiasmo pelas alterações trazidas pelo progresso” (ELEUTÉRIO, 2012, p.65). Olavo também escreveu para anúncios publicitários. Por volta de 1915, passaria a ser um dos principais envolvidos nas discussões sobre o papel do soldado na sociedade, aderindo fortemente à visão de soldado-cidadão - e ao que chamamos aqui de masculinidade militarista (McCANN, 2009, p. 219).

Hermes está diretamente conectada à Constituição, sendo, por isso, algo inquestionável. Daí a desagradável surpresa do personagem ao abrir naquela página, e daí o prazer da dita opinião pública em ver o candidato que teria roubado a eleição, perdendo-a. Na legenda está presente um trecho da poesia *Leio-te*¹⁵⁷, de Olavo Bilac: “*E cuido vel-a, placida, a meu lado, Lendo commigo a pagina que leio*” (CARETA, 19/03/1910, p.11). Além de referenciar a cena que se passa no traço da charge, o trecho remete à sua obra original, de cunho forte e emocional, visando transmitir o sentimento de tristeza ao leitor. Uma tristeza debochada, pautada em uma visão civilista da desgraça alheia.

¹⁵⁷ Não disponibilizamos o texto completo dessa obra, pois não concerne ao nosso trabalho. Para conferir a poesia completa, recomendamos o link: <https://www.nossapoesia.com/poema/leio-te-olavo-bilac/>. Acesso em 11/06/2021.

SIGA LA BROMA...



Salve! o Carnaval, que soube empolgar completamente o povo, distraindo-o, por tres dias, da estúpida politica!

Mas o que é bom dura pouco, e a megera ahi está outra vez reclamando a victima que preferia ficar eternamente com o verdadeiro Momo.

O candidato Ruy vai para Minas, e o candidato Hermes foi para o Rio Grande do Sul. Na capital ficamos nos, com a bomba a nos rebenhar nas mãos.

Do que houver e acontecer, os verdadeiros responsaveis estarão livres da responsabilidade... por estarem ausentes.



Nesta batalha politica em que nos achamos empenhados continuaremos aqui no duro, aguentando firme a saravada de doestos, cobras e lagartos, com que a imprensa amarella nos tem mimoseado. Tudo isto porque *O Malho*, dissecando o candidato civilista, está abrindo os olhos d'uma parte do povo, que estava sendo illudida por Irineus, Medeiros, Brícios, Moacyr, Barbosa Lima, revolucionarios de profissão!

E como lhes pomos o dedo sobre a ferida e a *cousa* lhes doe, elles esbravejam contra nós, obrigando-nos a esta justa represalia, pôr a calva á mostra ao famoso civilismo, cuja victoria seria a bancarrota e a *degringolada* moral do Brazil!

Dente por dente, olho por olho e— *siga la broma!*

Os versos de Bilac



E cuido vel-a, placida, a meu lado,
Lendo commigo a pagina que leio.

Imagem 70 - *Os versos de Bilac*, CARETA, 19/03/1910, n. 94, p. 11. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Se a preocupação da *Careta* era satirizar a eleição de Hermes para presidente, *O Malho* retomou suas estratégias de humor utilizadas contra a candidatura Campista, um ano

antes, e criou uma versão fictícia de um governo civilista. Na charge “O governo dos 'águias'”, Alfredo Storni retrata Rui Barbosa e outros seis personagens: Irineu Machado, Cincinato Braga, Alberto Santos Dumont, Monteiro Lopes, um padre e um “catraieiro” (funcionário do Cais) (Ver imagem 71).

O primeiro dos personagens é o próprio Rui Barbosa, sentado com a postura torta sobre uma poltrona de encosto vermelho, encimada pelo distintivo da República dos Estados Unidos do Brasil. Acima desse símbolo jaz, ainda, uma espécie de águia que, ao ser pintada completamente de preto, remete também a outra ave: o corvo, pássaro agourento. A postura de Rui indica sua falta de adaptação ao cargo presidencial, já que a coluna torta e os pés para longe apontam como ele destoa de uma figura ereta, rígida e segura na poltrona. A flor que Rui Barbosa segura é branca, uma referência à cor da paz, mas ao ser uma flor do tipo “taça de leite”, também remete às flores usadas em cemitérios. O Código Civil - que também contou com grande participação de Rui Barbosa em sua redação, fato que gerou até mesmo controvérsias na época, dado o preciosismo do político baiano, o que atrasou a promulgação do documento¹⁵⁸ — está jogado de canto, um livro grosso de encadernação de couro. Além de buscar no repertório popular as ideias de atraso causadas por Rui nos trâmites do Código Civil, percebemos como a colocação lateral do documento apresenta a ideia de que este não seria levado tanto em conta, jazendo atrás dos pés do político (VIDAL, 2009, p.32). Atrás da poltrona está um baú identificado como “preparados”, uma troça voltada aos comentários de Rui sobre o fato dele próprio ser preparado para a presidência, ao contrário de Hermes, que não possuía trajetória política, não sendo, portanto, considerado um preparado (SANTOS, 2005, p. 46-47). Na legenda, o humor continua: “*Attendendo a que um jornal civilista disse que o Sr. Ruy “já era o presidente honorário da República” - aqui o damos na plena investidura d’esse cargo, para felicidade da patria e dos povos do universo*” (O MALHO, 19/03/1910, p.25).

¹⁵⁸ Segundo Marcelo Henrique Santos, essa foi a mais notória polêmica de Rui Barbosa após seu retorno do exílio: “A mais conhecida delas aconteceu em 1902 e envolveu o Projeto do Código Civil elaborado pelo jurista Clóvis Beviláqua e revisto pelo filólogo Carneiro Ribeiro, antigo professor de Rui Barbosa. A polêmica começou quando Rui Barbosa, já membro do Senado Federal, produziu um parecer crítico ao projeto, atentando principalmente para os aspectos gramaticais. Diante de tal parecer, Carneiro Ribeiro redigiu as *Ligeiras Observações sobre as Emendas do Dr. Rui Barbosa Feitas à Redação do Projeto do Código Civil*, nas quais reagiu contra algumas correções feitas por Rui Barbosa. Às observações do seu antigo professor, o senador baiano respondeu através da *Réplica*”, o que teria desgastado o debate jurídico por si só (SANTOS, 2005, p. 20-21). Aliás, curiosamente, o Código só seria aprovado em 1916, muitos anos mais tarde.



Imagem 71 - O governo dos "águias", O MALHO, 19/03/1910, n.392, p.25. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Publicada no mesmo dia que a "Os versos de Bilac" da Careta, ambas as representações circularam a partir do mesmo momento, tirando sarro dos candidatos defendidos pela revista adversária.

O acréscimo do termo *povos do universo* apresenta um exagero jocoso, extrapolando o mundano que seria a *felicidade da pátria*, algo possível, e atingindo o extraordinário, o inimaginável. O real é desmascarado, visto que o exagero coloca em dúvida até mesmo a legitimidade de tal felicidade. Trata-se de uma surpresa, um ato impensado, o indizível que aparece para causar um estranhamento humorístico, pautado por sua efemeridade, já que os demais quadrinhos complementam o sentido da piada (SALIBA, 2004, p.29).

Quem aparece a seguir é Irineu Machado, político apoiador do civilismo. Sua figura é caricaturada como tendo corpo feminino, portando seios quase à mostra e envergando um vestido. É uma mistura de sua constituição masculina com o corpo de Têmis, a já referida deusa símbolo da justiça. Vários são os indicativos de uma sátira que visa a humilhação desse personagem: suas roupas estão rotas, os sapatos não parecem ser novos, e sim com riscos de remendos, os seios aparecem com traços riscados, em um indicativo de que seriam já mais velhos, “caídos”. O estranhamento causado no público-leitor da época é completado ao se apresentar a imagem barbada de Irineu, com seu chapéu e segurando uma espada, elementos que contrastam com o corpo “feminino”, isto é, algo encarado como atípico para uma sociedade que via naquele masculino uma existência cisgênera¹⁵⁹. É válido ressaltar que uma das críticas às chamadas “modernidades” era justamente o apego de homens ao modo de ser feminino, desvirilizando-se e “em extremos se entregando ao meio-sexo, tendo seu ‘sexo sociológico distinto do sexo biológico’, deslocados numa sociedade patriarcal” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 78). A legenda aumenta essa questão: “*Naturalmente, mestre Irineu poderá ser o Ministro da Justiça*” (O MALHO, 19/03/1910, p.25). O uso da palavra relacionada à natureza não nos parece fora do lugar, em vista que a piada se volta para a “falta de naturalidade” da personagem. Além disso, a própria espada da Justiça ser maior que sua balança, que aqui também se encontra desequilibrada, compõe a imagem de uma justiça desvirtuada, incorreta, parcial. O chapéu virado para o lado é uma referência ao modo de trajar dos capangas políticos responsáveis pela intimidação de eleitores (UEÓCKA, 2004, p.55-57), algo que também aparece em outras representações de Irineu Machado,

¹⁵⁹ Lembramos como as divisões de gênero eram adotadas nesse período como diferenças de sexo, ou seja, pautavam-se por uma diferenciação extremamente anatômica para definir quem deveria ser homem, e quem deveria ser mulher. Ao colocar um personagem reconhecidamente homem em um corpo considerado feminino (por causa dos seios), a revista visa brincar com o que considerava uma divisão *natural*: homens não deveriam ter seios. Obviamente é uma concepção do tempo, mas também se trata de uma visão influenciada pela cisgeneridade. Essa visão marginalizou (e marginaliza) determinados grupos em decorrência de suas identidades de gênero, em parte, ao ignorar a construção de gênero como um elemento social. Para uma melhor compreensão dessas categorias e debates, indicamos as seguintes obras: (GOMES JÚNIOR, 2019; ROHDEN, 2001; MOREIRA, 202, p. 275).

rotineiramente acusado pela *O Malho* de contribuir com a violência eleitoral de civilistas contra hermistas.

A seguir observamos Cincinato Braga, com dois sacos de dinheiro e um enorme rato escuro atrás de si — uma representação de sua posição política, encarada como de pouca confiança. Depois dele, temos duas figuras que consideramos importantes: Santos Dumont e Monteiro Lopes. O primeiro é chamado na legenda de *ministro da aviação*, em um trocadilho com o nome do Ministério da Viação, então responsável pelas estradas ferro e demais meios de conexão do território nacional. Apesar de também ver os avanços técnicos de Santos Dumont com bons olhos, a revista *O Malho* brinca com sua imagem ao colocá-lo quase que em um amálgama com seu aeroplano, retirando-lhe qualquer indício de força ou juventude. Assim como Rui Barbosa, Santos Dumont fazia um tipo franzino em constituição física, porém notório pelas qualidades do conhecimento¹⁶⁰: isso também é satirizado na charge, já que o personagem de Dumont aparece com os olhos arregalados, encarando o leitor da charge. Assim como Eisner, levamos em conta a expressão facial como um vocabulário dotado da capacidade de transmitir sentido (EISNER, 2000, p.110-111). Notamos como a expressão do personagem é uma representação de seu medo — neste caso, provavelmente o de cair do aeroplano. É como se pedisse socorro, mesmo sem emitir palavras. Tal qual Rui Barbosa, o seu principal aspecto é transformado em motivo de zombaria, além de caracterizá-lo como uma figura pequenina, com grandes pés que se comparam com o tamanho da cabeça.

Monteiro Lopes vem em seguida, em caricatura que ressalta o preconceito racial, visto que o deputado era negro e é representado de forma a transformar esse fato em uma piada. Assim, o fato dele compor um ministério do governo civilista já apresenta o escândalo, o exagero que o humor da charge pretende atingir: como assim, um homem negro como ministro?! A própria charge soluciona a questão, pois considera que “*Fica bem o Monteiro Lopes no da Agri...cultura*” (O MALHO, 19/03/1910, p. 25). O deboche reside na *cultura*, pois outro preconceito se soma à representação é a de que o homem negro não pode ser um

¹⁶⁰ Nas palavras de Gilberto Freyre, “O mito Santos Dumont tornou-se como nenhum outro, no Brasil do começo do século XX, parte do mito maior: o do progresso brasileiro pela ciência. E para ganhar mais consistência, assimilou o mito brasileiríssimo do ‘amarelinho’. O mito do brasileiro valente, heroico, astuto, engenhoso e até genial” (FREYRE, 2013a, p.13713-13715). Essa exaltação de Santos Dumont aparece tanto na *Careta*, quanto em *O Malho*, porém nesta última, a associação possível entre as figuras de Rui e Santos Dumont também os transformam em alvos do riso. Apesar disso, conforme Denise Bernuzzi Sant’anna, “Santos-Dumont foi um exemplo conhecido, com seus passeios em balões sobre Paris, seguidos de seus voos em aeroplanos. Ao ‘navegar pelo ar’, o brasileiro adiantou a valorização de uma masculinidade, mais tarde veiculada pelos esportes de influência californiana, intimamente vinculada à leveza e à flexibilidade do corpo” (SANT’ANNA, 2013, p.265). Como já discutimos anteriormente, a flexibilidade almejada pela masculinidade militarista seria aquela voltada para o corpo marcial, e não para o galgo, magro e leve.

homem dotado de cultura: “Imagens, representações e narrativas associando os negros a coisas negativas (atraso, ignorância, vadiagem, anomia) eram recorrentes” (DOMINGUES, 2013, p. 68). A posição do corpo do político também é motivo de riso, pois o saco que ele carrega às costas (cheio de batatas, daí a *agricultura*) simula um roubo, associando a imagem do homem negro diretamente à do ladrão que carrega seu objeto roubado. São reavivadas as noções de perigo relacionadas aos homens negros, algo que já discutimos no primeiro capítulo, e aqui aparecem de forma explícita sobre Monteiro Lopes. Trata-se, ainda, do perigo negro dentro da política. Nas palavras de Petrônio Domingues, “Era necessário que Monteiro Lopes [...] soubesse se colocar no seu devido lugar na sociedade. Para as elites estabelecidas, não se cogitava tolerar um negro ‘beijudo’, que se orgulhava de sua condição racial, alçar voo tão alto” (DOMINGUES, 2013, p.79).

Os dois últimos personagens parodiados são os ministros da Guerra e da Marinha. O primeiro deles mistura uma batina vermelha à espada e sua bainha, além do chapéu macheralício. Na legenda, a charge diz que “*Como se trata de um governo religiosamente civilista, poderá ser ministro da Guerra um padre qualquer promovido a soldado*” (O MALHO, 19/03/1910, p.25). Eis aqui um ponto interessante, pois como salienta Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a partir de Gilberto Freyre, a Igreja poderia ser vista como um espaço para onde os homens “efeminados” iriam a fim de evitar serem identificados (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.79-80). Nesse sentido, além de observarmos uma crítica à reinserção da Igreja nos afazeres do Estado — coisa proibida desde a separação entre os dois espaços, após a Proclamação da República —, notamos um tom crítico ao tipo de homem que entraria na função mais viril de um governo, isto é, o Ministério da Guerra. Por último, mas não menos importante, o personagem cotado para o Ministério Civilista da Marinha seria duplamente rejeitável: 1) seu corpo gordo e desleixado era o oposto das normas modernas de autocontrole, higiene e dedicação aos exercícios, e 2) ao ser um funcionário do Cais Pharoux, estaria sendo colocado dentro do governo um reles popular, sem capacidade intelectual ou política para conduzir a pasta. Uma carta de baralho aparece como sendo Ministro das Relações Exteriores, em um indicativo de que quem tomaria essa frente, na verdade, seria o próprio presidente Rui Barbosa. O “governo dos ‘Águias’”, portanto, se convertia em uma troça, sendo que a charge visa desqualificar o civilismo através de personagens e agentes sociais vistos como alheios ao espaço político. É válido ressaltar que a participação popular nas recepções a Rui Barbosa eram vistas como uma vulgarização da política, assim como Rui seria um político mendicante ao viajar em suas excursões para

angariar votos (BORGES, 2011, p. 180; UEÓCKA, 2004, p. 81). Associá-lo a tais questões era debochar de sua pretensão política, que estaria “se rebaixando” ao nível do “populacho”.

Retomamos, neste momento, a questão feita pela charge de *O Malho* e *Storni* em maio de 1909 (Ver imagem 58): “*E se a nossa Republica, como todos confessam, se acha em estado de grande decadencia moral, por que não ha de ser o Marechal Hermes o seu regenerador?*” (O MALHO, 12/06/1909, p.33). Dados os aspectos discutidos até aqui, é possível falarmos que a vitória eleitoral de Hermes da Fonseca conformou uma mudança na masculinidade hegemônica brasileira? Pensando a masculinidade a partir de Raewyn Connell, podemos defini-la “como simultaneamente um lugar em relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres se engajam nessas relações, e os efeitos dessas práticas nas experiências corporais, na personalidade e na cultura” (CONNELL, 2005, p.71)¹⁶¹.

Sendo a masculinidade hegemônica relacionada à dominação perante a sociedade como um todo, suas formas de configuração se tornam extremamente importantes para a compreensão de uma reestruturação de hegemonia (CONNELL, 2005, p. 77-78). Como essa autora afirma, a masculinidade não necessariamente entra em crise, e sim passa por processos de configuração constantes, o que leva a mudanças capazes tanto de reafirmar o sistema, quanto de quebrá-lo ou transformá-lo (CONNELL, 2005, p. 84). Em nenhuma das duas propostas de masculinidades hegemônicas (i.e., da *Careta* e d’*O Malho*) observamos uma quebra significativa em padrões comportamentais masculinos prévios às suas existências. Por certo, a *masculinidade militarista* se apresentou como um corpo de novidades, porém nem ela nem a *masculinidade bacharelesca* renegaram seus lugares dentro das relações de gênero, reafirmando suas autoridades enquanto conjuntos de significados voltados para a criação de homens capazes de lidar com a realidade de seu tempo. Assim como em termos político-institucionais, tais propostas se davam de forma reformista. No entanto, a partir de conceitos e objetivos diferentes.

Levando em conta que “a característica fundamental do conceito [masculinidade hegemônica] continua a ser a combinação da pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre masculinidades” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 262), não nos parece estranho que durante o processo de disputa por hegemonia haja uma elaboração de “Outros”, formas não aceitáveis de ser homem e a partir das quais o modelo que se pretende hegemônico visa se diferenciar. Dito isso, a masculinidade militarista transformou em

¹⁶¹ Tradução livre do trecho: “‘Masculinity’, to the extent the term can be briefly defined at all, is simultaneously a place in gender relations, the practices through which men and women engage that place in gender, and the effects of these practices in bodily experience, personality and culture.” (CONNELL, 2005, p.71)

‘outro’ o bacharel moderno, *smart* e afeminado, mas também aquele representado por Rui Barbosa, encarado como um bacharel *ultrapassado*, corrupto e hesitante. A masculinidade bacharelesca também fez do *smart* uma espécie de ‘outro’, ainda que não o tenha rejeitado por completo por ver a possibilidade de sua regeneração por vias propriamente civis e bacharelescas. Os militares não teriam essa capacidade, pois o embrutecimento de suas *personas* não condiziria com o apego moral e erudito da masculinidade bacharelesca. Isso fica evidente na capa da edição da *Careta* nº130, quando acompanhamos um Hermes da Fonseca burro, refletindo sobre quantas partes de queijo teria de dar para os seus apoiadores oligárquicos. O queijo representaria as frações do governo, seja em cargos, seja em verbas: “*Difficil missão! São tantos a pedir o queijo...*” (CARETA, 26/11/1910, capa). Associando a charge à expressão “com a faca e o queijo na mão”, que remete a uma situação favorável ao portador dos dois objetos, a revista debocha de Hermes da Fonseca, que maneja a faca de maneira pouco usual (ele tenta cortar o queijo com o fio da faca virado para fora), além de estar completamente atrapalhado sobre como proceder sobre os termos políticos (Ver imagem 72).



Imagem 72 - *Repartindo*, CARETA, 26/11/1910, n.130, capa. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para além da hierarquização feita entre os grupos masculinos em discussão, a sujeição das mulheres também estaria em jogo, havendo uma busca por um homem viril capaz de dominá-las: ambas as propostas colocaram a mulher de lado, até mesmo *atrás* do homem, mas cada qual à sua maneira. Se as qualidades de potência e virilidade seriam associadas a Hermes, o modo que isso é feito sobre Rui Barbosa visa ressaltar seu caráter paternal, de homem mais velho que é a autoridade “da casa”. A mulher como capital simbólico, um em analogias de interesse amoroso/sexual, outro para a manutenção de uma família patriarcal tradicional. Não podemos esquecer que Hermes também era casado, elemento que não parece ter sido levado em conta por *O Malho* ao representá-lo como o par da República-Mulher.

Essas representações, configurando espaços de disputas sem a adesão necessária à violência direta, serviram de canais para o embate ao redor de novas formas de se encarar o lugar do homem na sociedade, bem como espaço para definição dos subordinados a ele (CHARTIER, 1991, p. 185-186). No entanto, se “a ‘dominação masculina’ é aberta à contestação e requer um esforço considerável na sua manutenção” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.260), não podemos dar por encerrada a disputa entre os modelos de masculino, já que a vitória eleitoral não é um fim, apesar de ser o limite a que nos propusemos neste trabalho. Se a *masculinidade militarista* “venceu” a disputa por hegemonia, infelizmente não teremos como afirmar categoricamente por ora, ainda que suas representações possam ter colaborado generificadamente para o resultado eleitoral. Para uma análise mais exata nesse sentido, precisaríamos adentrar ao governo Hermes da Fonseca, vislumbrando seus desdobramentos e como a imagem do homem militar seria interpretada a partir de sua posição efetiva de comando. É válido lembrar, por exemplo, que a Lei de Alistamento Obrigatório de fato só passaria a ser empregada em 1916, já dois anos depois do fim do mandato de Hermes da Fonseca. O que pretendemos com este capítulo foi entender os processos ativos de mudanças nas masculinidades acionados e proporcionados pelo inédito contexto eleitoral de 1909-1910, compreendendo novas formas que emergiram para disputar o espaço hegemônico de maneira histórica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.243). Nesse sentido, podemos dizer que nenhum dos dois lados venceu de imediato, já que os impactos culturais e de gênero que constroem uma hegemonia não respeitam limites institucionais, nem calendários. Trata-se de um processo de configuração e desconfiguração, arranjos e rearranjos. Uma verdadeira disputa de masculinidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro dos esquemas explicativos formulados por Connell, também estudados por Messerschmidt (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245), um dos aspectos principais para a compreensão do conceito de masculinidade hegemônica é a centralidade ocupada pela subordinação das mulheres. Isso faz sentido, principalmente se levarmos em conta que o conceito de masculinidade, por si só, é moldado a partir de uma oposição direta à noção de feminilidade. Ser masculino é não ser feminino, ser homem é não ser mulher: é ser o mais distante possível de tudo que compõe as compreensões correntes de feminino/feminilidade (CONNELL, 2005, p. 68).

Levando estas características em consideração, observamos o desenvolvimento de modelos de masculinidades hegemônicas que, ainda que não destacassem explicitamente ter por objetivo a manutenção da dominação masculina, trabalharam conceitos e personagens que reafirmaram tal situação. Determinados comportamentos foram vistos como negativos para os homens, por ligá-los à feminilidade, algo do que deveriam se afastar caso não desejassem perder sua autoridade social. Como pudemos acompanhar, “há muitas maneiras de provar aos outros que se é viril” (OLIVEIRA, 1998, p.7), e as revistas *O Malho* e *Careta* trouxeram essas diferentes formas em suas respectivas propostas de masculinidade hegemônica. Aliás, é preciso termos em mente como estas disputas de masculinidades foram apresentadas dentro de uma lógica cisgênera, ainda que no período cronológico não se pensasse este conceito. Não são despropositados os fortes apelo ao corpo, ao biológico e à sua suposta “função natural” dentro da sociedade: sequer consideravam-se legítimas como pontos de reflexão as vivências de pessoas que não seguissem as normas de gênero idealizados na época, eis o perigo das “inversões”.

No entanto, destacamos como “a manutenção da masculinidade hegemônica não pode ser pensada como elaboração orquestrada e consciente de um grupo de homens nela interessados” (OLIVEIRA, 1998, p. 14). Desta forma, referimo-nos a construções discursivas graduais, expressas através de simbologias, imaginários e imagens que remetessem aos conceitos apropriados por homens desde muito tempo. Pesquisar as trajetórias individuais dos chargistas pode também constituir uma forma de nos aproximarmos um pouco mais dessas construções, porém é algo que deixaremos para estudos futuros.¹⁶² Por outro lado, não

¹⁶² Nesse sentido são importantes as contribuições de Janine Justen que, em sua tese de doutorado, especialmente a partir do capítulo 2, trabalha a formação dos caricaturistas dentro do cenário literário carioca, além de discutir questões como posicionamento, estilo e acesso social às classes dirigentes (JUSTEN, 2020).

devemos desconsiderar o fato de que as criações dos artistas envolvidos com os periódicos foram devidamente autorizadas pelos corpos editoriais de *Careta* e *O Malho*, o que indica a anuência dessas revistas (na posição de instituições de imprensa) quanto aos seus conteúdos políticos e de gênero (GARCIA, 2005, p.57; NOGUEIRA, 2018, p.58-59).

Desta forma, chegamos à conclusão de que *Careta* desenvolveu, de uma forma geral, uma concepção de masculinidade hegemônica vinculada a uma masculinidade civil, o que denominamos *masculinidade bacharelesca*. Em contrapartida, *O Malho*, por sua vez, fez de suas páginas mecanismo de propaganda de outra forma de se expressar a masculinidade hegemônica, a chamada *masculinidade militarista*. Nos dois casos, nomeamos os conceitos a fim de estabelecer alguns caminhos de inteligibilidade para aquelas dinâmicas de representação, e não com a intenção de limitar a leitura das referidas fontes.

Citando novamente Pedro Paulo de Oliveira, a sustentação da masculinidade hegemônica se dá por meio de “uma complexa trama de situações e condições que a favorecem mais ou menos, dependendo das circunstâncias” (OLIVEIRA, 1998, p.14). Tomando por base as condições sócio-históricas de seu tempo, *Careta* e *O Malho* elaboraram diferentes respostas ao que consideravam “questões”, e que acabavam por dar forma às interpretações e espaços de interesse de intervenção. As representações humorísticas tomaram por base não apenas as trajetórias dos candidatos, como também o próprio fazer jornalístico da época, mobilizando ideias, conceitos, símbolos e imaginários que, por meio das charges, foram transmitidos aos seus respectivos públicos de maneira a pautar os debates sobre o país. Concordamos com Guilherme Tenório, portanto, quando ele afirma que “as charges não seriam apenas instrumentos para conferir sentido à realidade política da Primeira República, mas tentativas de intervir naquele estado de coisas” (TENÓRIO, 2009, p. 25).

Um dos “desafios” para as masculinidades do começo daquele século foi a ascensão feminina dentro do cenário público. Dadas as dimensões de classe e raça, a expansão da conquista de espaço para mulheres cisgêneras das camadas médias e altas também significaram mudanças nos entendimentos a respeito de público e privado, de local masculino e local feminino. Observamos como as mulheres cis foram representadas — principalmente nas charges, mas também em algumas fotografias — como objetos de capital simbólico, sendo manejadas por homens cis para estabelecer os moldes aceitáveis de sociabilidade entre os gêneros. Por meio do deboche, do deslocamento humorístico ou do ataque frontal, as

Ao contrário de nossa pesquisa, no entanto, Justen pesquisa principalmente a revista *O Malho*, sem dar tanto aprofundamento para a *Careta* (JUSTEN, 2020).

mulheres foram classificadas por suas características físicas, por uma suposta falta de razão e necessária proteção, e até mesmo por uma potencial libertinagem e anuência de assédio.

Não é por acaso que entraram em discussão também os movimentos feministas: “As ideias feministas, tidas como ‘ameaças da modernidade’, foram interpretadas por muitos como uma afronta à ‘ordem natural’ estabelecida e explicada pelo modelo do dimorfismo sexual” (MOREIRA, 2021, p. 275). Ora, sendo a masculinidade hegemônica uma resposta de contenção dessas mulheres, compreendemos essas interpretações sobre os feminismos como plausíveis para as construções de ambas as revistas. Nas palavras de James Messerschmidt, “para sustentar um determinado padrão de hegemonia, é preciso o policiamento dos homens *assim como a exclusão e/ou descrédito das mulheres*”¹⁶³ (MESSERSCHMIDT, 2018, p. 44, grifo nosso).

Essas mulheres, e todas aquelas outras que reivindicavam suas autoridades foram representadas a fim de se brincar com seu exotismo, sua falta de lugar. Podemos considerar que o controle das representações sobre o feminismo buscaram direcionar as interpretações possíveis sobre tal movimento, através de protocolos de leitura que dispuseram de formas e narrativas que penderam para o antifeminismo (PEÇANHA, 2013, p. 144-145). Comparações foram feitas entre as feministas brasileiras e as *suffragettes* da Inglaterra, em uma visível deslegitimação das atitudes mais radicais. Como afirma Thaís Moreira, “São os homens da imprensa que dividem e decidem arbitrariamente, embasados pelas concepções sexistas das mais diversas ordens, quais eram o feminismo ‘bom’ ou ‘ruim’, ‘bem entendido’ ou ‘exagerado’” (MOREIRA, 2021, p. 274).

Enquanto a violência feminina foi representada como extremamente negativa, uma inversão de “autoridade sexual” (Ver imagem 33), a violência do homem contra a mulher apareceu como uma forma legítima e bem humorada de conquista, de persuasão, ou de liberação de emoções (Ver imagens 28 e 29).

Especialmente no tocante às representações dos candidatos Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, suas relações com o feminino articularam as noções gerais estabelecidas também em outras charges, porém tomando por base a República-Mulher, síntese do regime caricaturado como uma dama.

Na *Careta*, também através da fotografia, observamos como Rui Barbosa foi mobilizado como experiente e correto, um “homem de família”, que ao ostentar a presença de

¹⁶³ Tradução livre de “To sustain a given pattern of hegemony requires the policing of men as well as the exclusion and/or discrediting of women” (MESSERSCHMIDT, 2018, p. 44).

sua respeitável esposa durante os eventos políticos, nunca deixou de transparecer uma virilidade patriarcal. Dadas suas características cômicas, Rui jamais foi pintado de outra forma que não magro, baixo e fraco em termos físicos. Sua inteligência e alcance moral, por outro lado, compensaram (para a *Careta*) tais debilidades, demarcando a força desse personagem, por ora também acompanhado pelas mais nobres mulheres (a Justiça, a Paz). A ideia de que o caminho do compromisso moral levou Rui a se tornar candidato à presidência foi estabelecida pelo próprio candidato, através da defesa constante de sua vida pública e de sua participação política. Observamos diversas vezes como a *Careta* corroborou esse discurso, elencando-o como um homem comprometido com a saúde da República, como um defensor da moralidade institucional e *expert* na matéria jurídica. Assim, se para os detratores de Rui Barbosa de Oliveira sua cabeçorra cômica (como foi desenhada nas charges) era motivo de vergonha, para seus apoiadores, ela foi um símbolo de sapiência e retidão masculina. Ele seria o ápice de uma masculinidade civil definida não por sexualidade e força exuberantes, e sim por ter a capacidade de fazer o que era certo, na hora certa. Em nenhum momento essa questão deixa de preconizar que o correto é o caminho da proteção feminina: as mulheres são coadjuvantes, nunca protagonistas.

Hermes da Fonseca, quando representado por *O Malho*, teve como passagens importantes em sua carreira militar — e que vieram a consolidá-lo futuramente como candidato — a defesa institucional e da “ordem”, suprimindo revoltas sociais. A revista chegou a chamar Hermes de *verdadeiro militar*, exaltando suas atitudes que, pouco a pouco, tornaram-se heroicas nas charges de *O Malho*. Hermes foi representado como pretendente da República-Mulher — ele andou de braços dados com ela, prometeu justiça durante violações da Constituição, protegeu-a de ataques, envergonhou-se ao não corresponder às suas expectativas. Ao mesmo tempo, Hermes serviu como justificativa para uma autorizada virilização feminina, seja no caso de charges, seja no caso de fotografias. Por um momento, o brio, a virilidade e o voluntariado viraram características da mulher, algo que não podemos confundir: essas transposições não foram feitas a fim de legitimar as práticas de um gênero por outro. Tratam-se de “inversões” positivadas, sim, mas no campo da retórica política que tinha por objetivo reafirmar a potência da sombra de Hermes sobre o patriotismo nacional. Às mulheres caberia uma virilidade de espírito, uma vontade de (dentro do que se imaginava serem seus papéis sociais) contribuir com a nação, sempre defendidas, manejadas e/ou toleradas pelos homens. Pelo menos, eram essas as expectativas d’*O Malho*, que pouco falou

sobre o Partido Republicano Feminino, fundado por Leolinda Daltro e que teve por membro de honra a primeira-dama do país.

Os dois candidatos à presidência eram homens brancos, e assim foram representados. As noções e valores que envolveram tais representações, no entanto, não cumpriram apenas funções estéticas. As masculinidades hegemônicas não são blocos monolíticos, pois se formam em constante relação de tensão com as demais formas de expressão da masculinidade. A masculinidade marginalizada, conforme pensa Raewyn Connell, é construída através das autorizações, permissividades e negações absolutas de práticas e identidades (CONNELL, 2005, p. 80-81). Sendo algo relacional, é preciso levar em consideração como as masculinidades negras foram estabelecidas para (e por) nossas fontes, dentro de um contexto também dinâmico para as convivências raciais. A conquista da Abolição não bastou para o fim da subordinação das pessoas negras no Brasil, também demarcada pelos preconceitos raciais e pela exclusão econômica.

Todd W. Reeser aponta a existência de processos de “analogia” que entrecruzam estereótipos raciais e de gênero (REESER, 2010, p.150-152). Acompanhamos isso nas fontes examinadas: o estereótipo¹⁶⁴ racista sobre negros como pessoas incivilizadas incide, “por analogia”, sobre o gênero de homens negros, que não seriam, devido à visão hegemônica sobre a questão racial, dotados de uma masculinidade civilizada. Para os padrões da época, o que percebemos como “civilização” carrega as noções de autocontrole, de polidez, de inteligência, ordem, *smartismo*, dentre outras características. Em oposição a isso, nas charges estudadas em ambos os periódicos, os estereótipos sobre pessoas negras estabeleceram seus lugares sociais como naturalmente subalternos. Os homens negros, suas pretensões de ascensão social e de participação política trouxeram uma série de representações que os qualificaram como perigosos, violentos, irracionais e incivilizados. Mesmo nos momentos em que as representações de pessoas negras discutiram tentativas de adesão “à civilização” dentro de moldes demarcados pelos brancos (uma construção imagética que é, por si só, dotada de princípios norteadores que partem dos autores brancos das charges),

¹⁶⁴ Pensamos aqui o conceito de estereótipo a partir de Adilson Moreira, que destaca o papel pejorativo desse tipo de categorização: “Estereótipos são muito mais do que generalizações utilizadas para atribuímos sentido às nossas experiências. Eles cumprem uma função ideológica porque permitem a reprodução de relações assimétricas de poder existentes em uma sociedade” (MOREIRA, 2019, p. 539). Sobre o caso específico de negros e brancos, Moreira fala que “Se, de um lado, estereótipos raciais afirmam uma suposta inferioridade de pessoas negras, de outro, eles reproduzem a noção de que brancos são inerentemente superiores” (MOREIRA, 2019, p. 485).

acompanhamos retratos humorísticos de sujeição, de não lugar, a fim de destacar seu estranhamento e provocar o riso (PEÇANHA, 2013, p. 137).

Graças à alteridade criada sobre os homens negros, a branquitude¹⁶⁵ foi expressada pelas revistas *Careta* e *O Malho* em inúmeras charges e caricaturas, trazendo pouquíssimos personagens negros. Nas raras ocasiões em que eles puderam ser observados, estiveram sob o escrutínio de um humor de deslocamento de lugares, de rejeição quanto aos seus trânsitos dentro da sociedade, inclusive na política. O caso de Manoel da Motta Monteiro Lopes talvez tenha servido de maior exemplo para os limites que o humorismo tentou aplicar sobre essas questões. Nilo Peçanha, presidente da República entre 1909 e 1910, também poderia ser analisado dentro de tais perspectivas, no entanto, por ora, não será possível esse aprofundamento.

Hermes da Fonseca foi “cobrado” nas charges d’*O Malho* a defender a República dos insurgentes da Revolta dos Marinheiros, homens negros que foram ameaçados pela espada do presidente (Ver imagem 9). Nesse caso, o uso da espada é ativo, demonstra a atitude viril, e não um descontrole, como representou *Careta* ao apresentar Hermes usando sua arma contra aliados (Ver imagem 47). Aliás, ao contrário dos marinheiros, o presidente militar já era consagrado defensor da pátria, e estava preparado para combatê-los com toda a experiência de seu profissionalismo e virilidade. Além disso, é válido ressaltar como a ascensão social de homens negros via aquisição de diplomas acadêmicos serviu como mote para piada em *O Malho*, que destacou como os meios civis podiam causar desordem e uma inversão de hierarquias dentro da sociedade brasileira, permitindo que negros pobres sonhassem com a presidência (Ver imagem 5).

Ao mesmo tempo, Rui Barbosa, para a *Careta*, seria o contraponto essencial à brutalidade e ao autoritarismo oriundo dos meios militares. Apesar de não tê-lo representado enfrentando também os homens negros — o contexto da Revolta dos Marinheiros não

¹⁶⁵ Para Cléber Leão, “A branquitude se caracteriza por uma posição de privilégios, mas ao mesmo tempo é vista como uma forma de neutralidade racial, pois o branco se considera parte não integrante dos conflitos raciais, já que não vê a si mesmo como uma raça, mas como o normal. Essa categoria é atribuída ao branco somente em uma relação de dualidade entre o ‘eu’ e o ‘outro’, o branco e o não branco. Esta relação acaba relegando ao negro ou ao não branco, os problemas raciais surgidos entre esses grupos” (LEÃO, 2020, p. 20). Nesse sentido, a majoritária presença de personagens brancos dentro das charges das revistas estudadas demonstra uma expectativa de que aquele tipo de pessoa fosse pensada como padrão na sociedade. Quando apresentados, os personagens negros são caracterizados como repulsivos (em seus mais variados jeitos, conforme mostramos ao longo da pesquisa), como um grupo com o qual os leitores não deveriam se compadecer ou ter empatia: ao contrário, deveria rir deles.

serviria para isso, em vista da participação favorável de Rui aos revoltosos¹⁶⁶ —, os diálogos estabelecidos pela revista contra as populações negras são suficientes para observar como as características morais e eruditas do presidenciável baiano foram abordadas de maneira a distanciá-lo (ainda que indiretamente) dos estereótipos atribuídos aos negros.

Como mencionamos há pouco, para a manutenção da hegemonia a masculinidade está demarcada por um policiamento sobre os comportamentos masculinos (MESSERSCHMIDT, 2018, p. 44). Ao longo do período examinado, ressaltamos a importância da rejeição a tudo o que fosse considerado demasiado feminino para os homens: era o medo da inversão, do "afeminamento". Valendo-se de charges e textos que debochavam de práticas homoeróticas, entendidas como "menos masculinas", tanto *O Malho* quanto *Careta* tornaram motivo de riso ser um homem homossexual. Os homens estavam condicionados à virilidade, construída historicamente de forma a ser parte de uma heterossexualidade imposta ao gênero masculino como norma imprescritível (CONNELL, 2005, p. 104; MISKOLCI, 2013, p. 772). Até mesmo a maneira que os homens adquiriam suas roupas poderia colocar em cheque a virilidade e, conseqüentemente, seu interesse pelo gênero oposto. Do mundano ato de comprar o terno adotando uma postura "feminizante" (Ver imagem 22), ao impactante rechaço à candidatura presidencial de David Campista, as diferenças observáveis foram os enfoques cosméticos que tornavam tais personagens menos másculos, e por isso, menos competentes para atuar na sociedade. A autoridade social masculina durante a Primeira República estava baseada em sua "legítima" postura cisheterossexual, posta à prova constantemente e permanecendo sob vigia. Essa é uma característica compartilhada por ambas as revistas examinadas, apesar de que as conclusões tiradas a respeito sobre cada uma delas tenham sido diferentes.

A pauta da degeneração da sociedade apareceu de diversas maneiras, permeando os debates supracitados — as pautas femininas e a ascensão da população negra. No caso da degeneração da heterossexualidade masculina, os chargistas aglutinados n' *O Malho* e sua masculinidade militarista elevaram os parâmetros do que significava ser viril, associando o conceito necessariamente aos tópicos da honra, da grandeza, da defesa nacional e do patriotismo bélico, do autocontrole e de uma suposta ruptura com a tradição política

¹⁶⁶ Segundo Silvia Noronha Sarmento, "Após a campanha civilista, Rui havia se retirado da política para descansar, mas retornou em fins de 1910 em meio ao debate sobre o movimento dos marinheiros, atualmente conhecido como a Revolta da Chibata. Em 1911, intensificou sua oposição ao hermismo, cobrando a punição dos responsáveis pelo massacre da Ilha das Cobras e pela chacina ocorrida no navio Satélite. Com discursos e artigos jornalísticos impecavelmente construídos, Rui mobilizava a opinião pública contra as violências do governo, que parecia dar razão aos seus alertas da época da campanha eleitoral" (SARMENTO, 2009, p.94).

(CORBIN, 2013, p. 9). Desta forma, tornaram-se afeminados os bacharéis *smarts*, maus exemplos da modernidade, assim como Rui Barbosa e seus correligionários, que apesar de não serem adeptos dos “problemas do modernismo”, não possuíam o vigor necessário para uma masculinidade desejável.

Já nas charges da *Careta* e entre os civilistas, o *smartismo* e a adesão às modas poderiam ser feitos, desde que de forma comedida, sempre sustentando as noções que mantivessem a autoridade patriarcal no seio da família e da sociedade. A erudição, a honra, a defesa da nação por meios legais e civis, a obstinação como traço de virilidade ética, todas estas questões foram alçadas aos postos máximos da concepção bacharelesca. Para a masculinidade bacharelesca, o homem civil poderia ser (re)conduzido pelos caminhos morais de uma virilidade civilista, ética, ao contrário dos embrutecimentos do militarismo, que seriam os motivos ideais para se rechaçar a campanha adversária.

É importante destacarmos como determinados conjuntos de valores, termos e ideias fizeram parte dos dois grupos e de suas respectivas propostas de masculinidades. A honra, por exemplo, foi protagonista de discursos e charges, cada lado da disputa tomando por base suas próprias noções do conceito a fim de mobilizá-lo contra o candidato adversário. Para *O Malho*, Rui Barbosa perdia sua honra ao ser demasiado vaidoso, algo que supostamente o levaria a um suicídio político. Ao mesmo tempo, a saída de Hermes do governo Afonso Pena transformou-o em alguém sob suspeita, um alvo para os discursos civilistas, que o enxergaram como insubordinado e traidor. Esses usos conceituais, bem como as abordagens que destacamos acima sobre as participações negras e femininas na política - além dos perigos da desvirilização masculina - demonstram que apesar dos pontos de referência dos dois grupos serem diferentes, também podemos falar em aproximações, visto que suas intenções visavam perpetuar homens brancos cisheterossexuais e de elite no poder.

A questão do militarismo também ganhou proeminência ao longo da eleição, em especial, graças às diferentes percepções do que se tratava. Para seus opositores (entre os quais, a *Careta*), o militarismo seria sinônimo da intervenção descabida dos militares na política, práticas autoritárias e perigo de descontrole (seja na política institucional, seja na masculinidade como um todo). Em contrapartida, *O Malho* defendeu que militarismo não existia, ao mesmo tempo que empregou, de fato, noções originadas de um modo de pensar baseado na participação militar no poder e na expansão da “cosmovisão” militar para a sociedade como um todo.

A partir da análise que empreendemos, podemos afirmar com certeza que nem todas as manifestações envolvendo gênero e masculinidades foram explícitas ao mobilizar o humor para atacar (ou acusar desvios). Pierre Bourdieu foi um relevante teórico utilizado para pensarmos esta questão, em especial graças às suas ideias de dominação masculina e oposições homólogas. Tais oposições remetem ao emprego de conceitos antônimos como “duro/mole”, “forte/fraco”, “racional/emocional” no estudo da construção do binarismo de gênero (BOURDIEU, 2002, p. 9). Pensando que “a charge e seu discurso humorístico podem agir como a liga que une um círculo em torno de um julgamento político, círculo que demarca, por fim, uma comunidade de experiências” (LIEBEL, 2017, p.89), os significados transpostos para as páginas por meio das oposições homólogas contribuíram para, indiretamente ou não, propiciar julgamentos que diferenciavam os grupos entre apoiadores e adversários de cada candidato. A violência, o simbolismo fálico em espadas, canhões e canetas, os traços que contrastaram delicadeza e rudeza, as noções de horizontalidade e verticalidade... Tudo isso compôs as narrativas representadas nas charges de *Careta* e *O Malho*, autorizando e desautorizando práticas políticas e adesões ideológicas.

Segundo James Messerschmidt, precisamos compreender “como os traços específicos ‘masculinos’ realmente legitimam a desigualdade de gênero e a subordinação de mulheres, feminilidades, e/ou masculinidades não hegemônicas”¹⁶⁷ (MESSERSCHMIDT, 2018, p. 74). A intenção de nossa pesquisa foi justamente trazer à tona os mecanismos envolvendo a formação de determinados modelos de masculinidades, e seus mecanismos de sustentação dentro das relações de gênero (dentro e fora das dinâmicas de masculinidades), considerando-as arenas de tensão constante (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272). A masculinidade hegemônica não é algo fixo, está sempre aberta a disputas e questionamentos (CONNELL, 2005, p.76), conforme apresentamos por meio das charges, crônicas e fotos de *O Malho* e *Careta*. Isso a torna, inclusive, permeável em termos cronológicos: as masculinidades defendidas em nossas fontes herdaram concepções anteriores ao ano eleitoral, bem como podem ter continuado a influenciar as discussões mesmo muito tempo depois de 1910.

A título de um último exemplo, trazemos a charge (e editorial) “Almanach das glórias Ruy Barbosa”, elaborada pela *Careta* e J. Carlos dois anos depois do resultado da eleição presidencial perdida por Rui Barbosa (Ver imagem 73). O baiano está representado com o

¹⁶⁷ Tradução livre do trecho: “how the particular ‘masculine’ traits actually legitimate gender inequality and the subordination of women, femininities, and/or nonhegemonic masculinities” (MESSERSCHMIDT, 2018, p. 74).

habitual corpo curvado, o que dá destaque à sua constituição física mais frágil. O conjunto das cores utilizadas na criação da charge produzem associações entre Rui Barbosa e os objetos que ele carrega: sua pele tem a mesma cor que os arquivos, suas roupas têm os mesmos tons de cinza da pedra identificada como 'Lex' (Lei, em latim). São aspectos visuais que provocam uma associação entre os elementos internos da charge, além de uma harmonização em termos de paleta de cores e estilo.



Imagem 73 - *Almanach das glorias Ruy Barbosa*, CARETA, 24/02/1912, n. 195, p. 11, Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O texto ao seu lado, escrito por Vol-taire, corrobora as intenções da charge: "*O Sr. Ruy Barbosa é o último dos grandes nomes do Brasil*" (CARETA, 24/02/1912, p.11). Esta edição nº 195 traz a repercussão da morte do Barão do Rio Branco, notório diplomata que, em diferentes governos republicanos esteve à frente da pasta das Relações Exteriores do Brasil¹⁶⁸. Nesta charge Rui Barbosa está sendo exaltado por ser o último civil exemplar, o

¹⁶⁸ Como também discutimos ao longo de nossa pesquisa, Rio Branco teve grande popularidade na imprensa ilustrada, sendo representado de maneira positiva tanto por *Careta* quanto por *O Malho*. A popularidade do

modelo vivo que estaria, agora, sozinho em suas defesas da civilização e da boa política. O texto editorial segue: "*os seus pareceres têm dogmática infalibilidade oracular*" (CARETA, 24/02/1912, p.11), o que demonstra a percepção de que Rui teria uma visão certa em tudo que ele se propunha executar. O baiano é comparado a nomes da antiguidade clássica, além de exaltado por ser "*o infatigável professor do liberalismo e é o ânimo templário do direito*" (CARETA, 24/02/1912, p.11). Novamente surgem comparações suas com elementos de uma cruzada, o que torna sua luta um martírio em prol da coletividade, um patriotismo sem militarismo. O fato de jamais cansar de propagar sua ideologia também indica a sua força moral, aspecto muito mobilizado durante a Campanha Civilista. No trecho a seguir, a *Careta* escreve de maneira muito assertiva sobre sua visão a respeito da eleição de 1909-1910:

A heróica resistência combativa contra a devastadora inundaçãõ do militarismo é a glória mais alta da sua vida. Quando, ao rumor das carretas de artilheria rodando nas ruas, o terror esfriava os corações e os valentes recuavam, consentio em expor o seu nome aos perigos e ultrajes da lucta. Elevado à presidência pelo soberano voto popular e despojado da sua investidura por um congresso faccioso, em cujo seio a fraude bajulava a força, não aceitou a derrota, e com a majestosa dignidade de um verdadeiro chefe de estado, [...] levanta e espalha a sua voz gloriosa como a luz de um pharol que aos poucos desaparece tragado pelas ondas crescentes da maré (CARETA, 24/02/1912, p. 11).

A defesa de Rui adquiriu contornos mais afrontosos: a força do dever é representada pelo texto como suficiente para fazer com que Rui Barbosa continuasse agindo nas ruas mesmo sob ameaça de armamentos pesados; enquanto os valentes recuaram, ele, o mais valente entre os valentes, continuou a seguir em frente. A coragem, a honra, o destemor e o nacionalismo de caráter civil podem ser observados neste curto excerto. As expectativas de uma postura presidencial são evidentes ao se falar de uma “majestosa dignidade de um verdadeiro chefe de estado”. A publicação, lançada em fevereiro, também pode estar fazendo alusão aos conflitos ocorridos na Bahia naquele mesmo mês, visto que houve uma crise política em que diferentes grupos políticos disputaram o poder do governo do estado¹⁶⁹. O embate culminou no bombardeio de Salvador, que destruiu prédios e provocou baixas de números imprecisos (SARMENTO, 2009, p. 98). Rui Barbosa criticou os eventos na

diplomata o colocou como um dos nomes mais cotados para participar da corrida presidencial de 1909, o que acabou não se concretizando devido a sua falta de interesse em se tornar candidato.

¹⁶⁹ De um lado estavam os grupos aliados a Rui Barbosa, e do outro, os associados ao seu maior rival dentro das oligarquias baianas, o então ministro do governo heremista J. J. Seabra. Seabra acabou por assumir o governo do estado da Bahia ao final do referido conflito, demarcando uma vitória de seu grupo na política interna estadual. Para maiores informações sobre o ocorrido, bem como a respeito das dinâmicas intra-oligárquicas baianas, consultar a pesquisa de Silvia Noronha Sarmiento (SARMENTO, 2009).

imprensa, ao mesmo tempo que teve participação fundamental nos bastidores daquele conflito estadual.

O texto de Voltaire se encerra exaltando Rui Barbosa, sentindo a perda de Rio Branco e destacando os novos males da República: "Nesta phase de escura incerteza em que a morte de Rio Branco desintegra e a ambição dos generais retalha a Patria, a solitaria grandeza de Ruy Barbosa é a derradeira grandeza do Brasil" (CARETA, 24/02/1912, p.11). O político que participou como candidato à presidência pela Campanha Civilista é novamente apresentado como um lutador contra um sistema corrupto, sem honra, agora entregue nas mãos de indignos militaristas. Esse posicionamento direto, que declara a corrupção adversária e condena o resultado eleitoral, se apresenta como uma notável diferença de postura editorial para a *Careta*. Os apoios ao civilismo, apesar de conhecidos, nunca atingiram o mesmo nível discursivo de belicosidade de *O Malho*, por exemplo, que semanalmente reproduzia escritos inflamados e acusatórios. Isso dá indícios de como essas atuações junto à política não esmoreceram por parte das fontes, muito pelo contrário. Outro "exemplo disto foi a prisão de Jorge Schmidt, em 1914, quando o Marechal Hermes decretou estado de sítio no país, invadindo e destruindo órgãos da imprensa de oposição" (GARCIA, 2005, p. 35).

Dito isso, nossa palavra final não chega a ser voltada especificamente para os personagens que ilustraram as centenas de páginas desta pesquisa, e sim sobre as dinâmicas que os envolveram. Os estudos de gênero, em especial de masculinidades, têm muito a contribuir com a análise histórica de diversos períodos da história brasileira. Durante a Primeira República, as charges foram objetos de grande importância para a discussão política, o que as transformou em objeto de estudo assíduo dentro da história. Por meio de nossa pesquisa, buscamos contribuir a esses trabalhos, complexificando as análises de charges ao agregar o elemento de gênero. O gênero e o humor são aspectos políticos, assim como estudá-los sob viés das masculinidades também o é. As masculinidades foram e são múltiplas, e permanecem em disputa. Cabe a nós compreendê-las, discuti-las, e fazer parte da mudança, por uma realidade com menos desigualdades e maiores entendimentos.

FONTES

Anais do Senado Federal

BRASIL. **Anaes do Senado Federal**: Sessões de 1 a 30 de junho de 1909 – volume II. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1909. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1909/1909%20Livro%202.pdf. Acesso em 23 abr. 2022.

Arquivo Rui Barbosa Digital

BARBOSA, Rui. [**Correspondência**] Destinatário: Almirante Alexandrino de Alencar. Rio de Janeiro, 18 jun. 1909a. 1 carta. RB CR 33. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/arquivoruibarbosa/1167>. Acesso em 22 abr. 2022.

BARBOSA, Rui. [**Correspondência**] Destinatário: Davi Moretzohn Campista. Rio de Janeiro, 18 jun. 1909b. 1 carta. RB CR 278. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/arquivoruibarbosa/7251>. Acesso em 22 abr. 2022.

BARBOSA, Rui. [**Correspondência**] Destinatário: José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro, 18 jun. 1909c. 1 carta. RB CR 1118. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/arquivoruibarbosa/25817>. Acesso em 22 abr. 2022.

Acervo Fundação Getúlio Vargas

FONSECA, Hermes [**Correspondência**] Destinatário: Fernando Setembrino de Carvalho. Rio de Janeiro, 14 maio de 1914. 1 telegrama. Classificação: FSC pce 1914.05.14/3. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/fsc_paceara/1681. Acesso em 22 abr. 2022.

Revista Careta

CARETA, **16/01/1909**, n.33, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/35>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **30/01/1909**, n.35, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/105>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **27/03/1909**, n.43, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/405>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **10/04/1909**, n.45, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/476>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **22/05/1909**, n.51, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/692>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **29/05/1909**, n.52, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/728>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **05/06/1909**, n.53, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/764>. Acesso em 21 abr. 2022 .

CARETA, **12/06/1909**, n.54, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/816>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **19/06/1909**, n.55, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/852>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **26/06/1909**, n.56, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/888>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **03/07/1909**, n.57, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/924>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **14/08/1909**, n.63, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/1120>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **21/08/1909**, n.64, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/1084>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **28/08/1909**, n.65, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/1192>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **04/09/1909**, n.66, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/1228>. Acesso em 21 abr. 2022. .

CARETA, **02/10/1909**, n.70, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/1368>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **20/11/1909**, n.77, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/1619>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **04/12/1909**, n.79, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/1691>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **18/12/1909**, n.81, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/1759>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **25/12/1909**, n.82, Ano II. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/1815>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **15/01/1910**, n.85, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/1927>. Acesso em 30 maio de 2021.

CARETA, **22/01/1910**, n.86, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/1963>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **29/01/1910**, n.87, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/1999>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **26/02/1910**, n.91A, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/2143>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **26/02/1910**, n.91B, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/2179>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **05/03/1910**, n.92, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/2215>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **19/03/1910**, n.94, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/2287>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **26/03/1910**, n.95, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/2323>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **02/04/1910**, n.96, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/2359>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **09/04/1910**, n.97, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/2395>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **16/07/1910**, n.111, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/2931>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **12/11/1910**, n.128, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/3499>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **10/12/1910**, n.132, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/3625>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **26/11/1910**, n.130, Ano III. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/3559>. Acesso em 21 abr. 2022.

CARETA, **24/02/1912**, n.195, Ano V. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/6125>. Acesso em 21 abr. 2022.

Revista O Malho

O MALHO, **12/09/1908**, n.313, Ano VII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/12028> Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **07/11/1908**, n.321, Ano VII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/12454>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **16/01/1909**, n.331, Ano VIII. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/revistas/1909/331/c1.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **23/01/1909**, n.332, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13060>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **06/02/1909**, n.334, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13168>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **20/02/1909**, n.336, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13282>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **20/03/1909**, n.340, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13498>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **27/03/1909**, n.341, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13552>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **17/04/1909**, n.344, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13704>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **01/05/1909**, n.346, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13812>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **08/05/1909**, n.347, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13866>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **22/05/1909**, n.349, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/13974>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **29/05/1909**, n.350, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/14028>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **05/06/1909**, n.351, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/14076>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **12/06/1909**, n.352, Ano VIII. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/index.asp?lk=50&pagina=43#>. Acesso

em 18 abril de 2021. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/14130> . Acesso em 20 abr. 2022..

O MALHO, **19/06/1909**, n.353, Ano VIII. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://memoria.bn.br/docreader/116300/14184>. Acesso em 20 abr. 2022..

O MALHO, **31/07/1909**, n.359, Ano VIII. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revistas/1909/359/45.jpg> . Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **07/08/1909**, n.360, Ano VIII. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revistas/1909/360/21.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **21/08/1909**, n.362, Ano VIII. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revistas/1909/362/21.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **28/08/1909**, n.363, Ano VIII. Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revistas/1909/363/33.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **18/09/1909**, n. 366, Ano VIII. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revistas/1909/366/2.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **02/10/1909**, n. 368, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/14354>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **09/10/1909**, n. 369, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/14404>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **23/10/1909**, n.371, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/14512>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **06/11/1909**, n.373, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/14620>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **20/11/1909**, n.375, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/14728>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **08/01/1910**, n.382, Ano IX. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/revistas/1910/382/17.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **22/01/1910**, n.384, Ano IX. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/revistas/1910/384/21.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **12/02/1910**, n.387, Ano IX. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/revistas/1910/387/17.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **26/02/1910**, n.389, Ano IX. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/revistas/1910/389/c1.jpg>; <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/revistas/1910/389/25.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **12/03/1910**, n.391, Ano IX. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/revistas/1910/391/42.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **19/03/1910**, n.392, Ano IX. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/revistas/1910/392/25.jpg>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **26/03/1910**, n.393, Ano IX. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/15698>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **23/04/1910**, n.397, Ano VIII. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/15917>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **03/12/1910**, n.429, Ano IX. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/17609>. Acesso em 20 abr. 2022.

O MALHO, **17/12/1910**, n.431, Ano IX. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/17717> Acesso em 20 abr. 2022.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo” - Uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALENCAR, José Almino. Os telegramas de Haia. *In*: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino. **A República revisitada**: construção e consolidação do projeto republicano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- ALMEIDA, Carla Beatriz. O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado: atribuições, competência e funcionamento. *In*: Encontro Regional Anpuh-Rio, 14., jul. 2010. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276692901_ARQUIVO_anpuh.pdf. Acesso em 23 abr. 2022.
- ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. Do (in)visível ao visível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 316-345, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/QkNBgjMSppYdZJkpY9b5Cw/?lang=pt>. Acesso em 09 mar. 2022.
- ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *In*: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino. **A República revisitada**: construção e consolidação do projeto republicano. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016.
- ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Paulo Gabriel. **Gênero, moda e fotografia**: retratos da elite porto-alegrense (1889-1914). 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218574>. Acesso em 09 mar. 2022.
- AMARAL, Marília dos Santos; CRUZ, Karla de Oliveira; SILVA, Talita Caetano; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade**, v.26, n. 2, p. 301-311, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dMZrH9BgyrHNGg8HFbrrdvp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 22 abr. 2022.
- ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. **Sob o Signo da Imagem**: A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. 1990. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ. 1990. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/dssam.pdf>. Acesso em 21 abr. 2022.

- ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. **Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no século XIX (1873-1890)**. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ARAÚJO, Clara. Mulheres e os partidos nas eleições de 1933 – entre as estabelecidas e as outsiders. In: PRESTES, Ana. **Cem anos da luta das mulheres pelo voto na Argentina, Brasil e Uruguai**. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você?, 2021.
- AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucilia de. **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BARZOTTO, Carlos Eduardo. **Distopia à brasileira: a (re)produção do discurso antigênero no contexto das políticas públicas educacionais de municípios do Rio Grande do Sul (2014-2019)**. 2020. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/214370>. Acesso em 21 abr. 2022.
- BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucilia de. **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BERGSON, Henri. **O Riso**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BERNARDO, Kátia Jane Chaves. **Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850-1900)**. 2010. 333f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11243/1/Tese Katia Bernardo1.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11243/1/Tese%20Katia%20Bernardo1.pdf). Acesso em 20 abr. 2022.
- BERTAUD, Jean-Paul. O exército e o brevê de virilidade. In: CORBIN, Alain. **História da Virilidade - Volume 2: O triunfo da virilidade: o século XIX**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A Batalha Eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- BOSCATTI, Ana Paula Garcia; ADELMAN, Miriam. De cavalos a homens: história, poder, estratégias e representações. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.25, n.49. p. 221-242, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14100>. Acesso em 14 jul. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa. A nossa luta feminista agora é uma luta para não caminhar para trás, não piorar a situação das mulheres. [entrevista concedida a] Marcelle Cristina de Souza. *In*: SOUSA, Janara Kalline Leal Lopes de; GERALDES, Elen Cristina; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; SILVA, Juliano Domingues; MACHADO, Liliane Maria; NEGRINI, Viviane. **Mídia, Misoginia e Golpe**. 1. ed. Brasília: FAC-UnB, 2016.

CARRACHO, Túlio Glüer. **Compaixão e respeito**: discursos e diferenciações de gênero em notícias de suicídio no Correio do Povo, em Porto Alegre (1925-1926). 2012. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CARVALHO, Janaína Silva Freire de. **Humor e crítica social**: a representação do antissemitismo nas charges da mídia espanhola. 2017. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Língua Estrangeira Moderna/Clássica) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zorge Jahar Editor, 1995.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-189, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em 20 abr. 2022.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 16.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 2011.

COHEN, Ilka. Diversificação e segmentação dos impressos. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. 2.ed. Los Angeles, Berkeley: University of California Press, 2005.

CONNELL, Robert W. MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. v.21, n.1, Florianópolis jan.-abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso em 20 abr. 2022.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CORRALES, Bruno. Racismo e República em Revista: As Abordagens de O Malho e Careta sobre a Trajetória de Manoel da Motta Monteiro Lopes (1903-1911). *In*: HOGETOP, Denise Nauderer; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **XV Mostra de pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias**. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qYJXJ17XqkuOrE4t4i3F0JBZrSmyYevS/view>. Acesso em 09 mar. 2022.

CORBIN, Alain. Introdução. *In*: CORBIN, Alain. **História da Virilidade - Volume 2: O triunfo da virilidade: o século XIX**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

CORREA, Felipe Botelho. The readership of caricatures in the Brazilian Belle Époque: the case of the illustrated magazine Careta (1908-1922). **Patrimônio e Memória**, v. 8, n.1, 2012. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/40/40>. Acesso em 20 abr. 2022.

DANTAS, Carolina. Monteiro Lopes. *In*: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina. **Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da primeira república** — Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 1. Niterói: Eduff, 2020.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. "Vai ficar tudo preto": Monteiro Lopes e a cor na política. **Novos estud.** – **CEBRAP**, São Paulo, n.95, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000100004>. Acesso em 12 jul. 2021.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio do Prata (1822-1994)**. 2.ed. Brasília: FUNAG, 2014.

EISNER, Will. **Comics & Sequential Art**. Tamarac-FL: Poorhouse Press, 2000.

ELEUTÉRIO, Maria Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. *In*: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FABRE, Daniel. O livro e sua magia. *In*: CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. 5.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

FEIJÃO, Rosane . Smartismo: elegância masculina e modernidade no início do século XX no Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: INTERCOM, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1242-1.pdf>. Acesso em 22 abr. 2022.

FERREIRA, Daniel Carvalho. **O juízo dos libertos**: bacharéis da Corte, escravidão e campo jurídico no Segundo Reinado (1850-1871). 2016. 261f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASJFUA/1/o_ju_zo_dos_libertos_disserta_o_daniel_carvalho_ferreira.pdf. Acesso em 23 abr. 2022.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. *In*: FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucília de. **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. **A maçonaria e o processo da abolição em São Paulo**. 2018. 286f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22112018-120958/pt-br.php>. Acesso em 24 abr. 2022.

FREITAS, Liliane de Brito. Barbosa, Alfredo Rui. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARBOSA,%20Alfredo%20Rui.pdf>. Acesso em 23 abr. 2022.

FREITAS, Lucas de. O bacharelismo no Brasil e o atual fenômeno da bacharelise: uma análise sócio-histórica. **Quaestio**, Sorocaba, v.12, p.81-92, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Editora Global, 2013a. E-book Kindle.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Editora Global, 2013b.

GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta**: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945). 2005. 239f. Dissertação (mestrado em História), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis. 2005. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93407/garcia_sn_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 21 abr. 2022.

GOMES, Ângela de Castro. Prefácio. *In*: VISCARDI, Claudia; ALENCAR, José. **A República revisitada**: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *In*: **Tempo - Revista do Departamento de Historia da UF**, Niterói, jan. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/j6CdLTMjijVhZz7SBTNXQqJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 abr. 2022.

GOMES JÚNIOR, João. **Sobre frescos e bagaxas**: uma História Social do homoerotismo e da prostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938. 2019. 225f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2346.pdf>. Acesso em 20 abr. 2022.

GREEN, James N. **Além do carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

HAHNER, June Edith. **Emancipação Do Sexo Feminino**: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: nota sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, v.22, n.2, jul.-dez. 1997, p.15-46. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em 25 abr. 2022.

HARVEY, John. **Homens de preto**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico, volume 7**: Do Império à República. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

JANUÁRIO, Willan de Souza. **Civilismo em terras Baianas**: representações do “povo” na campanha eleitoral de 1910. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2015.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2001.

JUSTEN, Janine Figueiredo de Souza. **A caricatura e o imperativo da modernidade**: o papel da revista O Malho nas reformas urbanas do Rio de Janeiro (1900-1910). 2020. 305f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Rio de Janeiro, 2020.

JUSTO, Ana Maria. CAMARGO, Brigido Vizeu. BOUSFIELD, Andréa Barbará Silva. Obesidade, representações e categorização social. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 56, p.164-188, jan.-jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.14752>. Acesso em 22 abr. 2022..

IZECKSOHN, Vitor. Quando era perigoso ser homem. Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil. *In*: PRIORE, Mary Del. AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. 398f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>. Acesso em 09 mar. 2022.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismos e crises políticas na Primeira República. *In*: FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucilia de. **O tempo do liberalismo**

excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: ALCAR, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>. Acesso em 22 abr. 2022.

LEITE JÚNIOR, Jorge. “**Nossos corpos também mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “Travesti” e “Transexual” no discurso científico. 2008. 230f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3992>. Acesso em 20 abr. 2022.

LEMOS, Renato. Fonseca, Hermes da. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Hermes%20da.pdf>. Acesso em em 22 abr. 2022.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da Monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial vol. 3: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIEBEL, Vinicius. Charges. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (org.) **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017. p.83-114.

LOPES, Raimundo. Azevedo, Gregório Taumaturgo de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010a. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEVEDO,%20Gregorio%20Taumaturgo.pdf>. Acesso em 23 abr. 2022.

LOPES, Raimundo Hélio. Hermes, Fonseca. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010b. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/HERMES,%20Fonseca.pdf>. Acesso em 23 abr. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LOYN, Henry. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. *In*: FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucilia de. **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio**: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). 2007. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10919>. Acesso em 20 de abr. 2022.

MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. **Fotografias e códigos culturais**: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922). 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2374/1/382369.pdf>. Acesso em 21 de abr. 2022.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil - volume 3**: Da Belle Époque à Era do Rádio. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

McCANN, Franklin D. **Soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MELO, Victor Andrade de. Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). *In*: PRIORE, Mary Del. AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

MESSERSCHMIDT, James W. **Hegemonic Masculinity**. Formulation, Reformulation and Amplification. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.

MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2013. E-book Kindle.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Formato E-book Kindle.

MOREIRA, Thaís Batista Rosa. O (anti)feminismo nas representações da virilidade na imprensa ilustrada humorística (Brasil e Argentina, 1904-1918). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 31, p.257-292, ago.-dez., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.46752/anphlac.31.2021.3951>. Acesso em 20 fev. 2022.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **João Cândido**: o mestre sala dos mares — Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 6. Niterói: Eduff, 2020.

NASCIMENTO, Jaime; LOPES, Raimundo. Velloso Filho, Pedro Leão. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VELOSO%20FILHO,%20Pedro%20Le%C3%A3o.pdf>. Acesso em 22 abr. 2022.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

NOGUEIRA, Clara Asperti. **Cronistas do Rio**: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (Kosmos, 1904-1908) e Lima Barreto (Caretta, 1915-1922). 2012. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista — UNESP. Assis, 2012.

NOGUEIRA, Clara Asperti. Revista Careta (1908-1922): símbolo da modernização da imprensa no século XX. **Miscelânea**, Assis, v.8, jul./dez. 2010.

NOGUEIRA, Renata Fernandes da Silva. **Muda a cidade, mudam-se as pessoas. Repressão e movimentos sociais nas páginas da revista ilustrada O Malho (1902-1910)**. 2018. 150f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. Rio de Janeiro, 2018.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Hermes Ernesto da Fonseca: irmão do Proclamador da República, Governador da Bahia e sua política educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.28, p.287-301, dez. 2017.

OKABAYASHI, Hugo Katsuo Othuki. **Pornografia Gay e racismo**: a representação e o consumo do corpo amarelo na pornografia gay ocidental. 2019. Monografia (Bacharelado em Cinema & Audiovisual) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2019. Disponível em: <http://www.rascunho.uff.br/ojs/index.php/rascunho/article/viewFile/223/198>. Acesso em 20 abr. 2022.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a Masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 91, jan. 1998. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036> . Acesso em 20 abr. 2022.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PAES, Rafael Lopes. **Uma eleição caricata**: as charges de Raul Pederneiras na Campanha Presidencial de 1910. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp063785.pdf>. Acesso em 20 abr. 2022.

PEÇANHA, Natália Batista. **“Regras de civilidade”**: tecendo a masculinidade do smart nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916). 2013. 162f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História - PPHR. 2013. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/3249/2/2013%20-%20Nat%C3%A1lia%20Batista%20Pe%C3%A7anha.pdf>. Acesso em 20 abr. 2022.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. *In.*: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. **Traços urbanos**: a caricatura em Curitiba no início do século XX. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

RAGO, Margareth. Prefácio. *In.*: MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2013. E-book Kindle.

RASPANTI, Márcia Pinna. O que “eles” vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil. *In.*: DEL PRIORE, Mary. AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RÉ, Flávia Maria. **Ideias em ação. Liberalismo e reforma no pensamento político de Rui Barbosa**. 2016. 463f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-21112016-152556/pt-br.php>. Acesso em 20 abr. 2022.

REESER, Todd W. **Masculinities in Theory. An Introduction**. [s.l.]: Wiley-Blackwell, 2010.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/98604>. Acesso em 20 abr. 2022.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In.*: FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucilia de. **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ROCHA, Elaine. **Entre a pena e a espada**: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935) - patriotismo, indigenismo e feminismo. 2002. 335f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. A Dimensão Cômica da Vida Privada na República. *In.*: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil - volume 3**: Da Belle Époque à Era do Rádio. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso**: A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. *In.*: PRIORE, Mary Del. AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SANT'ANNA, Denize Bernuzzi. Sempre Bela. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **Rui Barbosa e Pinheiro Machado**: disputa política em torno da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4156/1/MarceloSantos.pdf>. Acesso em 20 abr. 2022.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Juliano Moreira**: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira — Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 3. Niterói: Eduff, 2020.

SARMENTO, Silvia Noronha. **A Raposa e a Águia**: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. 2009. 143f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12002/1/silvia_noronha_sarmento_disserta%3a7%3a3o.pdf. Acesso 23 abr. 2022.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Vestir a farda**: masculinidade(s) e feminilidade(s) na Polícia Militar do Paraná. Guarapuava: Editora Unicentro, 2020.

SCHIERHOLT, José Alfredo. Hermes da Fonseca. **Dicionário de Estrela**. Estrela, 2005. Disponível em: https://web.archive.org/web/20110514033719/http://www.estrelars.com.br/dicionario_estrela.htm. Acesso em 23 abr. 2022.

SCHULTZ, John. **A crise financeira da Abolição (1875-1901)**. São Paulo: Edusp, 1996.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. Usos e abusos de gênero. **Projeto História**, São Paulo, n.45, p. 327-351, dez. 2012.

SILVA, Camila Borges da. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). *In*: Simpósio Nacional de História, 26., São Paulo, jul. 2011. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307136341_ARQUIVO_TextoAnpuh2011.pdf. Acesso em 22 abr. 2022.

SILVA, Leandro de Almeida. **O discurso modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas (ICH). Juiz de Fora-SP, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3537/1/leandrodealmeidasilva.pdf>. Acesso em 23 abr. 2022.

SILVA, Ivanete; SIMILI, Ivana. Nair de Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 7, n. 1, p. 121-134, 2011. Disponível em:

<https://www.fafiman.br/seer/index.php/dialogosesaberes/article/viewFile/295/287>. Acesso em 23 abr. 2022.

SILVA, Cintia Rufino. O caso Dreyfus, Émile Zola e a imprensa. **Revista Contemporâneos**, n. 11, 2013. Disponível em: <https://revistacontemporaneos.com.br/n11/dossie/Dossie4-dreifus.pdf>. Acesso em 22 abr. 2022.

SILVA, Patrícia Vieira da. “**Suspeitei desde o princípio!**”: a (re)leitura dos clássicos pelas paródias do seriado Chapolin. 2015. 193f. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas) - Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Duque de Caxias, 2015. Disponível em: https://tede.unigranrio.edu.br/bitstream/tede/312/5/Patricia_Vieira_da_Silva_2015.pdf. Acesso em 24 abr. 2022.

SILVEIRA, André Luiz da. **Riso e subversão: o cristianismo pela Porta dos Fundos**. 2016. 214f. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167729>. Acesso em 24 abr. 2022.

SISQUIM, Sayonara Faria. **O governo de Hermes da Fonseca e a construção de vilas operárias na Primeira República (1909-1915)**. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017. Disponível em: <http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Sayonara-Sisquim-versao-final.pdf>. Acesso em 24 abr. 2022.

SOARES, Lívia Freitas Pinto Silva. **O povo no imaginário dos letrados: as representações dos setores populares nas páginas da revista O Malho (1904-1908)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/762/1/liviafreitaspintosilva.pdf>. Acesso em 20 abr. 2022.

SOIHET, Rachel. Sutileza, Ironia e Zombaria. Instrumentos no Descrédito das Lutas das Mulheres pela Emancipação. **Labrys Estudos Feministas**, n.4, ago.-dez. 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys4/textos/rachel1.htm>. Acesso em 12 julho de 2021.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras**. Guarapuava: Unicentro, 2019.

SPYROPOULOU, ARETI. Cyrano De Bergerac: The Adventures of Narcissism in Edmond Rostand’s Heroic Comedy in Verse. **American Imago**, v. 71, n. 3, p. 337-349, 2014. Disponível em: www.jstor.org/stable/26305095. Acesso em 12 junho de 2021.

TENÓRIO, Guilherme. **Zé Povo Cidadão: humor e política nas páginas de O Malho**. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/13130/1/dissertacao%20completa.pdf>. Acesso em 21 abr. 2022.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **O traço como texto: A história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930**. Edições Casa de Rui Barbosa, Coleção Papéis Avulsos, n. 38. 2001.

Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_LuizGuilhermeSodreTeixeira_A_historia_da_charge.pdf. Acesso em 21 jul. 2020.

THOMÉ, Luciano Quednau. **As representações do europeu e do africano em Tintim no Congo**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de História. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16051>. Acesso em 24 abr. 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade**. São Paulo: Objetiva, 2018.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. **A Campanha Civilista nas ruas: uma análise de sua construção retórico-política**. 2004. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103206/ueocka_lg_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 abr. 2022.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos - a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, v. xxix, n.127, 1994, pp. 581-597. Disponível em: <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf>. Acesso em 22 abr. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2016. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) — Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em 24 abr. 2022.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método**. 2013. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>. Acesso em 23 abr. 2022.

VIDAL, Leonardo Pogli. **O humor na leitura da charge**. Uma análise das “charges que marcaram época” n’O Pasquim 21. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social). Universidade do Vale dos Sinos, Centro de Ciências da Comunicação. São Leopoldo, 2009.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"**. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. E-book.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008;

WAWRO, Geoffrey. **The Franco-Prussian War**. The German Conquest of France in 1870–1871. New York: Cambridge Press, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.ed., 2000.

APÊNDICES

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
17	Código ID	Edição	Data	Página	Tipo	Autoria	Título da Menç.	Pauta da Menç.	Título da Ed. /ou 1ª pág.	Pauta d
18		1909 - Anno VIII								
19	#330	330	09/01/1909	3(RB), 8(DR)	Anúncio	-	Rumo da Pharmacia	Dois homens caminham em direçã	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
20	#330	330	09/01/1909	3(RB), 8(DR)	Anúncio	Heronio (Mário de	Velhos camaradas	Um senhor conversa com uma ser	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
21	#330	330	09/01/1909	5(RB), 4(DR)	Charge	Alfredo Storni	Os terremotos na Italia	Ilustração sobre os terremotos itali	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
22	#330	330	09/01/1909	6(DR), 7(RB)	Fotografia	-	O anno bom no Cattete	Em três fotografias, a revista notici	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
23	#330	330	09/01/1909	7(DR), 8(RB)	Fotografia	-	Os progressos do corpo de bomb	Fotografia que mostra um novo ca	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
24	#330	330	09/01/1909	10(DR), 9(RB)	Charge	Augusto Rocha	Reforma a reformar	Um carteiro reclama para o Zé Po	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
25	#330	330	09/01/1909	12(DR), 11(RB)	Correspondência	O Malho	Caixa do Malho	A revista acusa o leitor que enviou	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
26	#330	330	09/01/1909	14(DR), 13(RB)	Charge	Vasco Lima	Que entradas!!	História em quadrinhos que retrata	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
27	#330	330	09/01/1909	16(RB), 17(DR)	Crônica	Clarim	No Campo de Marte: o novo equi	A revista noticia a aquisição de no	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
28	#330	330	09/01/1909	17(RB), 18(DR)	Charge	Heronio (Mário de	Os santos de casa	Um homem diz a uma mulher que	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
29	#330	330	09/01/1909	20(RB), 21(DR)	Fotografia	Bastos Dias	Dr. Wenceslao Braz	Sob foto do político Wenceslau Bra	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
30	#330	330	09/01/1909	17(RB), 18(DR)	Fotografia	-	Concurso de palpites: a Taça Sea	Matéria da revista que contém dua	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
31	#330	330	09/01/1909	19(RB), 20(DR)	Charge	Vasco Lima	Opiniões...	Na charge, um homem smart e um	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
32	#330	330	09/01/1909	19(RB), 20(DR)	Charge	Aryosto	Refresco "Up-to-date"	Um homem smart pede um refresc	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
33	#330	330	09/01/1909	20(RB), 21(DR)	Fotografia	-	Scenas cariocas	No centro da foto, um homem (ide	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
34	#330	330	09/01/1909	21(RB), 22(DR)	Charge	TID	Desapontado	Homem do "interior", que utiliza ch	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
35	#330	330	09/01/1909	24(RB), 25(DR)	Fotografia	-	Soldado da Brigada Nacional char	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo	
36	#330	330	09/01/1909	25(RB), 26(DR)	Charge	-	Em S. Paulo	Ao lado da charge de Francisco G	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
37	#330	330	09/01/1909	26(RB), 27(DR)	Charge	Heronio (Mário de	Exigencias valorisadoras	Em um aspecto geral, a charge se	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
38	#330	330	09/01/1909	28(RB), 29(DR)	Fotografia	-	Padre Silvestre Pereira Coelho	Fotografia de um padre do Pará, q	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
39	#330	330	09/01/1909	31(RB), 32(DR)	Correspondência	Ovidio Luiz do Ros	Postaes masculinos	Junto de outros escritos que tratat	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
40	#330	330	09/01/1909	31(RB), 32(DR)	Fotografia	Ataliba Campos	As musicas do interior	Fotografia de uma banda chamada	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo
41	#330	330	09/01/1909	32(RB), 33(DR)	Correspondência	Gabriel da Silva Co	Postaes masculinos	Junto de outros escritos que tratat	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex.	Terremo

APÊNDICE A – Planilha “Menções Masculinidades”. Em destaque, as colunas Código ID, Edição, Data, Página, Tipo, Autoria, Título da Menção, Título da Edição ou 1ª pág., Pauta da Edição. Trata-se da Pasta de Trabalho “O Malho”, que fica lado a lado com a Pasta de Trabalho “Caretta”. Ambas possuem os fichamentos das respectivas revistas.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
61	#066	66	04/09/1909	26(DR)	Peça de Teatro	Vol-taire	Os Levitas do Alcorão	No ato III de uma peça de tom hun	Dr. Francisco Sá - ministro da Via	Questão das C
62	#069	69	25/09/1909	18(DR)	Crônica	Tiburcio d'Annun	Cartas de um matuto	Tiburcio conta sobre o batizado de	Coronel Bento Ribeiro - chefe mili	Vão de Santos
63	#071	71	09/10/1909	16(DR)	Fotografia	-	-	Foto de um salão amplo e lotado, e	Galleria dos Immortaes - José Ver	Viagem de Co
64	#071	71	09/10/1909	17(DR)	Fotografia	-	-	Foto de um palco lotado de homer	Galleria dos Immortaes - José Ver	Viagem de Co
65	#071	71	09/10/1909	18(DR)	Crônica	Tiburcio d'Annun	Cartas de um matuto	Nesta parte, Tiburcio comenta sob	Galleria dos Immortaes - José Ver	Viagem de Co
66	#071	71	09/10/1909	25(DR)	Fotografia	-	Machado de Assis	Dois fotos: a primeira, menor, e r	Galleria dos Immortaes - José Ver	Viagem de Co
67	#080	80	11/12/1909	9(DR)	Tópicos	-	-	Pequeno texto que fala sobre a id	General J. B. Bormann - Ministro	Posse de Minis
68	#081	81	18/12/1909	25(DR)	Crônica	-	-	Crônica que comenta como as fan	Dr. Rodolpho Miranda - o novo ag	Congresso de \
69	Código ID	Edição	Data	Página	Tipo	Autoria	Título da Menç.	Pauta da Menç.	Título da Ed. /ou 1ª pág.	Pauta da Ed.
70		1910 - Anno III								
71	#083	83	01/01/1910	8(DR)	Crônica	-	Folhinha da "Caretta" - Ano de	Em seção que brinca com os dias	O Anno Velho - Segundo as tradic	Ano Novo, Alm
72	#083	83	01/01/1910	9(DR)	Tópicos	-	-	Entre vários lançamentos de obra	O Anno Velho - Segundo as tradic	Ano Novo, Alm
73	#083	83	01/01/1910	17(DR)	Fotografia	-	-	Fotografia tirada à noite, e que m	O Anno Velho - Segundo as tradic	Ano Novo, Alm
74	#084	84	08/01/1910	13(DR)	Crônica	-	O Cataclysmo	Crônica que debocha de um supos	Pedro Moacyr - a opposição perp	Recepção de d
75	#085	85	15/01/1910	13(DR)	Fotografia	-	Ruy Barbosa	Dois fotos retangulares, que ocup	Dr. Aarão Reis - o amigo de infân	Ruy Barbosa n
76	#087	87	29/01/1910	9(DR)	Crônica	-	Presentes da Careta	Mencionando as festividades de a	Almirante Jaceguay - o glorioso	Anniversário do I
77	#087	87	29/01/1910	11(DR)	Charge	J.Carlos	O manejo da D. Pollicagem	Hermes da Fonseca e Ruy Barbos	Almirante Jaceguay - o glorioso	Anniversário do I
78	#087	87	29/01/1910	20(DR)	Fotografia	-	Ruy Barbosa	No centro da foto, totalmente de b	Almirante Jaceguay - o glorioso	Anniversário do I
79	#087	87	29/01/1910	21(DR)	Fotografia	-	Ruy Barbosa	Foto em ângulo "aéreo" do mar, q	Almirante Jaceguay - o glorioso	Anniversário do I
80	#087	87	29/01/1910	24(DR)	Fotografia	-	Ruy Barbosa	Dois fotos retangulares que ocup	Almirante Jaceguay - o glorioso	Anniversário do I
81	#087	87	29/01/1910	25(DR)	Fotografia	-	-	Foto em ângulo "aéreo" que most	Almirante Jaceguay - o glorioso	Anniversário do I
82	#088	88	05/02/1910	15(DR)	Charge	J.Carlos	Madame s'amuse	Em primeiro plano, uma mulher g	Conde de Afonso Celso - Preside	Carnavat, Minis
83	#090	90	19/02/1910	13(DR)	Fotografia	-	Ruy Barbosa - embarque para	Três fotografias: 1) Ruy Barbosa e	Emilio de Menezes - o egregio me	Desastre da Ru
84	#090	90	19/02/1910	11(DR)	Crônica	-	Folhinha da "Caretta" - Ferver	Crônica que brinca com quais aco	Emilio de Menezes - o egregio me	Desastre da Ru
85	#090	90	19/02/1910	18(DR)	Anúncio	-	Reclame original	Dois fotografias de moldura redon	Emilio de Menezes - o egregio me	Desastre da Ru

APÊNDICE B – Planilha “Menções Ruy Barbosa”. Em destaque, as colunas Código ID, Edição, Data, Página, Tipo, Autoria, Título da Menção, Título da Edição ou 1ª pág., Pauta da Edição. Trata-se da Pasta de Trabalho “Caretta”, que fica lado a lado com a Pasta de Trabalho “O Malho”. Destaca-se, além disso, a transição dos fichamentos de 1909 e 1910.

	H	I	J	K	L	M	N
9							
10	Pauta da Menç.	Título da Ed. /ou 1ª pág.	Pauta da Ed.	Imagem da capa/1ªpág.	Outras menções	Link da Edição	Observações
11							
12	Após uma charge de Heronio (um	Malas para Petropolis / A engen	Candidatura Campista; Ida de Afonso	Ao fundo, uma parede verde e am	Afonso Penna, Jo	DR RB	Hermes visto como um perigo... em q
13	Hermes da Fonseca conversa com	Malas para Petropolis / A engen	Candidatura Campista; Ida de Afonso	Ao fundo, uma parede verde e am	Afonso Penna	DR RB	
14	Na foto, o navio militar cruzador B	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex	Terremoto na Itália; Mudanças no exer	Afonso Penna, prefeito do Rio e ci	-	DR RB	
15	Ao falar da ida de Afonso Pena pa	Adoração dos reis ao 909 / S. Ex	Terremoto na Itália; Mudanças no exer	Afonso Penna, prefeito do Rio e ci	(indiretamente) Da	DR RB	
16	Charge de capa da edição, aprese	Lição e aviso / O primeiro vagido	Ida de Afonso Pena a Petrópolis, Prot	No primeiro plano Afonso Pena se	David Campista, H	DR RB	Hermes durante sua função ministeria
17	Uma reunião entre Afonso Pena, A	Lição e aviso / O primeiro vagido	Ida de Afonso Pena a Petrópolis, Prot	No primeiro plano Afonso Pena se	Afonso Pena, Rio	DR RB	Afonso Pena = sabetudo, ele quem fa
18	Duas fotografias retratando a cheg	Lição e aviso / O primeiro vagido	Ida de Afonso Pena a Petrópolis, Prot	No primeiro plano Afonso Pena se	Afonso Pena, Dan	DR RB	-
19	Nesta edição da crônica discute-se	Lição e aviso / O primeiro vagido	Ida de Afonso Pena a Petrópolis, Prot	No primeiro plano Afonso Pena se	-	DR RB	ver #330-16(RB)-17(DR)
20	Dois homens vestindo roupas fina	Lição e aviso / O primeiro vagido	Ida de Afonso Pena a Petrópolis, Prot	No primeiro plano Afonso Pena se	(Joaquim) Murtin	DR RB	D.C. seria o "denier cri"
21	Depois de discutir uma série de as	Carnaval / Cordão-Mór (com mús	Carnaval; Candidatura Campista; Elei	Afonso Penna está vestido como	Monteiro Lopes, C	DR RB	para saber mais sobre os clubes de tir
22	Nesta charge, todos os candidatos	Carnaval / Cordão-Mór (com mús	Carnaval; Candidatura Campista; Elei	Afonso Penna está vestido como	David Campista, H	DR RB	
23	Arte de página inteira feita em tons	Carnaval / Cordão-Mór (com mús	Carnaval; Candidatura Campista; Elei	Afonso Penna está vestido como	Barão do Rio Bran	DG - MUSECOM	DG-MUSECOM = Hospedado no Driv
24	No primeiro plano, Afonso Pena cu	Na villa do Piquete / Regresso da	Retorno de Mendes de Moraes ao Bra	No primeiro plano, Afonso Pena ci	Albuquerque Lins,	DR RB	
25	O cenário é uma estação de trem,	Na villa do Piquete / Regresso da	Retorno de Mendes de Moraes ao Bra	No primeiro plano, Afonso Pena ci	Carlos Peixoto, Mi	DR RB	
26	Uma multidão de homens vestindo	Na villa do Piquete / Regresso da	Retorno de Mendes de Moraes ao Bra	No primeiro plano, Afonso Pena ci	General Mendes d	DR RB	lembrar: delegação alemã, ver J.M. de
27	Vestido à paisana, Hermes da Fon	Na villa do Piquete / Regresso da	Retorno de Mendes de Moraes ao Bra	No primeiro plano, Afonso Pena ci	General Mendes d	DR RB	Hermes não acompanhou Mendes de
28	Um grupo de homens anda em dir	Recado antes da partida / Os effe	Eleições para Câmara dos Deputados	Afonso Penna carrega uma mala,	Afonso Penna, Mi	DR RB	legitimidade de candidatura no poder
29	Representação do estatuto do gov	Candidatura impopular / Chegada	Candidatura Campista; retorno de Pin	Afonso Penna aparece no canto inf	Rei Penna [Afonso	DR RB	para saber mais do Núncio, pesquisar
30	À esquerda está Zé Povo, seguram	O Judas de hoje / Regresso do P	Retorno do presidente da inauguração	No primeiro plano, Afonso Pena,	Barão do Rio Bran	DR RB	
31	Abaixo, uma centena de chapéus	O aniversário do chancellor (syn	Candidatura Campista; reconhecimento	No plano de fundo, a bandeira do	Afonso Penna, Alr	DR RB	
32	Uma pequena história em quadri	O aniversário do chancellor (syn	Candidatura Campista; reconhecimento	No plano de fundo, a bandeira do	Afonso Penna, Alr	DR RB	concurso de versos sobre Campista c
33	Carta enviada pelo leitor Velho Ba	O dia dos operários / O primeiro	Reconhecimento de poderes/eleições	Do topo de um banco, Afonso Pen	Velho Bahiano, Da	DR	

APÊNDICE C – Planilha “Menções Hermes da Fonseca”. Em destaque, as colunas Pauta da Menção, Título da Edição ou da 1ª pág., Pauta da Edição, Imagem da capa/1ª pág., Outras menções, Link da Edição, Observações. Trata-se da Pasta de Trabalho “O Malho”, que fica lado a lado com a Pasta de Trabalho “Caretta”. Destacam-se as colunas Link da Edição (que remetem diretamente às fontes, em seus respectivos repositórios digitais) e Observações (utilizada para fins de anotações pessoais do pesquisador).